

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARX: DEFENSOR DO ESTADO?**  
**O ESTADO, A POLÍTICA E O BONAPARTISMO**  
**NO PENSAMENTO MARXIANO**

**PAULO DOUGLAS BARSOTTI**

**Doutorado em História Econômica**

**Orientador: Prof. Dr. OSVALDO COGGIOLA**

**SÃO PAULO**

**2002**

**Volume II**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
--------------------------	-----------

### **PARTE I – A CRÍTICA DA POLÍTICA E DO ESTADO**

<b>Capítulo 1 - O “Estado racional” conforme a razão humana.....</b>	<b>24</b>
--	-----------

#### 1.1. Emancipação, crítica e alienação

##### 1.1.1. A universidade e a crítica à religião

##### 1.1.2. Os Jovens Hegelianos

#### 1.2. O jornalismo radical: a defesa da liberdade de imprensa, a crítica ao Estado teocrático e “as questões materiais”

##### 1.2.1. A atuação na *Gazeta Renana*

##### 1.2.2. Os debates da VI Dieta Renana – primeiro conjunto de artigos

##### 1.2.3. Os debates da VI Dieta Renana – último conjunto de artigos

<b>Capítulo 2 - A gênese da crítica ao Estado racional.....</b>	<b>68</b>
---	-----------

#### 2.1. A crítica de Kreuznach: do Estado conforme a razão à democracia verdadeira

#### 2.2. A concepção de Estado hegeliana

#### 2.3. A crítica de Marx à filosofia política hegeliana

#### 2.4. Resultados da crítica marxiana: o conceito de democracia verdadeira

**Capítulo 3 - O Manifesto de 1844: os *Anais Franco-Alemães*.....96**

3.1. Da democracia verdadeira à negação do Estado

3.2. Sobre a questão judaica: emancipação política e emancipação humana

3.3. O Manifesto de 1844 – *A crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução*

**Capítulo 4 - Pauperismo e os limites da ação e da razão política.....124**

4.1. Pauperismo, trabalho alienado, propriedade privada e comunismo: os *Cadernos de Paris* e os *Manuscritos de Paris*

4.2. Os limites do Estado e da política: *Glosas críticas ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social, por um prussiano"*

4.3. A importância das *Glosas* para o estudo do pensamento de Marx

4.4. A emergência da especificidade do pensamento de Marx nas *Glosas*

**Capítulo 5 - O fim da crítica à filosofia alemã.....163**

5.1. *A sagrada família*

5.2. *As Teses sobre Feuerbach e A ideologia alemã*

**Capítulo 6 - A crítica do Estado e da política às vésperas das Revoluções de 1848.....188**

6.1. O Comitê de Correspondência Comunista, a Liga dos Comunistas: Weitlig e Proudhon

6.2. A filosofia da miséria em *A miséria da filosofia*

6.3. A Liga dos Comunistas

6.4. *O Manifesto do Partido Comunista (Manifest der Kommunist partei)*

**PARTE II – DA REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1789  
À COMUNA DE PARIS DE 1871**

**Capítulo 7 - A tragédia: a Revolução Francesa, o jacobinismo e o primeiro bonapartismo.....224**

- 7.1. A Revolução Francesa
- 7.2. A tragédia jacobina
- 7.3. O primeiro bonapartismo

**Capítulo 8 - A *Nova Gazeta Renana* e as Revoluções de 1848.....249**

- 8.1. O retorno à Alemanha e a Revolução de Março
- 8.2. A *Nova Gazeta Renana* – o órgão da democracia
- 8.3. A política externa e a França na *Nova Gazeta Renana*
- 8.4. O fim do jornalismo explosivo da *Nova Gazeta Renana*
- 8.5. A *Nova Gazeta Renana* – *Revista Político-Econômica* e o fim da Liga dos Comunistas

**Capítulo 9 - A farsa em cena.....279**

- 9.1. A Monarquia Constitucional Burguesa – “Doravante, reinarão os banqueiros”
- 9.2. Da República Social à República Burguesa
- 9.3. A ditadura republicana tricolor e as eleições de Luis Napoleão
- 9.4. A ditadura parlamentar burguesa e o *coup de tête* de Luis Napoleão
- 9.5. A ditadura bonapartista

<b>Capítulo 10 - A derrocada do bonapartismo e o advento da Comuna.....</b>	<b>321</b>
10.1. O exercício do poder bonapartista no <i>New York Daily Tribune</i>	
10.2. O colapso do II Império e a guerra entre bonapartismos	
10.3. A traição da II República Francesa	
10.4. O assalto ao céu	
10.5. A Comuna de Paris: uma ditadura do proletariado?	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>361</b>
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL.....</b>	<b>371</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>385</b>
Apêndice I – Bonapartismo e bismarckismo em Engels.....	387
Apêndice II – Cronologia do período.....	418
<b>ANEXOS.....</b>	<b>435</b>
<i>New York Daily Tribune</i> .....	437
<i>Note to the People</i> .....	498
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO-REMISSIVO.....</b>	<b>513</b>

**CAPÍTULO 9**  
**A FARSA EM CENA**

## CAPÍTULO 9

### A farsa em cena

Os textos básicos de Marx que analisam a gênese e o desenvolvimento do segundo bonapartismo até o golpe de Luis Napoleão são: *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*; os artigos publicados na *Nova Gazeta Renana - Revista* e republicados sob este título; o pequeno artigo publicado em 14 de junho de 1851, "A Constituição da República Francesa aprovada em 4 de novembro de 1848", no jornal cartista *Notes to the people*; e *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*.

Neles, Marx retrata a dominação burguesa no movimento da revolução e da contra-revolução iniciado a partir de 1830. Com a implantação da Monarquia Constitucional de Luis Felipe, para Marx – assim como para Cabet em *História popular da Revolução Francesa de 1789 a 1830*, e outros historiadores da época – finda-se o processo revolucionário burguês iniciado quatro décadas antes com a Grande Revolução de 1789. A burguesia liberal francesa, após suplantar o Terror revolucionário jacobino e o primeiro bonapartismo – ambas formas revolucionárias de controle indireto – alcança finalmente em 1830 o restabelecimento de sua ordem social contra a Restauração política feudal e a realização de seus objetivos, perseguidos desde 1789. Mas, como assinala Marx:

...com uma diferença: estando sua *formação política acabada*, a burguesia liberal não mais acreditava, com o Estado representativo constitucional, atingir o Estado ideal, ela não mais

aspirava a salvação do mundo nem a objetivos universais humanos; ao contrário, ela havia reconhecido nesse regime a expressão *oficial* de seu poder *exclusivo* e a consagração *política* de seus interesses particulares. (Marx e Engels,1987:123)

A partir de 1830, instala-se definitivamente o Estado e o domínio burgueses nas condições particulares da França e, para Marx, todas as transformações que a burguesia opera na realidade serão consideradas como revoluções políticas, isto é, de aprimoramento e aperfeiçoamento de seu Estado e de sua dominação. Cada passo desse processo determinava uma forma específica de Estado correspondente aos interesses materiais das frações burguesas, que ora se apresentam como hegemônica e que revelam seus limites e possibilidades históricas. Seu ponto culminante se manifesta com vigor a partir de junho de 1848, quando a burguesia francesa abandona definitivamente – e em curto espaço de tempo – sua II República e qualquer pretensão de caráter universal, convertendo-se de foco da revolução em país modelar da contra-revolução (Cf. Palmade,1986:227). Cessa a via revolucionária nos marcos da *revolução política* e inicia-se a marcha da *contra-revolução*, assim descrito em *O 18 Brumário*:

Na primeira revolução francesa o domínio dos constitucionalistas é seguido do domínio dos girondinos e o domínio dos girondinos pelo dos jacobinos. Cada um destes partidos se apóia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado à guilhotina. *A Revolução move-se assim, ao longo de uma linha ascensional.*

Com a Revolução de 1848 dá-se o inverso (...). Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para frente e apóia-se pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admitir que nessa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. *A*



*Revolução move-se, assim, em linha descendente...*  
(Marx,1975b:221, grifos meus)

Por essa via caminha a burguesia, lutando contra todas as classes que se opõem a seus interesses. Vai aperfeiçoando, ampliando e centralizando a máquina estatal até encontrar, no golpe de dezembro de 1851, a forma mais eficaz e capaz de garantir a ordem e a tranqüilidade necessárias para promover sua modernização e alcançar um novo patamar de acumulação, que marca a nova expansão capitalista ocorrida na segunda metade do século XIX, não só na França mas em todo o continente europeu.

Nesse conjunto de textos, Marx procura entender por que a burguesia francesa não suportou aquela que seria sua forma clássica de dominação, a República Parlamentar, e por que abre mão, sem muita resistência, do exercício do *poder político direto*. Mais ainda, como e por quê a burguesia havia perdido a capacidade de ir governando nas condições republicanas parlamentares e por que o proletariado ainda não havia adquirido essa capacidade demonstrada pela derrota de junho. Nesse quadro é que temos a emergência do bonapartismo como *forma estatal clássica do período da contra-revolução* que se manifesta no *controle político indireto* da burguesia.

### **9.1. A Monarquia Constitucional Burguesa – “Doravante, reinarão os banqueiros”<sup>1</sup>**

De 1789 até 1848, a dominação da burguesia francesa, exercida por várias formas políticas avessas a seu Estado clássico, caracteriza-se por sua instabilidade política, a “revolução nunca acaba”. Após o hiato da Restauração, a burguesia entre 1830 e 1848, detém a hegemonia do poder estatal sob a forma de

---

<sup>1</sup> Frase de Laffite, banqueiro liberal citado em *As lutas de classes na França* (Marx,1975c:111).

Monarquia Constitucional nas mãos da Casa de Orleans, e exerce seu controle direto, mas com um sistema eleitoral censitário, monopolizado por uma *única* fração:

Quem dominou sob Luis Felipe, não foi a burguesia francesa, mas uma fração dela – os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das estradas de ferro, os proprietários das minas de carvão e de explorações florestais e uma parte da propriedade territorial aliada a ela – a chamada aristocracia financeira. (Marx,1975c:111)

A situação das contas do Estado de Luis Felipe e de seu fiel escudeiro, o ministro e historiador Guizot, era de penúria e aumento constante da dívida pública, o que colocava, segundo Marx, “a Monarquia de Julho sob a dependência da alta burguesia” que transformava o *deficit* público:

...no verdadeiro objeto de suas especulações e a fonte principal de seu enriquecimento. Cada ano, novo *deficit*. Cada quatro ou cinco anos, novo empréstimo. E cada novo empréstimo dava à aristocracia financeira nova ocasião de espoliar um Estado que, mantido artificialmente à beira da bancarrota, era obrigado a assumir compromissos com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis. (*Idem*:112-113)

Neste regime, não só é excluída a participação política do proletariado – reprimido reiteradamente nas insurreições operárias de Lyon (1831), de Paris (1832), apoio a república e a Polônia, e novamente em Lyon (1834) e Paris (1839), a insurreição das Estações que contou com a participação dos operários alemães – como também o campesinato, a pequena burguesia e parcelas significativas da burguesia industrial. O antagonismo que estava na superfície da cena da política francesa, de modo algum de natureza revolucionária era, portanto, entre duas frações da burguesia, a financeira e a industrial. A *autocrática* Monarquia de Julho, reduzida ao “*pays legal*”, “(...) não passava de uma sociedade por ações para a exploração da riqueza nacional da França”, em que seus acionistas – cerca de 240 mil proprietários eleitores – através da pilhagem dos recursos do Estado que, para

cobrir seu déficit, jogavam-se despidoradamente nos braços da aristocracia financeira, em busca de novos empréstimos (*Idem*:113). Se a grande espoliação do Estado se realizava via empréstimos e nos gastos públicos extraordinários, ela repetia-se “a varejo nas obras públicas”, principalmente na construção de estradas de ferro. A aristocracia financeira – que dominava o parlamento, os poderes públicos, a imprensa, a opinião pública e se enriquecia “não mediante a produção” – é caracterizada por Marx de maneira pouca generosa: “tanto pelos seus métodos de aquisição como nos seus prazeres, não passa do *renascimento do lumpemproletariado na culminância da sociedade burguesa*” (*Idem*:114).

Para suprir os custos desta rapinagem, Luis Felipe, o Rei banqueiro, era obrigado a lançar títulos públicos, que alimentavam as especulações na Bolsa e a sobrecarregar de impostos a população francesa. Esse ciclo cruel de endividamento progressivo do Estado, que concentrava o capital cada vez mais nas mãos da bancocracia dos Rothschild – pelo saqueio do pequeno investidor de títulos públicos à mercê dos “lobos da Bolsa” e em conluio com os iniciados do governo e a maioria da Câmara – provocava a miséria dos pequenos camponeses afogados pelas hipotecas, a ruína dos proletários e não só freava, como também colocava em risco o desenvolvimento da burguesia industrial.

Com as péssimas colheitas agrícolas de 1845-1846 e a crise do comércio e indústria na Europa de 1847 – “a verdadeira mãe das revoluções de 1848” – a situação tornava insuportável a continuidade do monopólio do poder exercido pela aristocracia financeira, que começa a ser questionado, inicialmente, por parte da burguesia industrial e, na seqüência, por todas as classes e frações de classes subordinadas. (Engels:s/d-b:95).

Como oposição oficial e monárquica, a grande burguesia industrial, acreditando ter o domínio sobre a classe operária – depois da repressão de suas sucessivas revoltas na década de 1830 – desenvolve uma campanha de agitação a partir de 1847, com a realização de banquetes reivindicando uma reforma eleitoral que ampliasse sua participação política, quebrasse a hegemonia dos *notables* e

promovesse uma mudança de governo. Ao largo desse movimento, o agravamento da situação econômica vai gerando novas contradições que ganham contornos mais agudos. A primeira, provocada pela concorrência entre a pequena burguesia comercial parisiense com a burguesia exportadora. Com a crise mundial esta última volta suas atividades para o mercado interno, situação que a levará a desempenhar um papel revolucionário em fevereiro. A segunda é a do proletariado com a burguesia industrial agravada pelo crescimento do desemprego nos principais centros urbanos da França como Paris, Lyon, Marselha, Rouen e Bordeaux. Com isso, observa-se uma reativação política das associações operárias de cunho neobabovista, o crescimento dos clubes políticos da pequena burguesia e da fração republicana representados pelos jornais *Le National* (com cerca de 3 mil assinantes), sua ala direita, e *La Réforme* (com cerca de 2 mil assinantes), sua ala esquerda.

Aos banquetes reformistas da oposição oficial burguesa, o proletariado e a pequena burguesia comercial de Paris respondem com as barricadas e a *Revolução de Fevereiro* de 1848. Pouco adiantou a tentativa desesperada de Luis Felipe de substituir Guizot pelo opositorista monarquista Odilon Barrot (1781-1873) para conter o curso da revolução. Todas as classes sociais, inclusive a aristocracia financeira, colocavam-se contra a Monarquia de Julho, consagrando a "fraternidade geral" e com isso revelando o caráter ambíguo e contraditório a todo instante posto por Marx. Não restava alternativa ao Rei senão a abdicação e, com isso, o fim do período de domínio incompleto da burguesia que, sob a forma da Monarquia autocrática, subordinava a luta de classes a lutas secundárias, tomando-a prisioneira do universo político institucional. Se setores da burguesia, na maioria monárquicos, contentavam-se com medidas de reforma eleitoral que acabasse com o monopólio político da aristocracia financeira e completasse sua dominação de classe, a presença inesperada do proletariado armado no cenário político, o *coup de main*,<sup>2</sup> radicaliza o processo com suas reivindicações

---

<sup>2</sup> Golpe de mão: ataque inesperado.

democráticas. Em 24 de fevereiro, com a proclamação da II República derruba-se, para Marx, “a coroa, atrás da qual se escondia o capital” e manifestava-se “nitidamente a dominação burguesia” (LCF:117).

## 9.2. Da República Social à República Burguesa

Em 24 de fevereiro, forma-se um *Governo Provisório* que durará até 4 de maio de 1848, com a participação de todas as classes e frações de classes envolvidas na luta contra a monarquia, cabendo à burguesia moderada e reformista a maior parte na sua composição: o poeta Lamartine (1790-1869) – que se torna Ministro das Relações Exteriores – Alexandre Ledru-Rollin (1807-1874) e Flocon (1800-1866) do *La Reforme*, os republicanos do *Le National* Thomas Marie (1795-1870), Isaac Crémieux (1796-1880), François Arago (1786-1853), Garnier-Pagès (1803-1873) e Armand Marrast (1801-1852). Quanto aos representantes do proletariado aparecem Louis Blanc (1811-1882) e Alexandre Martin (1815-1895) conhecido por Albert, que não tinham funções ministeriais. Apesar dessa composição, o proletariado armado nas ruas de Paris apresenta-se como “partido independente” e obriga o vacilante Governo Provisório a proclamar a República Social com base no sufrágio universal masculino e a consagrar o “direito ao trabalho”. Essa República Social, que indicava o “conteúdo geral da revolução moderna” (Marx,1975b:208) estava em contradição com as condições tanto materiais como subjetivas do proletariado francês e com o que naquela circunstância podia realizar. Ela significava, para Marx, apenas a conquista do “terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária mas, de modo algum, a própria emancipação” (Marx,1975c:117). Analisando a presença operária nos processos de 1830 e 1848, conclui:

Do mesmo modo que nas jornadas de julho (1830), haviam conquistado a *monarquia burguesa*, por meio da luta, nas jornadas

de fevereiro, os operários, lutando, conquistaram a *República Burguesa*. E do mesmo modo que a Monarquia de Julho vira-se obrigada a apresentar-se como monarquia *rodeada de instituições republicanas*, a República de Fevereiro viu-se obrigada a declarar-se uma república *rodeada de instituições sociais*. (*Idem*:118)

Entre essas instituições sociais destacava-se a Comissão de Luxemburgo – na realidade uma redução da proposta de criação de um “ministério especial para o trabalho” – presidida por Blanc e Albert, destinada a encontrar “os meios de melhorar a situação das classes trabalhadoras”, que no desdobramento dos acontecimentos se tornarão o alvo preferencial dos contra-revolucionários e será liquidada pela burguesia.

Com o sufrágio universal, a burguesia completava sua dominação de classe, na medida em que incorporava e emancipava politicamente, agora ao lado da aristocracia financeira, todas as classes e frações de classe proprietárias. Porém, o sufrágio universal também tinha outro sentido: na França predominantemente agrícola, tornava a grande massa de proprietários nominais, os camponeses, nos “árbitros dos destinos do país” (LCF:117). Dessa forma, estava criada a base social e eleitoral decisiva de Luis Napoleão, que o levará, em 10 de dezembro de 1848, à Presidência da República e que irá garantir vida longa ao II Império.

Na verdade, a nova República representava a conciliação entre as diferentes classes proprietárias e tinha como “principal mérito não assustar ninguém”. (*Idem*:121). Diferentemente da Primeira República, ela não encontrou nenhuma resistência interna e nem externa, sua missão “não consistia em transformar revolucionariamente o mundo, mas apenas em adaptar-se às condições da sociedade burguesa” (*Ibid.*). Rapidamente o Governo Provisório busca despir-se de qualquer aparência anti-burguesa e tranqüilizar os proprietários e os financistas com suas medidas econômicas. Desejando restaurar a moralidade e dignidade burguesas, o Governo Provisório reconhece as letras de câmbio emitidas pela Monarquia e procura saldar todos os compromissos que recebera de herança. Isso

implicava em resgatá-las das mãos do grande credor, a aristocracia financeira, que de novo se colocava como a fração burguesa mais poderosa da sociedade francesa.

Para pagar o débito, o Governo Provisório só poderia tirar a soma devida de quem nada devia. Coube então à pequena burguesia, por meio dos confiscos de depósitos das caixas econômicas, e ao campesinato, por meio de novos impostos, o encargo de saldar a dívida. Marx observa:

Enquanto a Revolução de 1789, começou livrando os camponeses das cargas feudais, a Revolução de 1848, para não pôr em perigo o capital e manter em marcha a sua máquina estatal, anunciou-se com um novo imposto sobre a população rural. (Marx,1975c:124)

Com isso, essas classes se incorporam ao quadro contra-revolucionário e contra a República Social, onde o campesinato ocupa a condição de seu primeiro e principal contingente.

Ao mesmo tempo, o proletariado viu ruir definitivamente suas esperanças socialistas – depositadas nas barricadas de fevereiro – e de sua República Social, com os resultados das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 23 de abril de 1848. Nessas eleições gerais e diretas – a primeira após a implantação do sufrágio universal masculino para maiores de 21 anos – o eleitorado francês passa de 250 mil da Monarquia de Julho a 9 milhões de eleitores. A burguesia é amplamente vitoriosa e em 4 de maio proclama como única e legítima república a República Burguesa. O sufrágio universal, diferentemente do que pensavam os republicanos, não era possuidor de uma “força mágica” e muito menos tinha poderes de uma “varinha mágica” que equacionasse os problemas sociais. Para Marx, o sufrágio explicitava, na verdade, os diferentes interesses de classes, porque:

...tinha o mérito incomparavelmente maior de desencadear a luta de classes, de fazer com que as diversas camadas médias

da sociedade burguesa verificassem rapidamente, na prática, as suas ilusões e desenganos de lançar de um golpe todas as frações da classe exploradora às culminâncias do Estado, de arrancar-lhes assim a máscara enganosa, enquanto a monarquia com seu sistema censitário, só comprometia determinadas frações da burguesia, deixando ocultas as outras entre os bastidores e cercando-as da auréola de uma oposição coletiva. (LCF:127)

O caráter de classe da República de Maio é rapidamente revelado e a lua de mel de todas as classes chega a seu final. As manifestações operárias e populares de 15 de maio, que cobravam da Assembléia Nacional uma postura mais revolucionária, têm como resposta dada pelo general Cavaignac, chefe do novo ministério, a repressão e prisão dos manifestantes Barbès e Blanqui, e dá início à violência contra-revolucionária. A burguesia reforçada pelos resultados eleitorais, seguindo a linha majoritária do Governo Provisório, de constituição de uma "República liberal, sem revolução social e sem reação monárquica" (Agulhon,1991:48), desencadeia uma série de medidas destinadas a eliminar as conquistas sociais dos primeiros meses da revolução e a isolar o proletariado. Encabeçando um rol de medidas repressivas, são proibidas todas as manifestações como resposta às pressões populares na Assembléia Nacional em 15 de maio.

O ápice dessa escalada viria em 21 de junho, com o decreto da Comissão Executiva da Assembléia. Esse ápice traduzia o sentimento comum da burguesia que via com "maus olhos" um gasto financeiro do Estado de 150 mil francos diários para o pagamento dos trabalhadores listados nas Oficinas Nacionais que nada de produtivo faziam. Proposta pela Comissão de Luxemburgo, segundo o espírito de "organização do trabalho" de Louis Blanc, as Oficinas Nacionais apoiadas pelo Estado, deveriam estimular os operários desempregados à formação de cooperativas de produção. A base dessa proposta eram as experiências práticas que os próprios operários haviam desenvolvido nas greves dos anos 1830 e 1840. Esse espírito socialista é perdido no momento em que sua organização cai nas mãos de Thomas Marie, ministro das Obras Públicas, e os 100 mil operários



desempregados pela crise econômica e pela revolução são alocados nos trabalhos monótonos e improdutivos de terraplanagem, recebendo do Estado um mísero salário. Essas oficinas que não passavam assim de "*Workhouses inglesas ao ar livre*" (Marx,1975c:126), despertam os sentimentos mais mesquinhos e a ira da pequena burguesia à beira da falência, que ao identificá-las com o socialismo, questionavam sua existência e rompiam a aliança estabelecida com o proletariado nos idos de fevereiro. Assim, a Assembléia Nacional decreta em 21-22 de junho que todos os operários solteiros menores de 25 anos das Oficinas Nacionais deveriam se alistar no exército e os casados deveriam retornar às suas províncias, onde seriam alocados em obras públicas. Recusar essas propostas significaria o desligamento e a perda das subvenções, o que na prática, para uma grande quantidade de operários, representaria a única alternativa entre "morrer de fome ou iniciar a luta".

A verdade é que a burguesia estava obstinada em repor as coisas nos eixos, isto é, "*reduzir o trabalho às suas antigas condições*" (*Idem*:128). Ela queria aplicar um corretivo exemplar ao proletariado que se arvorava em agir de forma independente. Para a burguesia, tratava-se de "demonstrar-lhes que toda vez que lutassem, não *com* a burguesia, mas *contra* ela saíam derrotados" (LCF:128). Não restava ao proletariado francês nada mais a não ser manifestar-se como *partido independente*. Neste novo momento, diferentemente de 1830 e de fevereiro, quando coadjuvava a revolução ao lado da burguesia – a revolta do proletariado pelas ruas e barricadas de Paris iria explicitar, do modo mais puro e cristalino, a moderna luta de classes. Em 23 de junho, 50 mil trabalhadores junto com os "pobres de Paris", famintos e armados se enfrentam com as forças comandadas por Cavaignac. A luta durou quatro dias e o saldo no combate girou em torno de 500 revoltosos e cerca de mil soldados. Uma cifra relativamente moderada comparada à chacina imediata ao término dos combates. Estima-se que cerca de 3 mil insurgentes foram imediatamente fuzilados, 12 mil foram presos, sendo que 10 mil foram sentenciados ou deportados (Cf. Greenville,1989:123). Desse modo,

encerra-se a “primeira grande batalha pelo poder entre o proletariado e a burguesia”. Apesar de vencedora, essa burguesia continental havia ficado temerosa do que acabara de enfrentar e se refugia “nos braços da reação monarca-feudal”, abortando todos os processos revolucionários que estavam em curso na Europa. Isso marca definitivamente o início da permanência de sua contra-revolução (Engels,s/d-b:96).

Para Marx, as Jornadas de Junho de 1848, também marcam o fim das ilusões dos partidos socialistas da época, dos “tradicionais apêndices pré-revolucionários”, caminho aberto não por suas:

... tragicômicas conquista diretas, mas, pelo contrário, foi engendrando uma contra-revolução cerrada e potente, gerando e combatendo um adversário que o partido da subversão pode finalmente converter-se em um partido revolucionário. (Marx,1975c:111)

A crença generalizada nos revolucionários parisienses era de que o proletariado poderia “emancipar-se ao lado da burguesia” e de que a revolução proletária pudesse ser realizada “dentro das fronteiras nacionais da França ladeada pelas demais nações francesas” (*Idem*:118). A quimera do “direito ao trabalho” e da “organização do trabalho”, ponto de honra de fevereiro, é destroçada em junho, no processo que “vai da ilusão da fraternidade universal à explicitação da luta de classes”, ficando claro, como escreve Marx, que:

... por detrás do trabalho, há o poder sobre o capital e por detrás do poder sobre o capital a apropriação dos meios de produção, sua submissão à classe operária associada, isto é, a supressão do trabalho assalariado, ao capital e de suas relações mútuas. (Engels,s/d-b:96)

Essa passagem é destacada por Engels, na Introdução à LCF, como a primeira vez que Marx formula de modo sintético a tese “do socialismo operário

moderno” para a reorganização da economia, que o diferencia de todos os outros: “a apropriação dos meios de produção pela sociedade” (*Ibid.*).

Se na LCF, Marx acreditava que as derrotas de 1848 eram passageiras e depositava esperanças numa nova onda revolucionária que seria desencadeada pelo novo canto do galo gaulês, meses depois, numa das poucas retificações sobre o processo em *18 B*, seu julgamento é mais realista: o proletariado francês com a derrota de junho passa “para o fundo da cena revolucionária” (Marx,1975B:209). A verdade é que a contra-revolução burguesa, que encontrara na prosperidade industrial do início de 1848 sua “força vivificante”, consolida-se em 1849-1850, abrindo um longo período de refluxo revolucionário. (Engels,s/d-b:95).

A derrota proletária em junho, na análise de Marx, foi determinada pelas condições do desenvolvimento capitalista francês, que apesar de ser o mais avançado no continente em comparação com a pujança da Inglaterra industrial, era atrasado e incipiente. O seu contorno era muito mais financeiro, agrário e comercial, muito longe de ter sua dinâmica exercida pelo domínio da burguesia industrial em escala nacional, que liquidasse “as raízes materiais da sociedade feudal” e modelasse “à sua feição todas as relações de propriedade”. Com isso, teria-se assim o “único terreno em que é possível uma revolução proletária”, pois, o desenvolvimento do proletariado industrial tem como “condição geral o desenvolvimento da burguesia nacional” (Marx,1975c:119). Com uma indústria parcial, localizada e destinada a produtos de luxo para exportação, o capitalismo francês dependente do comércio mundial, não oferecia um palco que colocasse com toda plenitude o proletariado frente à burguesia industrial, e fornecesse o “conteúdo nacional da revolução”. As lutas de classes na França ainda se encontravam subordinadas:

...à luta contra os métodos secundários de exploração capitalista – a luta dos camponeses contra a usura nas hipotecas, de pequeno-burgueses contra o grande comerciante, o banqueiro e o industrial, numa palavra contra a bancarrota – permanecia

dissimulada no levante geral contra a aristocracia financeira em geral. (*Idem*:120-121)

Porém, o grito das barricadas proletárias de junho de 1848, que descerrava o “véu que envolvia a República” e desnudava as contradições da sociedade burguesa só tinha condições históricas de anunciar, segundo Marx: “o segredo da revolução do século XIX: a emancipação do proletariado”. Diante dos limites da Revolução “horrenda”, finaliza o primeiro artigo da LCF, exclamando: “*A Revolução está morta! Viva a revolução!*” (*Idem*:132)

### 9.3. A ditadura republicana tricolor e as eleições de Luis Napoleão

Com a República de Maio, a república perseguida pelos tricolores do *Le National*, torna-se evidente “a dominação burguesa livre de todas as peias”, pronta para “converter-se imediatamente em terrorismo burguês” e exercer, com a exclusão do proletariado do cenário político, explícita e oficialmente sua *ditadura de classe* (*Idem*:131). A derrota de junho, também revelara a toda a Europa que as revoluções que estavam em curso não poderiam ser reduzidas à questão “República ou Monarquia”. Marx já havia feito essa advertência em sua polêmica com Heizen em 1847 e, neste momento, reforçado em sua posição pelos acontecimentos, escreve:

A derrota dos insurretos de junho preparara e aplainara, indubitavelmente, o terreno sobre o qual a República burguesa podia ser fundada e edificada (...). Revelara que aqui *República Burguesa* significava despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras. (Marx,1975b:210)

Para Marx, diferentemente de países como os Estados Unidos da América, onde a estrutura das classes sociais ainda não havia se solidificado e se encontrava diante de “condições modernas de produção”, envolvidas num “febril movimento

juvenil de produção material” e intercâmbio mútuo e constante, a “*República significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa*”; mas na particularidade do desenvolvimento precário do capitalismo francês, a república significava a “*forma conservadora da vida*”, sem destruir as idéias do passado (*Ibid.*).

A despeito do que pensavam o exército e os camponeses, a ditadura republicana de Cavaignac (24 de junho a 20 de dezembro de 1848) – coroada ainda nos dias de junho, com a decretação do estado de sítio, a supressão das Oficinas Nacionais, a vigilância da polícia sobre os clubes políticos e o restabelecimento da censura – não era o retorno aos tempos de glória nacional e de guerra exterior do I Império. O que Cavaignac, eleito o “salvador da república”, representava, para Marx, “não era a ditadura do sabre sobre a burguesia”, como fora o primeiro bonapartismo, mas a “ditadura da burguesia por meio do sabre” (LCF:137). A II República Parlamentar Francesa, que se ergue sob as ruínas das barricadas proletárias, completava a dominação comum burguesa pela emancipação política de todos às suas frações de classes e significava, depois de meio século, seu retorno ao exercício direto do poder estatal, brevemente vivido na I República.

O afastamento do proletariado do centro da luta de classes, faz com que surjam com maior radicalidade as contradições entre devedores e credores, entre a pequena burguesia comercial e a aristocracia financeira. Os pequenos comerciantes de Paris que, compelidos pela crise comercial de 1845/46, estiveram em fevereiro ao lado do proletariado – e, em junho, como o restante de todas as classes, contra esse se voltara – depositavam suas esperanças de fugirem da ruína e falência na aprovação pela Assembléia do projeto de lei das *concordats à l'amigable*,<sup>3</sup> destinado à prorrogação do prazo para o pagamento das dívidas contraídas no processo revolucionário.

---

<sup>3</sup> Concordatas amigáveis.

Mas, a República Tricolor via crescer o déficit público, acentuado após as jornadas de junho, com a paralisação do comércio e da indústria e não tinha outra alternativa, senão recorrer novamente aos credores, ou seja, à aristocracia financeira. Nestas circunstâncias, o resultado da votação das concordatas amigáveis não poderia ser outro senão sua negação, o que jogava decididamente a pequena burguesia contra a República.

A fração burguesa que detém a hegemonia no período da Assembléia Nacional Constituinte é a dos republicanos "puros", que se considerava "herdeira legítima da Monarquia de Julho" e não tinha nenhum interesse específico na produção. Sua unidade ligava-se às velhas idéias republicanas, a um nacionalismo exacerbado, um "imperialismo camuflado" e sua proposta se reduzia a desejar a "dominação burguesa na forma republicana" (Marx,1975b:212).

Rapidamente, os republicanos vão cumprindo e esgotando sua missão de "fabricar uma Constituição republicana" que não modificasse nada, com a possibilidade "apenas de *mudar o traje*" e de "efetuar registros dos fatos existentes", de tal sorte que, na realidade, "sancionava a vitória da velha sociedade sobre a revolução" (LCF:137-8).

A nova Constituição proclamada em 21 de novembro de 1848, tendo como parteira o estado de sítio – invenção republicana – eliminará a maior parte das conquistas revolucionárias de fevereiro e criará uma série de restrições ao sufrágio universal, uma vez que a contra-revolução ainda não tinha forças suficientes para bani-lo da vida política, neste momento. Porém, tinha forças suficientes para limitar todos os direitos democráticos: de associação, de liberdade de imprensa, dos clubes políticos etc. Acrescente-se a este fato, as contradições constitucionais entre o executivo e o legislativo, que estarão na ordem do dia nos futuros desdobramentos históricos, uma vez que afirmando a onipotência legislativa, a Assembléia Nacional "tem poderes constitucionais para afastar o presidente" e este "só inconstitucionalmente pode dissolver a Assembléia Nacional suprimindo a própria Constituição", além de não permitir a reeleição presidencial (Idem:214). O

processo de revisão constitucional ficava praticamente inviável na medida em que haveria a necessidade de aprovação por três quartos da Assembléia e em três sessões consecutivas.

Marx irá analisar essa Constituição num artigo que escreve para o jornal cartista *Notes to the People*, em 14 de junho de 1851, onde aponta seu caráter retrógrado e reacionário:

Observa-se aqui e em todo o texto, como a Constituição Francesa garante a liberdade, mas sempre com a reserva das *exceções previstas pela lei* ou que a lei deverá estabelecer! – e todas essas exceções, estabelecidas pelo imperador Napoleão, pela Restauração e por Luis Felipe, não foram apenas mantidas após a Revolução de Junho, foram mantidas e ampliadas. Assim, por exemplo, a lei de 9 de agosto de 1849, sobre o estado de sítio, segundo a qual ele pode ser proclamado ou pela Assembléia Nacional ou, ... pelo presidente; essa lei confere às autoridades militares o direito de entregar ao tribunal de guerra quem quer que seja encarado culpado de delitos políticos. (Cf.Anexo)

Em todos os seus artigos a Constituição de 1848 repete que as liberdades estabelecidas de forma geral deverão ser regulamentadas por leis orgânicas, segundo o interesse da "segurança pública", ou seja, da segurança burguesa, que quando não delimitam as liberdades proclamadas, as aniquilam. Assim, torna-se claro o procedimento das constituições burguesas:

Esse truque de prometer a plena liberdade, de estabelecer os mais belos princípios e de confiar a sua aplicação, os seus *detalhes*, a decisão de leis sucessivas, foi tomada de modelo dos franceses pela burguesia austríaca e prussiana, pois o mesmo se deu na Constituição de 1830 e nas que a precederam. (Cf.Anexo)

Os procedimentos constitucionais burgueses, prossegue Marx, são assim declinados:

As eternas contradições desse disparate de uma Constituição mostram com suficiente clareza que a burguesia pode ser democrática em *palavras*, mas não nas suas ações; ela poderá certamente reconhecer a verdade em princípio, mas nunca o colocará em prática e a verdadeira "Constituição" da França não está na Carta da qual temos referido, mas nas leis orgânicas emanadas sob essa base, que nós brevemente resumimos para o leitor. Os *princípios* existiam, os *detalhes* foram entregues ao futuro, e com esses detalhes a vergonhosa tirania foi novamente elevada a lei! (Cf.Anexo)

Com a finalização dos trabalhos constitucionais, os tricolores vão se isolando cada vez mais no poder, entrando num processo de decomposição, passando "do nível de partido ao (sic!) nível de *coterié*", manejando a "Constituição como uma grande intriga" e pressionando as demais frações burguesas com o dilema "ou o *reinado do National* ou o *reinado da anarquia*" (Idem:140).

As eleições presidenciais marcadas para 10 de dezembro de 1848, não poderiam se revestir senão de um caráter plebiscitário em relação à República Tricolor. Todas as classes e frações de classe da sociedade francesa tinham motivos particulares para desejarem a destituição dos republicanos do poder. Mas a mais decisiva foi o campesinato no resultado que deu a vitória esmagadora a Luis Napoleão com 5.400.000 votos contra os 1.400.000 Cavaignac, 400.000 a Ledru-Rollin, 37.000 a Raspail, 8.000 a Lamartine e menos que isso a Changarnier. Essa data foi o "fevereiro" dos camponeses contra a República arrecadadora de impostos. A ela respondem com um candidato à presidência que se pretende imperador e que representava "com integridade os interesses e a fantasia da classe camponesa" (Idem:141). Da perspectiva do proletariado, a vitória de Luis Napoleão é a derrota de Cavaignac, "o carrasco de junho", a derrubada da Constituinte e o fim do republicanismo burguês. Para a pequena burguesia era o início do "domínio do devedor sobre o credor" e, finalmente, para a grande



burguesia, a “ruptura aberta com a fração de que se havia servido por algum tempo contra a revolução” (*Ibid.*).

Só nestas circunstâncias é que se pode entender, segundo Marx, o sucesso de Luis Napoleão, o “homem mais simples da França adquiriu a significação mais complexa”: a do “homem neutro” que podia significar tudo porque não significava nada e, que, portanto, era capaz de unificar a burguesia em nome da segurança e da ordem (*Ibid.*).

O período da República Tricolor, que inaugura o processo da contra-revolução, encerra-se definitivamente com a derrota dos homens do *Le National*, nas eleições para a Assembléia Nacional Legislativa em 13 de maio de 1849. Essas eleições representaram a vitória do *partido da ordem* – da união das duas casas dinásticas, legitimistas e orleanistas, da grande propriedade territorial que monopolizará o poder na Monarquia restaurada e da grande burguesia financeira, industrial e comercial, que fizera o mesmo na Monarquia de Julho. Para além da superficialidade da análise política que centrava as divergências dessas duas frações da burguesia em opções dinásticas, isto é, numa análise politicista, Marx observa que o que opunha realmente a casa de Bourbon a de Orleans, não eram questões de princípios mas suas condições materiais: “eram suas condições materiais de existência, duas espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio” (*Idem*:224). Mas não deixa de considerar que ao mesmo tempo havia entre as duas facções toda uma carga de sentimentos, convicções, fé e princípios que contribuíam para a rivalidade:

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiares. A classe inteira os cria e os forma sobre a

---

<sup>4</sup> Conluio, Igrejainha.

base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. (*Idem*:224)

Um membro isolado de uma classe, "um indivíduo isolado" poderá pensar que adquire essa consciência, prossegue Marx, "através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta", mas o que de fato impedia a união das casas dinásticas, era de fato a divergência de seus interesses materiais. Assim, retomando o que já escrevera em *A ideologia alemã*, sobre a imagem de si e a realidade:

...como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. (*Idem*:225)

O que nesse momento queriam os orleanistas e legitimistas no *partido da ordem*, não era o "rótulo político" mas sim o "rótulo social", como "representantes do regime burguês e não como paladinos de princesas errantes; como classe burguesa contra as outras classes e não como monarquistas contra republicanos" (*Idem*:225). Dessa forma, como partido da ordem, podiam exercer um "poder mais amplo e severo sobre as demais classes da sociedade do que jamais haviam exercido sob a Restauração ou sob a Monarquia de Julho" (*Idem*:225). E a forma política para esse domínio político completo, a despeito de seus princípios monarquistas, era a plebéia República Parlamentar. Se a coligação burguesa se colocava como situação na Assembléia Legislativa, com o sucesso eleitoral obtido no novo *partido social-democrata*, a Montanha (a reconciliação da pequena burguesia e facções socialistas do proletariado) irá constituir-se na oposição. Para Marx, a pequena burguesia havia percebido que tinha sido "mal recompensada" pela burguesia republicana mesmo com o papel que cumprira nas das jornadas de junho de 1848, que seus "interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam assegurar" estavam em risco pela marcha da contra-

revolução e, diante disso, procuram aliar-se novamente aos operários (*Idem:226*). Esse processo de aliança havia sido concluído em fevereiro de 1849, estabelecendo-se programa e candidatos comuns para as eleições legislativas. Essa coalizão entre as facções socialistas operárias e a pequena burguesia teve o seguinte sentido:

Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a *social-democracia*. (*Idem:226*)

Para Marx, o "caráter peculiar da social democracia" resume-se em "exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos – o capital e o trabalho assalariado – mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia", isto é, perseguir "a transformação da sociedade por um processo democrático" nos limites de uma "transformação da pequena burguesia": eis o conteúdo reformista da social-democracia (*Idem:227*). O embate entre o partido da ordem e a Montanha no Parlamento francês não tardaria a acontecer. Com a derrota dos republicanos do *Le National*, encerrava-se a primeira etapa da constituição da II República francesa, iniciada com a repressão do proletariado e seguida com a elaboração da Constituição parida sob estado de sítio.

#### **9.4. A ditadura parlamentar burguesa e o coup de tête de Luis Napoleão**

O primeiro gabinete ministerial do príncipe presidente, Luis Bonaparte, é formado com integrantes do partido da ordem na sua maioria monarquista, comandado pelo orleanista Odilon Barrot (1781-1873) – último ministro da Monarquia de Julho – e pelo católico Frederic P. Faloux (1811-1886). Com a

instalação da Assembléia Legislativa, inicia-se o período da República Parlamentar que, com a união da grande burguesia, punha “na ordem do dia o domínio de sua classe”, e não mais um regime de monopólio de uma facção dessa classe. O fato de ter tornado completa sua dominação, em sua forma política clássica, longe de produzir a “ordem e a segurança” tão desejadas, colocava a burguesia francesa na seguinte situação:

...solapava suas fundações sociais, uma vez que tem agora de se defrontar com as classes subjugadas e lutar com elas sem qualquer mediação, sem poderem esconder-se atrás da coroa, sem poderem desviar o interesse da nação às lutas secundárias que sustentavam entre si contra a monarquia. (Marx,1975b: 225/6).

Os movimentos que vão marcar os desdobramentos da vida política francesa até o golpe de 18 Brumário são extremamente complexos e agudos, na medida em que, com o funcionamento do parlamento burguês – a plenitude de sua dominação como classe – as contradições sociais aparecerão explicitamente como luta de classes. As primeiras medidas do gabinete de Barrot-Faloux já definem bem o caráter da política a ser seguida nos seus nove meses de existência: em janeiro apresenta proposta de dissolução dos clubes políticos que é rejeitada pela Assembléia Nacional Constituinte; no mesmo mês é dissolvida a Guarda Móvel que fora criada pelo Governo Provisório e que incorporava grande parte da massa desempregada provocando manifestações populares; em março aprova-se projeto de lei de Faucher contra o direito de associação, interdição de todos os clubes e associações políticas; em abril é decidido o envio de tropas da República francesa em auxílio ao Papa contra a República de Roma com apoio ostensivo e patrocinado pelo Príncipe Presidente.

Poucos dias após a abertura da Assembléia, em 11 de junho, diante do segundo bombardeio a Roma comandado pelo general Oudinot, o chefe da Montanha, Ledru-Rollin, tem a oportunidade de demonstrar e esbravejar toda sua indignação pela atitude de Luis Napoleão de enviar tropas a Roma, sem a devida

autorização da Assembléia e solicita, veementemente, o pedido de seu *impeachment* e de seus ministros. O pedido é rejeitado e a Montanha vai às ruas, em 13 de junho, no clássico estilo pequeno-burguês de desfile cívico contra a Assembléia, junto com o proletariado e a Guarda Nacional fardada, mas desarmada. A reação do partido da ordem é imediata: decretação do estado de sítio e o retorno do sabre, agora empunhado pelo General Changarnier, chefe da Guarda Nacional de Paris. O resultado foi o esfacelamento da Montanha: parte fugiu para o exterior, outra foi enquadrada pelos tribunais, e o restante passou a ser vigiado pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Com isso, e mais a dissolução da ala democrática da Guarda Nacional, quebrou-se a "influência da Montanha no Parlamento e a força da pequena burguesia em Paris" (*Idem:228*). Diante desse episódio, Marx não perde a oportunidade de criticar a pequena burguesia democrática, que "infectara o proletariado com sua própria fraqueza" e chegara a impedir o levantamento de barricadas nas ruas de Paris. A atitude ambígua da social-democracia, de ser leão no Parlamento e gatinho nas ruas, é assim retratada:

Se a Montanha queria vencer no Parlamento, não devia ter apelado às armas. Se apelou para as armas no Parlamento, não devia ter-se comportado na ruas de maneira parlamentar (...). Mas as ameaças revolucionárias da pequena burguesia e de seus representantes democráticos não passam de tentativas de intimidar o adversário. E quando se vêem em um beco sem saída, quando se comprometeram o suficiente para tornar necessário levar a cabo as ameaças, fazem-no então de maneira ambígua, que evita principalmente os meios de alcançar o objetivo e tenta encontrar pretextos para sucumbir. (*Idem:228-229*)

O maior pretexto encontrado pela social-democracia para justificar seu fracasso foi "acusar o 'povo' de deserção", esquecendo-se que ela própria havia desarmado-o ideologicamente.

Na verdade, o fracasso da revolução exclusivamente parlamentar de 13 de Junho de 1849 significou a instalação pelo partido da ordem, da *ditadura legislativa* da maioria sobre a minoria parlamentar, ele "tinha efetuado a subordinação da Constituição às decisões majoritárias da Assembléia". Até o final de junho, a Montanha estará praticamente destruída. Se em junho de 1848 era o proletariado que fora isolado e reprimido pela República Tricolor, agora era a pequena burguesia democrática que sofria o peso do sabre da República Parlamentar e via suas lideranças processadas, sua imprensa proibida, seus clubes e associações serem fechados.

Aparentemente, toda essa situação demonstrava a força do partido da ordem, mas, na realidade, o que acumulara era, de um lado, um profundo desgaste e isolamento ao expulsar da Assembléia sua bancada mais popular e, de outro, cumprira o papel desejado por Luís Bonaparte, ao legitimar seu ato quebrando toda institucionalidade constitucional, numa demonstração de fraqueza do legislativo diante do poder executivo.

Fortalecido, o Príncipe Presidente destituiu, em 1º de novembro, o ministério de Barrot-Faloux, o "primeiro e único ministério parlamentar", que assinalava ao partido da ordem a perda irreversível de uma "posição indispensável para a manutenção do regime parlamentar, a alavanca do poder executivo" (*Idem.*:234). Luís Napoleão, já não era mais o "*homem neutro*" das eleições presidenciais, a "urna vazia" que podia significar tudo. A luta permanente contra a "anarquia", a "ameaça vermelha" obrigou o próprio partido da ordem a fortalecê-lo e, com isso, cada vez mais congregava interesses na posse do executivo. A importância do controle do poder executivo leviatânico e de sua sufocante máquina burocrática num país como a França da época, é descrito assim por Marx:

Torna-se imediatamente óbvio que num país como a França, onde o poder executivo controla um exército de funcionários que conta com mais de meio milhão de indivíduos e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de

existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e *mantém a tutela da sociedade civil*, desde as suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais *extraordinária centralização*, esse *corpo de parasitas* adquire ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio corpo social – compreende-se que em semelhante país a Assembléia Nacional perde toda a influência real quando perde o controle das pastas ministeriais... (*Idem*:234, grifos meus)

Torna-se muito difícil acreditar que quem faz essa descrição da máquina burocrática possa ser um defensor do Estado. Daí minha insistência em percorrer o itinerário marxiano, contextualizando e citando o que Marx realmente disse.

O novo ministério chefiado pelo General D'Hautpoul com Rouher, Fould e outros, o "ministério de Bonaparte, órgão do presidente na Assembléia Legislativa, o *ministério dos paus mandados*", era o atestado do fortalecimento e independência do executivo e a decomposição do poder parlamentar (LCF:169).

A marcha da contra-revolução mais uma vez favorecia ao aventureiro que, com a presidência da República, tinha se apoderado da máquina administrativa e a manejava com eficiência, agrupando em torno de si uma grande gama de interesses. Seu prestígio diante da população crescia na medida inversa dos políticos e do parlamento. Continuadamente, a burguesia, para manter e defender seus interesses materiais, era obrigada a reforçar, ampliar e centralizar o poder executivo, com o aumento da burocracia estatal e do exército, o que era também uma forma de absorver parte do excedente da população que não conseguia empregar e tê-la sob sua dependência.

Esse processo inaugura o choque entre a disputa do poder executivo em ascensão e do poder legislativo em decadência, refletindo os primeiros sinais da

impossibilidade da burguesia francesa exercer sua dominação direta sob a forma de República Parlamentar. A burguesia pressionada pela luta de classes, “viu-se compelida por sua posição de classe a aniquilar, de um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e, de outro, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil” (*Idem.*:235). Gradativamente, as condições para o golpe começavam a amadurecer.

Com o novo ministério, Luis Bonaparte, por intermédio do velho comparsa e agiota Fould, encontrava na Bolsa de Valores espaço para suas manobras e falcatruas, e convertia em bonapartista a “ala da burguesia comercial que detivera a parte do leão no Governo de Luis Felipe, ou seja a *aristocracia financeira*” (*Idem.*:263). Na realidade, Marx faz uma importante observação, “Fould não representava apenas os interesses de Bonaparte na Bolsa, representava também os interesses da Bolsa junto a Bonaparte” (*Idem.*:263). Essa fração da burguesia que monopolizara o poder político na França desde 1830 e que, momentaneamente com a Revolução de Fevereiro teve que compartilhá-lo, pretendia – tendo como suporte o Príncipe Presidente – seu retorno à dominação exclusiva. Anti-republicana e parlamentar, a aristocracia financeira condenava:

...a luta parlamentar do partido da ordem contra o poder executivo como uma *perturbação da ordem*, e comemorava cada vitória do presidente sobre os supostos representantes dela como *vitórias da ordem*. (*Idem.*:263)

Também a burguesia industrial fazia coro contra as disputas entre o executivo e o parlamento que prejudicavam a ordem e seus negócios e não poupava críticas aos seus representantes parlamentares. Toda essa situação, escreve Marx, demonstrava à burguesia:

... que a luta para manter seus interesses *públicos*, seus próprios *interesses de classe*, seu *poder político*, só lhe trazia embaraços e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios. (*Idem.*:264)



O divórcio da burguesia com seus representantes políticos, isto é, a ruptura definitiva entre o *partido parlamentar da ordem* e da *massa extraparlamentar da burguesia* era irremediável e, a cada passo dessa cisão, fortalecia ainda mais a Luis Napoleão.

A presença de Fould no comando das finanças da República Parlamentar era, portanto, o retorno ao velho sistema fiscal da Monarquia de Julho, a retomada do imposto sobre o vinho que penalizava a população e a revogação do imposto de renda que beneficiava a grande burguesia. Se, até então, o partido da ordem sob o regime parlamentar burguês, exercia sua ditadura como despotismo de classe, com essas medidas seu comando e ditadura passam a ser exercidos apenas por uma fração de sua composição, a aristocracia financeira. Essa nova repressiva, um verdadeiro retorno às condições pré-1848, representava um golpe contra os setores legalistas da oposição – a situação da social-democracia – e um novo comando à altura da radicalidade da luta de classes: o proletariado. Novamente, os protagonistas de fevereiro põem-se frente a frente e a alternativa permanece: revolução ou contra-revolução.

Diante do novo quadro, os camponeses se incorporam na luta contra a República Parlamentar que, com a tributação do vinho, jogava-os para o endividamento, a hipoteca, a ruína e a subordinação ao capital financeiro. Qualquer manifestação popular ou reivindicação de direitos democráticos, antes tida como liberal, é neste momento vista como “socialismo” e socialismo representava o fim da ordem, da paz, da segurança, devendo ser, portanto, reprimido.

Luis Bonaparte, frente às medidas antipopulares do Parlamento, escondia-se atrás do partido da ordem. Seu controle do aparato estatal fortalecia-se cada vez mais com a indicação de Pierre Carlier para a chefia de polícia de Paris, com a lei Parieu (dezembro de 1849) que submetia a fiscalização dos professores às administrações locais, que por sua vez eram determinadas pelo executivo, e

reforçava o apoio junto à Igreja, com sua confirmação da Lei Falloux (janeiro de 1850) que devolvia o ensino escolar ao clero.

A 10 de março de 1850, realizam-se eleições suplementares para as vagas abertas em 13 de junho, resultando na vitória do partido vermelho, o que significava: "a revogação de junho de 48: os assassinos e deportadores dos insurretos de junho voltaram à Assembléia Nacional, mas de cabeça baixa, atrás dos deportados" (LCF:184). Nova vitória eleitoral é alcançada na seqüência, em 4 de abril, pela Montanha, reacendendo na pequena burguesia democrata o "cretinismo parlamentar", isto é, a "idéia de poder chegar à meta dos seus desejos pela via puramente legal", com a redução da política ao jogo institucional e a revolução pensada como sendo possível através de procedimentos político-jurídicos. Nessa direção, a Montanha deposita todas as suas esperanças em que "nas novas eleições de 1852, levaria Ledru-Rollin à cadeira presidencial por meio do sufrágio universal e traria à Assembléia uma maioria" (*Idem*:190).

Com as vitórias eleitorais da oposição, a burguesia estava diante do limite de sua forma de dominação republicana, parlamentar e constitucional com base no sufrágio universal. O dilema que se apresentava para a burguesia é assim posto por Marx:

A dominação burguesa, como emanção e resultado do sufrágio universal, como manifestação explícita da vontade soberana do povo: tal é o sentido da Constituição burguesa. Mas desde o momento em que o conteúdo deste direito de sufrágio, desta vontade soberana, deixa de ser a dominação da burguesia, haveria qualquer sentido na Constituição? Não é dever da burguesia regulamentar o direito de sufrágio para obter o que é razoável, isto é, para a sua dominação? (*Idem*:186)

Seguros com a manutenção ainda da maioria na Assembléia, e com a prática e ilusões legalistas da Montanha, o partido da ordem lança a única cartada que permitiria continuar no poder e afastar o perigo vermelho. Em 31 de maio,

apresenta uma proposta de reforma eleitoral que estabelecia aumento da taxa de inscrição nas listas eleitorais, três anos de domicílio fixo e nenhuma condenação, o que reduziu o corpo eleitoral de 9.600.000 a 6.800.000 eleitores. Em 8 de junho, é criada a lei de deportação que determinava o desterro para os crimes políticos. Finalmente, em 16 de junho, é criada uma nova lei de imprensa que aumentava o selo e a fiança. Essa lei liquidava toda a imprensa operária. Todas estas medidas são aprovadas pela Assembléia e com elas a Montanha desaparece da cena política oficial. Paga-se pelo silêncio de Luis Bonaparte com a liberação de nova verba ao funcionalismo público e decreta-se o recesso da Assembléia nomeando uma comissão exclusiva de integrantes do partido da ordem, comandada pelo general Changarnier.

Mais uma vez, Luis Bonaparte saía como o mais favorecido com esse conjunto de medidas: afastava-se a oposição, ele não se comprometia com a extinção do sufrágio universal, com os 3 milhões que recebera podia alimentar a corrupção e a cooptação estatal. E ainda, com sua *troupe* da Sociedade de 10 de Dezembro – seu dispositivo de cabos eleitorais que congregava a fina flor do lumpemproletariado de Paris, “massa indefinida e desintegrada” – podia fazer sua peregrinação por toda a França, propagandeada e louvada pela imprensa bonapartista oficial e privada, livre do controle da Assembléia e do partido da ordem.

O final do mandato presidencial de Luis Bonaparte, em maio de 1852, apontava uma situação complexa. Pela Constituição não era possível uma reeleição, uma revisão constitucional era praticamente impossível, não lhe restando outra alternativa para a continuidade no poder que não fosse inconstitucional. Por outro lado, para a burguesia uma nova eleição colocaria o confronto entre suas diferentes frações, o que poderia debilitá-la frente a seus adversários, que a cada eleição acumulavam vitórias. A ela caberia encontrar um “novo Luis Napoleão”, como em 1848, um homem neutro que pudesse aglutinar todas as suas frações.

Seus esforços neste sentido voltavam-se para Changarnier, apresentando-o como o novo "baluarte da sociedade".

Luis Bonaparte reconhece seu rival e busca miná-lo em seu próprio campo, o exército, utilizando sua prática habitual: a corrupção. Na realidade não foi preciso muito além de champanhe, cigarros, salsichas e promessas de recuperação do prestígio obtido nos tempos do tio, para que, em revista às tropas de Satory, fosse aclamado aos gritos de "*Vive L'Empereur*". Changarnier resiste, mas acaba sendo destituído de suas funções de comandante da Guarda Nacional e da primeira divisão militar de Paris e praticamente liquidado politicamente. Com isso, Luis Napoleão não só afasta seu grande rival, como também separa o poder militar do Parlamento, assumindo na sua plenitude o seu comando.

Agregando a Igreja, controlando o executivo na sua plenitude, contando com o apoio do exército e da polícia, favorecido pelo desgaste do parlamento e dos políticos, gozando de certo prestígio popular, os esforços de Luis Napoleão voltariam-se então para a grande massa da burguesia extra-parlamentar que colidia de frente, como vimos, com sua representação popular. Apostando nessa ruptura (da burguesia extra-parlamentar e seus representantes), Luis Napoleão, por um lado, acusava o parlamento de ser o provocador das tensões e, por outro, colocava-se como o guardião da ordem e estimulador do progresso, que tanto interessava à burguesia pois, desde 1849, vivia um período de crescimento econômico. Retomava o mito do passado de tempos de prosperidade, ordem e segurança enraizado nas consciências francesas, e colocava: *L'empire c'est la paix*.<sup>5</sup>

A sedução dos democratas viria com o pedido de Luis Napoleão à Assembléia, em 4 de novembro de 1851, do restabelecimento do sufrágio universal que, sob risos, é rejeitado pelo partido da ordem, mas que cumprira seu objetivo de "não fazer passar nada *no* Parlamento, mas tudo *contra* o Parlamento" (*Idem*:270). A Assembléia, com essa atitude, "rasgou, assim, seu mandato uma vez mais, uma vez mais confirmou o fato que a transformara de corpo de

representantes eleitos pelo povo, em Parlamento usurpador de uma classe” (*Idem*:270).

O episódio final que determina o *esgotamento do regime parlamentar* burguês, demonstrando a incapacidade para cumprir sua finalidade, isto é, de ser o *locus* do consenso geral das diferentes frações da burguesia para que, como classe, pudesse exercer seu pleno domínio na sociedade, será a rejeição da Lei dos Questores. Esta lei era a tentativa desesperada do partido da ordem de recuperar para a Assembléia o poder militar, uma vez que garantia o direito de requisitar tropas para sua proteção sem consulta ao poder executivo para com isso formar um exército parlamentar. Com isto a burguesia colocava: “o exército como árbitro entre ela e o povo, entre ela e Luis Napoleão, reconhecendo no exército o poder estatal decisivo”, confirmando “que há muito desistira de sua pretensão de dominar este poder” (*Idem*:270). Mesmo assim, a proposta é rechaçada pela Assembléia por uma maioria de 408 contra 300 votos, na verdade, decidida pela Montanha que se dividiu, “numa situação nada heróica”, ensanduichada de um lado pelo medo de Changarnier e do outro pelo medo de Luis Bonaparte.

O último esforço de unidade entre frações da grande burguesia havia sido a fracassada tentativa de fusão das duas casas dinásticas entre Orleanistas e Bourbons, logo após a morte de Luis Felipe em agosto de 1850. Tudo favorecia a terceira dinastia: a casa Bonaparte. Pouca coisa restava à burguesia, diante da incapacidade de adotar acordos. Ela abandona o Parlamento, abdicando assim de continuar exercendo diretamente sua dominação política, como forma de garantir e ampliar o fundamento de sua dominação, seu regime de propriedade.

Mais uma vez, o acaso e as circunstâncias históricas eram favoráveis ao terceiro pretendente do trono francês: Luis Bonaparte. Ele passava a ser naquele momento a única alternativa para a burguesia manter sua ordem social. Retomando a síntese de Marx nunca é demais repetir essa passagem sobre a emergência do bonapartismo: “era a única forma de governo possível, num

---

<sup>5</sup> O Império é a paz.

momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não havia adquirido” (Marx,1975a:196).

Contando com o apoio dos camponeses e da Igreja, tendo o domínio do exército e da polícia, controlando a imensa burocracia estatal, com um Parlamento burguês inoperante e dividido, com a classe operária reprimida, Luis Bonaparte aparece diante de toda a sociedade francesa como “uma autoridade executiva que se tornou um poder independente”. Não restará mais nada a fazer para a burguesia em 2 de dezembro, do que aclamá-lo e atribuir-lhe a “missão de salvaguardar a `ordem burguesa”” (*O 18 Brumário*: 282). O jogo de Luis Bonaparte, sua política de manobras, consiste: “primeiro em servir-se do povo contra a burguesia, depois da burguesia contra o povo, e utilizar-se do exército contra ambos” (Cf.Anexo).

A imagem, tão a seu gosto, de “benfeitor patriarcal de todas as classes”, será constantemente checada, uma vez que “não pode dar a uma classe sem tirar da outra” (Marx,1975b:284). Para executar tarefa tão contraditória, restam-lhe os instrumentos criados pela República Burguesa: o estado de sítio e o sufrágio universal. O primeiro, como o sabre permanentemente erguido sobre a cabeça de todas as classes e o segundo como instrumento de manipulação das massas, que serão chamadas a exercer seu direito de voto quando convier a seus interesses.

De 2 a 4 de dezembro, Luis Napoleão com uma mão decreta o estado de sítio, desarticula todos os partidos políticos, prende suas lideranças e executa deportações em massa e, com outra, restabelece o sufrágio universal e acena às massas acéfalas para o plebiscito de 20 de dezembro. Com 7.439.216 votos a favor e 640.737 contra, o golpe é sancionado: a farsa estava em cena, o sobrinho procurava imitar o tio. Em 14 de janeiro de 1852 é estabelecida uma nova Constituição que será revisada em 07 de novembro e, em 21 de novembro, um novo plebiscito – “o chamamento ao povo” – sobre a restauração do Império hereditário é aprovado por 7.824.189 votos contra 253 mil e mais de 2 milhões de abstenções. Luis Bonaparte é aclamado como Imperador da França sob o nome de

Napoleão III, configurando-se assim plenamente o estado bonapartista, eliminada a mediação do Parlamento, a *forma pura de oposição entre o poder estatal e a sociedade*, que irá constituir-se no baluarte de sustentação da contra-revolução burguesa em todo o continente europeu.

### **9.5. A ditadura bonapartista**

Se para Marx a Revolução Francesa de 1789, aparece como uma forma clássica da revolução burguesa, será a mesma França que virá a apresentar a forma política clássica e modelar da dominação burguesa no seu período de contra-revolução: o bonapartismo. Diferentemente do heroísmo e pretensão à universalidade da burguesia francesa no final do século XVIII, o bonapartismo representa o corolário de um processo histórico onde “a farsa predomina sobre a tragédia, a contra-revolução sobre a revolução” que se inicia com a Revolução de Fevereiro (Ianni,1988:78). Esse período é visto por Marx, como uma marcha inapelável de perda da burguesia de qualquer conteúdo revolucionário, plena de personagens ridículos, mesquinhos, desprovidos de estatura humana, que negam a cada passo as conquistas de seus tempos heróicos, que se escondem nas vestes, gestos e frases dos seus grandes homens do passado, num jogo de aparências, verdadeiro baile de máscaras, representando uma farsa que na verdade significa a fuga de qualquer solução para a realidade.

Ao contrário da Grande Revolução Francesa – que liquidou os vestígios do passado feudal, alcançou a glória na luta e na transformação da realidade e apresentou com todas as tintas o realismo burguês – os personagens que se sucedem de 1848 a 1851 só poderiam apresentar suas ilusões para escamotear as limitações burguesas, só poderiam encontrar na paródia a forma de seu engrandecimento e no passado as soluções para o presente: pensa-se que se

avança e volta-se ao passado. Se a Revolução de Fevereiro é o *coup de main*, o ataque e o ato de surpresa, o 2 de Dezembro, o *coup de tête*, é o truque do trapaceiro, do prestidigitador, que termina o processo de liquidação das concessões liberais conquistadas em séculos de luta, iniciado com a repressão das jornadas proletárias de junho de 1848, continuado na transformação da *res publicæ* em forma conservadora da vida burguesa e que, diante da "ameaça vermelha", não hesita em lançar mão do "salvador da pátria" e do exército para a preservação da sua ordem, da sua propriedade, da sua família e da sua religião. Não há, para Marx, no bonapartismo nenhum elemento de avanço social:

Longe de ser a própria *sociedade* que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o *Estado* que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina. (O 18 Brumário:305)

O que move a burguesia nesse processo é o medo e a covardia diante dos desafios do futuro. Só pode então, recolher-se, em sua própria fraqueza, num movimento de auto-destruição e condenar suas próprias instituições políticas mais democráticas: "liberalismo é socialismo". Pouco importa perder sua *posição* política, o que importa é manter – seja como for – a *forma* política, sua *posição social*: seu regime de apropriação da produção social.

Para Marx, a resposta bonapartista é a solução da mediocridade. Independentemente dos resultados pragmáticos obtidos por Napoleão III, é assim que é encarado e tratado. O Estado bonapartista teria encarnado, coroado e levado à perfeição a contra-revolução burguesa: da ditadura republicana, contra o proletariado em junho de 1848; da ditadura parlamentar, contra a pequena burguesia e o proletariado; da ditadura *política* bonapartista, aparentemente, contra a própria burguesia e sobre todas as classes.

Nesse processo de contra-revolução, a revolução social, segundo Marx, conquistara um passo ao despir-se das ilusões parlamentares e de conquistar a emancipação do trabalho ao lado da burguesia. Esse era o conteúdo apontado



pelas jornadas proletárias de 1848, que demonstrava os limites da burguesia, de sua revolução política e que com o aprimoramento contínuo do Estado, revela sua natureza de classe fazendo explodir as contradições da sociedade moderna. Marx, diz, analisando esses acontecimentos:

Mas a revolução é profunda. Ainda está passando pelo purgatório. Executa metodicamente a sua tarefa. A 2 de dezembro concluíra a metade do seu trabalho preparatório, conclui agora a outra metade. Primeiro aperfeiçoou o poder do Parlamento, a fim de poder derrubá-lo. Uma vez conseguido isso, aperfeiçoa o *poder executivo*, o reduz à sua expressão mais pura, isola-o, lança-o contra si próprio como único alvo, a fim de concentrar todas as suas forças de destruição contra ele. E quando tiver concluído essa segunda metade de seu trabalho preliminar, a Europa se levantará de um salto e exclamará exultante: Belo trabalho, minha velha toupeira! (idem: 275)

Sem as ilusões e a poesia do passado, a revolução social – a “velha toupeira” – voltará à cena francesa duas décadas depois na Comuna de Paris, ensaiando a demolição do aparato estatal em sua totalidade: o executivo e o parlamento.

A dominação bonapartista expressa para Marx a pequenez do espírito burguês da sua massa extraparlamentar, movida “pelo amor à própria bolsa” (*Idem:274*). Desgostosa com o custo e a instabilidade provocada por seu próprio exercício direto do poder político, volta-se contra seus representantes parlamentares e não se acanha a abdicar dele em favor de um aventureiro:

...a fim de poder entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança sob a proteção de um governo forte e absoluto. Declarava inequivocamente que ansiava por se livrar de seu próprio domínio político a fim de se livrar das tribulações e perigos desse domínio (...). Essa massa, que sacrificava, a cada momento seus interesses gerais de classe, isto

é, seus interesses políticos, aos mais sórdidos interesses particulares e exigia de seus representantes idêntico sacrifício...  
(*Idem*:265)

Diante do acirramento da luta de classes e do início da crise comercial que se esboça em 1851, a burguesia francesa, em vias de se tornar bonapartista, não hesita em trair suas tradições democráticas mais caras e se rende covardemente ao "salvador da pátria": "*Antes um fim com terror, do que um terror sem fim.*" (*Idem*:268). O "terror sem fim", aos olhos da burguesia francesa, era sua criatura, a República Parlamentar, a "assembléia das classes dominantes":

... a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government*; que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que, a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o poder burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar a sua bolsa, deve abrir mão da coroa e que a espada a que deve salvaguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre a sua cabeça. (*Idem*:238)

A vitória de Luis Bonaparte, a anulação aparente do poder político da burguesia para a manutenção de seu poder social, significava a vitória do "*poder executivo sobre o poder legislativo, da força sem frases, sobre a força das frases*" (*Idem*:275). O bonapartismo, como regime pós-parlamentar, essencialmente militar, centra-se no executivo que submete a si todos os poderes sociais e, em "contraste com o poder legislativo" que representa a autonomia da nação, o executivo representaria sua heteronomia, sua dependência e subordinação (*Idem*:275). Diferentemente do perseguido equilíbrio e independência entre os poderes do Estado, o legislativo, o executivo e o judiciário, no bonapartismo o que

predomina é a crescente hipertrofia do executivo. Um poder estatal que se autonomizou, se descolou, que levou a fundo e a cabo o processo de sua emancipação da sociedade, essa tendência genética do Estado moderno reiteradas vezes apontada por Marx, é o que leva a considerar o bonapartismo como o regime de máximo antagonismo e oposição entre o Estado e a sociedade. O processo de abstração dos indivíduos pelo Estado – pela anulação das suas diferenças reais pela emancipação política, pela separação entre o público e o privado e entre o *bourgeois* e o *citoyen* – alcança no Estado bonapartista sua maior expressão como “governo de salvação nacional” que leva ao extremo abstrações como “povo” e “nação”. Dessa forma, dissolve com a maior eficiência possível todas as classes para depois incorporá-las na sua “comunidade ilusória”, unidade fictícia mantida sob o permanente comando do sabre. Para Emir Sader, por exemplo, o bonapartismo – executando a mais completa “dissociação entre o homem enquanto produtor privado e enquanto cidadão político abstrato, para qual o Estado moderno foi criado” – consagra “em seu mais alto grau” as “tarefas específicas do político” e, dessa forma, revela “a verdade histórica de todas as formas anteriores de Estado” (Sader,1993:102). É nessa direção que a análise marxiana do bonapartismo, perseguida por mais de duas décadas, constitui-se num momento ultra privilegiado de sua crítica ao Estado e à política. À luz dessa experiência histórica é que Marx extrai as leis de tendência do desenvolvimento do Estado moderno, isto é, de seu aperfeiçoamento burocrático e de seu caráter repressivo e opressivo, o que coloca o bonapartismo como uma forma superior e não, como querem alguns, um acidente histórico ou um momento de descuido e destempero do estado capitalista.

Na célebre retrospectiva histórica feita por Marx em *O 18 Brumário* da constituição e evolução do poder executivo que nasce com a Monarquia Absoluta, a máquina burocrático-militar do Estado é descrita como um “tremendo corpo de parasitas” que “envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros”. Ao quebrar os privilégios feudais inicia-se um processo de

concentração desses atributos em poder do Estado “cuja tarefa está dividida como uma fábrica”. A Revolução Francesa que põe fim à Monarquia Absoluta se utiliza de sua própria máquina estatal para quebrar “todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais”. Para cumprir sua missão de “unificação civil da nação”, amplia e centraliza o que o Absolutismo iniciara. Esse processo prossegue e é acelerado por Napoleão no primeiro bonapartismo. As monarquias que se sucedem – a legitimista com a Restauração e a da Monarquia de Julho em 1830 – “nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho” que crescia na mesma proporção dos novos interesses criados pelo desenvolvimento burguês e, que, portanto, significavam “novo material para a administração do Estado”. Segue-se assim, um movimento de usurpação do controle social e de absorção de atividades sociais pelo Estado que passam a ser submetidas ao controle político:

Todo interesse *comum* (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior *geral* (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. (Idem:276)

Quando a burguesia francesa se viu diante da revolução, sua República Parlamentar foi obrigada a “consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder estatal”. A conclusão de Marx é feita axiomáticamente, com claros ecos das *Glosas* de 1844: “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la.” (Idem:276) Essa máquina disputada por todos os partidos que se constitui no “principal espólio do vencedor” (Idem:276).

Vinte anos depois, diante da Comuna e da tentativa de destruir a máquina estatal, o processo de sua constituição é repetido na mesma linha de raciocínio,

mas agregando os novos acontecimentos e acentuando o caráter repressivo do estado:

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, de máquina do despotismo de classe. (GCF:195)

Marx observa, ainda em *O 18 Brumário*, que por mais que desde sua gênese a burocracia buscasse sua autonomia e lutasse para “estabelecer seu próprio domínio”, seu papel sempre fora, de fato, subalterno. Primeiro, como “meio de preparar o domínio da classe burguesa” na Monarquia Absoluta, na Revolução Francesa e com Napoleão. E depois na Restauração, com Luis Felipe e na República Parlamentar onde “era instrumento da classe dominante” (Marx,1975b:276). Com todo esse processo de constante aprimoramento do Estado é que, sob “o segundo Bonaparte parece tornar-se completamente autônomo”. A máquina estatal se consolidou de tal forma diante e em oposição à sociedade civil que lhe bastava ter à frente um aventureiro: “o chefe da Sociedade 10 de Dezembro” (*Idem* grifos meus). Mas, para Marx, apesar dessa perfeição, “o poder estatal não está suspenso no ar” e busca as bases sobre as quais esse poder se assenta. Luis Bonaparte, representa a “ilusão” da classe mais numerosa da França, os pequenos camponeses, que lhe serviu de base social e eleitoral nas eleições presidenciais, nos plebiscitos que se sucederam após o golpe e que garantirá, como se disse, vida longa ao II Império.

Se Marx apenas ensaiou o capítulo sobre as classes para *O capital*, sua análise sobre os camponeses em *O 18 Brumário* se constitui num material altamente significativo para o entendimento do que pensava sobre o assunto. Na mesma linha de raciocínio de *Miséria da Filosofia*, os pequenos camponeses (*Parzellen*) inicialmente aparecem como classe, simplesmente “em oposição” às

outras classes. Mas, observa Marx, eles não se constituem em *classe para si* na medida em que seu modo de produção precário não só não propicia “nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento”, como também – e isso é o mais importante – os isola, limitando a “riqueza de relações sociais”. A realidade de seu modo de produção faz com que os camponeses supram suas necessidades com certa auto-suficiência, muito mais “através de trocas com a natureza” do que pelo “intercâmbio com a sociedade” (*Idem:277*). Ligados apenas por conexões locais sem dimensão nacional, centrados exclusivamente em seus interesses individuais e sendo incapazes de desenvolverem comunidade ou organização política, “não constituem uma classe”. Estão impossibilitados de “fazer valer seu interesse”, não podem se representar e por isso tem que ser representados, necessitando de uma liderança externa. Nesse vácuo, é que Luis Bonaparte se apresenta com sucesso, utilizando-se do “mito e do culto do tio” fortemente inculcado nas consciências camponesas por várias gerações. Para Marx, a dinastia de Bonaparte representa o mundo rural conservador que reduz seu horizonte à consolidação da pequena propriedade e não do camponês que luta para sair de suas condições materiais. Luis Bonaparte representa não “o esclarecimento mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado” (*Idem:278*). Se durante a República Parlamentar os camponeses – submetidos pela pesada tributação estatal que levava a pequena propriedade à hipoteca, o imposto do capital, e à sua conseqüente ruína, colocaram em cheque essa “ilusão napoleônica”, numa “disputa entre a consciência moderna e a consciência tradicional” – a própria repressão tricolor jogou-os novamente para os braços do Império. Marx procura demonstrar a diferença da situação da pequena propriedade rural no ato de sua criação por Napoleão I, quando formavam “fortificações naturais da burguesia” contra a reação feudal de seus antigos senhores, daquela que encontrou na República Parlamentar:

Mas no transcorrer do século XIX, os senhores feudais foram substituídos pelos usurários urbanos; o imposto feudal referente à terra fora substituído pela hipoteca; a aristocrática propriedade territorial foi substituída pelo capital. A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder. (*Idem*:280)

Dessa forma, o próprio desenvolvimento do grande capital demonstrava a inviabilidade da pequena propriedade, levando-a a bancarrota. Assim:

A ordem burguesa, que no princípio do século (XIX) pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-a no caldeirão alquimista do capital. (*Idem*:280)

Assim, para Marx, os interesses dos camponeses já não estão mais de acordo, mas contra os interesses do capital, o que os leva a encontrarem como aliado e “dirigente natural” o proletariado urbano “cuja tarefa é derrubar o regime burguês” (*Idem*:280).

O bonapartismo representava a *ilusão* dos pequenos proprietários camponeses, *de fato*. Mas, ao cumprir sua missão de *gendarme* da ordem burguesa e ser o instrumento de repressão – levado à perfeição – das classes subalternas, proibindo e dissolvendo suas organizações, também representava os diferentes setores da grande burguesia: o industrial, o comercial e principalmente o financeiro, que sob o governo forte “deverão prosperar em estilo de estufa” (*Idem*:283).

Com sua política interna de manobra de classes, com uma política externa contraditória onde se apresentava como “libertador das nações”, ao mesmo tempo em que cumpria o papel de guardião da ordem continental e que com suas

aventuras imperialistas saciava o nacionalismo francês e reforçava seu domínio interno; com uma política econômica intervencionista que favorecia os setores do grande capital industrial e financeiro, o II Império só poderia ter vida longa e cumprir sua missão de completar, com a afirmação econômica, a dominação burguesa. O bonapartismo realizava assim, na forma contra-revolucionária, as tarefas não efetuadas pela Grande Revolução Francesa.



## **CAPÍTULO 10**

**A DERROCADA DO BONAPARTISMO  
E O ADVENTO DA COMUNA DE PARIS**

## CAPÍTULO 10

### A derrocada do bonapartismo e o advento da Comuna de Paris

O II Império será analisado por Marx na condição de jornalista do Diário norte-americano *The New York Daily Tribune* (A Tribuna Diária de Nova York)<sup>1</sup>, em seu exílio definitivo em Londres. O convite para ser correspondente internacional do jornal foi feito pelo editor-administrativo Charles Dana, um defensor do fourierismo e, de certa maneira, do socialismo que Marx conhecera em Colônia, em 1848. O NYDT era o jornal mais lido da América do Norte, alcançando uma tiragem de 200 mil exemplares. Fora fundado por Horace Greeley, em 1841, e apresentava uma linha política que mesclava a defesa de idéias progressistas, abria espaço para o fouriernismo norte-americano, defendia a libertação dos escravos e se opunha à pena de morte.

Os primeiros artigos que Marx envia para o NYDT foram, na verdade, a seu pedido, escritos por Engels porque ele ainda não dominava o idioma inglês. Por sugestão de Marx, Engels escreve inicialmente 18 artigos sobre a Alemanha que durante muito tempo foram republicados sob o título de *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, com Marx ainda aparecendo como seu autor. Junto com *A luta de classes na França*, eles formam a parte mais significativa do balanço crítico da maior experiência política direta de ambos vivida nas revoluções de 1848.

---

<sup>1</sup> Ao longo deste capítulo esse jornal norte-americano será referido pela sigla NYDT.

A contribuição de Marx para o NYDT, iniciada em agosto de 1852, vai se encerrar em 1862, quando a guerra civil norte-americana passará a ocupar praticamente todo o jornal. Durante esses dez anos, foram publicados sob a firma de Marx um total de 487 artigos, sendo 350 de sua autoria, 125 escritos por Engels (na maioria sobre as questões militares), de acordo com a divisão de trabalho que estabelecem e, finalmente, 12 artigos em co-autoria. Essa atividade jornalística, apesar de ser decisiva financeiramente para Marx, faz com que ele não deixe de manifestar sua contrariedade, como ilustra a carta a Cluss, de 15 de setembro de 1853:

Aborreço-me rabiscar papel sem parar para os jornais, me toma muito tempo, dispersa meus esforços e, a bem da verdade, não vale. Independência, vá lá, mas se está preso à folha de papel e ao público, principalmente quando se é pago a varejo, como é o meu caso. Os trabalhos puramente científicos são de fato outra coisa... (*Apud* Rubel,1991:52)

A despeito desse comentário, a colaboração de Marx no NYDT, converteu-se na verdade numa trincheira privilegiada, onde durante uma década, ele pôde se posicionar como historiador e crítico, na perspectiva da classe operária frente a todos os acontecimentos mundiais marcados pela marcha da contra-revolução burguesa: as guerras européias, os processos de unificação italiana e alemã, as crises econômicas, as relações internacionais entre as grandes potências, o desenvolvimento do colonialismo, a situação da classe operária etc. Contra os apologetas do capital que apresentavam o período iniciado após a repressão da "Primavera dos Povos", como unicamente de prosperidade, bem-estar e desenvolvimento econômico, Marx refutava esse caráter mistificador da realidade, nas páginas do NYDT:

...nunca houve um único período de prosperidade em que eles não tenham aproveitado a ocasião para provar que *desta vez*

a medalha não tem reverso, que *desta vez* o *destino* implacável  
foi vencido. (*Apud* Fedosseiev,1983:322)

Também não perdia a oportunidade para desmascarar o segredo da  
Economia Política ao insistir no caráter definitivo e eterno do capitalismo, que:

...consiste simplesmente em transformar relações sociais  
transitórias, pertencentes a uma determinada época e  
correspondendo a um certo estágio da produção material em leis  
eternas, gerais, não variáveis, leis naturais como eles chamam.  
(Marx e Engels,1980a:247)

Marx procura chamar a atenção para as afirmações dos ideólogos  
burgueses, de que o capitalismo havia trazido à classe trabalhadora tranquilidade e  
bem-estar, apresentando o custo da prosperidade capitalista: a migração forçada  
dos trabalhadores europeus para todas as partes da América e o crescimento  
alarmante da fome, inclusive no próprio país demiurgo do sistema capitalista, a  
Inglaterra. Quando tratou da colonização britânica na Índia, apontou o caráter  
contraditório desse processo ao mesmo tempo destrutivo e regenerador. Como  
"instrumento inconsciente da história", a colonização – ao destruir as bases  
econômicas locais – teria aberto condições involuntárias para a revolução social, "à  
maneira das revoluções geológicas, que produziram a crosta terrestre". Assim, no  
futuro:

...depois que uma grande revolução social houver  
dominado os resultados da época burguesa, o mercado mundial e  
as forças produtivas modernas, e as houver submetido à  
dominação comum dos povos mais avançados, somente então o  
progresso humano cessará de se assemelhar ao horrível ídolo  
pagão que só bebia néctar no crânio de suas vítimas. (*Apud*  
Rubel,1991:52)

Para contornar os limites do trabalho jornalístico, Marx adotava o seguinte procedimento: quando suas posições coincidiam com a linha editorial do NYDT carregava nas tintas da crítica e, quando não, limitava-se ao relato dos fatos. As relações com o editor Charles Dana por vezes tornavam-se tensas, pelo fato deste com frequência fazer alterações nos artigos de Marx – sem consultá-lo – quando não havia coincidência nas posições. Em outras vezes tomava parágrafos inteiros, sem a devida autorização de Marx, para incorporá-los nos editoriais que escrevia. Daí a tensão entre ambos.

Nesse trabalho jornalístico, Marx tinha a oportunidade de apresentar dados históricos e estatísticos de suas pesquisas no Museu Britânico e, certos artigos, como aqueles sobre a Índia, foram reproduzidos em *O capital*. A aposta permanente de Marx numa nova crise econômica que abriria um ciclo revolucionário durante esse período era visível em seus artigos.

Parte desses artigos eram reproduzidos em suplementos especiais do próprio NYDT e em outros jornais democráticos europeus e operários como a *Nova Gazeta do Oder (Neue Oder-Zeitung)*, o *Jornal do Povo (People's Paper)*, o *Free Press*, o jornal *O Povo (Das Volk)*, *Die Reform*, *Allgemeine Ausburg Zeitung*, *Die Presse*.

### **10.1. O exercício do poder bonapartista no New York Daily Tribune**

Os artigos de Marx no NYDT destinados ao exame crítico do II Império, que se intensificam a partir de 1856, não cansam de denunciar esse regime – num “infatigável requisitório” – como o símbolo da decadência e mediocridade burguesa nos tempos de sua contra-revolução (Rubel, 1960:151). A França bonapartista, ao lado da Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia formam o bloco da reação e serão os principais adversários da “sexta potência”, a revolução do proletariado. Nesses

artigos, são aprofundadas as análises realizadas em *O 18 Brumário*, e algumas vezes reproduzidos seus trechos e idéias, já que essa obra ficou praticamente inédita na Europa em função da apreensão dos poucos exemplares que foram enviados da América do Norte por Weydemeyer (que foram apreendidos assim que chegaram ao continente).

O exame dos atos do bonapartismo no exercício do poder traduziam a crescente linha contra-revolucionária da burguesia que passava a encarnar formas políticas anti-parlamentares, como a Inglaterra de Lord Palmestron e de governos claramente ditatoriais – o “sabre desembainhado” – de flagrante violência policial e despotismo militar, em especial, contra a classe operária. Ao lado do caráter repressivo, Marx não deixa de acentuar a degradação moral e especulativa desses regimes burgueses e, com a crise econômica tão esperada que acaba ocorrendo em 1857, não deixa de depositar suas esperanças de um novo surto revolucionário. Comparando essa situação com 1848, escreve Marx:

Todo o período de 1848 aparece à nossa época como um prazo dado pela história à velha sociedade européia, em vista da última explosão de todos esses elementos acumulados. Na política, a veneração da espada, na maior corrupção geral é o retorno hipócrita às superstições desacreditadas; na economia política, o apetite de enriquecer sem o esforço de produzir; tais são as tendências que a sociedade manifestou durante a orgia contra-revolucionária de 1849 a 1851. (*Idem*:38)

A guerra da Criméia (1854-1856) oferece a oportunidade para Marx de desmascarar a política externa de Napoleão III, marcada pela farsa de “O Império é paz”. Na verdade, desde quando o então Presidente da República francesa, enviara tropas do exército – e mandara bombardear a nascente República Romana aparecendo como “salvador da Igreja” e reforçando sua aliança com o Papa – estava claro o papel de guardião da ordem européia que ele desempenharia como Imperador. A rivalidade entre as potências européias que existia antes de 1848,

passada a onda revolucionária, voltaria a se manifestar na primavera de 1853. A Rússia considerava o momento apropriado para anexar uma parte do Império Turco-Otomano como recompensa pelo seu desempenho na restauração da "ordem". O Czar Nicolau I tinha a expectativa de que a Inglaterra não rompesse as relações de amizade e reciprocidade e que a França, naquele momento, não possuísse condições de se opor às suas pretensões sobre Dardanelos e Bósforo, o que implicava no domínio das rotas do Oriente Próximo. Esse era o verdadeiro ponto da chamada "questão oriental", ponto de discórdia entre as potências europeias desde o século XVIII. Ele ficava dissimulado pela disputa da posse dos "lugares santos", Jerusalém e Belém, pleiteada por Napoleão III em nome da Igreja Católica e também pelo Czar em nome da Igreja Ortodoxa. Diante da invasão russa do território turco, Inglaterra e França, a contragosto, intervêm no conflito enviando uma esquadra comum a Dardanelos. Em seguida, Cavour, primeiro-ministro do reino da Sardenha, incorpora-se em apoio à Turquia, perseguindo a recompensa do apoio da França e da Inglaterra à unificação da Itália, sob a égide do Monarca sardo, Victor Manuel II. A Prússia e a Áustria diante do conflito mantêm-se neutras.

A posição de Marx e de Engels, explicitada nos artigos do NYDT, tanto nesse conflito, como nos que se sucederam, fixava-se no exame dos acontecimentos, naquilo que poderia contribuir para o desencadeamento da nova revolução social. Procuravam demonstrar a falsidade do argumento central utilizado por Napoleão III e pelo ministro inglês Lord Palmestron – que o conflito oriental era a luta da civilização e do progresso contra o atraso e a barbárie asiática – já que não desconheciam que a Turquia era muito mais bárbara do que a Rússia. A guerra termina com a vitória da Turquia e de seus aliados sem que houvesse qualquer invasão do território russo. A paz é assinada em 1856, em Paris.

A guerra da Criméia representou para Napoleão III sua grande estréia nos empreendimentos bélicos continentais. Antes (em 1852) ele havia iniciado a ocupação do Senegal (concluída em 1857), a fim de reavivar sua vinculação com o

tio para contornar problemas e reforçar seu prestígio interno, saciando o chauvinismo francês. Em *Os resultados da guerra* Marx escreve:

Ele que trazia um nome cujo sentido era tirania e carnificina, ele que, pelo eco de uma glória passada, tinha abarcado a imaginação das massas francesas – sabia muito bem que para preservar seu prestígio, o batismo de sangue e a consagração de sucessos militares eram absolutamente necessários. Para ele, desde o início, era indispensável levar uma guerra contra qualquer uma das duas potências que haviam provocado a queda do seu tio. A Berésina e Waterloo tinham que ser vingadas, e as glórias igualadas. Luis Napoleão era suficientemente esperto para compreender que a guerra deve sempre ser mais ou menos popular para uma nação cujos instintos são essencialmente militares, uma nação para a qual – gaulesa ou francesa – o combate foi durante longos séculos a condição normal. (*Apud* Rubel,1970:32)

Com o Tratado de Paris, ficava sepultada definitivamente a era diplomática da Santa Aliança que, para Marx, significava a “velha ordem de opressão das nações européias e do afogamento de todas as aspirações de liberdade e independência dos povos” (*Apud* Rubel,1960:33). O resultado da guerra, para a França bonapartista, significou sua supremacia militar no continente, porém, com a derrota da frota russa, favoreceu o acesso da Inglaterra à Ásia. Marx estima que a França bonapartista irá, em seguida, aproximar-se diplomaticamente da autocracia czarista russa que, inferiorizada militarmente diante dos países capitalistas, será obrigada a fazer uma série de concessões aos camponeses que culminará na abolição da servidão. O próximo alvo do imperialismo de Napoleão III seria a Itália.

Antes, porém, o bonapartismo sofre uma decisiva inflexão, fazendo explodir sua verdadeira essência. Em 14 de janeiro de 1858, o Imperador e a Imperatriz sofrem um atentado a bomba, comandado pelo republicano italiano Orsini, que



deixa um saldo de oito mortos e 148 feridos. Esse acontecimento, aliado ao crescimento republicano nas eleições de 1857, que elege – entre outros – Carnot, Cavaignac e Gaudchaux (todos ex-ministros que se recusavam a prestar o juramento de fidelidade ao Imperador), acabam determinando medidas que reforçam o caráter despótico e militar do regime com a lei de Segurança Geral em 19 de fevereiro, que conferia à polícia o direito de prisão e de deportação de todo e qualquer suspeito, em especial os que tinham sido condenados em 1851 (Cf. Lesourd,1981:108).

Para Marx, essa era uma oportunidade para expor a essência do bonapartismo. Num de seus artigos desse período, examina duas situações: por um lado, a ascensão do bonapartismo e, por outro, sua atualidade, agravada pela situação de crise econômica iniciada em 1857:

O segredo da ascensão de Bonaparte deve ser procurado, de um lado, na prostração comum dos partidos antagônicos e, de outro, na coincidência do golpe de Estado com a prosperidade do comércio mundial. Eis porque a crise comercial necessariamente solapou a base material do Império que jamais beneficiou qualquer moral, a não ser a desmoralização momentânea das classes e de todos os partidos. As classes trabalhadoras reafirmam sua hostilidade diante do atual governo no mesmo momento em que perdem o seu trabalho. Uma grande parte das classes médias da indústria e do comércio se encontra acuada pela crise na mesma situação que levou a Napoleão a precipitar seu *golpe de Estado*; é bem conhecido que, naquele momento, o medo da prisão por dívidas de Clichy pôs fim a suas hesitações. O mesmo motivo precipitou os burgueses parisienses às barricadas em 1848, e fez com que, nesse momento, uma convulsão social fosse como uma dádiva de Deus. (*O atentado à vida de Bonaparte no Anexo*)

Em nome da "segurança nacional", o Imperador divide a França em cinco regiões comandadas, cada uma, por um Marechal e substitui vários prefeitos por militares, na verdade medidas para a "segurança particular" de Napoleão III, o que leva Marx a chamar o governo imperial de "regime pretoriano". No artigo *A Dominação Pretoriana*, Marx, negando que os militares se constituam numa classe, procura estabelecer a relação entre o exército e as classes dominantes e diferenciar o "regime pretoriano" dos regimes franceses anteriores:

Um grande historiador moderno nos tem dito que, por mais que se disfarce o fato, a França, desde os dias da Grande Revolução, tem sido sempre deposta pelo exército. Diferentes classes têm certamente dominado sob o Império, a Restauração, Luis Felipe e a República de 1848. Sob a primeira, o campesinato, fruto da revolução de 1789, predominou; sob a segunda, os grandes proprietários de terra; sob a terceira, a *bourgeoisie*, e, a última, não na intenção de seus fundadores, mas de fato, experimentaram uma tentativa abortada de dividir a dominação em partes iguais entre os homens da monarquia legítima e os homens da monarquia de julho. Contudo, todos estes regimes dependeram do exército. Até mesmo a Constituição da República de 1848, não foi elaborada e proclamada sob um estado de sítio – isto é, o domínio do sabre? Não foi aquela república personificada pelo General Cavaignac? Não foi salva pelo exército em junho de 1848, e novamente salva em junho de 1849, para ser finalmente deposta pelo mesmo exército em dezembro de 1851? Então, o que se constitui em novidade o regime agora abertamente inaugurado por Luis Bonaparte? Que ele domina por meio do exército? Assim o fizeram todos os seus predecessores desde os dias do Thermidor.<sup>2</sup> No entanto, se em todas as épocas passadas a classe dominante, cuja ascensão correspondeu a um desenvolvimento específico da

---

<sup>2</sup> Lembremos que um golpe de estado contra-revolucionário de 27-28 de julho de 1794 derrubou o Governo jacobino e estabeleceu o domínio da grande burguesia.

sociedade francesa, estabeleceu sua *ultima ratio* contra seus adversários com o exército, contudo, foi um interesse social específico que predominou. Sob o Segundo Império o interesse do próprio exército é que predomina. O exército não mais mantém o domínio de uma parte da nação sobre outra parte (povo). O exército mantém seu próprio domínio, personificado por sua própria dinastia, sobre o povo francês em geral. Ele representa o *Estado* em antagonismo com a *sociedade*. (Cf. Anexo)

Nessa última afirmação Marx, como assinala Rubel, recoloca o que dissera em *O 18 Brumário* sobre a necessidade da paródia do Império, para liberar a massa da nação francesa do peso da tradição e colocar com toda sua pureza o antagonismo entre o Estado e a sociedade (Cf. Rubel, 1960:50). Na verdade, esse momento pretoriano do bonapartismo, representa a alternativa à política de manobras entre as classes – de jogar uma classe contra a outra – ora apoiando-se em uma e ora em outra. Em seguida, opera-se o inverso. Isso mantém o equilíbrio estatal, eficaz em tempos de prosperidade. Porém, quando a crise econômica se agudiza, o Estado bonapartista passa a ter contra si todas as classes. Dessa forma, há o golpe dentro do golpe, intensifica-se o peso do exército para a repressão de toda a sociedade. Para Marx, esse momento pretoriano do bonapartismo é parte integrante de um regime que se coloca em oposição a todas as classes e partidos políticos, porém, representa também um perigo para o próprio Imperador. Se o regime pretoriano conteve a golpes de sabre o descontentamento social, pelo menos momentaneamente, não teve o mesmo sucesso em relação à crise econômica de 1857-1858.

A política econômica de Napoleão III – que tinha a pretensão de dirigir toda a França e ser o promotor e o patrão de uma nova harmonia e prosperidade social – tinha como principal alicerce sua política financeira tipificada pelo *Crédit Mobilier*. Fundado em 1852, pelos saint-simonianos irmãos Péreire (Émile e Isaac),

---

apadrinhados pelo Imperador, o *Crédit Mobilier* era considerado por Marx “como um dos maiores fenômenos econômicos de nossa época” e visto como “um dos termômetros econômicos”, das chances do Império e da agitação na Europa. Essa foi a razão que o levou a escrever alguns artigos onde revela seu mecanismo de concentração de capital sob a proteção do Estado bonapartista. Na verdade, a criação dos irmãos Péreire se tratava de um banco por ações, forma pioneira de sociedade anônima, destinada a financiar investimentos da indústria de obras públicas – indústria pesada e meios de comunicação – a partir da captação de recursos de pequenos investidores pelo lançamento de títulos de curto prazo na Bolsa. Essa operação inovadora no sistema bancário francês, significava para Marx, “fazer a indústria de serviços públicos em geral dependente do favor do *Crédit Mobilier*, e portanto, do favor individual de Bonaparte, sob cuja respiração a existência da sociedade está suspensa”. Dessa forma, o Imperador se converte no “supremo diretor de toda a imensa indústria francesa” e tem-se o que Marx chama de “socialismo imperial” (O *Crédit Mobilier*, cf. Anexo).

Em outro artigo, vê no *Crédit Mobilier* a forma encontrada por Napoleão III para conciliar seu papel contraditório “de ladrão e benfeitor patriarcal de todas as classes”. Assim, repetindo quase que literalmente parágrafos da parte final de *O 18 Brumário*, e sem deixar de ironizar as pretensões de “democratização do crédito” saint-simonianas e proudhonianas, Marx escreve:

Deve ser lembrado que Bonaparte realizou seu *coup d'état* com base em dois pretextos diametralmente opostos: de um lado, proclamando que era sua missão salvar a *bourgeoisie* e a “ordem material” da anarquia Vermelha a ser permitida em maio de 1852, e de outro lado, salvar o povo trabalhador do despotismo da classe média concentrada na Assembléia Nacional. Além disso, havia a necessidade pessoal de pagar seus próprios débitos e aqueles da respeitável ralé da Sociedade *Dix Décembre*, e de se enriquecer e a eles, às custas conjuntamente da burguesia e dos trabalhadores. A missão do homem, deve ser admitido, foi cercada

por dificuldades conflitantes, forçado como ele foi a aparecer simultaneamente como o ladrão e como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Ele não podia dar a uma classe sem tirar da outra, e ele não podia satisfazer seus próprios desejos e aqueles dos seus seguidores, sem roubar a ambos. No tempo do Fronde, o Duque de Guise era tido como o homem mais obsequioso da França, porque ele havia transformado todas as suas propriedades em compromissos controlados pelos seus partidários. Deste modo, Bonaparte propôs também tornar-se o homem mais obsequioso da França, convertendo toda a propriedade e toda a indústria da França numa obrigação favorável a Luis Bonaparte. Roubar a França para comprar a França – este era o problema que o homem tinha que resolver, e nessa transação de tomar da França o que tinha de ser devolvido à França, o lado não menos importante para ele era a porcentagem a ser escumada por ele mesmo e pela Sociedade Dez de Dezembro. Como podiam esses pretextos contraditórios ser reconciliados? Como podia ser resolvido este belo problema econômico? Como desembaraçar este ponto cheio de nós? Toda a diversa experiência passada de Bonaparte apontava para o grande recurso que o havia conduzido acima das situações econômicas mais difíceis: o crédito. E aconteceu estar na França a escola de St. Simon, que em seu início e em seu declínio iludiu-se com o sonho de que todo o antagonismo de classes deve desaparecer antes da criação da riqueza universal por algum plano moderno de crédito público. E o saint-simonismo nesta forma ainda não havia se apagado na época do *coup d'état*. Havia Michel Chevalier, o economista do *Journal de Débats*, havia Proudhon, que tentou disfarçar a pior porção da doutrina saint-simonista sob a aparência de originalidade excêntrica; e havia dois judeus portugueses, praticamente ligados à especulação na Bolsa e Rothschild, que havia sentado aos pés de Père Enfantin, e quem com a sua experiência prática teve a

coragem de suspeitar da especulação oculta sob o socialismo. Esses homens – Émile e Isaac Péreire – são os fundadores do *Crédit Mobilier*, e os iniciadores do Socialismo Bonapartista. (*O Crédit Mobilier II*, cf. Anexo)

A despeito de todas as “frases pretenciosas”, o objetivo e o futuro sombrio do *Crédit Mobilier*, (na conclusão desse artigo parece bem claro para Marx), consistia de um “plano evidente de arrastar toda a indústria da França ao redemoinho da Bolsa de Paris, e de fazê-la a bola de tênis dos cavalheiros do *Crédit*, e do benfeitor Bonaparte” (Idem:298). As preocupações demonstradas por Marx quanto ao futuro *Crédit Mobilier*, desse mecanismo de combinação da indústria com sociedades anônimas – que transforma o risco na base do desenvolvimento industrial – também foram acompanhadas por setores do próprio Império quando se viram diante da “febre da especulação” que proporcionava esse “socialismo imperial”. Porém, ao lado da especulação na Bolsa e da farsa do crédito, Marx não deixa de observar a novidade dessa associação:

Agora, não pode ser negado que a aplicação de *joint-stock companies* à indústria, marca uma nova época na vida econômica das nações modernas. De um lado, isso revelou os poderes produtivos da associação, não suspeitados antes, e deu vida às criações industriais, uma escala inacessível pelos esforços dos capitalistas individuais; de outro lado, não pode ser esquecido, que nas *joint-stock companies* não são os indivíduos que estão associados, mas seus capitais. Através deste dispositivo, os proprietários foram convertidos em acionistas, isto é, especuladores. A concentração de capital tem sido acelerada, e, como seu corolário natural, a ruína da pequena classe média. (*O Crédit Mobilier III*, cf. Anexo)

Ainda desse texto, Rubel considera que Marx traça e antecipa uma “teoria da sociedade dos *managers*” (Rubel,1960:35) na seguinte passagem:

Uma espécie de reis industriais têm sido criados, cujo poder encontra-se em taxa inversa à sua rentabilidade – eles sendo responsáveis apenas pelo valor de suas ações, enquanto dispõem de todo o capital da sociedade – formando um corpo mais ou menos permanente, enquanto a massa de acionistas está submetida a um constante processo de decomposição e renovação, e capacitada, pelo simples emprego conjunto da influência e riqueza da sociedade, a subornar seus membros rebeldes individuais. Abaixo deste Conselho de Diretores oligárquico, está colocado um corpo burocrático de gerentes práticos e agentes da sociedade, e abaixo deles, sem qualquer transição, uma massa enorme e que se expande diariamente, de meros trabalhadores assalariados – cuja dependência e desamparo aumentam com as dimensões do capital que os emprega, mas também, que se torna mais perigosa em proporção direta ao número decrescente de seus representantes. É mérito imoral de Fourier ter prognosticado esta forma da indústria moderna, sob o nome de *Feudalismo Industrial*.

De qualquer forma, o “socialismo imperial” representava a possibilidade de todos os franceses se tornarem proprietários instáveis, isto é, acionistas, e, com isso, garantia-se e se reforçava a ordem capitalista. Assim, Napoleão III cumpria sua missão de *gerdarne* da ordem às custas da ruína dos pequenos poupadores jogados aos lobos da Bolsa. Ao lado do *Crédit Mobilier*, outros bancos são criados (Escritório de Descontos em 1853, A Sociedade Geral em 1859 e o *Crédit Lyonnais* em 1863) que não só renovam o sistema bancário francês da velha aristocracia, como também impulsionam pelo financiamento o desenvolvimento industrial francês, especialmente na área da metalurgia e da construção de ferrovias.

A crise econômica de 1857, como se esperava, coloca o *Crédit Mobilier* em enormes dificuldades só superadas pela intervenção de seu patrono, o Imperador. Novamente em 1866, encontram-se em apuros e, em 1867, perdem

definitivamente o apoio do Imperador pressionado por um "grupo de banqueiros encabeçados por Rothschild" e também pela burguesia industrial temerosa diante da ameaça de ver "subordinar a indústria e a 'saúde financeira' à mania de crédito" (Maguire,1984:200). Não se pode deixar de considerar também o desenvolvimento das obras públicas, empreendimento articulado entre o Estado bonapartista e o capital privado, que proporcionou a modernização das cidades francesas em seus equipamentos públicos, com destaque especial para Paris que, sob o comando do Barão Haussmann substituirá as velhas vielas, favoráveis às barricadas de 1848, por grandes e retas avenidas.

Ainda em termos de política econômica é importante referir-se ao Tratado de Livre Comércio entre a França e a Inglaterra assinado pelo Imperador em segredo em 1860, que representou para os setores da burguesia francesa que se desenvolvera sob o protecionismo – "um golpe de Estado econômico", segundo Marx – que a joga para a oposição (*Apud* Rubel,1960:64). Com a burguesia industrial francesa descontente, apesar do Tratado dar certas vantagens aos produtos franceses, como o vinho, nesse intercâmbio, o Imperador volta a cerca-se das classes populares. Esse tratado rebaixava as tarifas alfandegárias dos produtos ingleses, especialmente, a importação do trigo, que permitia a Napoleão III manter o seu preço e o do pão, e, com isso, contornar as insatisfações dos camponeses, ou seja, "calar a boca da França agrícola"(*Ibid.*).

A solução mais uma vez para controlar as tensões internas era a guerra externa: na encenação da farsa da defesa do "princípio das nacionalidades", reavivar a luta do progresso e o direito das nações à autodeterminação, com o Imperador no papel de "libertador das nações", que a imprensa bonapartista tão bem sabia apresentar manipulando a opinião pública. O alvo era a libertação da Itália do domínio do Império austro-húngaro, e, nessa direção, o Imperador mantém negociações secretas com o ministro Conde Cavour, da Sardenha, o Estado italiano mais forte que pretendia a unificação italiana em torno da monarquia sarda, opondo-se aos republicanos de Giuseppe Mazzini. Nessas



negociações fica estabelecido que pela ajuda francesa, o reino da Sardenha cederia à França os territórios de Sabóia e Nice. Na verdade, Napoleão não desejava a unificação italiana, e tampouco a alemã: não lhe interessava a existência de nenhum novo Estado unificado que viesse alterar a correlação de forças no continente. O que de fato pretendia não era um conflito de proporções continentais que pudesse ter conseqüências revolucionárias, como em 1848, mas sim um conflito localizado que pudesse ser controlado e que enfraquecesse as posições austríacas, abrindo espaço para o aumento da influência russa, abalada com sua derrota na Guerra da Criméia.

A posição de Marx e de Engels frente aos processos de unificação, tanto a italiana como a alemã, era de que as forças populares e revolucionárias desses países deveriam levar o processo de forma autônoma e independente. No caso da Itália, não deveriam favorecer as manobras de Napoleão III e nem a Áustria. A posição e perspectiva a ser seguida era só o interesse da revolução proletária. Assim, o processo levado a cabo por Napoleão III, não era um processo revolucionário e sim contra-revolucionário, como desmascara Marx em seus artigos do NYDT de 1859, que sintetiza assim, no seu *Herr Vogt* de 1860:

Eu, por exemplo, demonstrei amplamente no *Tribune* (veja-se, por exemplo, fevereiro de 1859), que as condições do *bas empire*<sup>3</sup> tinham entrado num ponto crítico que apenas uma guerra exterior poderia prolongar o governo do golpe de estado na França, e, dessa forma, o da contra-revolução na Europa. Demonstrava que a libertação "bonapartista" da Itália era um pretexto para subjugar a França, submeter a Itália ao golpe de estado, alargar os "limites naturais da França" até a Alemanha, transformar a Áustria num instrumento da Rússia e obrigar os povos a uma guerra de contra-revolução legítima contra a ilegítima. (Marx,1976a:138)

---

<sup>3</sup> Baixo Império.

A guerra contra a Áustria se inicia em abril de 1859 e os exércitos sardo e francês obtêm seguidas vitórias em Montebello e Magenta (4 de junho), e em Solferino (24 de junho), que provocou a retirada das tropas austríacas de toda a Lombardia. Essas vitórias provocaram movimentos insurrecionais em Parma, Módena e Toscana, que estavam sob o jugo austríaco. Antes que o conflito italiano se transformasse numa guerra revolucionária, Napoleão III se antecipa e propõe ao Imperador austríaco, Francisco José, um armistício separado da Sardenha, e assinam em 11 de julho a Paz de Villafranca (Cf. Potemkin *et al.*,1966:523). Marx nas páginas do NYDT (*The Peace e The treaty of Villafranca*), comenta que a causa da paz assinada era a "tendência para uma guerra revolucionária", o que desnudava o verdadeiro sentido da política externa de Napoleão, que pretendia ser um libertador das nacionalidades quando, na verdade, era um bastião da contra-revolução. O saldo positivo desse processo é o de que levará "tempo até que mesmo os mais sentimentais e entusiastas sejam de novo levados a ver em Luis Napoleão um defensor da liberdade". A França recebe da Sardenha a compensação pretendida desde o início, Nice e Sabóia, e concede a Lombardia que recebera primeiro da Áustria como "presente francês à dinastia de Sabóia" (*Apud Fedosseiev*,1983:380). Também Napoleão III concede a Sardenha-Piemonte anexar os estados pontifícios, o que irá jogar o clero para a oposição.

A Paz de Villafranca, apesar de vexatória para os italianos, teve uma conseqüência positiva: a de reacender o movimento de unificação de caráter revolucionário destacando-se o papel de Garibaldi. Napoleão III, com a guerra italiana, conseguira contornar seus problemas internos pelo menos momentaneamente. Isso, porém, não retirava suas pretensões imperiais, que iam então dirigir-se para fora do continente, em busca da expansão colonial de seu Império. Mesmo com essas novas aventuras, o bonapartista não deixa de estimular as rivalidades entre Áustria e Prússia, que iniciam um conflito em 1865. Esse conflito termina com a derrota do Império austro-húngaro em Sadowa, em 1856. Com isso, do outro lado do Reno, florescia o bonapartismo de Bismark.

A partir dos anos 60, o II Império, fortalecido militarmente, realiza intervenções sucessivas: na Síria turca (1860) que se desdobra ao Egito na construção do canal de Suez, na Guerra Civil Mexicana (1861) e, finalmente, a invasão da Conchinchina (1861). Esses assuntos são deixados de lado por Marx, à exceção do México, preocupado que estava com a guerra civil norte-americana (1861-1865) que considera como "a mais alta forma de autogoverno popular jamais levada a cabo até esse momento, e a forma mais abjeta da escravidão humana jamais consignada nos anais da história (*Apud* Rubel,1991:84). Assinalando que o governo norte-americano deve evitar a qualquer preço um conflito com a Inglaterra, que unicamente traria benefícios ao II Império, Marx assim entende a posição "cautelosa" de Napoleão III, diante da simpatia do povo francês frente ao acontecimentos, em 7 de novembro de 1861, dessa forma:

Luis Bonaparte, claro, é muito homem de negócios para dividir a cegueira dos provedores da opinião pública no que diz respeito à guerra da América. Sabe que o povo, o verdadeiro, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Europa, considera como totalmente sua a causa dos Estados Unidos; é para ele a causa da liberdade, em detrimento de todas as boas razões bem pagas; eles consideram o chão dos Estados Unidos como uma terra de liberdade para milhões de sem-terra da Europa, como sua terra prometida, que é necessário defender no momento, armas na mão, contra as garras dos traficantes de escravos (...). Luis Napoleão sabe bem que todas as guerras que as nações inimigas fizeram na Europa depois de seu golpe de estado, foram apenas guerras irônicas, sem pé nem cabeça, gratuitas e perseguidas por meios fraudulentos. A guerra da Criméia e a guerra da Itália, sem falar das expedições de piratas contra a China, a Cochinchina etc., jamais despertaram simpatias no povo francês. Pois este povo, instintivamente, sentiu que estas duas guerras foram levadas com a única intenção de reforçar as cadeias forjadas pelo golpe de

estado. A primeira grande guerra da história contemporânea é a guerra americana. (*Apud* Rubel,1960:107)

A expedição imperial contra o México, enquadrava-se nos planos de juventude de Napoleão III, denominado de "o grande desígnio do reinado" que envolvia a idéia de fundar um "Império Católico Latino", alimentado por mexicanos emigrados na Europa que, para pôr fim à Guerra Civil Mexicana pretendia estabelecer um regime monárquico. Para Napoleão III, a Guerra de Secessão era a oportunidade para realizar esse projeto que possibilitaria, além das vantagens econômicas, criar uma barreira na América Central ao expansionismo norte-americano da "doutrina Monroe". O motivo para a intervenção veio quando Benito Juarez, Presidente da República Mexicana, após ter sufocado toda a revolta desencadeada pelos latifundiários e pelo Clero, toma a decisão de suspender o pagamento das dívidas contraídas com a França e a Inglaterra. Diante disso, Napoleão III consegue o apoio da Inglaterra e da Espanha para sua empreitada, considerada por Marx "uma das mais aberrantes que está registrada nos anais da história internacional" (*Apud* Rubel,1960:108). Em 1861, uma expedição militar dos aliados é enviada para intervenção no México, Juarez é deposto e a República Mexicana destruída. A união das potências européias é rapidamente desfeita, restando somente a presença francesa e, com isso, Napoleão III – com o apoio do Clero e dos latifundiários mexicanos – cria um Império tendo à testa seu preposto, Maximiliano de Habsburgo, arquiduque austríaco. Quando a guerra norte-americana termina, os Estados Unidos exigem a retirada das tropas francesas do México principal, sustentáculo de Maximiliano em sua luta contra os republicanos mexicanos. Após sucessivas derrotas e custos altíssimos – materiais e humanos – finalmente, em 1867, Napoleão ordena a retirada de suas tropas. O desgaste da aventura mexicana será determinante para a derrocada do Império bonapartista.

Em março de 1862, Marx interrompe sua contribuição no NYDT e suas considerações sobre o II Império. As questões de política internacional, a partir de 1864, serão tratadas não mais pela pluma do jornalista, mas sim, como membro da

fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), levando em conta, portanto, as “diversas posições e tendências” nela representadas (*Idem*:115).

## **10.2. O colapso do II Império e a guerra entre bonapartismos**

As aventuras napoleônicas que culminam com o fracasso do México, aliado aos efeitos internos causados pela crise econômica mundial iniciada em 1857, provoca na França, no início da década de 60, o crescimento da oposição. Não só os republicanos se fortalecem, como também setores que até então se constituíam em sua base social – frações burguesas afetadas pela situação econômica e o clero, o “exército negro” do imperador, que andava descontente com sua política na Itália – passam a questionar o regime bonapartista. Por outro lado, o movimento dos trabalhadores franceses, intermediários entre o artesanato *sans-culotte* e o operariado fabril, retoma a cena política – de onde fora varrido desde as jornadas de junho de 1848 – e se reorganiza. Renasce com uma rica diversidade e heterogeneidade ideológica: são neojacobinos, republicanos, partidários de Blanqui, de Marx e de Bakunin, que estimulam a prática e animam o debate ideológico, rechaçando as posições paternalistas de Napoleão III.

Diante desse estado de coisas, Napoleão III inicia um processo de “abertura gradual e controlada” de seu regime pretoriano, com a decretação de anistia em 1859 e, em 1860, outorga ao Senado e ao Corpo Legislativo o “direito de discutir e votar cada ano um memorial em resposta ao discurso de abertura do período das sessões”, o que significava o direito de participar na elaboração dos orçamentos públicos (Bluche,1984:149). Nas eleições de 1863, continua o crescimento da oposição, provocando a queda do ministro Persigny e a maior aproximação do Imperador da “ala esquerda do bonapartismo” o saint-simoniano, seu primo, Príncipe Napoleão Jerônimo. O resultado dessa operação é a revogação, em 1864, da antiga Lei *Le Chapellier* (1791), que impedia o direito de organização sindical e

de greve. Com isso, os trabalhadores franceses passam a participar dos encontros operários internacionais e ingressam na recém-criada Associação Internacional dos Trabalhadores.

Mesmo as reformas adotadas por Napoleão III, em resposta ao crescimento da oposição, e que levou a se falar de “Império liberal” – ampliação dos direitos do Corpo Legislativo, troca de ministros, abrandamento do direito de reunião e nova lei de imprensa que restabelece o direito de interpretação (1868), eleições (1869) – não impedem a intensificação e o recrudescimento da luta de classes. O movimento dos trabalhadores se manifesta com a greve dos mineiros de *La Ricamaire* (1869) e a dos operários da *Le Creusot* (1870) revelando a política dúbia do Imperador que “concorda em conceder algumas liberdades, mas determina a repressão violenta às greves” (Costa,1998:39).

Napoleão, em 1869, aceitara todas as propostas do Senado, que praticamente restabelecia o parlamentarismo e o sistema bicameral. O Imperador impusera uma única restrição: a manutenção do plebiscito, fonte de seu *imperium*. Para a aprovação dessas medidas, Napoleão III convoca um plebiscito nos seguintes termos: “O povo aprova as reformas liberais na Constituição desde 1860 pelo Imperador com o concurso dos grandes órgãos do Estado, e ratifica o senado-consulta de 20 de abril de 1870” (*Apud* Bluche,1984:154). O resultado da “consulta ao povo”, em maio de 1870: 7.336.000 afirmativos contra 1.560.000 negativos, o que significava a manutenção do *imperium*, apesar das reformas no regime.

O assassinato do republicano Victor Noir, jornalista do *Marseillaise* no início de 1870, pelo primo-irmão do Imperador, o Príncipe Pierre Bonaparte, eleva a temperatura e aguça as contradições da vida política francesa. A impunidade do assassino provoca a primeira grande manifestação operária contra o Império e pela República. A resposta bonapartista é imediata e parece fazer o recém-aprovado “bonapartismo liberal” voltar à sua essência pretoriana, com a repressão e a prisão de opositores e membros da Seção Francesa da Internacional e da Câmara Federal

Operária. Marx em carta a Engels (18 de Maio), comenta o plebiscito com o amigo, sem se iludir com os números e a resposta dada pelos trabalhadores franceses à repressão desencadeada às suas associações operárias:

Nossos membros franceses demonstraram *ad oculos*<sup>4</sup> ao governo francês a diferença existente entre uma sociedade política secreta e uma associação operária real. Foi somente aprisionar todos os membros dos comitês de Paris, Lyon, Rouen, Marselha etc. (...) que seções duas vezes mais numerosas anunciaram-se nos jornais para substituí-las, fazendo declarações as mais insolentes e as mais provocantes (tomando o cuidado, inclusive, de indicar seus *endereço particulares*). O governo francês finalmente fez o que há tanto tempo desejávamos: transformar a questão política, Império ou República, numa questão de vida ou de morte para a classe operária! O plebiscito dá, inclusive, ao Império o golpe de misericórdia! Porque tantos foram declarados a favor do Império com a *frase constitucional*, que Boustrapa acredita poder reestruturar o Império, *sans phrase*, isto é, o *regime de Dezembro*. (*Apud Rubel, 1960:137*)

Se as medidas liberalizantes e a resposta pretoriana não contêm a oposição republicana e popular, só resta a Napoleão III lançar mão, mais uma vez, de outro velho expediente: a guerra externa e o apelo à unidade nacional como forma de conter a luta doméstica. O alvo é a Prússia de Bismarck que se industrializava, caminhava rapidamente para a unificação da Alemanha e se credenciara – após a vitória sobre o Império austro-húngaro (1865-1866) – a disputar a hegemonia continental. O “chanceler de ferro”, que não conhecia a desorganização e a baixa estima do exército bonapartista após a aventura mexicana, inicia provocações diplomáticas em relação à sucessão espanhola<sup>5</sup> aceitas por Napoleão III e, em 19 de julho de 1870, declara guerra à Prússia.

---

<sup>4</sup> A olhos vistos.

<sup>5</sup> Desde 1868, o trono da Espanha estava vago e as cortes espanholas o ofereceram a Leopoldo de

A visão de Marx sobre o conflito franco-prussiano, aparece na correspondência com Engels (20 de julho e 8 de agosto de 1870) e nos *I e II Manifestos* que redige em nome do Conselho Geral da AIT. Marx, inicialmente, considera, na carta enviada ao amigo, que a vitória da Prússia implicaria alcançar, não pelo "caminho desejado ou imaginado", os "objetivos nacionais de 48", ou seja, a centralização do estado alemão. Isso seria útil para a centralização da classe operária alemã e mudaria positivamente o eixo do movimento operário europeu da França para a Alemanha, significando "a superioridade de *nossa* teoria sobre a de Proudhon" (Marx e Engels, 1972: 372-73). Ao regime de Bismark e a esse conflito, Marx assim se referiu, no *I Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana* (23 de julho de 1870):

Sem deixar de conservar cuidadosamente todos os encantos congênitos de seu antigo sistema, acrescentava-lhe todas as manhas do Segundo Império, seu *despotismo verdadeiro* e seu *democratismo fingido*, sua feitiçarias políticas e suas agiotagens, sua linguagem enfática e seus vulgares passes de mágica. O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas, o que podia resultar senão a guerra? (Marx, 1975a:170, grifos meus).

A verdade é que a Europa era pequena demais para suportar dois bonapartismos.

Ainda no *I Manifesto*, Marx não perde a oportunidade de denunciar os ataques de Luís Bonaparte à Sessão Francesa da AIT e considera que qualquer que seja o resultado do conflito, será o fim da "farsa cruel do *Império restaurado*", que

---

Hohenzollern, primo afastado do Rei da Prússia. Napoleão III solicita ao Rei da Prússia que exerça pressões **sob**re o primo para que renuncie ao trono espanhol e o compromisso de que nunca mais haveria a possi**bi**lidade desta pretensão. O Rei da Prússia recusa-se a rece**b**er o em**ba**ixador francês e esse episódio será utilizado por Bismarck**k** como provocação ao Imperador da França.



as classes dominantes da Europa permitiram que durante 18 anos fosse encenado. Marx considera que para a Alemanha, a guerra é de defesa, mas não deixa de denunciar as armadilhas e pretensões expansionistas de Bismarck e de alertar a classe operária alemã para que não deixe a guerra dinástica entre bonapartismos tornar-se uma “guerra contra o povo francês”, uma guerra entre os trabalhadores franceses e alemães. (Marx,1975a:168-71)

O *II Manifesto* (9 de setembro) declara que a guerra defensiva havia terminado com a rendição de Luis Napoleão e com a proclamação da III República Francesa, mas que a “camarilha militar prussiana” transformara em guerra de conquista, tendo em vista a anexação da Alsácia e Lorena sob alegação de “garantias materiais” e de proteção a investidas francesas. Para Marx, esta anexação em nada garantiria a segurança da Alemanha e seu resultado seria o “crime de reviver, na segunda metade do século XIX, a *política de conquistas*”. Aqui, alude para a possibilidade de novos conflitos envolvendo Alemanha e Rússia, como “uma *guerra de raças*, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas”. À classe operária alemã, que apoiara “resolutamente a guerra”, apesar da divisão quanto à aprovação dos créditos de guerra no parlamento alemão<sup>6</sup>, e que agora reclamava “uma paz honrosa para a França e o reconhecimento da República Francesa”, Marx acena para a possibilidade dela não conseguir impedir a agressão militar apoiada pela burguesia prussiana. De fato, o Comitê Central do Partido Operário Social-Democrata da Alemanha, ao publicar um apelo pela paz e contra a anexação territorial, teve imediatamente todos os seus membros presos. Apesar de saudar a República Francesa, recém-instaurada, Marx não deixa de asseverar que a “república não derrubou o trono, mas simplesmente ocupa o seu lugar, não como uma conquista social, mas como uma medida de defesa nacional”. Pela sua composição – republicanos burgueses e orleanistas – Marx diz que esse “governo nada augura de bom”: já em seus “primeiros atos mostram” que não só “herdaram do Império apenas ruínas, mas também o medo à classe operária”

---

<sup>6</sup> Os lassaleanos aprovaram, enquanto que Bebel e Liebknecht se abstiveram.

(*Idem*:173-78).

Finalmente, considerando que diante das “circunstâncias extremamente difíceis” da classe operária francesa, qualquer tentativa de derrubar o novo governo seria “uma loucura desesperada”, Marx conclamava-a “não repetir o passado, mas construir o futuro”, aproveitando “serena e resolutamente” as condições que a “liberdade republicana” (*Idem*:178) forneciam para a organização da classe trabalhadora.

### 10.3. A traição da III República Francesa

A guerra se desenvolve em seis semanas: vitória francesa em Sarrebruck (1º de agosto), derrota em Wissembourg (3 de agosto), decretação do estado de sítio em Paris (7 de agosto), cerco e rendição de Napoleão III em Sedan (2 de setembro). A farsa do 18 Brumário de Luis Bonaparte termina na tragédia de Sedan, onde o Imperador, 32 generais, um Marechal, 96 mil homens – sendo que 14 mil feridos – são feitos prisioneiros.

Em Paris, em 3 de setembro, enquanto a Imperatriz e o Corpo Legislativo buscam entendimento para a formação de um novo governo, a população parisiense, tendo à frente os republicanos Gambetta e Jules Favre, tomam a Assembléia Legislativa e proclamam o fim do Império. No dia seguinte, no *Hotel de Ville* – o Paço Municipal de Paris – como em 1848, a República é proclamada (4 de setembro) e imediatamente é formado um Governo Provisório com a missão de expulsar os prussianos do solo francês. De maioria conservadora (republicanos moderados e monarquistas), o novo governo nomeia para a Presidência – com a missão de organizar a defesa da França – o General monarquista Trochu.

A vitória em Sedan deixava campo aberto para os prussianos marcharem para Paris. Para rechaçar o inimigo, armas são entregues ao povo francês e com isso a Guarda Nacional incorpora em seu contingente mais 350 mil homens. O

ingresso voluntário de operários moradores dos distritos populares de Paris muda qualitativamente a composição da Guarda Nacional – originariamente formada pela burguesia moderada – que desempenhará papel decisivo nos desdobramentos históricos da França.

As massas populares se mobilizam para impedir que os prussianos penetrem na capital de sua recém-conquistada República e nos 20 distritos de Paris são organizados comitês de vigilância e defesa da cidade, denominado Comitê dos Vinte Distritos (22 de setembro). Com firmeza, mantinham-se os defensores de Paris dentro do anel formado pelas forças inimigas.

O orgulho francês de novo é ferido pela rendição do exército em Metz (27 de outubro), comandado pelo Marechal Bazaine. Esta é a capitulação definitiva do governo provisório burguês que planeja entregar a cidade e inicia negociações secretas de paz com os prussianos alemães, temerosos do proletariado armado de Paris.

Se a França estivera subordinada durante anos pela farsa de Luis Bonaparte, agora ela era reeditada pela simulação de defesa de Trochu. O General monarquista planejava operações militares destinadas ao fracasso, com o objetivo de permitir aos prussianos aniquilarem a Guarda Nacional. O governo de “defesa nacional” se tornara governo de “traição nacional” e a burguesia francesa perdia qualquer veleidade nacional e a capacidade de dirigir e defender a nação e a República.

A derrota de Metz e os rumores de armistício aumentavam a indignação popular. Trabalhadores e um batalhão da Guarda Nacional comandado por Flourens ocupam a sede da municipalidade (31 de outubro) e aos gritos de “Viva a Comuna!”, destituem o governo. Em pouco tempo, os soldados de Trochu, retomam o *Hotel de Ville*, aprisionam 60 amotinados e segue-se a repressão com a interdição de associações, supressão de jornais e a condenação de Flourens e Blanqui.

Dois dias depois do início do bombardeio prussiano a Paris (5 de janeiro de 1871), o Comitê Central Distrital de Paris proclama num *affiche rouge*: "A praça ao povo, a praça à Comuna". À esta manifestação – que expressa o crescimento da consciência e sentimento comunal – a burguesia francesa, temerosa diante dos trabalhadores em armas e a poucos dias de seu escuso armistício com os prussianos, expressando suas tradições mais reacionárias, responde no jornal *Le Figaro* (13 de janeiro): "Adiante contra os prussianos, mas contra os comunardos também" (Willard,2002:15).

O armistício preliminar é assinado em Versalhes (28 de janeiro) com condições humilhantes: a França pagaria uma indenização de guerra, cederia os territórios de Alsácia e Lorena, as tropas prussianas ocupariam os fortes do leste de Paris, seriam convocadas eleições para uma nova Assembléia e o governo de "defesa nacional" teria que renunciar. Contudo, a Guarda Nacional não será desarmada, conservando seus canhões em Montmartre. A população de Paris recebe os prussianos em 1º de março desfaldando bandeiras pretas.

As eleições são realizadas em oito dias nas condições de uma nação saída de uma guerra. Paris elege seus lutadores e defensores da República, mas a França rural impõe uma maioria conservadora. Marx, a respeito desta maioria dirá: "para sancionar a paz imposta por Bismarck, os piores homens da França eram os melhores" (Marx,1975a:186). O "partido da ordem" estava refeito, e sua primeira tarefa será desarmar os trabalhadores de Paris.

A Assembléia dos "rurais" se reúne em Bordeaux. O futuro carrasco da Comuna, Thiers assume o Executivo, forma o ministério, instala-se em Versalhes e decide "pacificar" Paris. As primeiras medidas da contra-revolução soam a Paris como uma declaração de guerra: fim do congelamento das dívidas e dos aluguéis em atraso e supressão do soldo da Guarda Nacional como forma de pressioná-la e desmobilizá-la. O contingente do "partido da revolução" agrega, assim, a pequena-burguesia – à beira da falência – e os ameaçados pelo despejo.

Thiers apressa a ofensiva a Paris: aprova na Assembléia o desarmamento da Guarda Nacional e o governo mobiliza suas tropas. Na madrugada de 17 para 18 de março, as tropas governamentais marcham furtivamente em direção às colinas de Montmartre na região norte de Paris, com o objetivo de apoderar-se dos canhões da Guarda Nacional. O destacamento que guardava os canhões é rapidamente dominado pelos versalheses. O acontecimento não passa despercebido pela população e a notícia se espalha por toda cidade. Nos acessos a Montmartre juntam-se operários, guardas nacionais, tendo à frente – posição que ocuparão até o fim da Comuna – um grande número de mulheres. Todos se dirigem para o forte e cercam os soldados, que recusam a ordem do General Lecomte de abrir fogo sobre a multidão. Não há combate e sim confraternização geral entre os soldados, a Guarda Nacional e a população aos gritos de “Viva a república!”.

Durante todo o dia o movimento cresce, a Guarda Nacional ocupa posições por toda a cidade e, às 3 horas da tarde, batalhões desfilam diante do *Hotel de Ville*. A Thiers, só resta ordenar a retirada do exército regular para Versalhes. O duplo poder está explícito: em Paris a revolução operária, em Versalhes a contra-revolução burguesa. Na noite de 18 março, a bandeira da igualdade, a bandeira vermelha, tremula no *Hotel de Ville*, saudando a primeira revolução proletária da história.

#### **10.4. O assalto ao céu**

Como suspeitava Marx, o governo de defesa nacional logo se transforma em governo de traição nacional. Mas, ao contrário da prudência solicitada, diante da impostura burguesa de se apoderar dos canhões da Guarda Nacional, a classe operária francesa responde com a audácia revolucionária e, em 18 de março de 1871, proclama a Comuna de Paris. Se, para Marx, qualquer tentativa de assalto

ao poder republicano seria "loucura", posição endossada por Engels<sup>7</sup>, tão logo eclode a revolução comunarda, seu apoio é imediato e incontestável. Em carta a Kugelmann, de 17 de abril de 1871, censura o amigo que comparava a insurreição de Paris, com as manifestações pequeno-burguesas de 13 de junho de 1849, e diante da nova realidade analisa:

A história mundial seria na verdade muito fácil de fazer se a luta fosse desenvolvida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis. Por outro lado, seria de natureza muito mística se o "azar" não desempenhasse papel algum (...). A luta da classe operária contra a classe capitalista e seu estado entrou, com a luta que se desenvolve em Paris, em nova fase. Qualquer que sejam os resultados imediatos, conquistamos um *novo ponto de partida* de uma importância histórica universal (Marx e Engels, 1972: 395-96 grifos meus).

A grandeza da Comuna para Marx está em inaugurar um novo patamar das lutas sociais. Não se tratava de submetê-las e aprisioná-las à luta política institucional, envolvida nas disputas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Como lembra Engels, anos mais tarde, no seu *Anti-Dühring*, sua luta:

Não foi uma dessas lutas mesquinhas entre as formas executivas e a forma parlamentar do domínio de classe, formas que de fato se *confundem*, já que a forma parlamentar não é mais do que um apêndice enganoso do executivo. (*Apud Sader, 1993:104*)

Sobre a Comuna de Paris, Marx escreveu *A Guerra Civil na França*, como

---

<sup>7</sup> Engels, em carta a Marx de 12 de setembro de 1870, pouco depois da capitulação de Luis Bonaparte faz o seguinte comentário: "Se algo pode ser feito em Paris, é impedir um levante dos operários *antes que se conclua a paz*. Bismarck estará pronto, em situação de fazer a paz, seja tomando Paris ou porque a situação européia o *obrigue* a pôr fim à guerra. Qualquer que seja a forma da paz, deve ser concluída antes que os operários possam fazer algo. Se fossem vitoriosos agora, a serviço da defesa nacional, teriam que carregar o legado de Bonaparte e da atual república minúscula, e seriam esterilmente esmagados pelos exércitos alemães e retrocederiam a

*Manifesto do Conselho Geral da AIT*, em defesa da honra e legitimidade dos comunardos, publicado em 29 de julho de 1871, dias após o seu massacre, executado a quatro patas pelas burguesias francesa e prussiana. Os adversários e detratores políticos de Marx jamais questionaram o relato histórico por ele realizado. Além disso, o texto adquire uma importância decisiva para o entendimento de sua concepção, melhor, de sua *crítica-ativa ao estado e à política*.

Nos anos que sucedem a Comuna, as condições de saúde de Marx se agravam e sua produção teórica irá declinar vertiginosamente, sem que nada de novo sobre o estado e a política seja publicado até sua morte. O que vem a público são artigos e entrevistas em jornais de defesa ou de combate, envolvendo as questões internas e os ataques externos que sofre a AIT, acusada indevidamente – assim como Marx, o “Doutor Vermelho” – de serem os responsáveis e mentores da insurreição parisiense. A verdade é que a AIT não teve importância no desencadeamento da Comuna e pouca influência em sua direção política, uma vez que, como vimos, sua Sessão Francesa – antes do início da guerra com a Prússia – havia sido praticamente desmantelada e os poucos filiados que restaram em Paris participaram como minoria do Comitê Central da Comuna.

Alguns biógrafos e marxólogos, Maximilien Rubel em especial, sugerem que nessa época Marx, consciente de suas limitações físicas, considerava praticamente impossível concluir o capítulo projetado sobre o Estado para *O Capital*, e que, diante da necessidade de escrever sob o impacto da realidade imediata da primeira revolução proletária, via como ímpar a oportunidade para se posicionar sobre o tema.

Para os anarquistas, *A guerra civil na França* estaria em total oposição às idéias até então desenvolvidas por Marx, visto sempre como um autoritário e defensor do “comunismo de Estado”. Para eles, esta súbita alteração na análise marxiana era oportunista e devia-se à imposição das concepções libertárias e à pressão da realidade da Comuna de Paris.

---

mais de vinte anos.” (Marx e Engels, 1972:388, grifos meus).

Mas, afinal, o quê de essencial é dito por Marx sobre o Estado e a revolução em *A guerra civil na França*?

O principal legado da Comuna, para Marx, era que as revoluções proletárias deviam *destruir* o “poder estatal centralizado” como necessidade vital para “levar a cabo a emancipação do trabalho” e “extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe”. Sua importância – como já assinalamos no capítulo 6 – pode ser observada pelo *Prefácio* que os autores do *Manifesto do partido comunista* escrevem em 1872, à segunda edição alemã, e que Engels repete no *Prefácio* à edição inglesa de 1888. Depois de reconhecerem que o programa do *Manifesto*, tornara-se, após a Comuna, “envelhecido em alguns pontos”, acrescentam: “A Comuna demonstrou, principalmente, que ‘a classe operária não pode se contentar em apoderar-se da máquina do estado tal como se apresenta e fazê-la funcionar para seus próprios fins’” (Marx, 1975: 196).

A destruição do aparato estatal burguês como condição *sine qua non* para o êxito das revoluções proletárias, e a realização de seu objetivo final – a emancipação dos trabalhadores – não se constituía em novidade para Marx. Recordemos: quase duas décadas antes da Comuna, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, fazendo uma retrospectiva histórica da gênese e desenvolvimento da máquina do estado moderno, da Monarquia Absoluta até o II Império, Marx observa que todas as revoluções burguesas e transformações da realidade francesa, apesar de formas políticas diversas, não só deixavam intacto, como *aperfeiçoavam* o poder governamental num processo contínuo de seu fortalecimento, crescimento e centralização. Sua conclusão decisiva indica claramente a tarefa da futura revolução social: “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la” (Marx e Engels, s/d-c:276). Na carta dirigida a Kugelmann, de 12 de abril de 1871, em meio ao desenvolvimento da Comuna, Marx chama sua atenção para a passagem acima citada:



Se você olhar o último capítulo de meu *O Dezoito Brumário*, poderá ver que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será como foi até agora, a transferência da máquina burocrática militar de uma mão para outra, mas sim a de *destruí-la*, e isto é o essencial para a verdadeira revolução popular no continente. *E isto é o que estão tentando os nossos heróicos camaradas do partido em Paris.* (Marx e Engels, 1972: grifos de "destruí-la" meus).

Essa importante retrospectiva histórica da gênese do Estado moderno – que consideramos o *eixo* da crítica marxiana ao Estado – é repetida, desdobrada e ampliada – tendo em vista os 20 anos de exercício do II Império – em *A Guerra Civil* e nos seus dois rascunhos. Esse texto, que é a última palavra de Marx sobre o Estado, é antecedido pelo diagnóstico definitivo sobre o bonapartismo, onde sintetiza sua reflexão, revelando o jogo de aparência e essência e a farsa da autonomia do bonapartismo que escamoteava sua servil subordinação às classes dominantes, que assim aparece:

O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ele, a descarada submissão do governo às classes possuidoras. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo de pé sua supremacia econômica sobre a classe operária; e, finalmente, pretendia unir todas as classes ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional. Em realidade, era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido. O Império foi aclamado de um extremo ao outro do mundo como o salvador da sociedade.

Sob sua égide, a sociedade burguesa livre de suas preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as corrupções. Sua podridão e a podridão da sociedade que ele salvou, foram postas a nu pela baioneta da Prússia, que por sua vez ardia em desejos de transladar esse refime de Paris para Berlim. O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformado em meio para a escravidão do trabalho pelo capital. (Marx,1975a:196)

Se o bonapartismo é entendido como “a última expressão daquele poder estatal”, “última forma *possível* de domínio de classe”, o “último triunfo de um Estado separado e independente da sociedade”; como sua forma superior, mais acabada e hipertrofiada da *tendência à autonomização do Estado burguês* – situação de franca oposição entre o Estado e a sociedade – podemos dizer, que a Comuna como sua negação, sua “antítese direta” e o início da reapropriação do Estado pelos trabalhadores, da reincorporação das forças sociais usurpadas pelas instituições políticas.

Marchando contra a corrente do movimento histórico impresso por todas as revoluções políticas burguesas desde 1789, que fortaleciam o Executivo e aprimoravam seu aparato repressivo, a Comuna – enfrentando os despojos do estado bonapartista – busca em seus primeiros atos quebrar e destruir seus fundamentos materiais e espirituais. Esboça nos seus 72 dias de existência, um processo de reversão, de *desestatização* e *despolitização* da vida social, reduzindo

as funções públicas a um caráter estritamente administrativo e colocadas sob *controle social*, o que já fora posto por Marx em *Miséria da filosofia* e com Engels no *Manifesto*.

A Comuna, com a abolição do exército permanente e do serviço militar obrigatório substituídos pelo povo em armas, e com a exclusão de todo e qualquer aspecto político e repressivo da polícia, inaugura a *desmilitarização* social. Pretendendo eliminar os vícios da burocracia, “o reino da incompetência” e elemento vital do poder político, a Comuna estabelece a equivalência dos salários públicos com a média dos salários dos trabalhadores. Para garantir-se contra seus próprios mandatários e funcionários, os comunardos impõem a todos a revogabilidade – golpeando a democracia representativa burguesa – dão novo conteúdo ao sufrágio universal e estabelecem o controle popular contínuo e permanente dos possuidores de mandatos públicos:

Em lugar de decidir uma vez, cada três anos ou seis anos, quem membros da classe dominante devem representar mal e esmagar o povo no Parlamento, o sufrágio universal deveria servir ao povo organizado em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve aos patrões que procuram operários e administradores para seus negócios (...). Por outro lado, nada podia ser mais alheio ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica. (Marx e Engels, 1975a:198)

Contra a centralização política *artificial* e a unidade nacional construída pelo *capital*, e que Thiers e os de Versalhes pretendiam restabelecer, Marx opõe a nova estrutura comunal, a centralização *verdadeira* promovida pelo *trabalho*. A Comuna, “que vem destruir o poder estatal moderno”, não deve ser confundida como uma “reprodução das comunas medievais” e, tampouco, com a do federalismo de Montesquieu e dos girondinos, que pretendiam fracionar a “unidade das nações”. Apesar de que nas suas origens a centralização nacional política fora “instaurada

pela violência”, Marx não deixa de reconhecer sua conversão “num poderoso fator da produção social”, e, portanto, deveria ser reformulada. Assim para a Comuna:

Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas ao contrário, organizá-la mediante o regime comunal, convertendo numa realidade ao *destruir o poder estatal*, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não eram mais que uma excrescência parasitária. (Marx,1975a:198)

A estrutura comunal, “forma política perfeitamente flexível” e diferentemente das “formas anteriores de governo, todas elas fundamentalmente repressivas”, deveria ser estendida tanto ao campo como à cidade e ser ordenada em três níveis: local, departamental e nacional, a fim de ser administrada em assembleias por delegados eleitos com mandatos revogáveis a qualquer momento (*Idem*:199).

Criação de novas formas democráticas, de baixo para cima, para gerir as funções legítimas e necessárias da organização e gestão da vida social, e o desmonte da burocratização política opressiva: esse foi o intento dos comunardos parisienses, esse foi o assalto ao céu.

Essa dinâmica de *destruição* e *construção* tinha sido a originalidade histórica da Comuna de Paris de 1871, que realizaria a “palavra de ordem” das revoluções burguesas de “governo barato”, ao substituir a velha máquina estatal por um *organismo de trabalho*, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Desta forma, se tivesse tido tempo:

O regime comunal teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo *Estado parasitário*, que se nutre às custas da sociedade e freia seu livre desenvolvimento (*Ibid.*).

### 10.5. A Comuna de Paris: uma ditadura do proletariado?

Marx assim se refere à Comuna: "governo dos produtores pelos produtores", "forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação do trabalho" (*Idem*: 199), "forma política da emancipação social, substituindo a força artificial da sociedade", como uma revolução "contra o próprio estado, este aborto sobrenatural da sociedade", como criadora de um "ambiente racional no qual a luta de classes pode atravessar suas diferentes fases do modo mais racional e mais humano" e como *meio* de "retomada do poder de estado pela sociedade" (Marx,1972:212-13).

Nas três versões de *A Guerra Civil*, Marx jamais se refere à Comuna como ditadura do proletariado. Esta identificação aparece com Engels na *Introdução* ao texto de 1891<sup>8</sup> e que Lenin, desconhecendo referências anteriores de Marx ao conceito, considera-o como o protótipo da ditadura do proletariado e exclusivamente ligado à Comuna de Paris. Na segunda edição de *O estado e a revolução*, tomando conhecimento da carta de Marx a Weydemeyer<sup>9</sup>, de 1852, Lenin faz as correções que julga necessárias.

As primeiras referências de Marx, ao conceito de ditadura do proletariado aparecem ligadas à de *revolução permanente* no contexto do balanço das revoluções de 1848, sem dúvida, sua maior experiência de prática política direta. Como foi visto anteriormente, logo após a derrota das revoluções por todo o

---

<sup>8</sup> "Ultimamente, as palavras 'ditadura do proletariado' voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!" (Marx e Engels,1975a:167).

<sup>9</sup> Comentando seu próprio trabalho, Marx diz: "O que eu fiz de novo foi demonstrar: 1) que a *existência das classes* está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*; 2) que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3) que esta mesma ditadura constitui tão somente a *transição para a abolição de todas as classes* e para uma

continente europeu, Marx e Engels, assim como outros membros da Liga dos Comunistas, reagrupam-se em Londres com a intenção de reorganizá-la, o que passava necessariamente por uma avaliação crítica da experiência vivida. Também este é o período de maior aproximação de Marx e Engels com os blanquistas e que, juntos com os cartistas revolucionários, criam a *Sociedade universal dos comunistas revolucionários*, em abril de 1850. São os textos publicados em 1850 na *Nova Gazeta Renana - Revista político-econômica* e na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. No primeiro artigo de seus estatutos temos:

1. O objetivo da associação é a deposição de todas as classes privilegiadas, a submissão destas classes à ditadura do proletariado, mantendo a revolução permanente até a realização do comunismo que deve ser a última forma de constituição da família humana (Rubel,1991:42, *grifo meu*).

Numa passagem, do mesmo período, na NGR-R, executando a crítica ao socialismo utópico e doutrinário, assim se manifesta:

(...) enquanto a luta dos diferentes chefes socialistas entre si revela que cada um dos chamados sistemas se aferra pretensiosamente a um dos pontos de transição da transformação social, contrapondo-os aos outros – o proletariado vai-se agrupando cada vez mais em torno do *socialismo revolucionário*, em torno do *comunismo* que a própria burguesia batiza com o nome de Blanqui. Este socialismo é a *declaração da permanência da revolução, da ditadura de classe* do proletariado como ponto necessário de transição para a *supressão das diferenças de classe em geral*, para a supressão de todas as relações sociais que correspondem a estas relações de produção, para a subversão de todas as idéias que resultam destas relações sociais. (Marx e Engels,1975b:182)

---

*sociedade sem classes*" (Marx e Engels,1977:25).

Ainda décadas depois, na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), Marx desta forma se refere à ditadura do proletariado:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período de transformação revolucionária da primeira para a segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo estado não pode ser outro senão *a ditadura revolucionária do proletariado*. (Marx e Engels, 1975a:239)

Fica evidente o caráter temporário e transitório atribuído nos dois textos ao conceito, que seria *ainda* forma política e, portanto, ditadura de classe, com a diferença essencial de ser a ditadura da maioria sobre a minoria. Ao mesmo tempo que enfraquecesse e desmontasse o aparato estatal burguês – instrumento de coerção do capital sobre o trabalho – a ditadura do proletariado iniciaria o processo de democratização da existência humana, com a devolução e regeneração do poder social, e com isto, o proletariado cumpriria sua missão revolucionária, que não seria de libertar o Estado, mas sim de convertê-lo “de órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela”, criando as condições necessárias para a emancipação do trabalho (*Idem*:238-39).

Não seria isto o que foi esboçado na Comuna de Paris – com todas suas contradições e equívocos<sup>10</sup> – em que pese Marx não ter a ela se referido como ditadura do proletariado? A relação do regime comunal com o poder estatal não foi de frontal antagonismo? Não ficou evidente a contraposição entre o controle social e o controle político? O que teriam a ver estas posições de Marx frente ao Estado e à política com as experiências estalinistas e com sua suposta defesa de um “comunismo de estado”, como forma definitiva da associação humana?

Nesse momento final da tese, em que invariavelmente, é necessário um

---

<sup>10</sup> A esse propósito ver meu artigo “‘Estamos aqui pela humanidade!’ Viva a Comuna de Paris de

balanço sobre o refletido, gostaria de lembrar que, pelo menos desde 1843-44, quando Marx inicia sua dupla crítica, a Hegel e aos neo-hegelianos, sua posição diante do Estado e da política, vai se construindo na direção de sua *crítica e superação*, e não no seu aperfeiçoamento e eternização. Nos *Manuscritos de 1843*, marco inaugural de sua crítica à política, o Estado é posto como instituição da propriedade privada e, portanto, incapaz de ter qualquer pretensão à independência e autonomia. Quanto à burocracia, objeto de elogio hegeliano, Marx executa crítica pioneira, denunciando-a como instrumento vital, cristalizador da tirania social e encarregada de manter os fins do Estado: a “comunidade ilusória”. A idéia de representação política também não é poupada: ela não passa de mentira reconhecida como legal e o Legislativo como engodo consentido e expressão efetiva da separação entre Estado e sociedade civil. A esta situação, nesse texto, Marx contrapõe ainda como forma política, a *verdadeira democracia*, a auto-representação do povo que participa diretamente de todos os assuntos que lhe dizem respeito e que, portanto, não podem ser-lhe estranhos. Desta maneira, teria-se o fim da chamada *ordem política*. No ano seguinte, em 1844, como foi visto no capítulo 4, momento precioso de *afirmação* da crítica sobre o Estado e a política, Marx será taxativo: “Estado e escravidão são inseparáveis”.

Essas idéias formuladas em 1843-44, não possuem o mesmo *fio condutor* presentes nas idéias expostas e formuladas por Marx, à luz do auto-governo praticado na Comuna de Paris de 1871? A revolução parisiense não se aproximaria da formulação marxiana de 1844, de uma *revolução política com alma social*? Os comunardos não esboçaram um processo que envolveria dois momentos: o primeiro, o *ato político destrutivo* das condições existentes e, o segundo, o *ato social construtivo* de reorganização da sociedade, eliminando-se neste processo todo conteúdo político? Diante do que foi escrito por Marx, seria difícil não responder afirmativamente a essas questões.

---

1871!” na Revista *Lutas Sociais* n.08 (2002).



## **CONCLUSÃO**

## Conclusão

Toda conclusão definitiva e absoluta é contrária ao melhor espírito da Ciência Moderna, tanto no campo das Ciências da Natureza, quanto no campo da Ciência da História. Porém, toda pesquisa científica ao apresentar seus resultados, ou estabelece um novo patamar de conhecimento para futuras investigações ou, na pior das hipóteses, revela um caminho a não ser seguido. O erro que se torna consciente é um momento do acerto.

Voltemos ao problema inicial. Diante do que foi *escrito* por Marx é possível ser *dito* que Marx seja um defensor do Estado? Ou, ainda, de que seu pensamento tenha sua realização no que foi *feito* nas sociedades pós-capitalistas, ou no “socialismo possível” do século XX? Qual a relação entre o Estado hipertrofiado centrado em sua leviatânica máquina burocrático-militar-partidária do regime estalinista (esse “bonapartismo operário”, como disse Trotsky)<sup>1</sup> com a *tese decisiva*, várias vezes reiterada por Marx, da necessidade da *destruição do Estado*? O que qualquer perspectiva de aprimoramento das instituições políticas e de aperfeiçoamento da racionalidade política tem a ver com a posição de Marx posta em seus *escritos*?

Pelos textos analisados e apresentados à exaustão (porque numa investigação como pretendíamos eles são o único material probante), fica patente, ao longo da obra de Marx, que todas as respostas a cada uma das questões acima formuladas seriam negativas. Mas, se eliminássemos tudo que escreveu depois de

---

<sup>1</sup> Ver o Apêndice.

1843, as respostas às mesmas questões seriam certamente afirmativas, e, portanto, Marx poderia ser declarado como um defensor do Estado e da política.

Porém, como vimos ao longo deste trabalho, Marx supera sua posição de defensor do “Estado racional segundo a vontade humana” – e nisso ele se diferencia do hegelianismo – quando opera a “revisão crítica” do “Estado racional” de Hegel.

Assim, com os *Manuscritos de Kreuznach* (1843), Marx rompe com a concepção afirmativa da politicidade, manifestada em seus textos universitários e principalmente nos artigos da velha *Gazeta Renana*, que foram dirigidos contra o Estado teológico e absolutista da Monarquia prussiana e de sua burocracia. Esse texto é o *momento germinal* de sua crítica ao Estado e à política, e do início da constituição de um pensamento genuíno.

Superada essa fase *pré-marxiana* e, iniciada a fase marxiana propriamente dita, não iremos encontrar nada, em seus textos de 1844 a 1848, em defesa do Estado e da política. A posição de Marx será sempre contra a servidão política, a subserviência burocrática e a escravidão econômica. Sua perspectiva será claramente marcada pela afirmação da auto-determinação do trabalho e pelo horizonte da emancipação humana. Lembremos que é nesse período que Marx toma contato com o proletariado parisiense, que analisa a greve dos trabalhadores da Silésia e que participa da criação da Liga dos Comunistas, onde aparece em seus textos, pela primeira vez, a convicção de que “Estado e escravidão são inseparáveis”. Os escritos de Marx dessa etapa revelam um autor inserido no universo (lançando mão mais uma vez de Bobbio) de uma *concepção negativa da política*, melhor diria, de uma *concepção destrutiva da política*. Estaríamos frente a uma *nova posição revolucionária* que tem clareza que a política é *meio* e não *fim*, e que portanto sua ação visa a *destruição* e não a *perfeição* das instituições políticas, *ao mesmo tempo* (e isso é muito importante) em que cria mecanismos de *desestatização* e de *controle social* que *substituem* a

dominação política. Podemos, portanto, dizer que esse é o *momento de desenvolvimento* de sua *crítica-ativa* ao Estado e à política.

Será diante da experiência política direta e do balanço efetuado sobre o fracasso das Revoluções de 1848, bem como da contra-revolução burguesa iniciada com o golpe de Luis Bonaparte em 1851, que Marx vai extrair algumas conclusões definitivas, principalmente quanto ao objetivo da *nova revolução social*. É ele mesmo que lembra, em carta dirigida a Kugelmann em 12 de abril de 1871 (em pleno conflito da Comuna de Paris), que o que “estão tentando os nossos heróicos camaradas do partido em Paris”, não é transferir a “máquina burocrática militar de uma mão para outra, mas sim a de *destruí-la*”, solicitando para o interlocutor que olhe o “último capítulo de meu *O Dezoito Brumário*” que diz claramente a tarefa da futura revolução social: “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la” (Marx e Engels, s/d-c:276) e (Marx e Engels, 1972:393, últimos grifos meus). Esse novo momento é, portanto, aquele da *afirmação* de sua *crítica-ativa* ao Estado e a política.

Depois do momento de *desenvolvimento*, seguido do momento de *afirmação* virá o *momento de plenitude* de sua crítica através dos dois rascunhos e da versão final do *Manifesto da AIT* sobre a Comuna de Paris: *A guerra civil na França*. Lembremos que para Rubel, Marx nesse momento, em função das precárias condições de saúde, “sabia que não escreveria o ‘Livro’ sobre o Estado, e foi essa certeza que o iniciou a servir-se da Comuna como pretexto para desvelar o que teria sido a tese central da obra prometida” (Rubel, 1980:68). Isso nos leva a acreditar que podemos considerar os aspectos ali desenvolvidos por Marx – à luz da experiência *concreta* da Comuna – altamente significativos de sua concepção da necessidade de destruição da máquina do Estado.

Depois dos escritos sobre a Comuna de Paris, Marx escreve pouca coisa sobre o Estado e a política. Ele estará até 1874, quando abandona a vida pública, envolvido nas disputas internas da AIT, contra os anarquistas de Bakunin, que acaba praticamente decretando o fim da organização. Em 1875, chega a fazer

anotações sobre o texto *Estatismo e anarquia*, de Bakunin, que foi o pioneiro em acusá-lo de defensor do Estado, ou melhor, “do comunismo de Estado”<sup>2</sup>. Nesse mesmo ano, em 5 de maio, Marx escreve carta a A.W. Bracke – suas *Glosas críticas* – onde o Programa de Gotha é referido como resultado da fusão dos partidos operários alemães: o Partido Social-Democrata, de Bebel e Liebknecht e a Associação Geral dos Operários Alemães, dos lassaleanos. Profundamente irritado e irônico, Marx manifesta suas discordâncias contra o igualitarismo e o distributivismo próprios do “socialismo vulgar”, que permeia todo o Programa, e arremata: “qualquer passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”. Quanto à idéia de “Estado livre” presente no Programa, ele insiste na velha tese:

A liberdade consiste em converter o Estado de órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela, e as formas de Estado continuam sendo hoje mais ou menos livres na medida em que se limitam à ‘liberdade’ do Estado. (MARX in: Marx e Engels, 1975a:238)

Em 1881, dois anos antes de morrer, escreve suas últimas anotações sobre o Estado, a propósito do livro de L. H. Morgan, a *Sociedade Antiga*, que serão aproveitadas por Engels, ao escrever a *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Do que foi escrito em *O capital*, a presença do Estado é reduzida, na medida em que projetara tratar do assunto num capítulo específico, mas, como observa Rubel, quando trata da sessão sobre o salário Marx “reserva ao Estado um papel decisivo” como poder legislativo – o apêndice do executivo – que garante e controla as relações entre capital e trabalho. Ainda em *O capital*, tratando da acumulação primitiva, demonstra historicamente como o Estado é

---

<sup>2</sup> Trato dessa polêmica em meu artigo “Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871” (Barsotti, 2002b).

uma *alavanca indispensável* para a formação do sistema colonial e para a derrocada da ordem feudal:

Os distintos métodos de acumulação primitiva que a era capitalista faz surgir se dividem primeiramente por ordem a mais ou menos cronológica, entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra até que esta combina todas, no último terço do século XVIII, num conjunto sistemático, que engloba por sua vez o regime colonial, o crédito público, as modernas finanças e o sistema protecionista. Alguns desse métodos se baseiam no emprego da força bruta, mas todas sem exceção exploram o poder de Estado, a força concentrada e organizada da sociedade a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica feudal a ordem econômica capitalista e abreviar as fases de transição. E, com efeito, a força é a parteira de toda velha sociedade em que haja trabalho. A força é um agente econômico. (Apud Rubel, 1980:69)

Como se vê, a concepção de Estado como *agente econômico* e como *força concentrada e organizada* da sociedade, estão bem distantes das idéias de racionalidade, ética e moral pretendidas por Hegel, o “filósofo do Estado por excelência”.

Portanto, só mesmo a ignorância e sua vizinha – a má fé – poderiam extrair dos escritos de Marx que ele seja um defensor do Estado. O estereótipo de um Marx estatista foi recriado no mundo contemporâneo sob os escombros do Muro de Berlim, da desintegração da União Soviética e da pulverização de quase todos os Partidos Comunistas a ela ligados e, ainda, àqueles que iniciando o caminho da crítica ao estalinismo – como os chamados eurocomunistas – acabaram se dissolvendo ou mudando de pluma, sem muito problema, para se ajustar à “nova ordem mundial” decretada pela Casa Branca. Divulgado com insistência pela mídia impressa, digitalizada, sonora e visual por todos os cantos do planeta, esse

estereótipo de Marx, adquiriu o valor de "verdade inquestionável". Obviamente facilitado com a debandada da esquerda diante da realidade consumada pela ofensiva liberal do "fim da história" e da "morte do sujeito" social. Uns procuraram se acomodar no melhor estilo da *realpolitik* institucional em qualquer instituição burocrática: no Estado, na empresa privada, nos sindicatos, nas universidades etc., isto é, em qualquer lugar onde pudessem prestar em paz seus bons serviços técnicos. Foram "tratar da vida", claro que pessoal. Outros, ainda querendo manter a *pose crítica*, recolheram-se com toda a seita no minarete de cristal de onde, observando a vida prosaica com um desencanto kantiano, aproveitaram o embalo e decretaram tanto a "morte da esquerda" como baniram a possibilidade da revolução. Tinham que dizer alguma coisa, e, dizendo o que disseram, contribuíram para o desarme ideológico da classe trabalhadora. O espaço ideológico aberto pela esquerda em recuo e debanda, foi ocupado nas universidades pelos "pós-modernistas que se auto-proclamaram como os reais radicais, embora denunciassem qualquer tentativa de mudar o mundo pela ação política" (Callinicos,1999:10).

Alguns bem intencionados, no Brasil e no exterior, diante dos novos acontecimentos, passaram a rever Marx, e no que nos diz respeito, passaram a tomar a tese de sociedade sem Estado e da necessidade da sua destruição, como uma escatologia ou como uma utopia de Marx e de Engels, herdadas do movimento socialista e anarquista que os precederam e que não teriam sido por eles superadas. Sendo assim, permaneceria no pensamento marxiano uma utopia que deve ser expurgada. Isso não seria uma defesa e justificativa acanhada do estalinismo? Poderia se pensar na URSS sem seu Estado estalino-czarista, sem um Estado hiperdimensionado? Com tudo que foi visto até aqui, ao negarem essa tese que é central do pensamento político marxiano – *e que está presente até o fim de sua obra*, portanto, *não se trata de um delírio ou espasmo juvenil* – ao se afirmar a perenidade do Estado, fica obstruída irremediavelmente a abolição do capital e das classes sociais e, portanto, fica interdita a emancipação do trabalho, a

emancipação humana. Desse modo, a *revolução social*, creio, se transforma em *reforma social*, cuja missão não é destruir o Estado mas sim *aperfeiçoá-lo*. Consciente ou não, pouco importa, com a execução dessa *operação de desutopização* do pensamento marxiano, é claro que quem pensa assim coloca-se fora tanto do campo revolucionário, quanto da perspectiva da emancipação do trabalho.

Como contraponto a colocações dessa natureza, recorro ao filósofo húngaro István Mészáros, que escreveu em várias oportunidades que o capital não viveria um dia sequer sem o Estado, o *administrador* político de suas crises diárias. Some-se a isso, a prevalência no mundo contemporâneo do papel desempenhado pelo Estado, de força econômica dinâmica e de organizador – regulador ou desregulador - das relações sempre de subordinação do trabalho ao capital. A despeito de sua fraseologia propagandística, o que o liberalismo pretende, em seus diferentes matizes e colorações, é um Estado que acompanhe o ritmo do desenvolvimento do capitalismo: mais que *reduzir* as funções do Estado, trata-se de *adequá-lo permanentemente* às necessidades da lógica do capital e esse é o real sentido da flexibilização liberal. O capital precisa de uma máquina estatal ágil e leve, mas não livre de sua ganga. Poderia o complexo militar-industrial capitalista viver sem o consumidor exclusivo de seus produtos? A defesa da permanência do Estado é, portanto, um ponto de convergência entre estalinistas e liberais, ainda que o neguem.

Por sua potência, se o capital pudesse existir prescindindo do Estado já o teria dispensado e transformado em sucata há muito tempo. A função de “desfazer-se de todo desse velho traste do Estado”, dessa “máquina de opressão de uma classe por outra”, segundo Engels, caberia à *nova revolução social*. (Engels,1975b:167). Se por um lado o Estado é indispensável para o capital, para a perspectiva do trabalho – pelas funções que executa de sua escravidão e repressão – é plenamente dispensável. Mesmo o anti-Estado, a *ditadura revolucionária do proletariado* – forma *ainda* política – só tem sentido como *meio*



*transitório* para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho, eliminando os antagonismos de classes e criando as bases de onde possa se erguer a “sociedade humana, ou humanidade social”, a fim de se dar início à história propriamente dita. (Marx e Engels,1986).

Pode-se dizer que o que morreu em 1989 – ou ainda agoniza, ou se transformou em outra coisa – foi a esquerda prisioneira do estalinismo, a forma hegemônica do socialismo do século XX. Mas, e a revolução proletária, derrotada em junho de 1848, derrotada em maio de 1871, derrotada tantas vezes durante o século XX, estaria morta? Não, ela morre e renasce, num processo constante de decantação dos erros cometidos: descartou seus apêndices pré-revolucionários em 1848, livrou-se de seu excesso de zelo e “*honneteté*”<sup>3</sup> em 1871, e procura se libertar definitivamente, desde 1989, da desfiguração teórica-prática estalinista. Nesse processo constante de depuração, a *revolução política com alma social* reafirma sua validade histórica que só perderá sentido quando cumprir sua missão: a destruição do Estado e da política.

Marx, diante do início da contra-revolução burguesa no século XIX, demonstrando seu vigor revolucionário e toda sua aposta na história, observou que as revoluções burguesas como as do século XVIII, “têm vida breve”, fôlego curto e que, ao atingirem o auge, acomodam-se com os resultados alcançados e “uma longa modorra se apodera da sociedade” antes que esta tenha aprendido “a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates”. E diz que as derrotas, o curso e a dinâmica das revoluções proletárias do século XIX, é outro:

...se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente o seu curso, voltam ao que parecia estar resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este

---

<sup>3</sup> Referência de Marx em carta a W. Liebknecht, de 6 de abril de 1871 (Marx e Engels,1972).

possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agitando, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta!*<sup>4</sup> (Marx,1975b:206)

Que tenhamos isso em mente.

---

<sup>4</sup> Aqui está Rodes, salta aqui!

## **BIBLIOGRAFIA GERAL**

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABENSOUR, M. (1985). Marx e o momento maquiaveliano. In: *Filosofia política*, Porto Alegre-Campinas: L&PM Editores-UNICAMP/UFRGS, vol. 2.
- AGUILHON, M. (1991). *1848: O aprendizado da República*. S.Paulo: Paz e Terra.
- ALMEIDA, J. e CANSELLI, V. (orgs.). (1998). *150 anos de Manifesto Comunista*. S.Paulo: Xamã.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio R.A. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- ASSOUN, P. L. (1979). *Marx e a repetição histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARSOTTI, Paulo. (1996). Engels e o bonapartismo. In COGGIOLA, O. (org). *Marx e Engels na história*. S.Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP.
- \_\_\_\_\_. (2020b). Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871. In: Barsotti *et al.* *A Comuna de Paris de 1871 – história e atualidade*. São Paulo: Ícone Editora.
- \_\_\_\_\_. (2020c). "Estamos aqui pela humanidade!" Viva a Comuna de Paris de 1871! In: Revista *Lutas Sociais* n.8, São Paulo: Pulsar.
- BARSOTTI, Paulo e FERRARI, Terezinha. (1999). A propósito de Cuba e da revolução. In: *América Latina – história, idéias e revolução*. Barsotti, P. e Pericás, L.B. (orgs.). 2ªed., São Paulo: Xamã.
- BARSOTTI, P. LERNER, F. e ORSO, J.P. (orgs.). (2002a). *A Comuna de Paris de 1871 – história e atualidade*. São Paulo: Ícone Editora.
- BEDESCHI, G. (1989). *Marx*. Lisboa: Edições 70.
- BERLIN, I. (1988). *Karl Marx*. Madrid: Alianza Editorial.
- BLACKBURN R. e JOHNSON, C. (1992). *El pensamiento político de Karl Marx*. México: Fontamara.
- BLITZER, C. (1966). *The american journalisme of Marx/Engels – a selection from te NYDT*, New York.
- BLUCHE, Frédéric (1984). *El bonapartimo*. México: Fondo de Cultura Economica.

- \_\_\_\_\_. (1981). *Le bonapartism*. Paris: La-Haye.
- BOBBIO, Norberto. (1982). *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1986). *Estado, governo e sociedade – para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Dicionário de política*. 7ª ed., Brasília: Editora da UNB.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Teoria geral da política – a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BOBBIO, Norberto. *et al.* (1979). *O marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- BORON, A. (1997). Friedrich Engels e a teoria marxista da política. In Revista *Praxis*, nº 9, Belo Horizonte: Editora Joaquim de Oliveira.
- BOTTOMORE, T. (1983). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BUCI-GLUCKSMANN, Cristinne. (s/d). *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra.
- CALLINICOS, Alex. (1999). *The revolutionary ideas of Marx*. London/Chicago/Melbourne: Bookmarks.
- CALVEZ, Jean-Yves. (1970). *La pensée de Karl Marx*. Paris: Editions du Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1975). *O pensamento de Karl Marx*. Porto, Livraria Tavares Martins.
- CHASIN, J. (1984). Democracia política e emancipação humana. In Revista *Ensaio*, n.13, S.Paulo: Ensaio.
- \_\_\_\_\_. (1986). Poder, política e representação (três supostos e uma hipótese constituinte). In Revista *Ensaio*, no.15-16, S.Paulo: Ensaio.
- CLAUDIN, Fernando. (1985). *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. 4ª ed., Madri: Siglo Veintiuno.
- COGGIOLA, Osvaldo. (1995). *Engels – o segundo violino*. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (org.). (1996). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Humanitas-Publicações FFLCH.
- \_\_\_\_\_. (org.). (1998). *O Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels*. S.Paulo: Boitempo.

- COGGIOLA, Osvaldo et. al. (org.). (1997). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã.
- CORNU, Auguste. (1965). *Marx-Engels: del idealismo al materialismo*. Buenos Aires: Platina Stilograf.
- COSTA, Sílvio. (1998). *Comuna de Paris – O proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo/Goiânia: Anita Garibaldi/Editora UCG.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1994). *Marxismo e política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. S.Paulo: Cortez.
- CRAPEAU, Y. (1964). *Les marxistes et la notion de l'Etat*. Paris: CCES.
- DELLA VOLPI, G. (1969). *Rousseau y Marx y otros ensayos de crítica materialista*. Barcelona: Ediciones Martine Roca.
- DÍAZ, G. G. (1975). *La concepción del hombre en Marx*. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- ELSTER, John. (1989). *Marx hoje*. S.Paulo: Paz e Terra.
- ENGELS, Friedrich. (1961). *A questão da habitação*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- \_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. (1975a). Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: *Textos Marx/Engels*. São Paulo: Edições Sociais, vol.1.
- \_\_\_\_\_. (1975b). Introdução de *A guerra civil na França*. In: *Textos Marx/Engels*. São Paulo: Edições Sociais, vol.1.
- \_\_\_\_\_. (1975c). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1975d). Prefácio da 3ª edição de *O 18 Brumário*. In: *Textos*. São Paulo: Edições Sociais.
- \_\_\_\_\_. (1975e). Marx e a *Nova Gazeta Renana*. In: Marx e Engels. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, volume 2.
- \_\_\_\_\_. (1977). Prefácio (de 1874). In: *As guerras camponesas na Alemanha*. Barcelona, Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1993). Para a história da Liga dos Comunistas. In: Marx, K. e Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (s/d-a). A questão militar prussiana e o Partido Operário Alemão. In: *Opere Complete Marx/Engels*. Roma: Riuniti.

\_\_\_\_\_. (s/d-b). Prefácio, de 1895, de *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. *Textos Marx/Engels*. São Paulo: Edições Sociais, vol.3.

\_\_\_\_\_. (s/d-c). *O destino do grande aventureiro e Crítica à condução francesa da guerra*. In: Engels, F. *Biografia*. São Paulo: Edições Avante.

\_\_\_\_\_. (s/d-d). *As guerras camponesas na Alemanha*. Belo Horizonte: Aldeia Global.

\_\_\_\_\_. (s/d-e). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. In: Marx, K. e Engels, F. *Obras escogidas*. Moscou: Progresso.

\_\_\_\_\_. (s/d-f). Sobre a autoridade. In: *Obras escolhidas*. S.Paulo: Alfa-Omega, Volume II.

FAUSTO, R. (1987). *Marx: lógica e política – investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. S.Paulo: Brasiliense, Tomo II.

FEDOSSEIEV, P. N. *et al.* (1983). *Karl Marx – biografia*. Lisboa: Edições Avante/Edições Progresso.

FERNANDES, Florestan. (org.). (1989). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, coleção Grandes Cientistas Sociais.

FEUERBACH, Ludwig. (1988). *Princípios da filosofia do futuro e outros escritos*. Lisboa, Edições 70.

FIORANI, FIORANI, E. (1971). *Friedrich Engels e il materialismo dialettico*. Milano: Feltrinelli Editore.

FISCHER, Ernst. (1970). *O que Marx realmente disse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FREDERICO, Celso. (1995). *O jovem Marx – 1843-44: as origens da ontologia do ser social*. S.Paulo: Cortez.

FURET, François. (1989). *Marx e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GALVÃO, Luis Alfredo. (1977). *Marx & Marx*. São Paulo: Ática.

GARAUDY, R. (s/d). *El problema hegeliano*. Buenos Aires: Ediciones Calden.

GORENDER, Jacob. (1999). *Marxismo sem utopia*. S.Paulo: Ática.

- GOENDER, Jacob. *et al.* (1998). Dossiê: 150 Anos do Manifesto Comunista. In: Revista *Lutas Sociais*, nº 4, Xamã: São Paulo.
- GRAMSCI, Antonio. (1968). *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GREENVILLE, J.A.S. (1989). *La Europa remodelada - 1848-1878*. México, Espanha, Argentina, Colômbia: Siglo Veintiuno.
- GUIMARÃES, C. (1988). Domínio burguês incompleto: a teoria do autoritarismo em Marx. In *Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais*. S.Paulo: Vértice-Editora, Revista dos Tribunais.
- HINCKER, F. (1977). *Les communistes et l'Etat*. Paris: La-Haye.
- HOBBSBAWM, Eric. (1977). *A era do capital*. S.Paulo: Paz e Terra.
- HYPOLITE, Jean. (s/d). La conception hégélienne de l'Etat et sa critique par Karl Marx. In: *Cah. Intern. de Sociologie*, II, 2, Paris.
- IANNI, Octávio. (1988). O bonapartismo. In: *Dialética e capitalismo - Ensaio sobre o pensamento de Marx*. S.Paulo: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1996). Estado e capitalismo segundo Engels. In COGGIOLA, O. *Marx e Engels na história*. S.Paulo: Humanitas Publicações/FFCLH-USP.
- ILICHEV, L. F. *et al.* (1986). *Friedrich Engels - biografia*. Lisboa: Edições Avante/Edições Progresso.
- KELLOG, Paul. (1995). Engels e as raízes do "revisonismo". In Revista *Praxis*, no.4, Belo Horizonte: Editora Joaquim Oliveira.
- KORSCH, K. (1971). *Karl Marx*. Paris: Éditions Champ Libre.
- KRADER, L. (1988). *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Editorial Fabio Iglesias.
- LEFEBVRE, Henri. (1968). *Sociologia de Marx*. S.Paulo: Forense.
- \_\_\_\_\_. (1971). *Síntesis del pensamiento de Marx*. Barcelona: Editorial Nova Terra.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70.
- LENIN, Vladimir Ilich. (1976a). *Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels - 1844-1883*. Montevideo/Barcelona: Ediciones Pueblos Unidos/Ediciones Grijalbo.



- \_\_\_\_\_. (1983). *O estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (s/d). Acotaciones a la correspondencia entre Marx e Engels 1844-1883, Grijalbo-Pueblos Unidos, Montevideo-Barcelona.
- LESOURD, J.A. (1981). A França de 1848 a 1879. In: *História Contemporânea*. São Paulo: Difel.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. (1991). *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio.
- LOSURDO, Domenico. (1996). *Hegel, Marx e la tradizione liberale*. Turin: Riuniti.
- \_\_\_\_\_. (s/d). Democracia e bonapartismo - triunfo e decadência del sufragio universale. Turin: Bolatti.
- LÖWY, Michel. (2002). *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes.
- LUKÁCS, Georg. (1963). *El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*. Barcelona: Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1969). *Prolegómenos a una estética marxista*. Barcelona: Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1972). *El asalto a la razón*. Barcelona: Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Revista *Temas de Ciências Humanas*, n.4, S.Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Ontologia do ser social - a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo, Livraria e Editora de Ciências Humanas.
- LUPORINI, Cesare. (1981). Crítica da política e da economia política. In *Teoria marxista da política*. México: Ediciones Pasado y Presente, Cuadernos de Pasado y Presente, no. 89.
- MAGUIRE, M. John. (1984). *Marx y su teoría de la política*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MANDEL, Ernest. (1977a). La teoría de la alienación. In: Mandel, E. e Novack, George. *Teoría marxista de la alienación*. Bogotá: Editorial Pluma.
- \_\_\_\_\_. (1977b). *Teoría marxista do estado*. Lisboa: Antídoto.
- MARRAMAIO, G. et al. (1981). *Teoría marxista de la política*. México: Siglo XXI, Cuadernos de Pasado y Presente.

MARX, Karl. (1961). I e II Manifesto do Conselho Geral da Associação Geral do Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana e Manifesto do Conselho Geral da A.I.T. sobre a Guerra Civil na França de 1871. In: *Obras Escolhidas- Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

\_\_\_\_\_. (1965). *Crítica de la filosofía del derecho de Hegel*. Madri: Ediciones Nuevas, Com notas de Rodolfo Mondolfo.

\_\_\_\_\_. (1968). *Crítica de la filosofía del estado de Hegel*. Barcelona: Grijalbo.

\_\_\_\_\_. (1971). *La Nouvelle Gazette Rhénane*. Paris: Éditions Sociales.

\_\_\_\_\_. (1972). *La guerre civile en France – 1871* (Edição conjunta com os *Trabalhos Preparatórios*). Paris: Éditions Sociales.

\_\_\_\_\_. (1974). *Cuadernos de Paris – Notas de lectura de 1844*. México, Ediciones Era.

\_\_\_\_\_. (1975a). *A guerra civil na França*. In: Marx e Engels, São Paulo: Edições Sociais, Textos 1.

\_\_\_\_\_. (1975b). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. In: Marx e Engels, São Paulo: Edições Sociais, Textos 3.

\_\_\_\_\_. (1975c). *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: Marx e Engels. S.Paulo: Edições Sociais, Textos 3.

\_\_\_\_\_. (1976a). *Herr Vogt*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol.1.

\_\_\_\_\_. (1976b). Carta a Federico Bolte, de 23 de novembro de 1871. In: *C.Marx, F.Engels, V.I.Lenin - Acerca del anarquismo y el anarcosindicalismo*. Moscou: Editorial Progreso.

\_\_\_\_\_. (1977). Carta a W. Liebknecht, de 6 de abril de 1871. In: Marx e Engels. *Correspondencia*. México: Edições de Cultura Popular.

\_\_\_\_\_. (1978). *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política*. México: Siglo Veintiuno, Vol.I.

\_\_\_\_\_. (1979). *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. In: Collect Works. Londres: Lawrence & Wishart, Vol.11.

\_\_\_\_\_. (1980). The results of the war. In: Marx, K. e Engels, F. *Collected works*, volumes dedicados ao *New York Daily Tribune*, entre 1850-62. Londres: Lawrence E. Wishart.

- \_\_\_\_\_. (1981). O movimento revolucionário na Itália. In: Marx e Engels, *Sobre la revolución de 1848-1849*. Moscou: Editorial Progreso.
- \_\_\_\_\_. (1982a). Para a crítica da economia política. S.Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (1982b). *Miséria da filosofia*. S.Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. (1983). Posfácio à 2ª edição. In: Marx, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (1987a). *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. (1987b). Introducción a la crítica de la filosofía del derecho de Hegel. In: *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. MARX, Karl. (1987c). Glosas críticas ao artigo *El rey de Prusia y la reforma social*, por um prusiano. In: *Escritos de juventud*. Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa, Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (1991). *A questão judaica*. S.Paulo: Editora Moraes.
- \_\_\_\_\_. (1993). *A burguesia e a contra-revolução*. 3ª ed., S.Paulo: Ensaio, Cadernos Ensaio Pequeno Formato I.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano"*. In: Revista *Praxis*, n.5, Belo Horizonte, Editora Projeto Joaquim de Oliveira.
- \_\_\_\_\_. (2002). Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871. In Barsotti et alli (orgs.). *Cadernos Espaço Marx*. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (s/d-a). As lutas de classe na França de 1848-50. S.Paulo: Edições Sociais, *Textos Marx e Engels*, vol. 3. (indiquei lá embaixo texto marx e engels 1975d, ver como vai ficar)
- \_\_\_\_\_. (s/d-b). *Historia de la vida de Lord Palmerston – Palmerston y Rusia*. Buenos Aires: Editorial Rescate.
- \_\_\_\_\_. (s/d-c). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Cidade: Edições Sociais, vol.3. É sempre lá em cima MARX, Karl. (1975b). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. In: Marx e Engels, São Paulo: Edições Sociais, Textos 3.
- \_\_\_\_\_. (s/d-d). Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana. In: *Karl Marx & Friedrich Engels – Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, volume 2.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1960). *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publish.
- \_\_\_\_\_. (1961). *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- \_\_\_\_\_. (1962). *On Britain*. Moscou: Foreign Languages Publishing House.
- \_\_\_\_\_. (1973a). *La ideologia alemana*. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos.
- \_\_\_\_\_. (1973b). *La sagrada família*. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- \_\_\_\_\_. (1973c). A crítica moralizante o la moral critica – contribución a la história de la civilización alemana, contra Carlos Heinzen. In: Marx e Engels. *La sagrada família*. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- \_\_\_\_\_. (1975a). *Textos*. S.Paulo: Edições Sociais, vol. 1.
- \_\_\_\_\_. (1975b). *Textos*. S.Paulo: Edições Sociais, vol. 2.
- \_\_\_\_\_. (1975c). *Textos*. S.Paulo: Edições Sociais, vol. 3.
- \_\_\_\_\_. (1976a). *Correspondance – 1844-1895*. Moscou: Editions du Progrès.
- \_\_\_\_\_. (1976b). La Alianza de la Democracia Socialista y la Asociacion Internacional de los Trabajadores. In: *C.Marx, F.Engels, V.I.Lenin - Acerca del anarquismo y el anarco-sindicalismo*. Moscou: Editorial Progreso.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Correspondencia*. México: Ediciones de Cultura Popular.
- \_\_\_\_\_. (1977a). *Cartas filosóficas e outros escritos*. México: Editorial Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1977b). *Manifiesto de 1848*. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. México: Editorial Grijalbo.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Materiales para la história de América Latina*. México: Ediciones Pasado y Presente.
- \_\_\_\_\_. (1980a). *Collected Works*. Moscou: Progrees Publishers, vol.12.
- \_\_\_\_\_. (1980b). *Escritos sobre Rusia – revelaciones sobre la historia diplomática secreta del siglo XVIII*. México: Ediciones Pasado y Presente.
- \_\_\_\_\_. (1980c). *La cuestion nacional y la formacion de los estados*. México: Ediciones Pasado y Presente.

- \_\_\_\_\_. (1981). *Sobre la revolución de 1848-1849*. Madri: Editorial Progreso.
- \_\_\_\_\_. (1982). *Opere Complete*. Volumes dedicados aos artigos publicados no NYDT, a *Nova Gazeta Renana-Revista* e ao *18 Brumário*. Roma: Riuniti.
- \_\_\_\_\_. (1986). *A ideologia alemã*. 5ª ed., São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1987). *A sagrada família ou Crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. S.Paulo: Moraes.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Correspondência*. Havana: Editora Política.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Manifesto do Partido Comunista*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (s/d-a). *Correspondence* (1848 a 1853 e 1854 a 1872, dos 10 volumes publicados). Paris: Éditions Sociales.
- \_\_\_\_\_. (s/d-b). *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso.
- \_\_\_\_\_. (s/d-c). *Obras escolhidas*. S.Paulo: Alfa-Omega, volume I.
- \_\_\_\_\_. (s/d-d). *A sagrada família ou Crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. 2ª ed., Lisboa/S.Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes.
- MAYER, G. (1978). *Friedrich Engels: una biografía*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- McLELLAN, David. (1977). *Engels*. Glasgow: William Collins Sons and Co.
- \_\_\_\_\_. (1983). *Marx: um século de pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Karl Marx – vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes.
- MEHRING, Franz. (1943). Carlos Marx – el fundador del socialismo alemán – historia de su vida. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- MERCIER-JOSA, S. (1998). Marx, o político e o social. In *Crítica Marxista*, nº 6, São Paulo: Xamã.
- MÉSZÁROS, István. (1981). *A teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1982). Il rinnovamento del marxismo e l'attualità storica dell'offensiva socialista. In: *Problemi del socialismo*. Milano, n.23.
- \_\_\_\_\_. (1985). Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. In *Revista Ensaio*, nº 14, S.Paulo: Ensaio.

\_\_\_\_\_. (1987). *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, Cadernos Ensaio Série Pequeno Formato, no. II.

\_\_\_\_\_. (1997). Ir além do capital. In: Coggiola, O. (org.). *Globalização e socialismo*. S.Paulo: Xamã.

MILIBAND, R. (1965). *Marx and state*. New York: The Socialist Register.

MOLNÁR, E. (1967). *La politique d'Alliances du marxisme (1848-1889)*. Budapest: Akadémial Kladó.

MONAL, Isabel. (2000). Gattungswesen (Ser genérico, esencia genérica). In: *Marx Ahora*, n.10, La Habana: Editorial de Ciências Humanas.

MONDOLFO, R. (1986). *Marx y marxismo – estudos histórico-críticos*. 4ª ed., México: Fondo de Cultura Económica.

MORAES, J. Q. *et al.* Dossiê Manifesto Comunista. In Revista *Crítica Marxista*, nº 6, São Paulo: Xamã.

NETTO, José Paulo (org.). (1981a) *Engels*. S.Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, no.17.

\_\_\_\_\_. (org.). (1981b). *Lukács*. S.Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, no.20.

\_\_\_\_\_. (1990). *Democracia e transição socialista – escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros Nosso Tempo.

NICOLAÏEVSKI, Boris. e MAENCHEN-HELFEN, Otto. (1973). *La vida de Carlos Marx*. Madri: Ayso.

NOVACK, George. (s/d). Introducción. In: *Teoria marxista de la alienación*. México: Fondo.

OAKLEY, Allen. (1983). *The making of Marx's critical theory – a bibliographical analysis*. London/Boston/Melbourne: Routledge & Kegan Paul.

OLDRINI, G. (1997). A relação Marx-Engels em perspectiva. In Revista *Praxis*, no.8, Belo Horizonte: Editora Joaquim de Oliveira.

OZAÍ, Antonio. (1996). *Partido de massa e partido de quadros: a social-democracia e o PT*. S.Paulo: CPV-Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

PADOVER, S. K. (1985). *Karl Marx an intimate biography*. Canadá: New American Library.

- PALMADE, Guy. (1986). *La época de la burguesía*. México, Espanha, Argentina, Colombia: Siglo Veintiuno.
- POTEMKIN *et alli* (1966). *Historia de la diplomacia*. México: Grijalbo, vol.1.
- POULANTZAS, Nicos. (1971). *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense Editora.
- \_\_\_\_\_. (1972). *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense Editora.
- RIAZANOV, D. I. (1978). Notas Aclaratórias. In: Marx, K. e Engels, F. *Manifesto del Partido Comunista*. México: Ediciones de Cultura Popular.
- \_\_\_\_\_. (1984). *Marx e Engels e a história do movimento operário*. Rio de Janeiro: Global Editora.
- ROCES, Wenceslau. (1975). Sobre los orígenes del Manifiesto y la Liga Comunista. In: *El Manifiesto Comunista*. Madrid: Ayuso.
- \_\_\_\_\_. (1987). Nota preliminar. In: *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ROSENFELD, D. (1993). *Introdução ao pensamento político de Hegel*. S.Paulo: Ática.
- RUBEL, Maximilien. (1960). *Karl Marx devant le bonapartisme*. Paris: Paris-La Haye.
- \_\_\_\_\_. (1970). *Karl Marx – Ensayo de biografía intelectual*. Buenos Aires: Paidós.
- \_\_\_\_\_. (1974a). Páginas escogidas de Marx para una ética socialista: 2. Revolución y socialismo. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- \_\_\_\_\_. (1974b). *Marx critique du marxisme*. Paris: Payot.
- \_\_\_\_\_. (1980). El Estado visto por Marx. In: Revista *Criticas de la Economía Política*. México: Fondo.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Crônica de Marx*. S.Paulo: Ensaio, Cadernos Ensaio Série Grande Formato, n.3.
- RUBEL, M. e BOTTOMORE, T. (1964). *Sociologia e filosofia social de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SADER, Emir. (1993). *Estado e política em Marx*. S.Paulo: Cortez.
- SCHAFF, Adam. (1967). *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- STACCONE, Giuseppe. (1983). O homem e o trabalho nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844. In: Revista *Nova Escrita-Ensaio*, n.11/12, edição especial – *Marx Hoje*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita.
- TEIXEIRA, F. J. S. (1995). *Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de O Capital*. S.Paulo: Ensaio.
- TIMPANARO, S. (1973). *Praxis, materialismo y estructuralismo*. Barcelona: Editorial Fontanella.
- TOLEDO, Caio Navarro (org.). (1998). *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. S.Paulo: Xamã.
- TONET, Yves. (1995). Marx e a política: Prefácio ao *Glosas Críticas...* In: Revista *Praxis*, nº5, Belo Horizonte: Editora Joaquim de Oliveira.
- TORRES, J. C. B. (1989). *Figuras do estado moderno*. S.Paulo: Brasiliense.
- TRAGTENBERG, Maurício. (1987a). Marx/Bakunin. In: *Marx Hoje*. Cadernos Ensaio Série Grande Formato, n.1, S.Paulo: Ensaio, *apud* Marx, K. *Critique des Programmes de Gotha et d'Erfurt*.
- \_\_\_\_\_. (1987b). Marx/Bakunin. In *Marx Hoje*. Cadernos Ensaio Série Grande Formato, n.1, S.Paulo: Ensaio, *apud* Bakunin, *Et L'Italie 1871-72*. (1974). Paris: Champ Libre.
- TROTSKY, Leon. (1978a). Encore sur le bonapartisme: bonapartisme bourgeois et bonapartisme soviétique. In: *Oeuvres*. Paris: *Publications de l'Institut Leon Trotsky*.
- \_\_\_\_\_. (1978b). Le 4 Aout. In: *Oeuvres*. Paris: *Publications de l'Institut Leon Trotsky*.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. S.Paulo: Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_. (s/d). *Terrorismo e Comunismo*. Madri: Saga.
- VALLÈS, J. *et alli*. (1992). *Crônicas da comuna*. São Paulo: Ensaio.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. (1974). Estudio previo. In Marx, K. *Cuadernos de Paris – Notas de lectura de 1844*. México, Ediciones Era.
- VAZ, Henrique Lima. (1987). Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx. In: *Marx hoje*. S.Paulo: Ensaio, Cadernos Ensaio Série Grande Formato, n.1.



WILLARD, C. (2002). "Uma obra sempre no centro da atualidade". In: *A comuna de Paris de 1871 – História e atualidade*. São Paulo: Ícone Editora – Biblioteca Espaço Marx.

## **APÊNDICES**

**Apêndice I – Bonapartismo e bismarckismo em Engels**

**Apêndice II – Cronologia do Período**

## **Apêndice I – Bonapartismo e bismarckismo em Engels**

## APÊNDICE I

### Bonapartismo e bismarckismo em Engels

Neste Apêndice serão tratadas, inicialmente, as relações intelectuais entre Marx e Engels, o polêmico “marxismo” de Engels e suas conseqüências para o desenvolvimento do movimento socialista.

Em seguida, serão analisadas as contribuições específicas de Engels relativas ao estado e à política. Quanto ao bonapartismo, Engels foi o primeiro participante direto na elaboração do conceito, “colaborador invisível” de *O 18 Brumário* e teve uma particular contribuição sobre o caso alemão: a caracterização do regime de Bismarck como uma variante de bonapartismo e “forma” suave de realização da revolução burguesa na Alemanha. Os textos trabalhados são os seguintes: *A questão militar prussiana e o partido operário alemão – 1865*, os artigos publicados no *Volksstaat – 1872*, o *Prefácio à reedição das Guerras camponesas na Alemanha – 1874*, *A origem da família, da propriedade privada e do estado – 1884*, o *Prefácio à terceira edição alemã de O 18 Brumário – 1885*, a *Introdução de A guerra Civil na França* e, finalmente, a *Introdução de A luta de classes na França*.

Este Apêndice tem ainda como objetivo destacar a importância da reflexão sobre o bonapartismo como momento privilegiado para a compreensão do estado e da política diante da não realização dos projetos sobre o tema e fazer a retomada sintética das determinações do bonapartismo que emergiram nos capítulos desta Tese de Doutorado, avaliando seu significado no interior da crítica

marxiana do estado e da política. Recorde-se que o estado bonapartista é aqui entendido como ápice e radicalidade da tendência do estado burguês de oposição e abstração da sociedade civil, como regime autocrático e defensivo, modelar da burguesia no período contra-revolucionário, que leva às últimas conseqüências o processo de aprimoramento, aperfeiçoamento e autonomização do estado (executivo) e que tem no episódio francês seu caso clássico e mais acabado. Regime de destempero do estado burguês e de descaramento da dominação burguesa.

O Apêndice trará também, em sua conclusão, a apresentação crítica das principais reflexões no campo marxista sobre o tema: Lenin, Trostky e Gramsci.

### **Engels e o bonapartismo alemão**

É evidente a convergência e a colaboração teórica entre Engels e Marx quanto à reflexão do *estado* e da *política*. A elaboração e tematização do *bonapartismo*, forma específica de dominação burguesa, que durante décadas mereceu a atenção e combate implacáveis destes autores, ilustra com precisão este fato.

Surgido após o fracasso das revoluções de 1848, da vitória da *contra-revolução* sobre a *revolução*, momento da explicitação da moderna luta de classes e dos limites da burguesia representar o progresso social, o bonapartismo se desenvolve num contexto de acontecimentos extremamente agudos e contraditórios, de expansão e crises econômicas, de guerras civis, de libertação nacional e entre nações, marcado sempre pela repressão brutal do Estado ao movimento operário crescente.

As figuras políticas que encarnam esta reação burguesa do século XIX, expressando seus contornos mais nítidos e que, durante longos anos, desempenharam o papel de *gendarmes* da ordem estabelecida no continente europeu, são Luis Napoleão e Bismarck. Como é sabido, Marx se dedicou especialmente ao

caso francês e Engels ao caso alemão.

Partindo da correspondência entre os amigos e do rastreamento preliminar da obra de Engels, procuro apresentar a concordância quanto à compreensão deste fenômeno, deixando a sugestão de que o bonapartismo tenha sido uma reflexão produzida e desenvolvida a "quatro mãos".

A primeira indicação desta parceria refere-se à participação de Engels na elaboração de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx. Segundo D. Riazanov, na Introdução feita em 1927 para *O 18 Brumário*, de acordo com a correspondência de dezembro de 1851, podemos considerar Engels como um "colaborador invisível" desta obra de Marx.

São três as cartas de Engels enviadas ao amigo que estão em destaque. A mais significativa data do dia 3 de dezembro. Nela, Engels não só fornece a Marx o título do futuro trabalho, como também "fórmulas felizes" que serão aproveitadas quase que integralmente.

No dia seguinte ao *coup de tête* de Luis Napoleão, demonstrando total indignação, desprezo e ironia, Engels comenta e analisa o acontecimento. A citação é longa, mas pertinente:

*Representants de la France, deliberez en paix*  
(Representantes da França, deliberem em paz). E onde é que poderiam estes senhores deliberarem mais pacificamente do que no quartel de Orsay, sob a vigilância de um batalhão de caçadores de Vincennes?

A história da França alcançou um estágio completamente cômico. Não poderia haver nada de mais ridículo que esta paródia de 18 Brumário realizada em tempos de paz, com a ajuda de soldados descontentes, pelo ser mais insignificante do mundo e que não encontrou até agora, pelo que no momento se pode julgar, nenhuma resistência! E que de forma esplêndida foram enganados todos os velhos asnos! A raposa mais astuta de toda a

França, o velho Thiers, o advogado mais sutil do foro, M. Dupin, caíram tão facilmente na armadilha preparada pelo imbecil mais notório do século, assim como o general Cavaignac, com sua estúpida virtude republicana e o fanfarrão Changarnier. E para completar o quadro, um parlamento poltrão com Odilon Barrot fazendo-se de 'Löwe von Calbe' (...). Alguma vez no mundo se realizou um golpe de estado acompanhado de declarações tão estúpidas como este? E a isto se segue a risível ostentação napoleônica, o aniversário da coroação em Austerlitz, as especulações em torno do Consulado etc. (...). O fato de que tudo isto pudesse triunfar por um dia sequer, mostra a degradação dos senhores franceses a um infantilismo sem igual no mundo.

É admirável a detenção dos grandes charlatães da 'ordem', em particular a do pequeno Thiers e do valente Changarnier! Esplêndida também foi a sessão dos restos do Parlamento no X Departamento, com Berryer, gritando da janela: 'Vive le Republique' até que toda esta gente fosse detida e encerrada no pátio de um quartel sob a vigilância dos soldados. E este estúpido do Napoleão que prepara imediatamente suas malas para ir instalar-se nas Tulherias. Nem torturando-se o espírito durante todo um ano se poderia criar um comédia mais linda.

E à noite, quando esse cretino do Napoleão por fim deitou-se no leito tão desejado das Tulherias, o imbecil, certamente não se deu conta do que isto significava. *Le Consulat sans le premier cónsul!* Nenhuma dificuldade interna mais considerável que durante os últimos três anos, nenhuma grande dificuldade financeira, inclusive no seu bolso, nada de coligação nas fronteiras a ameaçar, nenhuma necessidade de cruzar o São Bernardo ou de obter a vitória de Marengo! Era para se desesperar. E nem sequer havia uma Assembléia Nacional que colocasse por terra os grandes planos do gênio não reconhecido! Por hora ao menos não, este asno encontra-se livre, solto de todas as amarras, tão

absoluto como o velho Napoleão na noite de 18 Brumário, tão completamente livre que não poderá impedir de mostrar a cada passo a sua asnice aos quatro ventos! Terrível perspectiva desta ausência de contradições! (...)

Que pode se esperar de toda esta estupidez? 'Coloquemo-nos no ponto de vista da história universal', e teremos um tema esplêndido para declamação. Por exemplo, agora coloca-se se é possível o regime pretoriano da época do Império Romano, cujas premissas eram um extenso estado organizado militarmente, uma Itália despovoada e a falta de um operariado moderno: é possível um regime semelhante num país compacto como a França, onde existe um numeroso proletariado industrial? Ou bem: Luis Napoleão carece de seu próprio partido, pisoteou os legitimistas e orleanistas e agora tem que virar à esquerda. A virada à esquerda significa a anistia, a anistia significa o choque etc. (...) Ou ainda: o sufrágio universal é a base do poder de Luis Napoleão, não pode violá-lo, mas a existência do sufrágio universal atualmente é incompatível com a existência de Luis Napoleão (...) Mas depois do que ontem observamos, não há nada o que esperar do povo. Na verdade, parece que o velho Hegel dirige de sua tumba a história no papel de espírito mundial, cuidando com a maior atenção a que todos os acontecimentos apareçam duas vezes: a primeira sob a forma de tragédia e a segunda na forma miserável de farsa. Caussidière por Danton, Louis Blanc por Robespierre, Barthelemy por Sain-Just, Flocon por Carnot, e o lunático Luis Napoleão, com meia dúzia de oficiais desconhecidos e cheios de dívidas em vez do pequeno cabo Napoleão I com sua turma de marechais. Estaríamos então, já no 18 Brumário... (Marx e Engels:1960:60)

Nesta carta, que mereceu de Lenin uma anotação marginal segundo a qual Engels teria dado o "primeiro esboço de *O 18 Brumário*" (Lenin,1976a:259)



podemos identificar não só a reprodução quase literal de certas passagens, como na abertura<sup>1</sup> da obra de Marx, mas principalmente o espírito que permeia seu trabalho: a idéia da *farsa e do farsante*, que toma o golpe de Luis Napoleão como paródia à tragédia do 18 Brumário de Napoleão I. O primeiro como momento trágico, heróico, revolucionário; o segundo como medíocre, covarde, contra-revolucionário, assim caracterizado por Marx:

Na primeira revolução francesa o domínio dos *constitucionalistas* é seguido do domínio dos *girondinos* e o domínio dos *girondinos* pelo dos *jacobinos*.

Cada um desses partidos se apóia no mais avançado. Assim impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado à guilhotina. A revolução move-se, assim, ao longo de uma *linha ascensional*.

Com a Revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, apóia-se no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apóiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido

---

<sup>1</sup> A abertura de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, inicia-se desta forma: "Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar, a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luis Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição de *O Dezoito Brumário*". (Marx e Engels, s/d-c:203)

ataca por trás àquele que procura empurrá-lo para frente e apóia pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admitir que nessa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A revolução move-se, assim, em *linha descendente*. Encontra-se nesse estado de movimento regressivo antes mesmo de ser derrubada a última barricada de fevereiro e constituído o primeiro órgão revolucionário. (Marx,s/d-c:221)

Esta "linha descendente" encontra uma França atônita e degradada que não opõe ao golpe nenhuma resistência, posição considerada por Marx como injustificável, mesmo sob a alegação de "que a nação fora tomada de surpresa", pois "não se perdoa a uma nação ou a uma mulher um momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresente as pode violar" (*Idem*:207).

Descuido e perplexidade demonstrado, de um lado, pelo comportamento ridículo da *intelligentsia* burguesa humilhada diante da armadilha há muito preparada e, de outro, pelo descaso e desarticulação dos setores populares que não perceberam, durante a curta existência da II República Francesa, a importância do embate entre o presidente e a Assembléia. Processo que fortalecia, centralizava e aperfeiçoava cada vez mais a máquina burocrático-militar do executivo, ao mesmo tempo que esvaziava, desgastava, e esgotava qualquer possibilidade de atuação parlamentar e de controle do estado. A intensificação da luta de classes produziu as condições e circunstâncias que abriram caminho para que o "aventureiro" com suas artimanhas se lançasse e impusesse a toda nação francesa a "ditadura do sabre".

Engels prevê que os setores populares, iludidos pela concessão imediata do direito eleitoral e pelo restabelecimento do sufrágio universal, se comportarão "infantilmente" nas eleições marcadas como rito de legitimação do golpe. Realizadas em 20 e 21 de dezembro, num ambiente de grande repressão, sem nenhuma liberdade de imprensa ou de reunião, resta-lhes somente a sanção do

golpe por uma imensa maioria: 7.439.216 a favor contra 640.737.

A *forma plebiscitária* de que se revestiram estas eleições irá se constituir num dos principais instrumentos de manipulação política do bonapartismo. Também não passa despercebido para Engels, outra característica essencial do bonapartismo: a ausência de um partido político exclusivo para sua sustentação e a sua substituição por uma *política de manobras* entre as classes. Prática de desprezo para com as organizações partidárias e de jogo de classes, que Marx já havia apontado e exposto no pequeno artigo "A Constituição da República Francesa aprovada em 4 de Novembro de 1848", escrito em 14 de junho de 1851 e publicado no jornal cartista *Notes to the People*, poucos meses antes do "golpe anunciado".<sup>2</sup>

Quanto ao futuro da farsa, ironiza Engels, que diante da degradação dos franceses e da ausência de perspectiva de revolução, ele depende do quanto "o espírito universal parecer descontente com a humanidade".

Na segunda carta, de 10 de dezembro, voltando a comentar o assunto e sua consequência, indaga-se:

Que resultará de toda esta porcaria? Napoleão será eleito, disto não resta dúvida; a burguesia não tem opção; além do mais quem comprovará as papeletas eleitorais? Os erros aritméticos nas contas a favor do aventureiro são extremamente sedutores e toda a baixezinha das classes acomodadas francesas, sua submissão servil diante do menor êxito, sua tendência à adulação frente a qualquer poder, tem se manifestado desta vez com a maior clareza do que em qualquer outro tempo. Pois bem, de que forma governará este

---

<sup>2</sup> Neste artigo, Marx aponta o impasse e ruptura iminente do partido da ordem com Luis Napoleão que, diante da impossibilidade constitucional de se reeleger, só tem como saída a manobra e o golpe. "A Bonaparte se oferece portanto uma única alternativa: desafiar a Constituição, recorrer às armas e liquidar o assunto (...). Por isso o jogo de Napoleão agora é fomentar o descontentamento da população. O inimigo de Napoleão é a burguesia, o povo sabe disso e, entre eles, ocorre um laço de simpatia. Mas Napoleão tem em comum com a burguesia a marca da opressão: se conseguisse tirá-la de seus ombros e a descarregasse totalmente sobre as costas da burguesia, teria removido um grande obstáculo" (Marx e Engels, 1982).

asno? É evidente que conseguirá menos votos que em 1848, não mais do que três ou três milhões e meio; para o crédito é uma derrota perigosa. Nenhuma reforma financeira e fiscal é possível. Primeiro por falta de recursos econômicos; segundo, porque uma ditadura militar só pode realizá-la com guerras externas vitoriosas, quando a guerra cobre os custos dos gastos de guerra, enquanto que em tempo de paz, além de não haver excedente nenhum, ainda tem que se gastar muito mais com o exército; terceiro porque Napoleão é estúpido demais. O que lhe resta? A guerra? (*Apud* Lenin,1976a:261).

O destaque é a inexistência de alternativa da burguesia francesa em continuar exercendo seu poder político diretamente. Como Marx irá assinalar em *O 18 Brumário*, após o fracasso de sua experiência parlamentar, da incapacidade de sua Assembléia Legislativa em “adotar acordos”, produto da cisão entre sua representação parlamentar e sua massa extra-parlamentar, a capitulação diante do “aventureiro” era a única opção para manter sua força social e garantir seus interesses materiais.

Significativo prognóstico é o da necessidade da guerra, de uma *política externa expansionista* como elemento de sobrevivência de um regime militar. Não importa se o aludido fora a guerra contra a Inglaterra. Trata-se de reter que para um estado militar, a guerra exterior é sempre um movimento para o seu fortalecimento diante de uma crise interna, e que o II Império durante toda sua existência cumprirá esta tônica.

Finalmente, na carta de 16 de dezembro, Engels fala da urgência do pedido de Joseph Weydemeyer, antigo companheiro da Liga dos Comunistas e recém imigrado nos Estados Unidos, para que escrevesse artigos sobre os acontecimentos franceses no periódico que pretendia publicar.

Engels, que desde 1850 se transferira para Manchester, onde assume atividades comerciais junto a Ermen & Engels, comunica à Marx a impossibilidade e

desgosto para atender a solicitação feita e recorre ao amigo, familiarizado com a história francesa, desta forma: "(...) como sempre, é a ti, mais uma vez, que deixo o cuidado de resolver a dificuldade. Além do mais, se pudesse escrever algo não seria exatamente sobre o *coup de tête*, de *Crapulinski*. Você pode, em todo caso, escrever um artigo diplomático que 'marcará época'" (Marx e Engels, 1982:262).

Marx, apesar de encontrar-se enfermo e passando por grandes dificuldades financeiras, em quatro meses, executa o trabalho que será publicado no primeiro número da revista de Weydemeyer, *Die Revolution*.

A primeira aventura guerreira do II Império, dar-se-á em torno da questão oriental: a guerra entre a autocracia russa e o império turco-otomano.

Para Marx e Engels – que escrevem sobre a Guerra da Criméia (1853-1856) centenas de artigos para os jornais *New York Daily Tribune* (norte-americano) e *Neue Oder-Zeitung* (alemão) – a França bonapartista e a oligárquica Inglaterra de Lorde Palmerston que estão aliadas, intervêm no conflito em defesa do *status quo* continental com o seguinte objetivo: evitar o avanço da influência russa nos Balcãs e no Mediterrâneo destruindo sua força naval, mas procurando mantê-la forte o suficiente para cumprir o papel de principal instrumento contra os movimentos nacionais e democráticos de libertação no continente.

Nestes artigos, a farsa representada pelo II Império como defensor da "paz e civilização", é revelada pela denúncia da guerra como instrumento utilizado pelo "sobrinho" para repetir a lenda do "tio", saciar o nacionalismo francês relegado a um plano inferior pelas políticas externas da Restauração e pela Monarquia de Julho, e de afirmação do seu poder interno. Marx, a este respeito assim se referiu:

Ele que trazia um nome cujo sentido era a tirania, a carnificina, ele que, pelo eco de uma glória passada, tinha abarcado a imaginação das massas francesas, sabia muito bem que para preservar o seu prestígio, o batismo de sangue e a consagração de sucessos militares eram absolutamente

indispensáveis. Para ele, desde o início, era necessário levar uma guerra contra qualquer das duas potências que haviam provocado a queda de seu tio. A Berésia e Waterloo tinham que ser vingadas, e as glórias assim igualadas. Luis Napoleão era suficientemente esperto para compreender que a guerra deve ser mais ou menos popular para uma nação cujos instintos são essencialmente militares, uma nação para qual – gaulesa ou francesa – o combate foi durante séculos a condição normal. (Marx,1980)

Engels, por sua vez, irá acentuar em suas análises, como parte da divisão de trabalho intelectual que acabou se estabelecendo com Marx, os aspectos militares e estratégicos da campanha. Refletindo sobre o fracasso do desempenho das forças anglo-francesas, a responsabilidade recai no plano militar elaborado por Luis Napoleão e imposto à Inglaterra, este “incapaz enfatuado”, tanto no que se refere à sua política externa, quanto interna:

Seria fácil provar como na administração interna do II Império se reflete a pretensiosa mediocridade do seu sistema de fazer a guerra, como também aqui a aparência substituiu a realidade, e como as campanhas ‘econômicas’ não foram de modo nenhum bem mais sucedidas do que as campanhas militares. (Engels,s/d-c:222)

Imediatamente à primeira grande crise econômica mundial do capitalismo, em 1857, e como um de seus desdobramentos, a intervenção bonapartista se dá agora em torno da questão italiana, com a crise estabelecida entre a monarquia Habsburgo e os estados italianos de Sardenha e Piemonte, aliados da França bonapartista.

Este é um dos grandes momentos da farsa encenada pelo imperador como “libertador das nações”, máscara encontrada para dissimular suas verdadeiras intenções expansionistas e de verdadeiro *gendarme* da contra-revolução em todo o continente. A denúncia do conteúdo real da política externa imperial é apresentado

por Engels em dois artigos – conjunto magnífico para se entender a questão italiana – que foram publicados anonimamente, “O Pó e o Reno” (abril de 1859) e “Savóia, Nice e o Reno” (abril de 1860).

No primeiro, escrito às vésperas do conflito, Engels demarca posição de que a unificação italiana é algo exclusivo do povo italiano e que ela só será autêntica pela via revolucionária, nacional, republicana e democrática. Toda ingerência externa, francesa ou austríaca, é condenada e seu êxito dependerá essencialmente da solução radical para a questão agrária. Sua crítica dirige-se aos alemães defensores das teorias chauvinistas das “fronteiras naturais”, que defendiam a manutenção do Império Habsburgo no norte da Itália e revelam a demagogia de Luís Napoleão que seduzia os liberais italianos declarando-se contra a dominação austríaca, mas que objetivamente buscava reforçar suas posições, internas e externas, às expensas da Itália.

O segundo texto, publicado após o armistício de Villafranca, confirmava o caráter expansionista da política externa de Luís Napoleão: a França anexava ao império os territórios italianos de Nice e Savóia. Aqui também não faltam críticas aos democratas vulgares alemães como Karl Vogt e ao oportunismo de Lassalle, que a soldo do imperador ou iludido com o papel representado de “benfeitor” da Itália e da Alemanha, defendiam e consideravam a sua política externa progressista.

Somente em 1865 é que Engels inicia sua tematização sobre o governo de Bismarck que chegara ao poder em 1862. Neste momento, Engels e Marx sentiam uma dupla necessidade: a de desvendar a natureza do governo prussiano recém-instalado e a de criticar os lassalianos que reiteravam seu namoro com Bismarck, na expectativa que este fizesse algumas concessões democráticas e instaurasse o sufrágio universal.

A oportunidade aparece com o pedido de Liebknecht para que Engels escrevesse um artigo para o *Der Social-Demokrat* – jornal da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães – sobre a guerra civil norte-americana ou a respeito da

reforma organizacional do exército prussiano. Sua escolha recai sobre o último tema que lhe permitiria fazer a crítica no momento adequado: deixar clara a posição de independência política da classe operária diante do conflito existente entre o governo de Bismarck e a oposição burguesa sobre a questão.

O resultado foi a publicação do panfleto "A Questão Militar Prussiana e o Partido Operário Alemão", texto revisto e aprovado por Marx que realizou pequenas e secundárias alterações, como pode-se observar pela correspondência do período (Mayer,1978:507). Neste texto, Engels apresenta pela primeira vez o Estado reacionário prussiano como uma *variante de bonapartismo* nos seguintes termos:

O bonapartismo é a forma necessária de estado num país onde a classe operária, ainda que tenha atingido um alto nível de desenvolvimento nas cidades, mas numericamente inferior aos pequenos camponeses no campo, foi vencida num grande combate revolucionário pela classe dos capitalistas, a pequena burguesia e o exército (...). Ele (o Estado) defende a burguesia dos ataques violentos dos operários, encoraja escaramuças pacíficas entre as duas classes e em tudo priva tanto uns como outros de quaisquer vestígios de poder político. (*Apud* Rubel,1960:117)

Na continuidade, desdobrando as considerações de Marx em *O 18 Brumário*, agora à luz de mais de uma década de exercício efetivo de poder, refere-se ao caso francês, nestes termos:

A forma desta dominação era naturalmente o despotismo militar e o seu chefe natural Luis Napoleão, seu herdeiro legítimo. O bonapartismo se coloca tanto acima dos operários quanto dos capitalistas, impedindo o choque entre eles. Dito de outro modo, defende a burguesia contra os ataques violentos dos operários, favorece as pequenas escaramuças pacíficas entre as duas



classes, sempre tirando tanto de uma quanto da outra qualquer espécie de poder político. Nenhum direito de associação, nenhum direito de reunião, nada de liberdade de imprensa. O sufrágio universal, sob pressão da burocracia, torna impossível qualquer eleição da oposição; e um regime policial jamais atingido anteriormente, inclusive na França com tudo que possui de policial. Aliás, uma parte da burguesia, assim como dos operários, está diretamente comprada. Uma pelos roubos colossais do crédito, através do qual o dinheiro dos pequenos capitalistas é jogado nos bolsos dos grandes; a outra pelas grandes obras nacionais constituindo-se num proletariado artificial e imperial submetido ao governo, que se desenvolve nas grandes cidades ao lado do proletariado real e independente. Enfim, o bonapartismo ilude a coragem nacional através de guerras aparentemente heróicas, mas que na realidade são realizadas com a autorização da Europa contra o bode expiatório comum no momento – e em condições tais que a vitória está de antemão assegurada. O principal resultado que um regime assim pode trazer aos operários e à burguesia, é que eles descansam da luta e que a indústria se desenvolve fortemente (se as condições se adequarem), e portanto os elementos de uma nova luta, mais violenta se desenvolvem, até que estoure assim que a necessidade do repouso desapareça. O cúmulo da estupidez seria esperar mais para os operários, de um regime que existe exatamente para tê-los presos diante da burguesia (...). (*Apud* Rubel,1960:117)

Fica clara a caracterização do bonapartismo como um *regime político defensivo*, de contenção e repressão à luta de classes e de afirmação da ordem social vigente. Este despotismo policial e militar cumpre o papel de “salvador” da sociedade, colocando-se *aparentemente* acima das classes e de qualquer instituição parlamentar como árbitro exclusivo das contendas sociais.

A manutenção da farsa implica na ausência ou restrições das liberdades

parlamentares e democráticas, na manipulação demagógica e burocrática do sufrágio universal e do indispensável jogo entre as classes. A corrupção desenfreada que compra e coopta a burguesia, é também a moeda criadora de um proletariado artificial, enquanto que a expansão da "glória nacional" é o elemento de manipulação ideológica de toda nação. Sob estas circunstâncias, de reino da "segurança, da ordem e da paz social", o estado bonapartista se converte em verdadeira "estufa" que alimenta e alavanca um novo processo de concentração de capital, garantindo por certo período as condições necessárias para o desenvolvimento industrial e comercial, e sufocando por certo tempo as contradições sociais.

Em 1872, após a Guerra Franco-Prussiana, a derrota e queda do II Império, a Comuna de Paris e a publicação de *A Guerra Civil na França*, texto definitivo de Marx sobre o bonapartismo, Engels retoma o caso alemão. Agora a propósito da crise aguda da habitação, situação própria de um país em vias de completar sua revolução industrial.

São três artigos escritos para o *Volksstaat*, órgão central do Partido Social-Democrata Alemão, que posteriormente serão agrupados e publicados com o título de *Contribuição ao Problema da Habitação*. Neles, a crítica se dirige ao proudhonismo alemão e aos socialismos burguês e pequeno-burguês que se manifestavam diante da questão. O trabalho discorre sobre a forma particular do desenvolvimento capitalista alemão, marcado por seu atraso industrial, pela forte presença agrária e pela debilidade e covardia da burguesia alemã.

Engels irá assinalar, dois anos depois, no "Prefácio" da reedição de *As Guerras Camponesas na Alemanha*, que ali se tratava de analisar o processo de transição da arcaica monarquia absoluta prussiana à moderna monarquia bonapartista.

Depois de considerar o Estado prussiano como "produto necessário" da infra-estrutura social em que está alicerçado, passa a analisar sua composição social. De um lado, temos uma nobreza poderosa formada de grandes

proprietários de terras e uma burguesia "relativamente jovem e particularmente covarde, que até aquele momento, não havia conquistado *o poder político diretamente* como na França, *nem mais ou menos diretamente* como na Inglaterra" (Engels, s/d-d:46, grifos meus). Ao lado delas, emerge um "proletariado intelectualmente desenvolvido", que cresce e se organiza rapidamente.

Nesta situação particular, específica do bonapartismo alemão, mescla da antiga monarquia absoluta e da moderna monarquia bonapartista, encontramos circunstâncias históricas mais complexas que no caso francês, uma vez que há um duplo equilíbrio de classes: "entre a nobreza proprietária de terras e a burguesia, condição da velha monarquia absoluta, e entre a burguesia e o proletariado, condição essencial do bonapartismo moderno" (*Idem*:46).

Tanto na velha quanto na nova monarquia, ergue-se o "verdadeiro poder governamental", centralizado e monopolizado por uma "casta de oficiais e de funcionários", recrutados "parte entre as suas próprias fileiras, parte entre a pequena nobreza do morgadio, mais raramente na grande nobreza e a parte mais débil na burguesia". A forma de constituição da burocracia estatal prussiana é que "confere ao estado a aparência de autonomia frente à sociedade" (*Ibid.*). Estas contradições sociais são geradoras de um "pseudo-constitucionalismo" presente tanto na velha monarquia em decomposição, quanto na nova monarquia bonapartista no momento em afirmação.

Se, de um lado, a burguesia alemã gradativamente assumia "todas as questões econômicas do estado prussiano", por outro, tendo como determinação histórica sua incompletude política, covardemente recuava nas reivindicações legislativas e democráticas necessárias à adaptação de seus interesses materiais, para não fornecer ao proletariado e aos setores dominados, nenhuma arma política que a pudesse ameaçar.

É neste espaço que Bismarck desenvolve sua política de concessões às classes e de manutenção do equilíbrio entre elas. Além de utilizar a "corrupção em grande escala, importada da França em 1870", Engels acrescenta que

provavelmente poderá lançar mão do “miserável stratagemã bonapartista” da criação de um proletariado artificial por meio de obras públicas, capaz de assegurar e dar continuidade ao seu poder.

No “Prefácio” de 1874, acima aludido, este processo de transição é considerado “o maior passo à frente” para a modernização da Prússia semi-feudal, tanto no que se refere às condições econômicas quanto políticas. Pela via reformista, de contínua tradução do “dialeto feudal para o idioma burguês”, ilustrada pelo provérbio “Quem vai devagar, vai sempre”, e que a Prússia, por um “estranho destino”, realiza no final do século XIX, “sob a forma agradável” e segura do bonapartismo, sua revolução burguesa, iniciada em 1808-1813 e que, em 1848, dera “outro passo adiante” (Engels,1977:17).

Neste lento processo, cumprindo suas tarefas econômicas, a burguesia alemã “abandona ao governo todo o poder político efetivo”; aprova impostos e concede-lhe empréstimos, contribui para dar às novas reformas aparência legal e fornece os soldados necessários, de tal forma, “que o velho poder policial mantém toda sua força ante os indivíduos recalcitrantes (...)” (*Idem*:17). Em suma, paulatinamente, “a burguesia compra sua emancipação social gradual ao preço de uma renúncia imediata de seu próprio poder político” (*Idem*:18).

Este processo do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha – que, como vimos no decorrer da Tese, Marx caracterizara como a “miséria alemã”, em 1844, na “Introdução” à *Contribuição a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* – é reiterado por Engels pela sina de sua burguesia por “sempre chegar tarde demais” em tudo e que, no instante de sua tardia afirmação econômica, o domínio político direto da burguesia européia já se encontrava em declínio (Marx:11). As referências são a Inglaterra oligárquica e a França bonapartista.

Este fenômeno de desprezo, de indiferença pelo político, de abandono da sua dominação *de* classe ou da partilha com aliados de outras classes ou frações de classe, para concentrar os esforços nas atividades privadas, é explicado pela “particularidade que distingue a burguesia de todas as classes que governaram

antes dela” pois, “em seu desenvolvimento, há uma virada a partir da qual todo acréscimo de seus meios de poder, principalmente de seus capitais, apenas contribui a torná-la cada vez mais inapta ao domínio político” (Marx, op.cit: 11). Esta despolitização e redução da ação pública e a conseqüente transferência da atividade política à uma oligarquia ou burocracia estatal tecnocrática-militar semelhante ao ideal positivista, é uma tendência histórica da burguesia que tem na política bonapartista, com todas as suas variantes, a expressão mais eficiente e adequada em sua marcha contra-revolucionária.

Em 1884, Engels publica sua última grande obra, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, após a leitura das anotações que Marx fizera da leitura do livro de L.H. Morgan, *A Sociedade Primitiva*.

A referência feita ao bonapartismo se dá na parte final e conclusiva da obra. Inicialmente, aponta a gênese do estado – fenômeno histórico-social e, assim como a política, portador de uma existência meramente temporal restrita à sociedade de classes – como produto da desagregação da ordem gentílica e do conflito gerado pelo surgimento das classes sociais. Seu papel é o de “refrear os antagonismos de classe” e é, “por regra geral, o estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, com ajuda deste, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo com isto novos meios de repressão e de exploração da classe oprimida” (Engels,s/d-e:606).

Eis a regra geral e a determinação ontológica do estado: ser instrumento da classe economicamente dominante que estende seu poder repressivo da esfera econômica à política, que assume e controla a máquina estatal, produzindo as condições necessárias para a reprodução de seu poder material e de dominação das classes subalternas. Porém, como toda regra geral, a exceção se faz presente e já havia sido detectada em 1846 em *A Ideologia Alemã* a respeito das monarquias absolutas. Quase quatro décadas depois da afirmação do domínio e pleno desenvolvimento burguês, a exceção é enriquecida e assim apresentada:

...existem períodos em que as classes em luta estão equilibradas, que o poder de estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em relação a cada uma delas. Neste caso se encontra a monarquia absoluta dos séculos 17 e 18 (sic!), que mantinha o equilíbrio entre a nobreza e a burguesia; e neste caso estiveram o bonapartismo do I Império francês, e sobretudo o segundo, valendo-se dos proletários contra a burguesia, e desta contra aqueles. A mais recente produção desta espécie, onde opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o novo Império alemão da nação bismarckiana: aqui mantém em equilíbrio capitalistas e trabalhadores, subordina-se a ambos indistintamente em proveito dos *junkers* prussianos do interior... (Marx e Engels,1973:608).

Mesmo diante desta situação excepcional de equilíbrio da luta de classes que acentua a *aparente* independência e autonomia do estado em relação à sociedade, Engels reforçando sua natureza servil arremata: "o estado é um organismo de proteção da classe proprietária contra a não proprietária". Sempre o estado tem a função de proteção do *status quo* e de repressão às classes despossuídas e trabalhadoras, e a dominação bonapartista é sua manifestação mais crua e desnaturada do antagonismo e subordinação da sociedade ao estado.

O bonapartismo volta novamente à tona nas apresentações que Engels fará às reedições da trilogia de Marx sobre a história francesa. No "Prefácio" de 1885 à terceira edição alemã de *O 18 Brumário*, uma passagem sobre a particularidade da política francesa vale ser lembrada:

A França é o país onde, mais do que em qualquer lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final e onde, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos. Centro do feudalismo da Idade Média, país-modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária baseada nos

testamentos, a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu. (Marx e Engels:1975c:201)

Podemos acrescentar, sem violar o espírito do comentário, que a França é também berço exemplar, paradigmático e clássico da dominação burguesa na sua fase contra-revolucionária, o estado bonapartista.

Na "Introdução" de 1891 à *A Guerra Civil na França*, encontramos a fórmula sintética da gênese do bonapartismo clássico: "Se o proletariado não estava *ainda* em condições de governar a França, a burguesia já não podia continuar governando" (Marx e Engels:1975a:159). Neste texto de Marx, o regime corporificado por Luis Napoleão era "a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia havia perdido a capacidade de governar e a classe operária não havia adquirido" (*Idem*:196).

Estas colocações nos remetem à busca das diferenças entre o bonapartismo francês, aqui considerado como *clássico* e sua *variante*, o caso prussiano. No primeiro, a burguesia francesa, como classe, já havia conquistado e exercido o poder político direto sob a forma exemplar de república parlamentar, mas dividida e temerosa diante do proletariado, dele abre mão para garantir seus interesses materiais. No segundo, como vimos, a burguesia alemã que ainda *não* havia conquistado e exercido sua dominação de classe, igualmente acovardada com a presença operária, recusa esta perspectiva de poder conciliando seus interesses com as forças da velha sociedade, como meio de se afirmar economicamente. Ambos têm em comum um relativo atraso industrial, mais acentuado no caso alemão que no francês, e sempre surgem após um período de intensificação da luta de classes, onde o proletariado urbano com presença reduzida joga um papel político limitado, enquanto o elemento agrário torna-se politicamente decisivo. No caso clássico, serão os pequenos proprietários do campo, classe criada pelo "tio" no processo de afirmação da revolução burguesa, que levarão o "sobrinho" ao

trono. Na variante prussiana, serão os *junkers*, os grandes proprietários rurais, expressão da velha sociedade feudal que gradativamente irão se aburguesando, dando base e sustentação ao estado bismarckiano.

Na "Introdução" de 1895 à *A Luta de Classes na França*, conjunto de textos selecionadas por Engels e que foram publicados pela primeira vez em 1850 na *Nova Gazeta Renana – Revista Político-Econômica*, a gênese do bonapartismo clássico é apontada como resultante de um "vazio de poder", de uma crise especial de hegemonia, de cisão entre as diversas frações da burguesia francesa que, sentindo-se fustigada pelos setores populares, não encontra solução de continuidade para sua dominação direta. Neste, que é seu último trabalho, Engels assim se refere:

Uma burguesia dividida em duas frações monárquico-dinásticas, mas que solicitava sobretudo calma e segurança para seus negócios financeiros e diante dela um proletariado vencido, é verdade, mas sempre ameaçador e em cuja volta agrupavam-se, cada vez mais, pequenos burgueses e camponeses; a ameaça contínua de uma exploração violenta que apesar de tudo, não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva, tal será a situação que se podia considerar como feita especialmente para o golpe de estado do terceiro pretendente, o pretendente pseudo-democrata Luis Bonaparte. (Marx e Engels, 1975c:99-100)

Na seqüência do texto, a partir da retrospectiva da história européia das revoluções de 1848 à Comuna de Paris, no "fecho deste período", não encontramos elementos para considerar o golpe de Luis Napoleão e a instalação do regime bonapartista como um capítulo, mero "acidente histórico" no curso "eterno" da democracia, como querem e dizem certas análises de cunho liberal.

O *coup de tête* de Luis Napoleão significa, para Engels, "momentaneamente" o fim de um período de "revoluções de baixo para cima" e o início de "revoluções de cima para baixo". É nesta "linha descendente" da marcha da



contra-revolução burguesa que Bismarck aparece como “imitador” do imperador francês de quem adota e transfere a política bonapartista para a Prússia, executa seu golpe de estado e realiza “sua revolução de cima para baixo”. Eis a “forma suave”, contra-revolucionária do processo burguês alemão, a via bonapartista. Diante deste quadro, a Europa torna-se “pequena para dois bonapartes” e dois impérios, e o resultado disto não pode ser outro que a guerra imperialista franco-prussiana.

Aqui parece ser o momento oportuno para que a utilização e aprovação de Marx, quanto à validade da extensão do bonapartismo ao estado bismarckiano como variante deste fenômeno, possa ser mais uma vez observada na seguinte passagem do “Primeiro Manifesto do Conselho Geral da AIT sobre a Guerra Franco-Prussiana, julho, 1870”:

Sem deixar de conservar cuidadosamente todos os seus encantos congênitos de seu antigo sistema, acrescenta-lhe todas as manhas do II Império, seu despotismo verdadeiro e seu democratismo fingido, suas feitiçarias políticas e suas agiotagens, sua linguagem enfática e seus vulgares passes de mágica. O regime bonapartista que até então só florescia em uma margem do Reno, encontrou a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas o que podia resultar senão a guerra? (Marx e Engels,1975a:170).

Na verdade, o bonapartismo é o *marco histórico* e o ápice de um processo iniciado em 1830 pela burguesia francesa onde ao mesmo tempo em que tem “a *sua formação política acabada*” com a monarquia constitucional de Luis Felipe, ganha também a “consciência de sua significação *socia*” demonstrada pela recusa na antiga crença revolucionária de “poder atingir o estado ideal através do estado representativo constitucional”. Ela não deseja mais a “salvação do mundo” e muito menos aspira a realização de “fins humanos universais”, longe disso, reconhece “nesse regime a expressão *oficial* do seu poder *exclusivo* e a consagração *política*

dos seus interesses particulares” (Marx,s/d-c:186-187). Esta análise de Marx feita quatro anos antes das revoluções de 1848, assinala o fim e o abandono das veleidades heróicas e universais da burguesia em escala mundial e a nova tônica histórica que o estado burguês passa a imprimir em todas as formas de estado criadas pelas suas revoluções políticas, no enfrentamento da luta de classes e na repressão à revolução social.

O bonapartismo representa a vitória do horizonte burguês, circunscrita ao universo da *ordem* e das *revoluções políticas*, fadadas ao aperfeiçoamento do estado, enquadradas no movimento restrito e mesquinho da política, que configura o êxito “momentâneo” da contra-revolução sobre a *revolução social*.

A *política bonapartista* é a alternativa utilizada pela burguesia diante do impasse, fracasso ou impossibilidade de realização e continuidade da sua dominação direta e *de classe*. Forma autocrática de poder político, o bonapartismo leva às últimas conseqüências a tendência, contida no estado moderno, de representar os interesses gerais e estar acima dos interesses privados, de abstrair e querer eliminar as diferenças dos homens reais dispostos na vida cotidiana concretamente em classes sociais. Ilusão extrema na força, imparcialidade e autonomia do estado diante da sociedade, condição de sua arbitragem despótica sobre toda a nação, que em momento algum nega seu caráter de classe frente às classes subalternas e que garante às frações da classe dominante a “paz social” necessária para o desenvolvimento de seus negócios. Ela representa efetivamente “a forma mais prostituída” e repressiva do poder estatal burguês que se transforma em “meio de escravidão do trabalho pelo capital” (Marx,1972:196).

Regime pós-parlamentar, o bonapartismo se ergue como instrumento de segurança e proteção do *status quo* na ausência de consenso produzida pelo dilaceramento das diversas frações da classe dominante na disputa de seus interesses mercantis, momento de risco para *ordem* e oportunidade para o questionamento das classes dominadas. Na defesa de seu interesse de classe, a burguesia autolimita seu poder político parlamentar para fortalecer o executivo que

amplia e aperfeiçoa cada vez mais sua máquina burocrático-militar direcionada à repressão das classes trabalhadoras e à revolução social.

O espírito mais geral e sintético do bonapartismo pode ser encontrado na carta que Engels envia a Marx, em 13 de abril de 1866, momento em que Bismarck, como parte de sua política de manobras, instaura o sufrágio universal na Alemanha:

Assim, Bismarck deu o audaz passo do sufrágio universal, ainda que sem Lassalle, ainda que sem seu Lassalle. Ao que parece, depois de certa resistência o burguês alemão se conformou com isto, pois o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea. Cada vez mais fica claro para mim que a burguesia é incapaz de governar diretamente, e por isso ali onde não existe uma oligarquia que em troca de uma boa remuneração (como se faz aqui na Inglaterra) pode-se encarregar de dirigir o estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é a semiditadura bonapartista. Esta defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra sua própria vontade, mas ao mesmo tempo, não lhe concede acesso ao poder (político). De outro lado, esta mesma ditadura, por sua vez, se vê obrigada, contra a sua vontade, a fazer seus os interesses materiais da burguesia. (Lenin,1976a)

A colocação é cristalina deste modo de ser específico da dominação burguesa no curso de sua contra-revolução. O bonapartismo funciona como *elo de ligação* e ponto de convergência de todas as diferentes frações burguesas que, após a renúncia circunstancial ao exercício direto de sua dominação, abrem mão de seu manto democrático parlamentar concentrando todo o poder político no executivo, que subordina ou manipula o poder legislativo e judiciário. Relegado a uma instituição ou a um grupo específico chefiado por um indivíduo que representa o papel de “benfeitor de todas as classes”, o estado bonapartista torna-se árbitro e

administrador absoluto das contendas sociais, assumindo ora a forma expressamente ditatorial, ora semiditatorial, sempre assegurando e protegendo o regime de apropriação social. Este regime pós-parlamentar, despótico e autocrático que se movimenta com lances de ataque e defesa, tem sua existência determinada enquanto cumprir com eficácia sua missão de instrumento de contenção da luta de classes e de consolidação, conservação e expansão da classe dominante. No momento em que a *ordem* estiver firmemente consolidada, a classe dominante pode dispensar seus préstimos e encontrar outra forma de estado compatível com o momento. Quando não puder mais reprimir e sufocar as contradições sociais latentes, estas, acirradas, explodem e novamente a luta política e a revolução social retomam a cena histórica.

### **Os marxistas e o bonapartismo**

A partir da reflexão e apreensão do regime de Napoleão III e das referências ao regime de Bismarck, elaboradas por Marx e Engels, o bonapartismo passou a ser um conceito utilizado como recurso analítico e estendido a outros casos em diferentes momentos históricos, por clássicos do pensamento marxista e o destaque limitado aqui será para Lenin, Trotsky e Gramsci.

Pela dimensão política e expressão teórica destes autores, julgamos necessária uma apresentação, ainda que sumária, das tematizações, interpretações e aplicações do conceito do bonapartismo por eles realizadas.

Lenin, no período que sucede a Revolução de 1905, avaliava a política agrária desencadeada por Stolypin – uma reforma destinada à criação de propriedades rurais, com o objetivo de conseguir apoio dos latifundiários centurionegristas e da burguesia outubrista – como uma forma de bonapartismo agrário. No artigo de 1908 "Apreciação do Momento Atual", publicado no jornal

bolchevique *Proletari*, aponta como diagnóstico da situação, em suas linhas finais, o seguinte:

A análise dos resultados da revolução e do momento que estamos atravessando mostra com clareza que não foram resolvidas as tarefas objetivas da Revolução (1905). A mudança da autocracia em direção ao bonapartismo, tanto na sua política agrária como em sua política geral na Duma e com ajuda da Duma, só agudiza e amplia a contradição entre a autocracia centurionegrista e a dominação dos 'latifundiários selvagens' por um lado, e as necessidades de desenvolvimento econômico e social de todo o país, por outro.

O revolucionário russo voltaria a empregar o conceito novamente às vésperas da Revolução de Outubro, quando da formação do governo provisório de 24 de junho, resultante de uma ampla coalizão burguesa entre kadetes, ezeristas, mencheviques e outros, que buscava desesperadamente conter o processo revolucionário em curso. Tal situação apresentava-se a Lenin como uma moldura clássica para o desenvolvimento da cena bonapartista, desta maneira manifestada no número 6 de *Rabóchi i Soldat*, no artigo "O Começo do Bonapartismo":

Temos diante de nós o sintoma histórico fundamental do bonapartismo: um poder estatal apoiado na camarilha militar (nos piores elementos do exército), que manobra entre duas classes, duas forças hostis, mais ou menos equilibradas entre si. A luta de classes entre a burguesia e o proletariado aguçaram-se ao extremo: tanto em 20 e 21 de abril, como de 3 a 5 de julho, o país está à beira da guerra civil. Esta condição econômica-social constitui o terreno clássico para o bonapartismo.

Ainda neste mesmo texto, Lenin afirmava que o caso russo se diferenciava em vários aspectos decisivos do bonapartismo francês de 1799 e 1849, citando o

fato de que na Rússia nenhuma das tarefas fundamentais da revolução burguesa tinha sido cumprida.

Trotsky, por sua vez, irá trabalhar o conceito de uma forma original: como um regime particular burguês na fase de decadência do capitalismo e como uma deformação do estado operário. Vejamos inicialmente como concebe, em termos gerais, o bonapartismo:

Por bonapartismo, nós entendemos um regime no qual a classe economicamente dominante, incapaz de utilizar de métodos democráticos de governo, encontra-se obrigada – para conservar suas posições – a tolerar acima de si a direção incontrolada de um aparelho militar-policial onde em seu cume reina um ‘salvador’. Este tipo de situação aparece em períodos onde as contradições das classes estão particularmente agudas: o objetivo do bonapartismo é evitar sua explosão. (Trotsky,1978a)

Esta fórmula generalizadora, de situação aguda entre as classes sociais, base sobre a qual erige-se um estado que se põe acima destas de forma arbitrária, que preserva o poder material das classes dominantes, evita a guerra civil e por isso mesmo por estas é tolerado, foi aplicada concretamente por Trotsky, como caracterização de vários governos da Europa no pós-Primeira Guerra, o de Giolitti e Fada na Itália, Papen-Schleicher na Alemanha, Dollfuss na Áustria e Doumergue e Flauden na França. Todos estes governos, considerados bonapartistas, diferenciam-se da forma clássica, uma vez que esta desenvolve-se num período em que o capitalismo, em sua fase ascensional, encontra-se numa “época de crise duradoura da agricultura e depressão na indústria”, enquanto que aqueles ocorrem num período de declínio capitalista e emergem como “necessidade lógica de um momento de ‘transição bonapartista’ entre o parlamentarismo e o fascismo” (Trotsky,1978b).

Na forma clássica de expansão e crescimento do capital, o bonapartismo apresentou-se como regime pessoal, forte, duradouro e viabilizador dos empreendimentos burgueses; mas na fase decadente ele não mais cumpre suas funções de “preservação de um equilíbrio entre dois campos irreconciliáveis”, não tendo mais vitalidade para conter as contradições sociais, torna-se obsoleto e limitado e deste modo acaba cedendo posto e funcionando como ante-sala para o fascismo.

Todo o esforço teórico, desenvolvido por Trotsky, em precisar corretamente a natureza dos regimes acima citados como bonapartistas, deveu-se não a um “pedantismo teórico”, mas às exigências concretas da prática operária. Considerando e insistindo na direção de que o bonapartismo constitui-se num “longo período pré-revolucionário ou pré-fascista”, momento em que a “vanguarda do proletariado pode conseguir o *élan* necessário para a conquista do poder”, combate as análises estalinistas “que por não compreenderem a natureza do regime bonapartista”, são levados a formular um diagnóstico negador de uma situação crítica, desarmando ideologicamente e refreando o movimento operário (Trotsky,1978a).

Em relação à colocação pioneira de bonapartismo operário, Trotsky assim designa o “regime pessoal de Stalin”, que tem sua origem “em última análise” no “produto da luta de classes aguda entre o proletariado e a burguesia”, e,

...onde o poder do ‘salvador’ do povo e de árbitro da burocracia enquanto classe dirigente elevou-se do interior dos aparelhos burocráticos e policiais, acima da democracia soviética e a reduziu à sombra de si mesma. A função objetiva do ‘salvador’ é de preservar as novas formas de propriedade, usurpando as funções políticas da classe dirigente. (*Ibid.*)

Esclarecendo a gênese do fenômeno que permite o emprego do conceito de bonapartismo, Trotsky assinala, mais uma vez, que este emerge em situações

onde as pressões de “forças políticas plebéias ou proletárias sobre a burguesia dirigente”, abrem espaço para que uma forma de estado sobreponha-se à democracia parlamentar burguesa, ou no caso do bonapartismo operário, quando existem “pressões das forças burguesas ou pequeno burguesas contra o proletariado dirigente”, aqui sobrepondo-se à democracia soviética (*Ibid.*).

Não se pode afirmar que A. Gramsci, tenha utilizado o bonapartismo como instrumento analítico para a elaboração de uma análise histórica concreta. Mas, seria incorreto negar que não tenha teorizado e refletido de alguma forma sobre o conceito e fenômeno.

Em seus cadernos escritos no cárcere fascista, entre 1926 e 1937, vamos encontrar em *Nota sobre Maquiavel, sua política e seu Estado Moderno*, uma passagem onde trata do que determina como cesarismo. Na seqüência, alinha os nomes de “Cesar, Napoleão I, Napoleão III, Cromwell e outros”, sugerindo a existência de algo comum entre estas “personalidades ‘heróicas’”: o fato de terem coroado determinados “eventos históricos”. Feita a sugestão, prossegue o pensador sardo determinando as condições histórico-sociais que possibilitam a emergência de tal fenômeno:

Pode-se afirmar, que o cesarismo exprime uma situação em que as forças em luta se equilibram de um modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar a destruição recíproca (...). Mas o cesarismo, exprime sempre a solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade, de uma situação heróico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva característica...

Frente a essa caracterização de situação de “equilíbrio catastrófico” e “solução arbitral”, Cristinne Buci-Glucksmann (s/d) em *Gramsci e o Estado*, afirma que o conceito de cesarismo, teria sido elaborado por Gramsci, a partir de uma retomada das análises feitas por Marx sobre o bonapartismo, de modo que “o



conceito de equilíbrio aproxima cesarismo e bonapartismo, a tal ponto que Gramsci fala às vezes de 'cesarismo bonapartista'".

Gramsci desdobra e distingue tipos de "cesarismo bonapartista", segundo o seu significado histórico, em progressista e reacionário. No primeiro caso a intervenção cesarista teria levado à vitória forças progressistas, marcando "a passagem histórica quantitativa-qualitativa de um Estado a outro tipo de Estado", o que teria representado uma "verdadeira revolução", como a de Cesar e Napoleão I. Já, no segundo caso, ilustrados com Bismarck e Napoleão III, o que temos é uma "evolução do mesmo Estado de acordo com uma linha ininterrupta", onde a intervenção cesarista faz triunfar as forças reacionárias.

Para além deste texto, desconhecemos outros trabalhos onde Gramsci trate do cesarismo ou cesarismo bonapartista. Na realidade, para ele, a questão teórica e prática fundamental era entender e combater o que denominava de "cesarismo": o fascismo.

Cabe aqui assinalar, em um contraponto às colocações de Gramsci, a colocação de Marx em seu Prefácio, de 1869, à segunda edição de *O 18 Brumário*, contra a "analogia histórica superficial" em voga na Alemanha entre cesarismo e bonapartismo assim se posiciona:

...esquece-se o mais importante, ou seja, que na Antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada, entre ricos cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto que a massa produtora, os escravos, formavam o pedestal puramente passivo para os combatentes. Esquece-se a significativa frase de Sismondi: 'o proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado'. Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antiga e modernas, as formas políticas produzidas por ela

hãõ de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel.

Outros autores também interpretaram, teorizaram ou aplicaram o bonapartismo, sempre na tônica básica de designação de um estado militar-policiaõ e burocrático, colocado acima da sociedade subordinada a um "salvador", com a função aparente de árbitro de uma situação aguda e de equilíbrio entre as classes sociais, como pode se observar nos dicionários de marxismo.

## **Apêndice II – Cronologia do Período**

## CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

### 1789-1799

O calendário republicano revolucionário esteve passageiramente em vigor na França. O ano que começava no equinócio de outono (22 de setembro de 1792 – 1º. Vendimiário do ano I), foi dividido em doze meses de trinta dias: Vendimiário, Brumário, Frimário, Nevoso, Pluvioso, Ventoso, Germinal, Floreal, Prairial, Mesidor, Termidor e Frutidor, aos quais se agregou cinco “dias complementares” os “descamisados” e seis dias nos anos III, VII e XI. A semana substituída pela década. Em 1º. de janeiro de 1806, Napoleão restabeleceu o calendário gregoriano.

<b>1789</b>	05 de maio	Abertura dos Estados Gerais e instalação da Monarquia Constitucional.
	17 de junho	Estados Gerais tomam o nome de Assembléia Nacional (Assembléia Nacional Constituinte: 17 de junho de 1789 – 30 de setembro de 1791).
	14 de julho	Tomada da Bastilha. Derrubada do Conselho Municipal e movimento campesino.
	28 de agosto	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
	5 e 6 de outubro	Movimento popular que obrigou o Rei e a Assembléia Nacional a mudar-se para Paris.
<b>1790</b>	15 de março	Abolição da servidão.
	19 de junho	Abolição da nobreza.

<b>1791</b>	13 de setembro	Luís XVI sanciona a nova Constituição com voto censitário.
	30 de setembro	Dissolução da Assembléia Nacional Constituinte.
	1º de outubro	Eleição da Assembléia Legislativa (1º de outubro de 1791 – 19 de setembro de 1792).
<b>1792</b>	10 de agosto	Revolução em Paris. Derrubada da realeza. Tomada das Tulherias. Instauração da Comuna Revolucionária.
	21 de setembro	Eleição da Convenção (21 de setembro de 1792 – 26 de outubro de 1795).
	22 de setembro	Proclamação da Primeira República Francesa.
<b>1793</b>	31 de maio a 2 de junho	Queda dos Girondinos. Início do domínio Jacobino. Regime do Terror. Começa a ser redigida uma nova Constituição. Separação entre estado e igreja. Religião como assunto privado.
	17 de julho	Abolição dos impostos feudais e extinção dos pedágios.
	24 de julho	Nova Constituição baseada no sufrágio masculino.
	19 de dezembro	Obrigatoriedade e gratuidade do ensino.
<b>1794</b>	4 de fevereiro	Abolição da escravidão.
	27 de julho (9 Termidor)	Queda de Robespierre. Fim do Terror.
	22 de agosto	Nova constituição. Voto para quem sabe ler e escrever e para quem tivesse renda anual equivalente a um mínimo de 100 dias de trabalho anual "é sobre a manutenção da propriedade (...) que assenta toda a ordem social".

<b>1795 a 1799</b>		Diretório. Dominação da República burguesa.
----------------------------	--	---

## O Consulado e o Império

1799 – 1815

<b>1799</b>	9 novembro (18 Brumário)	Golpe de estado de Napoleão Bonaparte. Derrubada do Diretório. Bonaparte é nomeado Primeiro Cônsul.
<b>1799 a 1804</b>		O Consulado.
<b>1804</b>	18 de maio	Napoleão se faz nomear Imperador hereditário.
<b>1804 a 1814</b>		Primeiro Império.
<b>1812</b>		Campanha da Rússia.
<b>1813</b>	16 a 19 de outubro	Batalha das nações em Leipzig.
<b>1814</b>	11 de abril	Tomada de Paris. Abdicação de Napoleão I.
<b>1815</b>	1º de março a 3 de julho	Os Cem Dias. Waterloo. Desterro de Napoleão a Santa Helena.

## A Restauração

1815 – 1830

<b>1815</b> a <b>1824</b>		Restauração dos Bourbons. Reinado de Luís XVIII.
<b>1824</b> a <b>1830</b>		Reinado de Carlos X.
<b>1830</b>	26 de julho	Ordenanças de Polignac.

## A Monarquia de Julho

1830 – 1848

<b>1830</b>	27 a 29 de julho	Revolução de julho. Governo Provisório de Luís Felipe de Orleans é proclamado rei dos franceses (7 de agosto de 1830).
<b>1843</b> a <b>1845</b>		Primeira estada de Karl Marx em Paris.
<b>1847</b>		Crise industrial. Banquetes de agitação em favor de uma reforma eleitoral (Banquetes da "Reforma").

## Revolução de Fevereiro e Segunda República

1848 – 1851

<b>1848</b>	23 e 24 de fevereiro	Revolução de fevereiro. Governo Provisório.
-------------	----------------------	---

### Governo Provisório

24 de fevereiro a 4 de maio de 1848

<b>1848</b>	25 de fevereiro	Proclamação da República e do "direito ao trabalho".
	26 de fevereiro	Criação da Guarda Móvel (composta de jovens de 16 a 20 anos recrutados entre o lumpenproletariado e gozando de um soldo diário de 1,50 francos).
	27 de fevereiro	Decreto sobre a organização das Oficinas Nacionais.
	28 de fevereiro	Nomeação da Comissão Governamental para as questões do trabalho ("Comissão de Luxemburgo"), sob a presidência de Luís Blanc (1º de março, primeira sessão desta comissão).
	1º de março	Carta de Flocon a Karl Marx propondo-lhe, em nome do Governo Provisório, regressar a França.
	Março a abril	Segunda estada de Karl Marx em Paris.
	2 de março	Decreto sobre a jornada de trabalho de dez horas e a supressão do "regateo".



	5 de março	Decreto proclamando o sufrágio universal direto e para todos os franceses de 21 anos de idade.
	9 de março	Manifestação da burguesia pedindo o adiamento por três meses do pagamento das dívidas.
	16 de março	Manifestação da burguesia da Guarda nacional contra a supressão dos privilégios pelo Governo Provisório (Dissolução das companhias eleitas, manifestação dos gorros de pêlo).
	17 de março	Contramanifestações dos trabalhadores.
	16 de abril	Manifestação dos trabalhadores no Campo de Marte. Dissolução da manifestação. Vitória da burguesia. Ledru-Rollin aparece como o "salvador" do estado.
	23 de abril	Assembléia Constituinte. Eleições. Fracasso da esquerda.

## Assembléia Constituinte

4 de maio de 1848 – 28 de maio de 1849

<b>1848</b>	4 de maio	Abertura da Assembléia Constituinte.
	10 de maio	Nomeação da Comissão Executiva. Presidente: Arago. Formação do primeiro Ministério (Cavaignac, Ministro da Guerra).
	15 de maio	Manifestação em favor da reconstituição da Polônia. Uma delegação de trabalhadores entra na Assembléia Nacional. Dissolução da manifestação. Detenção de Barbés, seguido, em 28 de maio, pela de Blanqui; formação de três grandes grupos na Assembléia nacional: 1. Reunião do Palácio, agrupando os partidários do <i>El Nacional</i> , dirigidos por Marrast e os "republicanos puros"; 2. Reunião da Montanha, partidários de Ledru-Rollin, republicanos radicais, fortemente anti-socialistas; 3. Partido da Ordem, agrupando os monarquistas de todas as tendências, sob a direção do general Baraguey-d'Hilliers.

	13 de junho	Luís Napoleão é eleito em três departamentos. A eleição é anulada pela Assembléia Constituinte.
	21 de junho	Decreto da Comissão Executiva sobre a incorporação ao Exército de todos os trabalhadores solteiros de 18 a 25 anos de idade inscritos nas listas das Oficinas Nacionais.
	22 de junho	Manifestação dos trabalhadores. Delegação dos trabalhadores ante a Comissão Executiva.
	23 a 27 de junho	Insurreição trabalhadora. Ditadura de Cavaignac, que dirige o massacre com a colaboração de Lamoricière, de Bedeau e de Perrot. Proclamação do estado de sítio. Manifestações revolucionárias contra a Assembléia Constituinte. Insurreição proletária.
	28 de junho	Cavaignac, chefe do Poder Executivo, forma o novo Gabinete. Supressão das Oficinas Nacionais. Todos os clubes e associações políticas são colocados sob a vigilância da polícia. A imprensa socialista é sufocada e se restabelece a censura para os periódicos. Nomeação de uma comissão de investigação sobre os acontecimentos de junho e de 15 de maio, sob a presidência de Odilon Barrot. Deportação em massa dos revoltosos.
	22 de agosto	A Assembléia Nacional rechaça a prorrogação do pagamento das dívidas.
	25 de agosto	A Assembléia Nacional entrega Luís Blanc e Caussidière aos Tribunais. Estes fogem para a Inglaterra.
	17 de setembro	Eleição complementar. Luís Napoleão Bonaparte é eleito em cinco departamentos.
	12 de novembro	Proclamação da nova Constituição.
	10 de dezembro	Eleição de Luís Napoleão Bonaparte à Presidência da República. Segunda República Francesa.
	20 de dezembro	Formação do Gabinete Odilon Barrot. Outros ministros: Falloux, Faucher, Malleville.
	26 de	O general Changarnier é nomeado Comandante da Guarda Nacional

	dezembro	de Paris e da primeira divisão (guarnição de Paris). Interpelação, sem resultado, de Ledru-Rollin.
	29 de dezembro	Proposição de Rateau em favor da dissolução da Assembléia Nacional.
<b>1849</b>	27 de janeiro	A proposição do Gabinete de dissolver todos os clubes é rechaçada pela Assembléia Nacional. Ledru-Rollin acusa o governo de violar a Constituição.
	29 de janeiro	A dissolução da Guarda Móvel pelo governo provoca novos distúrbios populares. Manifestações militares organizadas pelo governo diante da Assembléia Nacional. Primeiro conflito entre o Poder Executivo e a Assembléia Nacional. Dissolução da Guarda Móvel.
	7 de março a 2 de abril	Processo dos insurretos de maio ante o Tribunal Supremo de Paris. Bianqui é condenado a dez anos de reclusão. Barbés, Rapail, Albert etc., são condenados ao desterro.
	21 de março	Projeto de lei de Faucher contra o direito de associação. Interdição de todos os clubes e associações políticas.
	16 de abril	Odilon Barrot pede à Assembléia que vote os créditos para o corpo expedicionário na Itália.
	30 de abril	Derrota do general Oudinot na Itália.
	8 de maio	Carta de Luís Bonaparte a Oudinot, na qual pede a guerra aberta contra a República Romana e o restabelecimento da autoridade papal. Ledru-Rollin propõe declarar ao Presidente e seus Ministros em estado de acusação. A proposição é rechaçada por uma grande maioria.
	13 de maio	Eleição de nova Assembléia Legislativa. Vitória do Partido da Ordem. Derrota dos "republicanos puros". Triunfo do novo partido social-democrata (antigo partido da Montanha, mais os grupos socialistas).

## A Assembléia Nacional Legislativa

28 de maio de 1849 – 2 de dezembro de 1851

<b>1849</b>	28 de maio	Abertura da Assembléia Nacional Legislativa. Eleição de Dupin para a presidência da Assembléia.
	11 de junho	Bombardeio de Roma por Oudinot. Ledru-Rollin renova sua proposição de iniciar perseguição judicial contra o Presidente da República.
	12 de junho	A proposição de Ledru-Rollin é rechaçada novamente.
	13 de junho	Demonstração de protesto e sublevação de A Montanha. Repressão do movimento pelo general Changarnier. Destruição das imprensas social-democratas. Proclamação do estado de sítio.
	15 de junho	Proibição de todos os diários social-democratas. Perseguição judicial contra 40 representantes do povo. Ledru-Rollin foge para a Inglaterra. Insurreição em Lyon.
	19 de junho	Nova lei sobre os clubes e associações que pareçam perigosos.
	3 de julho	Entrada de Oudinot em Roma.
	27 de julho	Nova lei sobre a imprensa contendo toda uma série de prescrições tendo por fim impedir o aparecimento das revistas, diários e folhetos políticos.
	12 de agosto	A Assembléia Nacional entra em recesso até 10 de outubro. Nomeação de uma Comissão Permanente de 25 deputados, com exclusão dos legitimistas e dos orleanistas, com vistas à proteção da Constituição e da República.
	18 de agosto	Carta de Luís Bonaparte ao coronel Edgard Ney sobre as condições do restabelecimento da autoridade papal em Roma: "Compreendo da seguinte maneira a reinstalação do Papa: anistia geral, laicização da administração, Código de Napoleão e governo liberal".
	Agosto Setembro	Excursão de Luís Bonaparte pelos departamentos.
	Outubro	Adjudicação de uma soma de 300.000 francos, a proposição de Odilon Barrot, para o pagamento de uma pensão à duquesa de Orleans. Voto de um crédito de 9 milhões para cobrir os gastos da expedição

		romana. Odilon Barrot se recusa a propor à Assembléia um aumento de soldos em favor de Luís Bonaparte.
	10 de outubro a 13 de novembro	Processo ante a Suprema Corte de Justiça de Versailles contra os organizadores e os participantes da manifestação de 13 de junho de 1849.
	1º de novembro	Renúncia do Ministro Odilon Barrot. Formação de novo Gabinete (d'Hautpoul, ministro da Guerra; Rouher, ministro da Justiça; Fould, ministro das Finanças).
	13 de dezembro	Lei contra os Institutos, dando ao prefeito o direito de aplicar penas disciplinares e de revogar os Institutos.
	20 de dezembro	Restabelecimento do imposto sobre as bebidas.
<b>1850</b>	14 de janeiro	O ministro da Instrução Pública de Paris apresenta um novo projeto de lei que entrega o ensino escolar ao clero. A lei Falloux é adotada em 15 de março pela Assembléia nacional e confirmada em 15 de março por Luís Bonaparte.
	5 de fevereiro	O Prefeito de Polícia Carlier faz destruir todas as árvores da Liberdade.
	10 de março	Eleições complementares. Em Paris, Deflott, Vidal e Carnot são eleitos. Baroche é nomeado ministro do Interior. Eugenio Sué é eleito em Paris, em lugar de Vidal, que renuncia ao seu mandato.
	31 de maio	Abolição do sufrágio universal sobre a base de uma lei eleitoral elaborada pela Comissão dos 17 (Comissão dos "burgraves"). A Comissão estava composta de chefes legitimistas e orleanistas, tais como Thiers, Barryer, Broglie etc.
	8 de junho	Lei de deportação estabelecendo o desterro para os crimes políticos.
	16 de junho	Nova lei sobre a imprensa.
	11 de novembro	A Assembléia Nacional entra em recesso até 11 de novembro. Nomeação de um Comissão Permanente de 25 membros, composta

		em sua maioria de legitimistas e orleanistas.
	26 de agosto	Morte de Luís Felipe em Claremont, próximo a Londres. Partida dos orleanistas a Claremont para realizar fusão (fusão das pretensões dinásticas dos Bourbons e dos Orleans). A tentativa fracassa, como consequência da resistência do Conde de Chambord em Wiesbaden-Ems onde se deu o encontro dos legitimistas na mesma época.
	Agosto Setembro	Bonaparte empreende uma excursão pelos departamentos preparando o terreno com vistas a prorrogação de sua Presidência.
	3 e 11 de outubro	Revista das tropas de Saint-Maur e Satory. Destituição do general Neumeyer, chefe do Estado Maior do general Changarnier.
	2 de novembro	Ordem do dia do general Changarnier proibindo as tropas de fazer aclamações em atos de serviço. O ministro da Guerra d'Hautpoul é substituído por Schramm.
	12 de novembro	Mensagem de Bonaparte à Assembléia nacional.
	Dezembro	Detenção do deputado Mauguin por dívidas, por ordem do ministro da Justiça. Mauguin é posto em liberdade por ordem da Assembléia Nacional. Revogação de Yon, comissário de polícia da Assembléia Nacional.
<b>1851</b>		Karl Marx correspondente do <i>The New York Daily Tribune</i> . Primeiros artigos de Engels – "Revolução e contra-revolução na Alemanha". Karl Marx escreve <i>O 18 Brumário</i> . A Rússia impede a unificação alemã sob a égide da Prússia. Restabelecimento da Confederação Germânica e a humilhação da Prússia pelos Habsburgos.
	10 de janeiro	Formação de novo Gabinete.
	12 de janeiro	Destituição de Changarnier.
	18 de janeiro	Voto de desconfiança contra o Ministério. Formação de um gabinete provisório extraparlamentar.

	10 de abril	Novo Gabinete extraparlamentar: Baroche, Rouher, Fould, Faucher.
	1º de junho	Discurso de Bonaparte em Dijon contra a Assembléia Nacional.
	10 de agosto	A Assembléia Nacional entra em recesso até 4 de novembro.
	26 de outubro	Demissão do Gabinete provisório. Formação de novo Gabinete Thorign, com Saint-Arnaud no Ministério da Guerra.
	4 de novembro	Mensagem de Bonaparte à Assembléia pedindo o restabelecimento do sufrágio universal.
	13 de novembro	O projeto de lei sobre o sufrágio universal é rechaçado pela Assembléia.
	17 de novembro	Proposição dos cuestores da Assembléia Nacional, em vista de conciliar o general Leflo e Baze, o direito de requisitar a força armada para proteger a Assembléia Nacional. A proposição é rechaçada por 408 votos contra 300.
	2 a 4 de dezembro	Golpe de estado de Luís Bonaparte. Dissolução da Assembléia Nacional. Restabelecimento do sufrágio universal. Detenção dos principais chefes dos partidos. Proclamação do estado de sítio. Tentativas de sublevação armada em Paris e nas províncias. Deportações em massa. Crise comercial francesa.
	21 e 21 de dezembro	O golpe de estado é sancionado por um plebiscito. 7.439.216 votos se pronunciam a favor de Bonaparte e 640.737 contra.

## O Segundo Império

2 de dezembro de 1852 – 4 de dezembro de 1870

<b>1852</b>		Karl Marx começa a escrever para o <i>The New York Daily Tribune</i> – observa a rápida expansão das sociedades de crédito na França. Fundação do Crédit Mobilier.

	14 de janeiro	Nova Constituição.
	21 de novembro	Plebiscito sobre o restabelecimento do Império hereditário. Bonaparte obtém 7.824.189 votos.
	2 de dezembro	Luís Napoleão é proclamado Imperador dos franceses sob o nome de Napoleão III.
<b>1853</b>		Guerra da Criméia. Questões pendentes das revoluções de 1848. Questão nacional-democrática. Partilha do continente pelas nações imperiais: França, Inglaterra e Rússia. <i>The New York Daily Tribune</i> – Questão do Oriente; denuncia a Ambição czarista na Ásia. Karl Marx estuda o colonialismo britânico – “instrumento inconsciente da humanidade” (papel revolucionário). <i>People’s Paper</i> – Palmerston como agente da diplomacia russa. Nicolas I – pretensão papel de protetor dos cristãos ortodoxos do Império Otomano gera nova crise no Oriente. Ocupa principados do Danúbio e ataca a frota turca com a presença em Bósforo de navios ingleses e franceses.
<b>1854</b>	março	França e Inglaterra estabelecem aliança com a Turquia que tinha declarado guerra à Rússia em outubro de 1853. Artigos no <i>The New York Daily Tribune</i> – Karl Marx utiliza seus estudos econômicos, tendo como temas o Oriente, finanças da Áustria, planos de guerra francês e inglês, o parlamento operário de Manchester, a diplomacia secreta e a divisão do Império Turco, a Guerra da Criméia, os movimentos rebeldes das populações gregas na Turquia, a insurreição militar na Espanha e suas perspectivas revolucionárias, a impotência das nações européias em resolver a questão do Oriente de desencadear uma guerra verdadeira. França e Inglaterra enviam tropas a Turquia. Áustria consegue que os ex-russos evacuem do Danúbio. Frota franco-inglesa no Báltico, desembarque na Criméia. Batalhas em Alma, cerco de Sebastopol, batalha Inbermann. Áustria assina tratado de mútua defesa com as potências européias, Sardenha, nova aliada, envia tropas para a Criméia.
<b>1855</b>		Via Lassalle, Karl Marx escreve para <i>Neue Oder Zeitung</i> , período liberal Breslau. Centenas de artigos: Criméia, política interior e exterior francesa e inglesa, aliança entre França e Inglaterra, ação dos dirigentes cartistas, ambições dinásticas de Napoleão, crise financeira na Inglaterra e França, atitude da Áustria frente a Criméia. Friedrich Engels escreve artigos militares em lugar de Karl Marx em <i>Neue Oder Zeitung</i> e <i>The New York Daily Tribune</i> – artigos sobre Palmerston republicados D. Urqhart. Morte de Nicolas I, seu sucessor Alexandre II prossegue na defesa de Sebastopol, graves perdas, enfermidades dos sitiadores. Russos ocupam Kars.



<p><b>1856</b></p>		<p><i>The New York Daily Tribune</i> abstém-se de publicar textos em que Karl Marx e Friedrich Engels expõem suas opiniões sobre a política exterior russa (pan-eslavismo, principados do Danúbio e Suécia). Karl Marx escreve artigos sobre o regime bonapartista, a queda de Kars, situação econômica e política na Prússia, a aristocracia inglesa, o Crédit Mobilier e seu papel nas sociedades anônimas, o movimento revolucionário na Espanha, a crise internacional do mercado financeiro, o comércio marítimo da Áustria, a história do Hohenzollem etc. Aprofunda estudos da diplomacia secreta da Inglaterra e Rússia no século XVIII. No <i>Free Press</i>, a relação de cumplicidade da diplomacia russa e inglesa e o ilimitado expansionismo russo. Paz de Paris – Rússia obrigada a renunciar das vantagens obtidas e abandonar pretensões territoriais. Conflito entre Prússia e Suíça sobre o Cantão Neuemburg.</p>
<p><b>1857</b></p>		<p>Nova crise econômica. Retomada do movimento operário. Polônia. Libertação da escravidão e servidão na Rússia. <i>The New York Daily Tribune</i> – a guerra anglo-russa e o movimento revolucionário na China, debates parlamentares sobre as eleições na Inglaterra, comércio marítimo russo, situação dos operários e legislação fabril na Inglaterra, situação financeira da França e Inglaterra, insurreição colonial versus a dominação inglesa na Índia, as políticas russas e francesas com respeito a independência e unificação do principados do Danúbio, o desenvolvimento da crise financeira e comercial América-Europa. Karl Marx é convidado a colaborar no <i>New American Cyclopaedia</i>. Engels elabora textos militares. Retorno de Karl Marx a economia. Guerra anglo-chinesa.</p>
<p><b>1858</b></p>		<p>Guerra da Itália, Áustria-França/Sardenha e Piemonte. Derrota austríaca. Armistício de Villafranca. Anexação da Savóia e Nice. <i>The New York Daily Tribune</i> – Reino pretoriano de Napoleão III, aliança franco-inglesa, a Companhia das Índias, crise econômica, tráfico de ópio e tratado anglo-chinês, manifesto de Mazzini, a emancipação dos servos na Rússia. Atentado de Orsini contra Napoleão, entrevista com Cavour em Plombières. Releitura lógica de Hegel, Karl Marx propõe-se a “vulgarizar” a substância racional do método dialético.</p>
<p><b>1859</b></p>		<p>Prosperidade industrial que se inicia em 1848. “Força vivificante da reação”, Engels. Em artigos e correspondências com Lassalle e Friedrich Engels, Karl Marx analisa a situação das potências européias e adverte a possibilidade de guerra provocada por Napoleão III e suas possibilidades e conseqüências para a unificação da Alemanha e Itália. Karl Marx e Friedrich Engels combatem a propaganda de Lassalle em favor da neutralidade da Prússia na guerra. Áustria e Itália (Sardenha e Piemonte). Karl Marx desmascara as tentativas dos círculos bonapartistas de explorar os movimentos nacionais em seu benefício e a política de ( ? ) da França e Inglaterra. Conflito com Karl Bluid, autor de “Advertência anônima” contra o</p>

		<p>"Herr Voght" de ser bonapartista, este se nega a assumir publicamente a autoria. Voght ele Marx como autor e escreve "Meu processo" contra a "Allgemeine Zeitung" e "Estudo sobre a situação atual da Europa".</p> <p>Guerra italiana – Villafranca e paz de Zurich, início da unificação da Itália.</p> <p>Engels: "O pó e o Reno", Lassalle: "A guerra italiana e a missão da Prússia", Darwin: "A origem das espécies".</p>
<b>1860</b>		<p>Insurreição popular de Garibaldi na Sicília.</p> <p>Marx escreve "Herr Voght". Para o <i>The New York Daily Tribune</i>: intervenção francesa na Síria; política interior e exterior da Rússia, França e Prússia; desenvolvimento industrial e comércio britânico, correspondência com Lassalle, acordo frente a "missão revolucionária da Alemanha"; guerra contra a Rússia.</p> <p>Garibaldi ocupa Nápoles e expulsão de Francisco I. Piemonte cede Nice e Savóia para a França.</p> <p>Explode na Carolina do Sul a Guerra de Secessão.</p>
<b>1861</b>		<p>Unificação da Itália.</p> <p>Enfermo, Karl Marx escreve para o <i>The New York Daily Tribune</i> e <i>Presse</i> de Viena sobre a guerra civil nos EUA e a intervenção no México. Emancipação dos servos na Rússia. Vitor Emanuel é rei da Itália. Juarez reconquista o México.</p>
<b>1862</b>		<p>Divisão do tempo de Marx entre economia e jornalismo – <i>The New York Daily Tribune</i> e <i>Presse</i>. Guerra civil nos EUA, intervenção no México pela França, crise do algodão na Inglaterra, situação do trabalho. Visita de Lassalle a Londres, as diferenças tornam-se conflito aberto.</p>
<b>1863</b>		Polônia.
<b>1864</b>		1ª AIT (Associação Internacional do Trabalho).
<b>1865</b> <b>1866</b>		Prússia e Itália contra o Império Áustro-Húngaro.
<b>1867</b>		México.
<b>1870</b>		Guerra Franco-Prussiana.
	4 de setembro	Derrubada do Império. Proclamação da Terceira República.

<b>1871</b>		Comuna de Paris.
-------------	--	------------------

# **ANEXOS**



**ARTIGOS DO *NEW YORK DAILY TRIBUNE***

## A ÚLTIMA ARTIMANHA DE NAPOLEÃO\*

Frederick Engels

"Se Croesus passar os Halys, ele destruirá o Império todo". Esta resposta dada ao rei da Lídia pelo oráculo de Delphi, poderia com igual aptidão, ser agora transmitida a Luís Bonaparte na sua excursão à Criméia. Não é o Império Russo que esta viagem é prevista para destruir, mas o seu próprio Império.

Uma posição extraordinária anômala cria necessidades anômalas. Qualquer homem, no seu lugar, seria considerado um tolo se esse se engajasse nesta viagem, cujas chances desfavoráveis eram vantajosas em dez para um. Luís Bonaparte deve estar bem ciente do fato, e mesmo assim ele deve ir. Ele é o criador de toda a expedição; ele conseguiu colocar os exércitos aliados numa posição presente nada invejável, e estar pronto, diante de toda Europa, para tirá-los daí de novo. É o seu primeiro feito militar, e nesta questão dependerá, por algum tempo pelo menos, da sua reputação como general. Ele responde para este sucesso com não menos do que uma garantia de sua própria coroa.

Há, além disso, razões menores, que contribuem igualmente para tornar essa necessidade do estado: os soldados no Leste mostraram, em mais de uma ocasião, que suas expedições de glórias militares do Novo Império foram tristemente frustradas. Em Varna e Bazardshik, os paladinos do ridículo Carlos Magno foram saudados por suas próprias tropas com o título de "gorias". "*A bas les singes! Vive Lamoricière!*"<sup>1</sup> foi o grito dos Zouaves quando St. Arnaud e Espinasse os tinham enviado para o deserto na Bulgária, para morrer de cólera e febre. Agora não mais os generais banidos sozinhos cuja fama e popularidade são opostas aos comandantes de reputação duvidosa, que agora lideram o exército francês. A conduta singular de Napoleão Jérôme Junior, enquanto no Leste, recordado o pensamento dos velhos soldados da Argélia, o comportamento totalmente diferente dos príncipes de Orleans na África, os quais, qualquer coisa que possa ter sido dita contra eles, estavam sempre no comando das tropas e eles cumpriam seus deveres como soldados. O contraste entre o jovem Aumale e o jovem Napoleão era certamente forte o suficiente para fazer os soldados dizerem: se Orleans ainda estivesse no poder, os príncipes estariam conosco nas trincheiras, e compartilhando nossos perigos e fadigas; e mesmo assim, o nome deles não era Napoleão! Assim os soldados dizem o que é para ser feito para pará-los? O homem a quem "é permitido usar o uniforme de um general de divisão" conseguiu lançar uma mancha sobre as tradições militares do nome de Napoleão; remanescentes da família são todos civis, muito quietos, naturalistas, padres, ou ainda aventureiros completos; o velho Jérôme não pôde ir por causa de sua idade e porque seus feitos bélicos de velho não colocaram nenhum grande halo de glória ao redor de sua cabeça; então Luís Napoleão não pode, senão ir ele mesmo. Então o rumor da viagem da Criméia se tornou público nos mais remotos povoados da França, e foi saudado com entusiasmo pelos camponeses; e foram os camponeses que tornaram Luís Napoleão o Imperador. Os camponeses estão convencidos que o imperador por seu próprio feitio, e que mantém o nome de Napoleão, deve realmente ser um Napoleão revivido; o seu lugar é, aos olhos deles, como chefe das tropas, que lideradas por ele, serão rivais das legiões do grande exército. Se Sebastopol não foi alcançado, é somente porque o imperador ainda não foi lá; e as trincheiras dos fortes russos desmoronará em poeira como as paredes de Jericó. Assim, se alguma vez ele quis desfazer sua promessa de ir, ele não pode fazê-lo, visto que a notícia já foi publicada.

Da mesma forma, tudo está sendo preparado<sup>2</sup>. As dez divisões agora na Criméia têm que ser seguidas por quatro novas, duas das quais vão formar no começo da campanha, um exército de reserva em Constantinopla. Uma dessas divisões está consistindo na Guarda Imperial, outra das companhias de elite, combinadas aos Grenardies e Voltigeurs do exército de Paris; as outras duas divisões (11ª e 12ª) ainda estão embarcando ou concentradas em Toulon e Algiers. Este novo reforço traria às tropas francesas na Criméia cerca de 100.000 ou 110.000 homens, que, no fim de abril, as 15.000 tropas piemontesas e numerosos reforços britânicos estarão chegando.<sup>3</sup> Mas mesmo assim, dificilmente pode ser esperado que os aliados possam estar numa posição de iniciar a campanha em maio, com um exército de 150.000 homens. O estado da "Heracleatic Chersonese", que se

\* Escrito em 23/03/1855. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 4358, em 07/04/1855, reimpresso no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1030, em 10/04/1855 como artigo de fundo; uma versão resumida alemã foi publicada no *Neue Oder-Zeitung*, nº 143, em 26/03/1855.

transformou num grande cemitério miserável, é tal que com o retorno do tempo quente e úmido, deve formar um lugar de pestilência de todos os tipos; e qualquer porção das tropas que tiver que parar nele, será exposta a perdas por doença e morte muito mais terrível do que em qualquer tempo anterior. Não há chance de que os aliados rompam com o exército ativo a partir de sua presente posição, antes que todas as forças estejam agrupadas; e isto se dará em algum lugar em meados de maio, quando a doença já terá eclodido.

Na melhor das hipóteses, os aliados teriam que abandonar 40.000 homens diante do lado sul de Sebastopol, e terão 90.000 a 100.000 homens e liberdade para uma expedição contra o exército russo no campo. A menos que eles manobrem muito bem e os russos cometam erros, este exército emergindo de Chersonese terá primeiro que derrotar os russos, e tirá-los de Sympheropol, antes que possa executar sua união com os turcos na Eupatória. Nós suporemos, entretanto, a união para ser efetuada sem dificuldade, o máximo reforço que os turcos trarão a esse variado corpo de franceses, ingleses, e piemonteses, sendo 20.000 homens não muito bem adaptados para batalha num campo aberto. Ao todo daria um exército de 120.000 homens. Como se espera que tal exército viva num país exaurido pelos próprios russos, pobre em cereais, e cujo recurso principal, o gado, os russos tomarão muito cuidado para conduzi-los em direção a Perekop, isto não é muito fácil de perceber. O mínimo avanço necessitaria de forragem extensiva e numerosas separações para assegurar os flancos e as comunicações com o mar. A cavalaria irregular russa, que até aqui não tinha chance de agir, começará então suas operações de ataque contínuo. Nesse ínterim, os russos terão também recebido seus reforços, a publicidade com a qual os armamentos franceses foram veiculados nas últimas seis semanas, possibilitou-lhes tomar suas medidas a tempo. Não pode haver dúvida que nesse presente momento, duas ou três divisões russas foram do exército de Volhynia e Bessarabia ou das novas reservas formadas, estarão em marcha para manter o equilíbrio do poder por lá.

A maior separação para ser feita do exército aliado, deve, entretanto, ser a força que tem que cercar Sebastopol no lado norte. Para este propósito 20.000 homens terão que ser postos de lado, e se o restante das forças forem então suficientes, restringidos como eles devem estar por dificuldades de sustento, embaraçados com trens de carregamentos de provisões, tirar o exército de campo russo da Criméia é muito duvidoso.

Tanto certo também, é que os louros pelos quais Luis Bonaparte pretende ganhar, o nome de Napoleão na Criméia, são suspensos, um tanto altos, e não serão facilmente arrancados. Todas as dificuldades, entretanto, que até agora foram mencionadas, são de um caráter meramente local. A grande objeção desta forma de campanha na Criméia é, afinal de contas, que ela transfere um quarto das forças disponíveis da França a um teatro menor da guerra, onde até mesmo o grande sucesso não decide nada. Esta obstinação absurda sobre Sebastopol, degenerando numa espécie de superstição, e dando ao sucesso, mas também ao revés, valores fictícios, que formam o grande erro fundamental de todo o plano. E é este valor fictício dado aos eventos na Criméia que ressoam com força redobrada sobre o mentor infeliz do esquema. Para Alexandre, Sebastopol não é a Rússia, longe disso; mas para Luis Bonaparte, a impossibilidade de tomar Sebastopol é a perda da França.

#### Notas

<sup>1</sup> "Abaixo os gorilas! Viva Lamoricière!"

<sup>2</sup> Eis o começo do texto na versão alemã dos artigos de Engels: "A última artimanha de Napoleão" e "A batalha em Sebastopol", que foram publicados no *Neue Oder-Zeitung*, nº 143, em 26/03/1855, sob o título "Dos últimos eventos na Criméia". A sentença de abertura, como segue: "Enquanto as conferências de paz prosseguem em Viena, as preparações para a guerra começam a caminhar na França".

<sup>3</sup> O texto adicional na versão do *Neue Oder-Zeitung* no final do artigo está resumido e modificado: "Independentemente de todas as dificuldades de um caráter puramente local, existe a permanência da principal objeção desta forma de campanha na Criméia, viz. (sic) aquela é consignada um total de um quarto das forças francesas disponíveis para um teatro de guerra secundário, onde tal grande sucesso não decide nada. O valor fictício que foi atribuído aos sucessos e às derrotas na Criméia repercutem com força redobrada sobre o criador do plano. Sebastopol é lugar distante para Alexandre II, mas conveio para a França de Bonaparte. Tanto quanto pelas dificuldades locais, está claro para Chersonese, até o presente cemitério de milhares de pessoas e animais, quer com o primeiro raio de sol modificar uma estufa de moléstias pestilentas. Admitindo que os aliados poderão chegar a um exército de 150.000 homens, mantendo-os supridos com provisões na Criméia já roçada pelos russos e pobre em cereais, será severo pelo fato de os russos não conseguirem conduzir o gado em tempo antes de sua própria retirada".



## PANORAMA NA FRANÇA E INGLATERRA\*

Karl Marx

Londres, terça-feira, 10 de Abril de 1855

Permita-me uma vez mais voltar à minha correspondência longamente interrompida com a Tribuna. Ontem e hoje são muito provavelmente os primeiros dos decisivos dias na Conferência de Viena, visto que elas eram para ser abertas no mesmo dia da presença de Mr. Drouyn de Lhuys, e aí, ao mesmo tempo, o embaixador russo era esperado para ter recebido instruções relativas ao terceiro e quarto pontos. A viagem de Drouyn de Lhuys foi a princípio sentida em todas as Bolsas de Valores como o sintoma certo da paz; visto que um eminente diplomata, era dito, certamente não tomaria parte pessoal nesses debates a menos que ele estivesse certo de sucesso. Quanto a "eminência" deste diplomata, é de um tom muito místico, e existe principalmente nos artigos pagos nos jornais pelos quais ele se glorificou como um segundo Talleyrand, como se a sua longa carreira sob Louis Philippe não tivesse há muito estabelecido sua mediocridade "eminente". Mas a razão real de sua viagem é a seguinte: Lord John Russell conseguiu em poucas semanas através de sua notória ignorância da língua francesa, envolver os aliados em concessões que ele nunca tinha pretendido fazer, e que tomará esforços extraordinários para retirar o francês de Lord John é da mesma espécie de John Bull, assim como "Milord" fala em *Fra Diavolo* e outras peças teatrais antigamente populares na França; ele começa com "monsieur l'Aubergiste", e termina com "Trés bien", e se ele entende apenas a metade do que lhe é dito, ele está vingado na consciência que outras pessoas entendem menos ainda do que ele pronuncia. Foi por esta razão que seu amigo e rival, Lord Palmerston, enviou-o a Viena, considerando que um par de erros no palco seria suficiente para demolir o pequeno John. E foi o que aconteceu. Metade do tempo ele não conseguia distinguir o que estava acontecendo, e uma interpretação rápida e inesperada de Gortchakoff Orbuol não deixou de arrancar o embaraçado "trés bien" do iniciante e infeliz diplomata. Desta forma a Rússia, e até certo ponto a Áustria, demandam que vários pontos foram acertados, pelo menos no que se refere a Inglaterra, que pobre Lord John nunca pretendeu conceder. Palmerston, é claro, não teria objeções à isto, visto que a culpa cabe exclusivamente ao seu infeliz colega. Mas Luís Bonaparte não poderia aceitar ter sido iludido em direção à paz desta maneira. Para pôr um fim a este tipo de diplomacia, o governo francês imediatamente resolveu vários assuntos numa única questão. Eles fixaram num ultimato, com o quê Drouyn de Lhuys foi a Londres, conseguiu a adesão do governo britânico, e então o levou consigo a Viena. Assim, no presente, ele pode ser considerado como representante da França e da Inglaterra, e não há dúvida que ele usará sua posição para o melhor interesse de seu mestre. E como único e exclusivo interesse de Luís Bonaparte é não concluir a paz até que ele tenha colhido nova glória e novas vantagens para a França, e até que a guerra tenha servido ao seu total propósito, como um "meio de governo", a missão de Drouyn, longe de ser pacífica, se revelará, ao contrário, tendo como seu propósito assegurar a continuidade da guerra sob o pretexto disponível mais decente.

Com as classes médias tanto da França como da Inglaterra a guerra é decididamente impopular. Com a burguesia francesa estava para começar porque esta classe estava desde 02 de Dezembro em total oposição ao governo do "salvador da sociedade". Na Inglaterra, a classe média estava dividida. A grande massa tinha transferido o seu ódio nacional dos franceses para os russos; e embora John Bull possa fazer um pequeno negócio de anexação, de vez em quando, na Índia, ele não tem idéia de permitir que outras pessoas façam o mesmo em outras vizinhanças, numa proximidade incomfortável a ele mesmo e suas possessões. A Rússia foi o país que neste aspecto tinha há muito tempo atraído a sua ansiosa atenção. O enorme crescimento do comércio inglês ao Oriente, e através de Trebizond à Ásia Interior, torna a navegação de Dardanelles um ponto da maior importância para a Inglaterra. O valor crescente dos países do Danúbio como celeiros proíbe a Inglaterra de permitir a gradual absorção deles pela Rússia, e o fechamento da navegação do Danúbio pelo mesmo poder. Os

---

\* Escrito em 10/04/1855. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 4375, em 27/04/1855; reimpresso no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1036, em 01/05/1855.

grãos da Rússia já constituem um item muito importante no consumo britânico, e uma anexação dos países das fronteiras produtoras de trigo pela Rússia tornaria a Grã-Bretanha totalmente dependente dela e dos Estados Unidos, enquanto estabeleceria estes dois países como reguladores de mercado de trigo no mundo. Além disso, há sempre alguns rumores vagos e alarmantes circulando sobre o progresso da Rússia na Ásia Central, levantado pelos interessados políticos indianos ou terrificados visionários e creditados pela ignorância geográfica geral do público britânico. Assim, quando a Rússia começou seu ataque a Turquia, o ódio nacional se rompeu em chamas e nunca, talvez, foi uma guerra tão popular quanto esta. Os partidários da paz foram por um momento proibidos de falar, embora a massa dos seus próprios membros seguisse com a corrente popular. Quem quer que conhecesse o caráter dos ingleses teria sentido certo de que esse entusiasmo bélico poderia ser apenas de curta duração, pelo menos no que se refere à classe média; assim que os efeitos da guerra deveriam se tornar tributados em seus bolsos, o senso mercantil estava certo em derrotar o orgulho nacional, e a perda dos lucros individuais e imediatos não deixava de ser mais importante que a certeza de perder gradualmente, grandes vantagens nacionais. Os "Peelites", adversários de guerra, não tanto por verdadeiro amor à paz, como por estreiteza e timidez de pensamento que mantêm em horror todas as grandes crises e ações decisivas, fizeram o seu melhor para apressar o grande momento quando todos os comerciantes britânicos e fabricantes podiam calcular até um vintém o que a guerra custar-lhes-ia individualmente por ano. Mr. Gladstone, desprezando a idéia vulgar de um empréstimo, imediatamente dobrou o imposto de renda e parou com a reforma financeira. O resultado veio à tona imediatamente. Os partidários da paz levantaram as cabeças novamente. John Bright afrontou o sentimento popular com seu notório espírito e tenacidade, até que ele conseguiu trazer os distritos de manufatura ao seu redor. Em Londres o sentimento é ainda mais a favor da guerra, mas o progresso dos partidários da paz é visível, mesmo aqui, além disto, deve ser lembrado que a sociedade da paz nunca, em tempo algum, dispôs de alguma influência mencionável na Capital. A sua agitação, entretanto, está aumentando em todas as partes do país, e outro ano de taxaço dobrada, com um empréstimo – visto que isto é agora considerado inevitável – se romperá, o que quer que seja deixado de belicoso entre as classes manufaturadoras e de comércio.

Com a massa de pessoas em ambos os países, o caso é totalmente diferente. A classe camponesa na França, desde 1789, tem sido a grande apoiadora da guerra e da glória bélica. Eles estão convictos, desta vez, em não sentir muito a pressão da guerra, em vez do recrutamento, num país onde a terra é infinitamente subdividida entre pequenos proprietários, não somente livra os distritos agrícolas de trabalho adicional, mas também dá a cerca de 20.000 jovens, todo ano, a oportunidade de ganhar uma soma em dinheiro, pelo atrativo de servir como substitutos. Uma guerra prolongada seria severamente sentida. Quanto a impostos de guerra, o Imperador não pode impô-los sobre a classe camponesa, sem arriscar a sua coroa e a sua vida. Seu único meio de manter o Bonapartismo entre eles, é comprá-los pela liberdade de isenção da taxa de guerra; e assim, alguns anos depois, eles estariam isentos deste tipo de pressão. Na Inglaterra, o caso é similar. O trabalho agrícola é geralmente abundante e fornece à massa de soldados, que somente num período posterior de guerra, recebe uma forte mistura da desordeira classe das cidades. O comércio, sendo toleravelmente bom, e muitos melhoramentos agrícolas sendo executados, quando a guerra começou, a cota de recrutas do campo foi, por exemplo, suplementada mais escassamente do que antes, neste caso, o elemento da cidade é decisivamente preponderante na atual milícia. Mas, mesmo o que foi retirado, manteve os salários altos e a simpatia dos habitantes das vilas está sempre acompanhando os soldados que vinham entre eles, e que agora são transformados em heróis. A taxaço em sua forma direta, não toca os pequenos fazendeiros e os trabalhadores, e até que o aumento de impostos indiretos possa atingi-los sensivelmente, vários anos de guerra devem ter passado. Entre essas pessoas, o entusiasmo da guerra é mais forte do que nunca, e não há uma só vila onde não se encontram novas lojas de cerveja com o letreiro dos "Heróis de Alma", ou tal lema, e onde não há, em quase toda casa, publicações maravilhosas de Alma, Inkermann, o ataque em Balaklava, retratos de Lord Raglan e outros, para adornar as paredes. Mas se na França a grande preponderância de pequenos fazendeiros (quatro quintos da população) e suas relações peculiares com Luís Napoleão, deram a opinião deles grande importância, na Inglaterra um terço da população formando a população camponesa, têm dificilmente alguma influência, exceto como uma retaguarda ou um coro para os aristocratas proprietários de terra.

A população trabalhadora industrial tem, em ambos os países, a mesma posição peculiar com relação a guerra. Tanto os proletários ingleses como franceses estão cheios de um espírito nacional honrável, embora, eles sejam mais ou menos livres de antigos preconceitos nacionais comuns, em

ambos os países, aos camponeses. Eles têm pouco interesse imediato na guerra, exceto que se as vitórias dos homens de campo exaltarem o seu orgulho nacional, a condução da guerra, imprudentes e presunçosos no que refere a França, tímidas e estúpidas no que refere a Inglaterra, oferece a eles uma possibilidade clara de agitar contra os governos existentes e as classes governantes. Mas o ponto principal, com eles, é o seguinte: que esta guerra coincidindo com a crise comercial, somente o primeiro desenvolvimento tem, até agora, sendo visto conduzido pelas mãos e cabeças incompatíveis com a tarefa, ganhando ao mesmo tempo dimensão européia, trarão e devem trazer eventos que possibilitarão à classe proletária retomar a posição que elas perderam, na França, pela batalha de junho de 1848, e que não somente se refere à França, mas toda a Europa Central, incluída a Inglaterra.

Na França, realmente, não pode haver dúvida que toda tempestade revolucionária nova deve trazer, mais cedo ou mais tarde, a classe trabalhadora ao poder; na Inglaterra, as coisas estão rapidamente aproximando-se de um estado similar. Há uma aristocracia querendo continuar a guerra, mas incapaz para fazer isto, e completamente envergonhada pela má administração no último inverno. Há uma classe média, sem vontade de continuar com aquela guerra que não pode ser terminada, sacrificando tudo pela paz, e proclamando sua própria incapacidade de governar a Inglaterra. Se os eventos resultarem únicos, com suas diferentes frações, e não admitirem o outro, permanecem senão duas classes sob as quais o poder pode recair: a pequena burguesia e a pequena classe comercial, cuja falta de energia e decisão se mostrou em toda ocasião em que foi chamada a vir de palavras a feitos e a classe trabalhadora, que foi muitas vezes reprovada por muita energia e decisão quando prosseguindo a ação como uma classe.

Qual dessas classes será a que ajudará a Inglaterra na presente batalha, e nas complicações a surgir?

## **A GUERRA ANGLO-FRANCESA CONTRA A RÚSSIA\***

**Karl Marx e Friedrich Engels**

***Neue Oder-Zeitung*, nº 385, 20/08/1855**

Londres, 17 de agosto. A guerra anglo-francesa contra a Rússia figurará indubitavelmente na história militar como uma "guerra incompreensível". Grande conversação combinada com ação mínima, vastas preparações e resultados insignificantes, cautela na beira da timidez, seguida pela ousadia que é nascida da ignorância, generais que são mais que mediocres unidos com tropas que são mais do que valentes, reveses quase deliberados em seguida a vitórias conseguidas através de erros, exércitos arruinados por negligências, então salvos pelos mais estranhos acidentes – um grande efeito de contradições e inconsistências. E esta é quase toda a marca distinguidora dos Russos quanto aos seus inimigos. Se os britânicos destruíram um exército exemplar através da má administração de servidores civis e a incompetência preguiçosa dos oficiais; se os Franceses tiveram que correr riscos desnecessários e sofrer enormes perdas simplesmente porque Luís Napoleão dispôs travar uma guerra de Paris, os russos por sua parte sofreram similares perdas como resultado da má administração e ordens tolas mas peremptória de Petersburg. Desde que as Guerras dos Turcos de 1828-29 os

---

\* Escrito em 17 e 18/08/1855. Primeira publicação no *Neue Oder-Zeitung*, nºs. 385 e 387, em 20 e 21/08/1855. Versão resumida em inglês da segunda parte do artigo foi publicada como artigo de fundo no *New York Daily Tribune*, nº 4483, em 01/09/1855 e reimpresso no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1072, em 04/09/1855.

talentos militares do tzar Nicholas foram "tolerados em silêncio" mesmo pelos mais servis puxa-sacos. Se os russos têm Todteblen, que não é russo, eles têm por outro lado Gorchakov que de forma nenhuma cede aos S(ain)t – Arnauds e Reglans no assunto de incompetência.

As pessoas teriam suposto que agora, de qualquer forma, quando tantas cabeças estão ocupadas em delinear planos plausíveis para ataque e defesa e teriam dado a esta massa sempre crescente de homens e materiais, alguma idéia de fôlego precisa nascer. Nem um pouco disso entretanto. A guerra que se arrasta e a seu prolongamento serve somente para aumentar a área na qual está sendo travada a luta. Quanto maior a proliferação de novos teatros de guerra, menor a atividade em cada um deles. Nós agora temos seis: o Mar Branco, o Báltico, a Criméia, o Cáucaso e Armênia. O que está acontecendo em toda essa estúpida área pode ser dito no espaço de uma coluna.

Do Mar Branco, os anglo-franceses sabiamente não dizem nada. Aqui eles têm somente dois objetivos militares praticáveis: evitar o comércio litorâneo e outros comércios dos russos nessas águas e, se possível capturar Arcangel. O primeiro foi tentado, mas somente até um certo ponto; este ano assim como no último os esquadrões aliados sempre chegaram muito tarde e partiram muito cedo. O segundo objetivo, a tomada de Arcangel, nunca foi tentada. Ao invés de executar isto, que era o objetivo real, o esquadrão de bloqueio se dispersou, realizando ataques desleixados nas vilas russas e de Lapp e a destruição do pouco que pescadores necessitados possuíam. A desculpa proferida pelos correspondentes ingleses para estes ignominiosos acontecimentos é a irritabilidade morosa de um esquadrão que se sente incapaz de se empenhar num trabalho sério! Grande defesa!

No Danúbio nada está acontecendo. O delta do rio não está nem mesmo sendo desimpedido de brigadas que infestam-no. A Áustria detém a chave da porta que leva à Rússia deste lado e parece determinada a manter isso.

No Cáucaso tudo está quieto. Os formidáveis circassianos, como todos os bárbaros e independentes habitantes das montanhas, parecem estar perfeitamente contentes com a retirada da coluna móvel Russa dos seus vales e não têm desejo nenhum de descer até a planície, exceto para fazer saques. Eles sabem como lutar somente no seu próprio território e parecem, além disso, longe de estar alegres quanto a perspectiva de anexação pela Turquia.

Na Ásia, a Turquia pode ser vista como ela realmente é – o seu exército ali reflete totalmente o estado de decadência do Império. Era julgado necessário pedir assistência aos Giaurdos Francos. Mas os Francos não poderiam fazer nada exceto abandonar os campos de batalha. Todas as suas tentativas em fazer com que as tropas adotassem métodos civilizados de guerra falharam totalmente. Os russos investiram Kars e estão aparentemente preparados para atacá-la sistematicamente. É difícil ver como a cidade pode ser ajudada, a menos que Omer Pasha aporte em Batum com 20.000 homens e ataque os russos pelo flanco. Isto é incompreensível e, de jeito nenhum, um orgulho para os russos de que eles agiram tão cautelosamente e com hesitação em face a um adversário tão mal disciplinado, quando eles tinham de 20.000 a 30.000 boas tropas a sua disposição. Qualquer sucesso que eles possam conseguir neste teatro de guerra, o máximo que eles podem conseguir é a captura de Kars e Erzerum, visto que uma marcha sobre Constantinopla através da Ásia Menor está fora de cogitação. Por enquanto, portanto, a Guerra na Ásia é nada mais do que um interesse local e, já que é dificilmente possível, dada a imprecisão dos mapas existentes, para expressar de longe opinião tática precisa e estratégica, nós não poderemos continuar com o assunto mais adiante. Restam os dois principais teatros de Guerra, a Criméia e o Báltico.

***Neue Oder-Zeitung, nº 387, 21/08/1855***

18 de agosto, Londres. Na Criméia o cerco se arrasta letargicamente.<sup>1</sup> Os franceses e os britânicos estavam em ação durante todo o mês de julho e novas aproximações a Redan e Malakhov e, embora nos fosse repetidamente dado a entender que eles tinham se movido "bem próximos" aos russos, nós agora descobrimos que em 4 de agosto os chefes dos tolos estavam não mais próximos do que 115 metros da principal trincheira russa, e talvez não mesmo tão próximo quanto isto. É certamente satisfatório ver "Hotspur" Pélissier trazido ao reconhecimento de que o seu sistema de assalto falhou, e que os trabalhos de cerco regular abrem caminho para suas colunas; mas por tudo isso, deixar 200.000 homens imóveis em suas barracas esperando pela conclusão destas trincheiras, e morrer nesse ínterim de cólera e febre, é uma ação um tanto estranha. Se – como os jornais de Paris afirmam – a Chernaya não pode ser cruzada em vista da posição inviolável russa no outro lado, alguma coisa útil precisaria pelo menos ser conseguida por uma expedição do mar a Eupatória e uma

tentativa de forçar os Russos neste lado ao campo aberto e descobrir a real força deles e o estado de seus recursos. Nos assuntos agora estão os exércitos turcos, sardenhos e metade dos franceses e britânicos que foram reduzidos ao papel de espectadores passivos. Daí uma grande parte deles poderia ser usado para digressões. Mas as únicas que nós ouvimos são aquelas criadas toda noite no Anfiteatro de Astley, em Surrey Gardens e Cremorne Gardens onde, no meio de uma tempestade de aplauso de londrinos patrióticos, os russos sofrem derrotas temíveis.

Os russos devem, entretanto, ter recebido todos os seus reforços e estarão em força máxima durante o período que virá imediatamente a seguir. Os britânicos estão enviando um pouco mais de regimentos, os franceses despacharam 10.000 a 15.000 homens com mais a seguir, e um conjunto 50.000 a 60.000 novas tropas estão para ser juntadas às forças na Criméia. Com vistas nisso, o governo Francês registrou ou comprou um grande número de barcos a vapor variando entre 50 e 100, todos dos quais para serem usados numa expedição no Mar Negro. Se eles são pretendidos para o Mar Azov ou a entrada em Dnieper e Bug, onde Ochakov, Kinburn, Kherson e Nikolayev constituíram objetos de ataque, não se sabe. Nós mencionamos uma ocasião anterior em que alguns combates sangrentos poderiam ser esperados no meio de agosto, pois naquele tempo os russos, depois de receber reforços novamente aproveitariam a iniciativa. Sob o general Liprandi eles na verdade executaram um ataque dirigido contra os franceses e os sardenhos na Chernaya e foram derrotados com grande perdas. Perdas aliadas não foram mencionadas e portanto devem ter sido consideráveis. Alguma coisa mais do que reportagens telegráficas serão necessárias se este assunto é para ser discutido em com maior detalhe.<sup>2</sup>

Finalmente, no Báltico, "um grande golpe foi deferido"! Vide imprensa inglesa. Bombardeio de Sweaborg! Destruição de Sweaborg! Fortificações e outras instalações estão em ruínas! Sweaborg realmente deixou de existir! Triunfo glorioso para os aliados! A marinha está num estado indescritível de entusiasmo! E agora vamos considerar os fatos como eles são. As frotas aliadas, seis navios, quatro ou cinco grandes fragatas, e aproximadamente 30 vasos de guerra e barcos com armas de guerra, cruzaram de Revel a Sweaborg em 7 de agosto. Em 8 de agosto eles tomaram suas posições. Esses vasos de guerra de desenho leve passaram pelas águas rasas e pedras a oeste do forte, onde nenhum navio grande pode passar, e aparentemente detiveram-se a grande distância das ilhas nas quais Sweaborg se situa. Os grandes vasos permaneceram do lado de fora, e tão distante quanto nós podemos julgar da distância dos fortes. Então essas canhoneiras e os navios morteiros abriram fogo. Nenhum fogo direto parece ter sido tentado. Isto foi bombardeio de morteiros ou granadas na máxima altura praticável. O bombardeio durou 45 horas. Quanto ao resultado de dano sofrido não é possível estimar sem avaliação detalhada de ambas as partes. O arsenal e vários depósitos de pólvora (aparentemente pequenos) foram destruídos. A "cidade" de Sweaborg (o que nós sabemos, somente algumas casa habitadas por pessoas relacionadas com a frota ou os trabalhos) foi queimada. Quanto as fortificações, o dano feito a elas não pode ser senão insignificante, visto que as tropas, como ambos os Almirantes afirmam, não tinha um homem sequer morto, somente alguns feridos, e não mais do que perdas materiais. Nenhuma prova melhor pode ser dada de que eles se mantiveram fora do caminho de perigo. Naquela circunstância eles poderiam bombardear, mas não poderiam agir por fogo direto, somente pelo qual as fortificações podem ser destruídas. Dundas, que é muito mais honesto e coletou em sua reportagem do que o Almirante francês, de acordo com o texto traduzido do Moniteur que pode ter sido falsificado em Paris, afirma que o dano infligido foi limitado a três ilhas (de sete constituindo Sweaborg) que estão situadas a oeste da entrada principal da baía de Helsingfors. Um ataque na entrada principal não parece nem mesmo ter sido tentado. Parece que grandes embarcações olharam e não fizeram nada, e um ato decisivo em tal ataque – o desembarque de tropas para dominar as fortificações e destruí-las – estava totalmente fora de cogitação. Assim o dano, infligido se dá em armazéns e depósitos exclusivamente, ou seja, em lugares facilmente reconstruíveis, e se os russos aproveitarem o tempo deles e os meios, Sweaborg pode em três semanas estar em tão boa condição como sempre. Militarmente falando não sofreu nada; os resultados materiais de todo negócio mal valem a pena o seu custo; e parecem que foram empreendidos meramente porque a frota do Báltico precisa fazer alguma coisa antes que chegue em casa para a temporada, em parte porque Palmerston queria concluir a sessão parlamentar com um rojão. Infelizmente o evento ocorrido 24 horas era muito tarde para esse propósito. Tal foi a destruição gloriosa de Sweaborg pelas frotas aliadas. Nós voltaremos ao assunto assim que reportagens detalhadas estejam em mãos.

## Notas

<sup>1</sup> Em vez desta sentença, o *New York Daily Tribune* traz: "Nossos arquivos de jornais ingleses, franceses e alemães, recebidos ontem de manhã pelo correio do "Canadá" não coloca nenhuma luz sobre a batalha de 16/08 em Chernaya, onde Liprandi foi repellido pelas forças aliadas e um número de prisioneiros russos foi feito. Com respeito a este incidente, nós temos de esperar o próximo vapor antes de podermos receber quaisquer detalhes satisfatórios. Isto é antes suspeito, de qualquer modo, o que também era sabido em Paris e Londres da partida do "Canadá". Se isto fosse realmente decisivo como os jornais ingleses descrevem, alguma coisa mais do que as reportagens incompletas agora em nosso poder, poderia naturalmente ter sido tornado público. Isto se apresenta como o ataque de Malakoff, o que era esperado ter acontecido no dia 15, tendo sido adiado e que o bombardeio preliminar fez não começa até o dia 17. De fato, este é o motivo da suspeita que os cercos produzem não são precocemente uma situação que os jornais de Paris e Londres têm noticiado.

<sup>2</sup> Em vez deste parágrafo e grande parte do precedente, começando com as palavras: "Se – como os jornais de Paris afirmam –, o Chernaya não pode ser atravessado", o *New York Daily Tribune*, teve por: "Isto deve ser admitido, esta foi uma guerra de incapacidade de ambos os lados. Todtleben é o único homem em qualquer campo que soube manter uma centelha de gênio."

<sup>3</sup> Em vez do segmento precedente deste parágrafo, o *New York Daily Tribune* traz: "Com respeito ao ataque em Sweaborg, nós também estamos até agora sem notícias totalmente oficiais ou correspondência dos jornais. Os fatos, de qualquer modo, aparecem num exame cuidadoso das informações à mão, como segue."

## A FRANÇA DE BONAPARTE, O PEQUENO\*

**Karl Marx**

A França de Bonaparte, o Pequeno, festejando o nascimento de um filho de Montijo, esbanjando os tesouros de uma nação numa celebração lúdica, "toda em ouro, como deuses pagãos", essa França está contrastando terrivelmente com a França torturada em Cayenne, sofrendo em Lambessa, sobrevivendo em Belle-Ile, e apodrecendo em Bagne – a França faminta na Criméia e a França cambaleando a beira da bancarrota.

Na carta do cidadão Tassilier, inteiramente traduzida do original, o leitor encontra a história genuína e comovedora de cidadãos franceses deportados para Cayenne. A imprensa do verdadeiramente nascido servilismo inglês, é verdade, trombeta nos ouvidos do mundo sonolento hiperbolicamente, floreando as grandes notícias da infinita generosidade e com uma clemência um tanto super-humana do herói das "salsichas do campo" de Satory proclamando uma anistia geral e ensurdecendo os primeiros gritos do seu bebê impaciente pelos gritos de milhões de franceses mandados de volta para suas famílias e para liberdade.

Mas deixando de lado a exaltação feita ao adulator, vamos escutar a linguagem insubornável dos fatos. Boustrapa<sup>1</sup> oferece os homens que ele torturou durante quatro anos, para quebrar suas correntes, na condição de que eles consintam em se marcar com indelével infâmia e passar através (furcae caudinae) do baixo império. Se eles declararem submissão leal ao império, ou seja, santificar o golpe de estado, e renunciar a República – se eles venderem as suas almas, Boustrapa está pronto para vender-lhes as suas vidas.

"Já", diz o *Moniteur*, "na inauguração do Império, este apelo generoso foi feito".

Assim, o *Moniteur* declara que a anistia geral agora propagandeada como uma novidade estupenda, é senão uma repetição de uma farsa já vista, representada quatro anos atrás. O gênio da

\* Escrito cerca de 01/04/1856 e reproduzido do "The People's Paper". Primeira publicação no "The People's Paper", nº 205, em 05/04/1856 (assinado K. M.) e simultaneamente no "The New York Daily Tribune" nº 4676, em 14/04/1856; reimpresso no "New York Semi-Weekly Tribune", nº 1136, em 15/04/1856 como artigo de fundo.

corrupção se gaba que suas vítimas são trazidas agora ao seu próprio nível, que elas estão suficientemente quebradas para aceitar como uma graça em 1856 o que eles ressentiram indignadamente como uma afronta em 1852.

O *Moniteur* enfeita seu "apelo generoso" com uma mesquinhez, com mentiras e falsificações sabiamente calculadas. Isto pretende que depois dos eventos de junho de 1848, 11.000 pessoas foram condenadas ao desterro na Argélia; a clemência do presidente deixou somente 306 na África. Agora, com esse mesmo *Moniteur* em nossas mãos, afirmamos que dos 11.000 prisioneiros feitos em junho de 1848, no tempo em que a Assembléia Constituinte discutia a execução do decreto de deportação, foram somente 1700; em que 1500 deles foram enviados a Belle-Ile, e em 8 de março de 1849 sob o ministério de O. Barrot, 700 destes 1500 foram dirigidos para Bona, na África. É então este último número de 700, que a graça de Boustrapa reduziu a 306, e agora, não como seu mentiroso *Moniteur* sustentava, o enorme número de 11.000 e aquela sua pequena graça foi somente um truque impingido contra a Assembléia. Entretanto, nós somos obrigados a agradecer ao *Moniteur* por ter lembrado à França das infâmias atrozes cometidas pelo *Cavaignac* e a República Burguesa.

Quanto aos deportados e exilados de dezembro, esse mesmo *Moniteur*, computa o seu número em 11.201, e afirma que está agora reduzido a 1.058. Agora, o golpe de estado fez mais do que 11.000 vítimas nos únicos departamentos dos Baixos Alpes, Hérault, Var e Nièvre, e neste mesmo momento permaneçam pelo menos 12.000 vítimas condenadas ao exílio e deportação. É notório que o golpe de estado atingiu mais do que 50.000 pessoas. Deve, além disso, ser notado que o "apelo generoso" do *Moniteur* é endereçado exclusivamente àqueles deportados para a Argélia e outras possessões estrangeiras, a mínima alusão sendo evitada aos condenados de Angers, encarcerados por participação em sociedade secretas, e para aqueles arremessados no Bagne por conselhos ambulantes de guerra de 1851, aos prisioneiros de Belle-Ile, aos estudantes trancados por reclamar dos protetores pagos por Boustrapa etc. Em compensação, o *Moniteur* anuncia uma incondicional anistia para invasores, contrabandistas, falsificadores, gatunos, desertores, condenados e *id genus omne* (todas as pessoas de mesma sorte). É certamente de acordo com o caráter do Baixo Império e os precedentes de Brummagem Bonaparte, que o nascimento de um filho forneceria um feriado a todas as relações mais baixas do pai.

Das vítimas do golpe de estado, nós passamos agora às ferramentas dos homens que resistiram a ele, aos escravos que o executaram, dos soldados da liberdade ao exército da Criméia. Se é um grande sinal histórico que Bonaparte, entre as frescas ilusões de uma nova dinastia, e o supremo triunfo de sua admissão no ar perfumado de rançosa legitimidade, ainda quer ser reconhecido por suas vítimas miseráveis e, portanto, hipocritamente ele oferece a sua adesão ao império, é uma característica de ironia histórica, não menos notável do que, ao mesmo tempo em que o chefe e os membros da sociedade de 10 de dezembro estão festejando o sucesso do golpe de estado em profusão pomposa em Paris, o exército que impôs este repugnante governo sobre a França está expiando o seu crime na Criméia por desnudamento, fome, agonia e morte nas suas formas mais odiosas e miseráveis.

No primeiro período da Campanha Oriental de novembro de 1854 a março de 1855, o arrogante de dezembro foi exaltado como uma segunda providência e em todo tom foi cantada a admirável administração do império de todas as glórias em contraste aos sofrimentos escandalosos que aconteceram com exército inglês por causa de traição intencional em seu próprio país e o trabalho natural de um sistema obsoleto. Mas, em todas as outras façanhas do Baixo Império, que foi tomado por substância, era senão uma fantasmagoria dramática calculada para efeito imediato no palco. Durante dois anos Napoleão tinha se empenhado exclusivamente em preparar a guerra. Ele tinha esforçado ao máximo o imenso poder da França centralizada para preparar-se para o primeiro movimento do seu exército. Na realidade, não é de se admirar que, até mesmo os aventureiros miseráveis de Strasbourg e Boulogne não conseguiram, durante os dois primeiros anos do seu desgoverno, quebrar a organização admirável do exército francês, herdado da primeira revolução. É um milagre que ele que ele tenha planejado este momento nos primeiros dois anos da presente guerra. Tendo esbanjado mais riqueza numa (batrachomyomachia) dele mesmo, do que o Grande Napoleão em quinze anos de sua *Iliada*, ele encontra no começo do terceiro ano os recursos da França drenados, sua administração militar quebrada e o seu exército mingando em miséria. O câncer que devora o exército francês é o princípio orgânico do Baixo Império - roubo e corrupção; e apenas dois anos seriam necessários para fazer sua obra aparecer.

O estado deplorável do exército francês foi por um longo tempo cuidadosamente escondido não somente na francesa, mas também na imprensa inglesa. Atualmente isto se tornou um segredo

correndo as ruas e um empecilho nas vias públicas. Isto se tornou uma verdade não mais controvertida depois que o próprio *Moniteur de Bonaparte* ter dado a isso uma mentira formal. No presente propósito será suficiente citar da última carta do correspondente do *Times* em Sebastopol:

"O exército francês, por mais numeroso que eles possam se mostrar no papel, está minguando tristemente, escorbuto e febre estão destruindo suas fileiras: eu recentemente afirmei sua perda diária de 170 homens... agora os franceses admitem a mortalidade diária no seu exército de 120 homens; e em alguns dias consideravelmente mais. A direita do exército, no Vale Baidar, sofre muitíssimo... Quando o tempo ameno aparece, há um grande aumento de doenças a ser previsto... O retorno dos doentes franceses será horrível... O exército francês está sendo consumido tão rapidamente como que por um tiro de projétil durante a parte mais severa do cerco."

Insuficiência de acompanhamento, falta de cobertura e escassez de comida são apontados como as principais causas dos seus sofrimentos. Tendo descrito o rigor do tempo, "barris d'água nas cabanas congelaram a uma profundidade de 3 polegadas", e a prevalência de tempestade de neve "que permitiram que poucas cabanas permanecessem em que a neve não se fizesse aparecer em grandes quantidades", o correspondente põe em questão o que o exército francês deve ter sofrido em tendas não em cabanas cuidadosamente equipadas, não tendas duplas bem cavadas, mas tendas isoladas e sem proteção. Ele conclui dizendo que "é realmente doloroso encontrar os comboios de doentes franceses" e que Marshall Fétissieur está mais ansioso de escondê-los do exército inglês, do que aliviar os seus sofrimentos.

Nós acrescentamos uma outra cotação do *The Morning Advertiser*, o jornal que dividiu com o *The Morning Post* o privilégio infame de saldar o advento de Bonaparte em 1851 e de ainda trombetear Lord Palmerston como o verdadeiro ministro inglês:

"Há 3.000 doentes nos campos franceses de Chernaya - as ambulâncias estão lotadas e o staff de médicos dizimados por doença e exaustão - o comissariado estava esgotado, e incapaz de alimentar as tropas - os homens estão realmente pedindo biscoitos aos soldados nos postos - escorbuto pela falta de vegetais e tifo pela falta de carne, ódio com virulência indomável - e o contraste entre dois exércitos é a fonte de descontentamento aberto por parte dos soldados franceses. Os transportes são insuficientes para levar os doentes a Constantinopla - os hospitais têm mais do que 12.000 pacientes neles - a epidemia é uma verdadeira pestilência - e a moralidade temerosa - os navios de tropas chegando do leste em Marselha estão carregados com os restos da febre e de vasos (penicos?) e os pacientes que têm tifoide estão colocados no lazareto em Frioul."

O que tem que ser feito com este exército envergonhado? Eles serão aliviados pelos recitais do conto árabe da "natividade" do rei da Argélia? Ou pela exposição de uniformes bordados e de laços dourados dos guardas do prudente herói mimado? Deve ser lembrado que os soldados franceses não têm estômago para sofrer injúrias como os soldados ingleses. Provam, se provas forem necessárias, as várias tentativas feitas no exército francês, de atirar no general Pelissier, um fato registrado pela *Gazeta de Milão*, o *Moniteur de Radetzky*. Nem deve ser imaginado que o exército de linha na França permaneça um apático espectador da tragédia da Criméia. Os ataques da polícia de Paris estão começando a atingir os quartéis. Os Zouaves ordenaram a Paris para restringir o entusiasmo público por suas exibições já removidas da capital, e eles estavam suspeitando. Dois outros regimentos retornados da Criméia foram também banidos nas províncias. O antagonismo entre a guarda e a linha está se tornando diariamente mais amargo, Bonaparte está a ponto de criar neste momento novos regimentos de guarda em número suficiente para possibilitar a estes corpos privilegiados manter a guarnição de Paris, exclusiva dos regimentos da linha. Tendo subornado o exército num antagonismo ao país, ele está agora tentando subornar um exército dentro do exército - um experimento um tanto perigoso.

As finanças - nós não a chamaríamos os calcanhares deste estranho Aquiles, sendo ele na verdade alto para o seu calcanhar e para os seus saltos - requer um artigo separado para uma exposição total. Para o presente é suficiente afirmar que os fundos caindo há algum tempo, era conseqüentemente esperada a conclusão anunciada da paz, e o nascimento de um outro Bonaparte



não falharia em enviá-los para a cadeia. Tal ponto não deixou nenhuma chance. Não somente o governo deu ordens para usar livremente os cofres públicos, mas os créditos mobiliários e similares, crescimento rápido dos créditos bonapartistas foram, durante dois dias consecutivos, amplamente empregados para comprar ações. Todas essas manobras não resistiram, pelas boas novas do "nascimento", ao invés de crescer, os fundos diminuíram e continuaram a diminuir. Bonaparte, em grande fúria agora, proibiu a venda na Bolsa de alguns, exceto de papéis governamentais cotados e foi então o principal corretor convocado à chefatura de polícia.

Quando o estatuário de Pallas de Athenas tombou em Pantherton, tal acidente trouxe notícias fatais para a República de Athenas. O busto de Bonaparte, cambaleando em seu pedestal na sinagoga, onde o valor mercantil de governo é estabelecido e a história das pessoas desprezadas, pressagia a queda do Império do Ágio.

#### Notas

<sup>1</sup> Boustrapa: apelido de Luis Bonaparte formado pelas primeiras sílabas de *Boulogne, Strasbourg e Paris (Bou+stra+pa)*, cidades onde os golpes bonapartistas tiveram palco em agosto de 1840, outubro de 1836 e dezembro de 1851, respectivamente.

## A Crise Econômica na Europa\*

Karl Marx

Londres, 03 de outubro de 1856

O que distingue o presente período de especulação na Europa é a universalidade de sua violência. Havia antes obsessão por especulação, – manias de cereal, de ferrovias, de mineração, bancárias, da fição de algodão – em resumo, especulações de todas as formas possíveis; mas na épocas das grandes crises comerciais de 1817, 1825, 1836, 1846-47, embora cada ramo do empreendimento comercial fosse afetado, uma obsessão principal deu a cada época o seu tom e caráter distinto. Cada departamento sendo invadido pelo espírito da especulação, cada especulador ainda confinado dentro de seu departamento. Ao contrário, o princípio dominante do *Crédit Mobilier*, o representante da atual obsessão, não é especular numa dada linha, mas especular em especulação e universalizar a trapaça no mesmo grau em que ele centralizou. Além disso, há uma outra diferença na origem e no crescimento da presente obsessão, que ela não começou na Inglaterra, mas na França. A presente corrida dos especuladores franceses encontra-se na mesma relação para os especuladores ingleses das épocas acima mencionadas, como os deistas-Franceses do século dezoito encontravam-se para os deistas-ingleses do século dezessete. Uns forneciam o material enquanto outros produziam a forma generalizada que possibilitava o deísmo ser propagado por todo mundo civilizado do século dezoito. Os ingleses estão propensos a se felicitar sobre a transferência do foco de especulação de sua ilha livre e sóbria para o continente desordenado e despoticamente conduzido; mas então eles esquecem a intensa ansiedade com a qual observam o extrato mensal do banco da França, influndo na pilha de lingotes de ouro e prata no santuário do banco da Inglaterra; eles esquecem que é o capital inglês que em grande medida abastece as grandes artérias dos *Crédits Mobiliers Europeus*, com o líquido divino, eles esquecem que o "sadio" comércio em excesso e a superprodução na Inglaterra, que agora estão exaltando como tendo alcançado a quantia de quase 110 milhões de libras de exportação, é o resultado direto da especulação "não sadia" que denunciam no continente, tanto quanto a sua política

\* Escrito por volta de 26/09/1856. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 4828, em 09/10/1856, como artigo de fundo.

liberal de 1854 e 1856 é o resultado do golpe de estado de Bonaparte. Ainda não pode ser negado que eles são inocentes pela criação daquela curiosa mistura do Socialismo Imperial, pela especulação Sansimoniana e pela trapaça filosófica que compõe aquilo que é chamado de *Crédit Mobilier*. Nesta forte contradição deste refinamento continental a especulação inglesa voltou para sua forma mais grosseira e vulgar, visível, sem verniz e acabada. Fraude era o mistério de Paul, Strahan & Bates; da memória do Tipperary Bank of Sadleir; das grandes operações de Cole, Davidson & Gordon, e fraude é o conto triste, mas simples do Royal British Bank of Londres.

Para um grupo de diretores consumir um capital de uma companhia, enquanto encorajava seus acionistas por altos dividendos, e seduzindo depositantes e novos acionistas através de contas fraudulentas, não é necessário um alto grau de refinamento. Nada é exigido a não ser a lei inglesa. O caso do Royal British Bank causou uma sensação, não tanto por causa do capital, mas por causa do pequeno número de pessoas envolvidas, tanto acionistas como depositantes. A divisão do trabalho para este negócio parece ter sido muito simples, realmente. Havia dois grupos de diretores, um contente em embolsar seus \$10.000 ao ano para não tomar conhecimento dos negócios do Banco e manter suas consciências tranqüilas, o outro concentrado na real direção do Banco, somente para serem seus primeiros compradores ou mais propriamente, saqueadores. Esta última classe, sendo dependente dos favores dos gerentes, imediatamente começou deixando o gerente se acomodar. Além do gerente eles devem contar com o segredo dos auditores e advogados da Companhia, que consequentemente recebem suborno na forma de adiantamentos. Em complemento aos adiantamentos feitos a si próprios e seus parentes em seus nomes, os diretores e gerentes procedem a instalação de um número de testa de ferro, em cujos nomes embolsam mais adiantamento. O capital total pago chega agora à quantia de 150.000 libras das quais 121.840 foram absorvidas direta e indiretamente por seus diretores. O fundador da Companhia, Sr. McGregor, M.P. para Glasgow, o célebre escrevente estatístico, sobrecarregou a Companhia com 7.362 libras, outro diretor e membro do Parlamento, o Sr. Humphrey Brown de Tewkesbury, que usou o banco para pagar sua campanha eleitoral, contraiu de uma vez uma dívida para o banco de 70.000 libras, e aparece ainda um débito na quantia de 50.000 libras. Outro gerente, o Sr. Cameron, teve adiantamento na quantia de 30.000 libras.

Todo ano, desde que o banco começou a operar, tem perdido 50.000 libras e ainda os diretores vêm a cada ano parabenizar os acionistas sobre sua prosperidade. Dividendos de 6% foram pagos semestralmente, embora pela declaração do contador oficial, o Sr. Coleman, os acionistas nunca tenham recebido nenhum dividendo. Apenas no último verão, contas falaciosas na extensão de mais de 370.000 libras, foram apresentadas aos acionistas, os adiantamentos feitos para McGregor, Humphrey Brown, Cameron & Co., figuravam sob a forma de apólices conversíveis. Quando o Banco estava completamente insolvente, novas ações foram emitidas, entre relatórios entusiasmados sobre o seu progresso e um voto de confiança a seus diretores. Esta emissão de novas ações não foi de nenhuma maneira contemplada como um meio desesperado para aliviar a posição do banco, mas simplesmente para fornecer material novo para a fraude dos diretores. Embora uma das regras da carta do banco era não negociar em seu próprio interesse, esta parece ter sido a prática constante para sobrecarregá-lo, por meio de apólices, com suas próprias ações sempre que elas se tornassem depreciadas nas mãos dos diretores. O modo pelo qual a porção "correta" dos diretores fingiam ter sido enganados, foi descrito por um deles, o Sr. Owen, numa reunião dos acionistas, conforme segue:

"Quando todos os plano para iniciar este negócio foram feitos, o Sr. Cameron foi designado nosso gerente e nós logo descobrimos o mal de ter um gerente que nunca havia sido previamente ligado a nenhum banco em Londres. Pela razão daquela circunstância, surgiu um número de dificuldades. Eu relatarei o que ocorreu nos 2 anos e alguns meses anteriormente, quando eu abandonei o banco. Porque antes dessa época eu não sabia que existia um único acionista endividado com o banco na quantia de 10.000 libras, seja por desconto ou adiantamento. Eu simultaneamente fiquei sabendo de um boato, algumas denúncias de que tinha uma grande soma devida por um deles em desconto ou adiantamento, e eu perguntei a um dos contadores sobre o assunto. Eu estava falando disso quando eu fechei a porta do salão, eu não tinha nada para fazer com o banco. O Sr. Cameron disse que nenhum diretor precisa trazer sua própria fatura para ser descontada diante do Conselho. Ele disse que tal dinheiro vai para o gerente geral a fim de eles estarem trazendo diante do Conselho e nós nunca receberíamos comerciantes de alta reputação para o nosso banco. Em sua ignorância, eu estava até

numa ocasião, quando o Sr. Cameron estava recebendo tão mal que ele não estava esperando recuperar. Como consequência desta sua indisposição, o presidente e alguns outros diretores fizeram algumas indagações que nos revelaram que o Sr. Cameron fez um livro com chave particular que nós nunca vimos. Quando presidente abriu o livro, nós estávamos todos realmente pasmos.”

Isto é adequado para o Sr. Cameron dizer disso, sem esperar pelas consequências destas revelações, ele com grande prudência e preparação, expatriou-se da Inglaterra.

Uma das mais extraordinárias e características transações do Royal British Bank era suas conexões em alto grau com Welsh Iron Works. Numa época quando o capital realizado da Companhia atingiu 50.000 libras, os adiantamentos feitos para o Iron Works atingiram a soma de 70.000 a 80.000 libras. Quando a Companhia primeiramente obteve a posse deste estabelecimento, foi um negócio exequível. Tendo tornado-se exequível depois de um investimento de algo como 50.000 libras, nós encontramos a propriedade nas mãos de um Sr. Clark, que, depois de ter trabalhado nisso “por algum tempo”, devolveu para o banco, embora “expressando sua convicção que ele estava renunciando a uma grande fortuna”, desistindo o banco, de qualquer modo, de arcar com um débito adicional de 20.000 libras sobre a “propriedade”. Deste modo, este negócio tendo saído das mãos do banco quando lucros parecidos entrassem e tendo vindo para o banco quando novos adiantamentos são requisitados para sair. Esta peça de diretores estava empenhada em continuar igualmente até o último momento de suas confissões, não obstante obstaculizando as qualidades lucrativas dos empreendimento, o que eles dizem pode render 16.000 libras por ano, omitindo que eles têm um custo aos acionistas de 17.742 libras para cada ano de existência da Companhia. Os negócios da Companhia estão agora sendo levantados na Corte da Chancelaria. Por longo tempo, antes que possa ser feito, de qualquer modo, a totalidade do Royal British Bank tem sido sufocado em meio ao cataclismo da crise geral da Europa.

### **A CRISE MONETÁRIA NA EUROPA\***

**Karl Marx**

Londres, 03 de outubro de 1856

A crise comercial geral que ocorreu na Europa no outono de 1847, e que durou até a primavera de 1848, foi acompanhada por um pânico no mercado financeiro de Londres, começando nos primeiros dias de abril e alcançando seu clímax em 4 de maio de 1847. Durante estes últimos dias todas transações monetárias foram levadas a uma completa paralisação, mas a partir de 4 de maio a pressão diminui, e os negociantes e jornalistas congratulam-se sobre o caráter transitório e acidental

---

\* Escrito em 03/10/1856. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 4833, em 15/10/1856.

do pânico. Poucos meses mais tarde a crise comercial e industrial europeia eclodiu publicamente, da qual o pânico monetário tinha sido apenas um sintoma e presságio.

Há agora um movimento análogo nos mercados monetários europeus ao pânico de 1847. A analogia, entretanto, não é completa. Ao invés de se mover do oeste para o leste – de Londres via Paris para Berlim e Viena tal como ocorreu com o pânico de 1847, o pânico atual está se movendo do leste para o oeste, com a Alemanha sendo seu ponto de partida, e dali estendendo-se a Paris, e por último atingindo Londres. Naquela época, o pânico assumiu um aspecto local a partir da lentidão de seu progresso, agora ele aparece imediatamente em seu caráter universal, a partir da rapidez de sua extensão. Naquela época, ele durou uma semana ou mais, agora ele dura já três semanas. Naquele período, haviam poucos que suspeitavam ser ele o presságio de uma crise geral, agora ninguém duvida que ele salva aqueles ingleses que se imaginavam fazer história ao ler o jornal *The Times*. O que os políticos mais perspicazes temiam então era uma repetição da crise de 1825 e 1836; o que eles tem certeza agora é de uma edição ampliada não apenas da crise de 1847, mas também das revoluções de 1848.

A ansiedade das classes superiores na Europa é tão intensa quanto o seu desapontamento. Com isto, em seu próprio modo, desde meados de 1849, a guerra (da Criméia), era, ainda assim, a única nuvem em sua percepção do horizonte social. Agora, depois que a guerra acabou, ou supondo-se que tenha acabado, eles fazem a mesma descoberta em todo lugar, como foi feito pelos ingleses depois da batalha de Waterloo, e da paz de 1815, quando os *bulletins* de batalhas foram substituídos por relatórios sobre o desastre industrial e agrícola. Visando salvar sua propriedade, eles fizeram tudo o que podiam para acabar com a Revolução, e para oprimir as massas. Agora estão descobrindo que eles próprios foram instrumentos de uma revolução na propriedade maior do que qualquer tencionada pelos revolucionários de 1848. A bancarrota geral está evidente, que eles sabem ser coincidente com o dia da liquidação da grande loja de penhores de Paris; e como os ingleses descobriram para sua surpresa, depois de 1815, quando Castlereagh, "o homem no caminho severo do dever", cortou sua própria cabeça, de modo que ele tinha sido um louco, desta forma o público especulador da Europa já começa a questioná-los, antes mesmo que sua cabeça seja cortada, se Bonaparte alguma vez foi são. Eles sabem que cada mercado é excessivamente importador; que cada fração das classes proprietárias, mesmo aquelas nunca antes contaminadas, tem sido arrastada para o redemoinho da mania especulativa; da qual nenhum país europeu tem escapado, e que as demandas dos governos sobre as pessoas que pagam impostos tem sido esticadas até o último ponto. Em 1848 os movimentos que mais imediatamente produziam a revolução foram meramente de caráter político, tais como os banquetes de Reforma na França, a guerra Sonderbund na Suíça, os debates da dieta Unificada em Berlim, os casamentos espanhóis, as disputas Schleswig-Holstein etc., e quando seus soldados, os trabalhadores de Paris proclamaram o caráter social da Revolução de 1848, seus generais foram tomados de surpresa como o resto do mundo. Agora, ao contrário, a revolução social é geralmente entendida, mesmo antes de ser proclamada a revolução política; e uma revolução social realizada pela trama subterrânea não das sociedades secretas entre as classes trabalhadoras, mas pelos dispositivos públicos dos *Crédits Mobiliers* das classes dominantes. Assim a ansiedade das classes superiores na Europa é afligida pela convicção de que suas reais vitórias sobre a revolução tem sido apenas instrumental em fornecer as condições materiais em 1857 para as tendências ideais de 1848. Todo o período que vai de meados de 1849 até o presente aparece, então, como um mero intervalo dado pela história para a Velha Sociedade Europeia, a fim de lhe permitir uma última exibição condensada de todas suas tendências. Em política, a adoração da espada; na moral, corrupção geral e o retorno hipócrita às superstições desenfreadas; em política econômica, a mania de enriquecer-se sem as penas da produção – tais têm sido as tendências manifestadas pela sociedade durante suas orgias contra-revolucionárias durante 1849-56.

Por outro lado, se nos colocarmos lado a lado do efeito deste breve pânico monetário e o efeito da proclamação de Mazzinian e de outros, toda história desde 1849 das desilusões dos revolucionários oficiais é imediatamente despojada de seus mistérios. Eles não sabem nada da vida econômica das pessoas, eles não sabem nada das condições reais do movimento histórico e quando a nova revolução estourar, eles terão melhor direito do que Pilatos para lavar suas mãos e protestar que eles são inocentes do sangue derramado.

Nós temos dito que o presente pânico monetário na Europa fez sua primeira aparição na Alemanha e esta circunstância tem sido apontada pelos jornais de Bonaparte para desculpar seu regime da suspeita de ter tido a menor parte na sua precipitação.

"O Governo", afirma o *Constitutionnel* de Paris<sup>1</sup>, "tem se empenhado para moderar o espírito de empreendimento mesmo a pós a conclusão da paz, pelo adiantamento de várias novas concessões e pela proibição da introdução de novos esquemas na Bolsa. Infelizmente ele não pode fazer mais, ele não pode prevenir todos os excessos. Agora, de onde eles procederam? Se uma parte foi gerada no mercado francês, certamente foi a menor parte. Nossa companhias de estradas de ferro, partindo de um espírito de concorrência, foram talvez, muito apressadas na emissão de bônus, cujos lucros eram destinados a extensão ramais. Mas isso não teria criado embaraço, a não ser para a massa de empreendimentos repentinamente surgidos. A Alemanha, acima de tudo, que não teve nenhuma parte na guerra, atirou-se indiferentemente nos esquemas de todas as espécies. Não possuindo ela própria recursos suficientes, apelou aos nossos, e como o mercado oficial estava para ela fechado, nossos especuladores os abriram o *Coullisse*. A França, portanto, se tornou o centro dos projetos cosmopolitas que podiam enriquecer os países estrangeiros às custas dos interesses nacionais. O capital se tornou, em consequência, caro em nosso mercado, e nossas ações encontrando poucos compradores sofreram essa depreciação a qual, na presença em tantos elementos de riqueza e prosperidade surpreende o público.

Tendo dado essa espécie de contra-senso oficial imperial sobre as causas do pânico europeu nós não podemos evitar de dar outro exemplo de oposição tolerada durante o governo de Bonaparte.

"A existência de uma crise", afirma a Assembléia Nacional, "pode ser negada, mas nós não podemos deixar de pensar que a prosperidade é algo em decadência, quando nós consideramos a recente receita de nossas ferrovias, nos valores dos adiantamentos do Banco sobre duplicatas, nos impostos sobre exportação arrecadados durante os primeiros sete meses do ano, os quais exibem uma queda de vinte e cinco milhões de francos".

Na Alemanha, então, toda a parte diligente das classes médias, tem desde a contra-revolução de 1849 devotado suas energias ao empreendimento industrial e comercial assim como a parte pensante da nação tem abandonado a filosofia pelas ciências naturais. Os alemães neutros na guerra acumularam tanto capital quanto seus vizinhos franceses perderam na guerra. Encontrando-os nesta posição, com uma indústria progredindo rapidamente e uma acumulação de capital, o *Crédit Mobilier* admitiu considerá-los aptos para suas operações – a passiva aliança entre Bonaparte e a Áustria tendo já atraído sua atenção para regiões inexploradas da Áustria, Hungria e Itália. Entretanto, tendo estabelecido o exemplo e tomando a iniciativa da especulação na Alemanha, o próprio *Crédit Mobilier* foi surpreendido com o rendimento inesperado da especulação e instituições de crédito geradas por seus impulsos. Os alemães de 1855-5 receberam as constituições fraudulentas dos *Crédits Mobiliers* franceses como coisa pronta como os alemães de 1831 receberam as constituições políticas da França. Desta forma um francês do século XVII que observasse maravilhado a corte de Luis XIV reproduzir centenas de nobres no outro lado do Reno; e assim os franceses do último decênio ficaram surpresos de observar na Alemanha sessenta e duas assembleias nacionais onde eles com tanta dificuldade produziram um. A Alemanha não é uma terra de descentralização afinal; mas a centralização é por si só descentralizada, de forma que em vez de um lá existem muitos centros. Tal país então, estava pronto para desenvolver num certo espaço de tempo e em toda direção os artifícios ensinados pelo *Crédit Mobilier*, tal como os costumes de Paris, circulam primeiro na Alemanha do que na França. Esta é a causa imediata do pânico ter feito sua primeira e mais difundida aparição na Alemanha. Nós daremos a história do próprio pânico e suas causas imediatas, num próximo artigo.

#### **Nota**

<sup>1</sup> *Constitutionnel*, nº 274, 30/09/1856.

## AS CAUSAS DA CRISE MONETÁRIA NA EUROPA\*

Karl Marx

14 de outubro de 1856

A crise monetária na Alemanha, que começou por volta de setembro passado, atingiu seu clímax no dia 26 daquele mês, quando ela gradualmente diminuiu, como o pânico monetário na Inglaterra em 1847, que primeiro se manifestou nos últimos dias de abril e gradualmente desapareceu após 4 de maio, o dia do seu ápice. Então, os sacrifícios feitos por várias das principais casas comerciais em Londres, em função da pausa durante o pânico, colocou o alicerce imediato da completa ruína na qual eles estiveram envolvidos poucos meses mais tarde. Resultados similares serão, em breve, experimentados na Alemanha, uma vez que na base do pânico não havia escassez de moeda, mas a desproporção entre o capital disponível e a vastidão dos empreendimentos industriais, comerciais e especulativos então em mãos. Os meios pelos quais o pânico foi temporariamente dominado foram a alta da taxa de desconto pelos diferentes bancos do governo, privados e pelas sociedades anônimas; alguns deles aumentando a sua taxa para 6, alguns elevando para 9%. Conseqüentemente após esse aumento da taxa de desconto, o fluxo de metal precioso foi controlado, a importação de produtos estrangeiros paralisada, o capital estrangeiro atraído pela isca de alto interesse, dívidas pendentes foram cobradas, o *Crédit Mobilier* francês, que no mês anterior tinha pago por endossos de favor suas prestações sobre as estradas de ferro alemãs por ela contratadas, foi forçada a pagar a vista, e a França, em geral, foi obrigada a pagar à vista o saldo então dividido por causa do trigo e provisões. O pânico monetário na Alemanha, dessa forma, repercutiu na França, onde imediatamente assumiu um aspecto mais ameaçador. O Banco da França, seguindo o caminho dos bancos alemães, aumentou a sua taxa de desconto para 6% em adiantamento que em 30 de setembro dirigiu a uma solicitação ao Banco da Inglaterra de um financiamento de mais de um milhão de libras esterlinas. Conseqüentemente em primeiro de outubro, o Banco da Inglaterra aumentou sua taxa de desconto em 5%, sem mesmo esperar pela usual quinta-feira "parlor"<sup>1</sup> um passo sem precedente desde o pânico monetário de 1847. Não obstante este aumento de juros, o metal precioso continuou a fluir da caixa forte da rua Threadneedle<sup>2</sup> à razão de 40.000 libras ao dia, enquanto o Banco da França era obrigado a desfazer-se de 6.000.000 de francos em moeda diariamente, a Casa da Moeda emitindo apenas 3.000.000, dos quais apenas cerca de 120.000 francos eram de prata. Para contrabalançar a ação do Banco da França sobre a reserva de metal do Banco da Inglaterra, este último novamente aumentou o seu desconto cerca de uma semana depois para 6% para os títulos de 60 dias, e 7% para os títulos de longo prazo; e o Banco da França, em troca desta cortesia, emitiu em 6 de outubro um novo "ukase", pelo qual ele se recusava a descontar quaisquer títulos de data para além de 60 dias, e declarou que ele não adiantaria mais de 40% sobre a propriedade consolidada, e 20% sobre as ações de estradas de ferro, e que ele faria tais adiantamentos por apenas um mês. Entretanto, apesar destas medidas, o Banco da Inglaterra estava completamente incapaz de controlar o afluxo de metal para França, assim como o Banco da França de reduzir o pânico em Paris, ou a drenagem de espécie para outras partes do continente. A intensidade do pânico na França é atestada por uma queda de 1.860 francos (cotação de 29 de setembro) para 1.465 francos (6 de outubro) nas ações do *Crédit Mobilier*, uma queda de 215 francos em oito dias, de onde os maiores esforços foram incapazes de obter uma recuperação de mais de 15 francos até 9 de outubro. Não é necessário dizer que os fundos públicos caíram nesta mesma proporção. Há apenas algo mais ridículo do que as lamentações francesas sobre a evasão do seu capital para a Alemanha,

\* Escrito por volta de 14 de outubro de 1856. Reproduzido do *New York Daily Tribune*. Publicado pela primeira vez no *New York Daily Tribune*, nº 4843, em 27/10/1856, como artigo de fundo; republicado no *New York Weekly Tribune*, em 8/11/1856, sob o título de *O Futuro Colapso*.

após as garantias grandiloqüentes que tivemos do Sr. Isaac Péreire, o grande fundador do *Crédit Mobilier*, que o capital francês foi presenteado com um caráter cosmopolita particular. No meio de todo este problema, o grande feiticeiro da França, Napoleão III, preparou sua panacéia. Ele proibiu a imprensa de falar da crise financeira; ele sugeriu através de gendarmes aos negociantes de moeda o expediente de remover de suas janelas a oferta de ágio sobre a prata; e finalmente, ele inseriu no seu *Moniteur*, de 7 de outubro, em relatório endereçado a ele mesmo, através de seu próprio Ministro da Finança, afirmando que tudo estava certo, e que apenas a avaliação das coisas pelo povo está errada. Infelizmente dois dias depois, surge de repente o Diretor do Banco com o seguinte relatório na sua avaliação mensal:

	<b>Outubro</b>	<b>Setembro</b>
Dinheiro em caixa.....	77.062.910	113.126.401
Dinheiro nas agências/sucursais.....	89.407.036	122.676.090
Títulos descontados.....	271.955.426	221.308.498
Títulos nas agências.....	239.623.602	217.829.320
Prêmio sobre ouro e prata.....	2.128.594	1.496.313

Em outras palavras, durante um mês o dinheiro disponível diminui em 69.332.545 francos, os descontos de títulos tinham crescido de 72.441.210 francos, enquanto o prêmio sobre a compra de ouro e prata excede as cifras de setembro em 632.281 francos. Infelizmente, também, é o fato de que a armazenagem dos metais preciosos está agora alcançando um grau sem precedentes entre os franceses; e que os rumores de uma suspensão dos pagamentos à vista no Banco está diariamente ganhando terreno. A intervenção de Napoleão prova ser quase tão eficiente no mercado financeiro como sua intervenção nos distritos inundados pelas águas do Loire.

A atual crise na Europa é complicada pelo fato de que uma drenagem do metal precioso – o comum prenúncio de desastres comerciais – está entrelaçado com uma depreciação do ouro quando comparado com a prata. Independentemente das outras atividades comerciais e industriais, esta depreciação não poderia contudo induzir aqueles países, onde existe um duplo padrão de valor, e onde ambos, ouro e prata, devem ser recebidos em pagamento de acordo com as proporções prescritas pela lei, mas provou ser falso pelos fatos econômicos, exportar sua prata para aqueles mercados onde o ouro é o padrão de valor, e onde o preço oficial da prata não se afasta do seu preço de mercado. Sendo esta a posição referente a Inglaterra e França, a prata deve naturalmente fluir da França para a Inglaterra, e o ouro da Inglaterra para a França, até que a prata como moeda corrente do último seja substituída pelo ouro. Por um lado, está claro que tal substituição para o meio usual de troca deve ser acompanhada com dificuldades temporárias, mas que essas dificuldades podem ser resolvidas, tanto tornando o ouro o padrão e tirando a prata fora de circulação, como tem sido feito, ou pela desmonetização do ouro e tornando a prata como único padrão, como foi feito na Holanda em 1851, e mais recentemente na Bélgica. Por outro lado é evidente que se não houvesse outra alternativa exceto uma depreciação do ouro em relação a prata, a drenagem geral de prata de toda Europa e América teria se neutralizado e paralisado, porque a repentina liberação e retirada de circulação de tal volume de prata sem qualquer reserva particular para supri-las, certamente diminuiu o seu preço de mercado de qualquer mercadoria em comparação com o ouro, sendo determinado temporariamente pela proporção entre oferta e procura, e somente por uma média de anos pelo custo da produção. A desmonetização do ouro nos bancos holandeses e belgas poderiam exercer, porém, uma influência muito débil sobre o valor da prata, uma vez que esta tinha sido o principal meio de troca naqueles países, e portanto a mudança era muito mais de caráter legal do que econômico. Deve ser admitido, entretanto, que estas mudanças abriram um pequeno mercado para suprimento da prata, e dessa forma aliviou um pequeno grau de embaraço.

Nos últimos quatro ou cinco meses, a moeda em espécie no Banco Nacional da Áustria tem, é verdade, aumentado de \$20.000.000 para \$43.000.000, cujo total, não tendo ainda retornado a Áustria para pagamento à vista, é entesourado na caixa-forte do Banco. A principal parcela desse aumento de \$23.000.000 tem sido canalizado de Paris e Alemanha para as estradas de ferro, compradas pelo *Crédit Mobilier*. Esta é certamente uma das causas que explicam a recente drenagem de prata, mas seria errôneo ver essas circunstâncias como responsável em qualquer instância pelo último fenômeno no mercado financeiro. Não deve ser esquecido que de 1848 a 1855, cento e cinco milhões em ouro têm sido lançados no mercado financeiro mundial pela produção da Califórnia e Austrália, exclusivo da produção da Rússia e de outras velhas fontes de suprimentos estabelecidos.

Destes cento e cinco milhões, os mais sanguinários livre-cambistas consideram que cinquenta e dois milhões tem sido requisitados para crescimento do comércio moderno, ou como moeda corrente, ou como reservas bancárias, ou como metal precioso para pagamento de saldo ou correção de câmbio entre diferentes países, ou como artigos de luxo. Dos outros cinquenta e três milhões, eles consideram, e nós os vemos um pouco abaixo da marca, que esta quantia meramente substituiu uma quantia similar de prata anteriormente em uso na América e na França – dez milhões na América e quarenta e três milhões na França. A maneira pela qual este deslocamento se desenvolveu, pode ser visto no Relatório Oficial da Alfândega sobre o movimento do ouro e da prata na França durante o ano de 1855:

#### Ouro Importado em 1855

Lingotes.....	£ 11,045,268
Moeda.....	4,306,887
Total.....	£ 15,352,155

#### Ouro Exportado em 1855

Lingotes.....	£ 203,544
Moeda.....	6,306,060
Total.....	£ 6,509,604

#### Saldo do Ouro

Importado:	£ 8,842,551
------------	-------------

#### Prata Importada em 1855

Lingotes.....	£ 1,717,459
Moeda.....	3,121,250
Total.....	£ 4,838,709

#### Prata Exportada em 1855

Lingotes.....	£ 3,067,229
Moeda.....	9,783,345
Total.....	£12,850,574

#### Saldo da Prata

Exportada:	£ 8,011,865
------------	-------------

Ninguém, então, pode pretender que a liberação de uma quantidade tão grande de prata (53 milhões de libras esterlinas) seja responsável tanto pelo deslocamento na moeda da França e da América, ou pelo entesouramento do Banco da Áustria, ou por ambos. Tem sido legitimamente declarado que a prata, por não estar ameaçada como o ouro com uma diminuição no valor, os comerciantes italianos e do Oriente, deram a ela uma preferência sobre outra moeda; que os árabes receberam e armazenaram grandes quantidades deste metal, e finalmente, que os negociantes franceses de cereais, em pagamento por suas compras no Mar Negro e no Mar Azof, preferiram retirar a prata da França, onde ela mantém sua relação antiquada para o ouro, em vez do ouro, que mudou sua relação para com a prata, no sul da Rússia. Tomando todas essas causas juntas de drenagem da prata, não podemos avaliar a importância retirada por eles em mais do que quinze ou dezesseis milhões de esterlinas. A retirada da prata pela Guerra Oriental<sup>3</sup> é tão absurdamente alegada pelos escritores econômicos, na imprensa inglesa, como uma outra razão especial desta drenagem, embora eles a tenham incluído na avaliação geral de 52 milhões de ouro absorvidos pelas exigências cada vez maiores do comércio moderno. Naturalmente, eles não podem jogar sobre os ombros da prata, o que eles já haviam jogado sobre os ombros do ouro. Há, então, além de todas essas influências especiais, uma atividade maior em funcionamento que explica a drenagem da prata, que é o comércio para a China e a Índia, que, de forma bastante curiosa, também constituiu a principal característica na grande crise de 1847. Nós voltaremos a esse assunto, uma vez que é importante estudar os precursores econômicos da crise que paira na Europa.

Nossos leitores entenderão, que qualquer que seja a causa temporária do pânico monetário, e da drenagem do metal precioso que aparece como sua causa imediata, todos os elementos da reviravolta comercial e industrial estavam maduros na Europa e agravados na França, pelo fracasso da produção da seda, pelas deficiências da safra de vinho, pelas importações de grãos necessários devido ao fracasso parcial da colheita de 1855 e das inundações de 1856, e finalmente, pela escassez de habitações, produzida em Paris devida aos artifícios econômicos do Sr. Bonaparte. Para nós, o mero exame do manifesto financeiro de M. Magne, que publicamos no sábado, parece suficiente para justificar que, apesar do segundo Congresso de Paris agora reunido e apesar da questão de Nápoles, Napoleão III teria boa razão para congratular-se se o ano de 1857 caísse sobre a França com auspícios que não fossem piores do que os que acompanharam o ano de 1847, uma década antes.

#### Notas

<sup>1</sup> Aqui, uma reunião da Junta de Diretores.

<sup>2</sup> Rua onde se localiza o Banco da Inglaterra.



### **O ESTADO DA EUROPA\* (O ESTADO FINANCEIRO DA FRANÇA)**

A sonolenta estagnação desde a conclusão da guerra Oriental,<sup>1</sup> tinha caracterizado a fisionomia da Europa, está rapidamente dando lugar para um aspecto novo e febril. Lá está a Grã-Bretanha, com seu movimento de reforma apontando no futuro e suas dificuldades na Índia. *The London Times*, é verdade, diz para o mundo que, com exceção daqueles que têm amigos na Índia:

“O público britânico como um todo, espera a chegada de novas notícias da Índia com o mesmo interesse que temos com o atraso de um vapor australiano ou o resultado de um levante em Madrid”.<sup>2</sup>

No mesmo dia, entretanto, o mesmo *Times*, em seu artigo econômico, deixa cair a máscara da indiferença orgulhosa e trai os sentimentos reais de John Bull da seguinte maneira:

“uma contínua depressão com a que prevalece agora no mercado de capitais em face do ininterrupto aumento nas reservas de metal dos bancos e a expectativa de uma grande safra, é quase sem precedentes. A ansiedade com relação a Índia subordina todas as outras considerações, e se qualquer notícia séria chegasse amanhã, provavelmente causaria um pânico”.<sup>3</sup>

Especular sobre o curso dos acontecimentos sobre a Índia seria sem sentido precisamente agora, quando cada correspondência pode trazer notícias autênticas. Mas é evidente que, no caso de uma explosão revolucionária séria sobre o continente europeu, a Inglaterra esvaziada de seus homens e barcos pela Guerra Chinesa e pelas revoltas da Índia, se mostraria incapaz de reassumir a posição orgulhosa que ocupava em 1848 e 1849. De outro lado, ela não pode afastar-se, uma vez que a guerra Oriental e a aliança com Napoleão tem ultimamente acorrentando-a à política continental, ao mesmo tempo que a completa dissolução de seus partidos políticos tradicionais e o crescente antagonismo entre suas classes produtivas, expõe sua estrutura social mais do que nunca a distúrbios espasmódicos. Em 1848-49, enquanto seu poder oprimia como um pesadelo sobre a revolução europeia, a Inglaterra estava, a princípio, diante dela um pouco temerosa, então divertiu seu próprio tédio nativo com seu espetáculo, então traiu-a um pouco, então coqueteou-a um pouco, e por fim resolveu seriamente dela tirar proveito. Suas fortunas industriais, um tanto que duramente abalada pelo desastre comercial de 1846-47, pode até ser dito ter, em alguma medida, ter sido refeita, pela atividade da Revolução de 1848. Entretanto, a revolução continental não será para a Inglaterra nem um espetáculo para diversão, nem uma desgraça a ser objeto de especulação, mas um severo teste que deverá passar.

Atravessando o Canal Inglês, nós encontramos a superfície da sociedade já erguendo-se e agitando-se com o movimento dos jogos subterrâneos. As eleições de Paris<sup>4</sup> são até menos um presságio do que um real início de uma nova revolução. Isto está claramente em harmonia com o passado histórico da França que Cavaignac deveria dar cor e nome ao empenho contra Bonaparte, da mesma forma que Odilon Barrot introduziu-o contra Louis Philippe. Cavaignac como Odilon Barrot, é apenas um pretexto da parte do povo, embora ambos representam sérios projetos da parte das

---

\* Este título é dado de acordo com o caderno de notas de Karl Marx de 1857.

classes médias. O nome sob o qual uma revolução é introduzida nunca é aquele que é exibido na bandeira no dia do triunfo. Para alcançar algum sucesso, os movimentos revolucionários devem, na sociedade moderna, no início tomar emprestado suas cores daqueles elementos do povo que, embora opostos ao governo existente, estão claramente em harmonia com a sociedade existente. Em uma palavra, as revoluções devem receber seus ingressos de entrada na cena oficial das próprias classes dominantes.

As eleições de Paris, as detenções de Paris e os processos de Paris, podem ser lidos verdadeiramente, apenas considerando o estado da Bolsa de Paris, cujos distúrbios precederam a agitação eleitoral, e a eles sobreviveram. Mesmo durante os últimos três meses de 1856, quando toda Europa estava trabalhando numa crise financeira, a Bolsa de Paris não testemunhou tal depreciação contínua e estupenda de todos os títulos como ocorreu durante todo o último junho e o início de julho. Além disso, não era agora um processo de declínio e crescimento por baixas e altas, mas tudo veio abaixo num caminho claramente metódico, seguindo as leis ordinárias de queda somente no final, com a especulação desenfreada. As ações do *Crédit Mobilier* que, no início de junho, alcançavam cerca de 1.300 francos, e caíram para 1.162 francos no dia 26; para 1.095 francos em 03 de julho, para 975 francos no dia 04; para 850 francos no dia 07. As ações do Banco da França cotadas no início de junho acima de 4.000 francos, tinham caído apesar dos novos monopólios e privilégios atribuídos ao banco, para 3.065 francos no dia 29 de junho; para 2.890 francos no dia 03 de julho, e, no dia 09 de julho, não mais que 2.900 francos. Os 3% de *rentes*, as ações das principais ferrovias, tais como as linhas do Nordeste, de Lyon, do Mediterrâneo, da Grande Fusão e todas as outras ações de sociedades anônimas, têm proporcionalmente partilhado neste longo movimento de queda.

O novo ato do Banco, enquanto expôs a situação desesperada do tesouro público bonapartista, tem ao mesmo tempo abalado a confiança pública na própria administração do Banco. O último relatório do *Crédit Mobilier*, enquanto revela o vazio orgânico daquela instituição e vastidão dos interesses nela envolvidos, informava o público que havia uma luta entre os diretores e o Imperador, e que algum golpe de estado era pretendido. De fato, para cumprir suas obrigações mais prementes, o *Crédit Mobilier* tem sido forçado a lançar no mercado cerca de vinte milhões de títulos. Ao mesmo tempo, a fim de pagar seus dividendos e conseguir os meios para dar continuidade ou iniciar os trabalhos comprometidos, ferrovias e outras sociedades anônimas, teve que também vender títulos para atrair novos depósitos para suas velhas ações, ou para obter capital emitindo outras novas ações. Consequentemente a prolongada lentidão do mercado de capitais francês, que longe de ser o resultado de circunstâncias meramente incidentais, tornará a ocorrer de forma mais agravada a cada período de acerto.

As características alarmantes da presente enfermidade pode ser inferida diante do fato de que Émile Péreire, o grande charlatão financeiro do segundo império, tem dado um passo adiante e ofereceu um relatório para Louis Napoleón, utilizando para o seu texto as palavras pronunciadas pelo último em 1850 num discurso para o Conselho Geral da Agricultura e Comércio:

“Credulidade, não podemos esquecer, é a parte moral dos interesses materiais – o espírito que anima o corpo – ela aumenta dez vezes mais pela crença o valor de toda produção”.<sup>5</sup>

O Sr. Péreire então prossegue explicando numa forma já familiar aos nossos eleitores a redução de 980 milhões de francos nos valores do país nos últimos cinco meses. Ele resume suas lamentações com estas palavras fatais:

“O orçamento do medo quase se equipara ao orçamento da França”. Se, como o Sr. Péreire afirma, além dos 200 milhões de francos que a França tem que pagar em impostos para manter o império, ela tem que pagar muito mais pelo ledor de perdê-lo, os dias desta custosa instituição, adotado como foi com a exclusiva perspectiva de salvar o dinheiro, estão contados. Se os distúrbios financeiros do império tem atraído suas dificuldades políticas, a última, por seu turno, certamente reagiram sobre a primeira. É deste estado do império francês que as recentes insurreições na Espanha e Itália,<sup>6</sup> bem como as penderas complicações escondidas, recebem sua verdadeira importância.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Guerra da Criméia. (N. Ed.)

<sup>2</sup> *The London Times*, nº 22728, 09/07/1857 – artigo principal. (N. Ed.)

<sup>3</sup> *The London Times*, nº 22728, 09/07/1857. “Money Market and City Intelligence”. (N. Ed.)

<sup>4</sup> Numa referência às eleições do *Corps Législatif* no verão de 1857. A despeito das medidas policiais tomadas pelo governo para assegurar o sucesso dos candidatos oficiais, a oposição antibonapartista auxiliada pelos trabalhadores conseguiu pela primeira vez na história do II Império, eleger cinco de seus representantes para a Câmara.

<sup>5</sup> Discurso de Napoleão II na sessão de abertura do Conselho Geral de Agricultura, Comércio e Indústria de 07/04/1850. (N. Ed.)

<sup>6</sup> Marx refere-se aqui à Revolução na Espanha em 1856 e aos eventos da Itália em 1857. No final de junho de 1857, Mazzini, que chegou secretamente em Gênova, e outros defensores da ação revolucionária tentaram iniciar uma insurreição na Itália visando libertar e unir o país. Um destacamento de revolucionários conduzido por Pisarane tomou um navio que ia de Turim a Gênova e aportou no Reino de Nápoles. Tentativas foram também feitas para iniciar levantes em Leghorn e Gênova, mas assim como a expedição para o sul, também fracassaram.

### O NOVO ATO DO BANCO FRANCÊS\*

A nova lei do Banco Francês e a demissão do Conde d'Argout, o presidente do banco, são, em grande medida, incidentes notórios na história financeira do atual império. Colocado em 1834 por Luís Felipe à testa da Bancocracia Francesa, o Sr. d'Argout se distinguiu pela tenacidade com que, durante 23 anos aferrou-se ao posto; e pela prudência circunspecta com que venceu as tempestades de 1848 e 1851. A revolução de 1848 foi dirigida não apenas contra Luis Felipe, mas ainda mais contra a *haute finance*<sup>1</sup> que tinha o seu centro no Banco da França. Esta última instituição e o personagem impopular à sua frente pareciam, entretanto, ser naturalmente, os primeiros alvos para o ataque revolucionário. O Conde d'Argout, subestimou as chances imediatas do momento, considerou-se forte o suficiente para jogar as classes médias para uma contra-revolução, através de um agravamento artificial da crise financeira. Portanto, subitamente, ele suspendeu as acomodações de crédito sobre as quais o comércio de Paris costumava contar; mas o imenso perigo que ele dessa forma deliberadamente desencadeou, em vez de abalar o Governo Provisório, reverberou sobre o próprio Banco. Em vez da contra-revolução confiantemente esperada, ocorreu uma inoportuna corrida ao Banco. Se d'Argout calculou mal as energias do povo, ele discerniu mais agudamente as capacidades do governo. Ele não apenas as persuadiu a dar curso forçado às notas do Banco, e para humildemente aceitar, sob as condições mais desfavoráveis, um empréstimo daquela mesma empresa, a qual tinham acabado de preservar da ruína irreparável; como também aproveitou a ocasião para aumentar as fontes de lucro do Banco obtendo o privilégio de emitir notas de denominação mais baixa, e para estender o monopólio através do esmagamento dos bancos de emissão das províncias. A mais baixa denominação das notas emitidas pelo Banco da França anterior a 1847 era 500 francos; em 1848 ele foi autorizado a emitir notas no valor de 200 e 100 francos. Os espaços dos bancos provinciais – despojados do privilégio da emissão de notas até então desfrutado – foram preenchidos por novas agências do Banco da França. Em consequência destas mudanças, sua circulação total que, no fechamento de 1847 importava apenas 48 milhões, atingiu no final de 1855 a soma de \$ 122.445.000; suas transações brutas, que em 1847 caíram para 375 milhões já haviam aumentado em 1855 para \$ 940.600.000, dos quais, 549 milhões representavam os negócios das agências; e suas ações que antes da revolução eram usualmente quotadas em aproximadamente 2.000 francos, agora são vendidas por 4.500 francos. Anterior a 1848 o Banco da França era uma instituição mais parisiense do que francesa. Os novos privilégios conferidos pelo Governo Revolucionário o transformou numa empresa privada de dimensões nacionais. Assim, graças a administração esperta de d'Argout, o

\* Escrito em 02/06/1857. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5045, 20/06/1857 como artigo principal; reeditado sem assinatura no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1260, 23/06/1857, com o título “O Banco da França”.

monopólio da aristocracia financeira, o qual a Revolução de Fevereiro pretendia derrubar, foi estendido, fortalecido, reorganizado, através do auxílio da própria revolução.

A segunda grande catástrofe que d'Argout teve que enfrentar foi o golpe de estado, cujo sucesso dependeu principalmente da violenta abertura dos cofres do Banco confiado à sua guarda. O dócil presidente não apenas fechou os olhos ao assalto de Bonaparte, mas contribuiu muito para suavizar as apreensões do mundo comercial, apegando-se ao seu posto num momento em que o êxodo da administração de todas as pessoas respeitáveis ou supostamente respeitáveis ameaçavam seriamente comprometer o usurpador. Em recompensa a estes bons serviços, Bonaparte consentiu em abrir mão de sua prerrogativa quanto a prescrição da última renovação da carta-patente do Banco em 1840, segundo a qual seus estatutos deveriam ser revisados em 1855. d'Argout, como seu amigo recentemente falecido, Marechal Soult, nunca evidenciou fidelidade a outra coisa que emprego e salário. Sua renúncia neste momento, à presidência do Banco da França, somente pode ser atribuída ao mesmo princípio que, segundo a sabedoria popular, os ratos são os primeiros a abandonarem o barco.

A história da nova lei bancária a caracteriza como um desses trabalhos baixos que distinguem a era do presente império. Durante a crise financeira que eclodiu na Europa ao final de 1856, a alteração da lei bancária existente foi, pela primeira vez, debitada sob o pretexto plausível de que as enormes transações do Banco baseavam-se num capital muito pequeno. Por mais de seis meses, conferências misteriosas foram realizadas na presença de Napoleão III, entre os representantes do Banco de um lado, e os grandes financistas de Paris, os ministros e o Conselho de Estado de outro. Porém, o presente projeto de lei não havia sido apresentado ao *Corps Législatif*<sup>2</sup> até a véspera de sua dissolução final. Nas discussões preliminares nos *bureaux*<sup>3</sup>, ele foi violentamente atacado; o Comitê indicado para relatá-lo, literalmente rasgou em pedaços; e houve até ameaças de rejeição do projeto no seu todo. Mas Bonaparte conhecia suas criaturas. Ele enviou uma intimação demonstrando que o governo estava determinado, e que eles deviam se decidir entre aprovar o projeto ou serem afastados de suas sinecuras nas próximas eleições. Para auxiliá-los, na partilha dos últimos resíduos de vergonha, o último dia de sessão foi escolhido para a discussão da lei. Ela então foi, é claro, aprovada com algumas emendas insignificantes. Quais deveriam ser as características de uma lei que exigia tantos ajustes para ser aprovada por uma instituição como este *Corps Législatif*?

De fato, na época do próprio Louis Philippe, quando o Banco da França e os Rothschild foram notoriamente autorizados a embargar todos os projetos legislativos que não fossem do seu agrado, nenhum membro teria se atrevido a propor tal completa sujeição do estado a eles. O governo renuncia ao seu poder ainda garantido pela Carta de 1846, de emendar a nova Lei Bancária antes de seu vencimento. Os privilégios do Banco, que ainda correm por dez anos, são benevolmente prolongados por mais um período de trinta anos. Ele é permitido a abaixar a denominação de suas notas para 50 francos, e a importância desta cláusula seria completamente entendida quando nós consideramos que a introdução, em 1848, de 200 e 100 francos permitiram ao Banco repor cerca de 30 milhões de ouro e prata pelo seu próprio papel-moeda. Dos enormes lucros que certamente advém para o Banco com esta mudança, nenhuma parcela, qualquer que seja, está reservada para a nação, a qual, ao contrário, tem que pagar ao Banco pelo crédito conferido em nome da França. O privilégio de estabelecer filiais bancárias nas províncias nas quais ainda não existiam, é atribuída ao Banco da França, não com uma concessão do governo ao Banco, mas, ao contrário, como uma concessão do Banco ao governo. A permissão para cobrar seus clientes mais que o juro legal de 6% não é dificultada por nenhuma contra-obrigação a não ser aquela de acrescentar os lucros assim obtidos para o seu capital e não aos seus dividendos anuais. A redução do juro sobre as contas-correntes junto ao Tesouro, de 4% para 3%, está mais que compensada pelo colapso da cláusula do ato de 1840, que obrigava o Banco a não cobrar nenhum juro de contas abaixo de 80 milhões, uma vez que a média destas contas eram de 82 milhões. E, por último, mas não menos importante, as 91.250 ações criadas recentemente, com o valor nominal de 1.000 francos, são exclusivamente atribuídas aos portadores das 91.250 ações atualmente existentes; e as ações do Banco sendo agora vendidas na Bolsa ao preço de 4.500 francos, estas novas ações são para ser entregues aos velhos acionistas ao preço de 1.100 francos. Este ato, inteiramente em favor da bancocracia às expensas do estado, produz a mais conclusiva prova dos dilemas monetários para os quais o governo bonapartista já encontra-se direcionado. Como um equivalente para todas suas concessões, este governo recebe a soma de 20 milhões, que o Banco é obrigado a investir 3% em *rentes* a ser criadas e cujo preço mínimo está fixado em 75 francos. Toda transação parece fortemente destinada a auxiliar a noção fortemente circulada no continente da Europa, de que Bonaparte já havia retirado uma grande soma

dos cofres do Banco e está agora ansioso para cobrir suas fraudulentas transações com uma roupagem mais ou menos respeitável.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Aristocracia financeira. (Nota do Ed.)

<sup>2</sup> O *Corps Législatif* foi estabelecido junto com o Conselho de Estado e Senado sob a Constituição de 14/02/1852, após o *coup d'état* (golpe de estado) bonapartista de 1851. Seus poderes estavam restritos a endossar projetos formulados pelo Conselho de Estado. Era um corpo eleito. Entretanto, as eleições eram supervisionadas pelos oficiais do estado e pela polícia de forma que uma maioria obediente ao governo era assegurada. Na verdade, ele serviu como um biombo para os poderes ilimitados de Napoleão III. N.E.

<sup>3</sup> Os *bureaux* eram formados pelo presidente do *Corps Législatif* excluídos seus deputados para discussão preliminar de várias questões. Usualmente havia vários *bureaux* com suas composições mudando periodicamente.

## O CRÉDIT MOBILIER FRANCÊS\*

### I

**Karl Marx**

O movimento descendente do *Crédit Mobilier*, como nós antecipamos alguns meses atrás, quando examinamos o relatório de 1856, novamente se coloca agora preenchendo o pensamento monetário da Europa com susto considerável. No curso de uns poucos dias as ações das empresas declinaram de 950 francos para cerca de 850, esta última cotação estando longe do ponto mais baixo, que provavelmente continuarão a decair. O crescimento e a precipitação das primeiras águas não propiciam nenhum assunto de maior interesse para o geólogo do que a ascensão e a queda das ações do *Crédit Mobilier* para o político. Existem diferentes épocas a serem distinguidas nas oscilações deste último. A sua primeira emissão em 1852 foi espertamente manobrada. As ações estavam divididas em três séries, os portadores das primeiras séries com o direito assegurado para a segundas e as terceiras séries no valor nominal. A consequência foi que os afortunados possuidores das primeiras séries tinham toda a vantagem de uma oferta limitada de ações num mercado altamente agitado, e também de antecipações exageradas do grande bônus a ser rapidamente realizado pelo fundo de capital da sociedade. Com 250 francos pagos na primeira distribuição, o preço de mercado das ações se elevou de uma vez para 1.775 francos. Suas oscilações durante os anos de 1852, 53 e 54 são de interesse político menor, uma vez que elas indicam as diferentes fases pelas quais a empresa em formação teve que passar até alcançar a sua maturidade. Em 1855 o *Crédit Mobilier* tinha atingido o seu apogeu, a cotação momentânea de suas ações de 1.900 francos marcando sua grande distância dos negócios usuais. Desde esta época as oscilações em preços das ações do *Crédit Mobilier*, se

---

\* Escrito em 08/09/1857. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5128, em 28/09/1857, como artigo de fundo.

precisamente considerada, e se a média dos períodos for tomada, digamos por quatro meses, demonstram um movimento de declínio regulado apesar de desvios acidentais, por uma lei constante e infalível. A lei é esta, que do mais alto ponto alcançado em cada um destes períodos os preços diminuem para o ponto médio mais baixo, o qual por sua vez torna-se o ponto inicial mais alto para o período subsequente. Portanto as cifras de 1.400, 1.300, 1.100 francos, marcam sucessivamente o ponto médio mais baixo de um período e o ponto médio mais alto do outro. Durante todo este verão, as ações foram incapazes de atingir, por um tempo mais demorado, a alta de 1.000 francos; e a atual crise, se não resultarem conseqüências piores, trará abaixo o preço médio mais alto das ações para cerca de 800 francos, depois disso declinar no devido tempo para um nível médio ainda mais baixo. Este processo pode, naturalmente, não continuar *ad infinitum*, nem é compatível com as leis orgânicas do Crédit Mobilier, que suas ações sejam reduzidas a cotação nominal de 500 francos. Uma imensa desproporção entre capital e operações, por esta realização de lucros extraordinários, e conseqüentemente, uma elevação incomum do preço de mercado de suas ações acima do seu valor original, são condições para o Crédit Mobilier, não de prosperidade, mas de vida. Nós não precisamos mais insistir neste ponto, uma vez que o elucidamos suficientemente quando examinados a redução dos seus lucros de 40% em 1855 para 23% em 1856.

A atual depreciação do Crédit Mobilier está ligada às circunstâncias prováveis de serem confundidas com causas, embora elas sejam apenas efeitos.<sup>1</sup> O Sr. A. Thurneyssen, um dos diretores mais "respeitáveis" do Crédit Mobilier, foi declarado falido pela execução de uma sentença do Tribunal de Justiça, que o declarou responsável por uma dívida de 15 milhões de francos, contraída por seu sobrinho, Sr. Charles Thurneyssen, que fraudulentamente fugiu da França em maio último. Que a mera falência de um diretor não possa de maneira alguma ser responsável pela atual situação do Crédit Mobilier, será entendida ao mesmo tempo referindo a falência do Sr. Place o qual passado o tempo fugiu da França sem abalar sensivelmente o baluarte Bonapartista. A opinião pública, entretanto, está mais propensa pela queda repentina de um indivíduo do que pelo declínio lento de uma instituição. O pânico se apodera das massas somente quando o perigo se assume gigante, visível e palpável. Por exemplo, as ações de Law e o papel moeda continuaram gozando da confiança supersticiosa da França enquanto que o Regente<sup>2</sup> e seus conselheiros se contentaram em depreciar o dinheiro metálico cujas cédulas pretendiam representar. O público não entendia que quando a casa da moeda cunhava o "mark" de prata<sup>3</sup> em dobro o número original de "livres", a cédula representando uma dada quantia de "livre" de prata, era depreciada pela metade. Mas no momento exato que as próprias cédulas se tornaram, por ordem do conselho, depreciada em sua denominação oficial, e uma nota de 100 "livres" tinha que ser trocada por uma nota de 50 "livres", o processo foi logo entendido, e a fraude estourou. Assim, a queda de quase 50% dos lucros no Crédit Mobilier não chamou a atenção nem por um momento dos articulistas econômicos da Inglaterra, enquanto que toda imprensa da Europa está agora toda atordoada e alvoroçada com a falência do Sr. A. Thurneyssen. Esta última na verdade, está acompanhada de circunstâncias agravantes. Quando o Sr. Charles atrasa o pagamento em maio último, o Sr. Isaac Péreire, com mais que a usual exibição de sua virtuosa indignação, partiu em direção à imprensa de Londres para negar solenemente toda conexão por parte do Sr. A. Thurneyssen e o Crédit Mobilier, com o desprezível infrator. A presente decisão do tribunal justiça francês ofereceu, entretanto, uma contestação categórica para aquele pretensioso cavalheiro.

Além disso, o pânico parece reinar no próprio Crédit Mobilier. O Sr Ernest Andréé, um dos diretores, pensou na conveniência de publicamente libertar-se de toda futura responsabilidade, e renunciar a qualquer conexão com a instituição pelos métodos legais. Outros – entre eles a casa dos Hottinger – estão também batendo em retirada. Quando os próprios pilotos pegam o salva-vidas, os passageiros podem considerar o barco perdido. Finalmente, a íntima conexão dos Thurneyssen com a casa bancária Stieglitz de São Petesburgo e o grande esquema das estradas de ferro russas podem bem propiciar meditação para o espírito Monetário Europeu.

Se os diretores do Crédit Mobilier se dignam a "criar o crédito na França", para "promover os poderes produtivos da nação", e fortalecer a especulação financeira por todo o mundo, seria um erro estupendo supor que agiram assim por nada. Além da média de juros de cerca de 25% anuais sobre o capital representado por suas ações, eles recebiam regularmente uma bonificação de 5% sobre os lucros brutos, digamos a soma de 275.000 francos ou \$55,00 cada para os primeiros cinco anos da instituição. Então, aquelas companhias de estrada de ferro e outros serviços públicos os quais gozavam especialmente da proteção do Crédit Mobilier, então, invariavelmente, misturadas de uma forma ou de outra, com os negócios privados de seus diretores. Assim, os Péreires são conhecidos por terem amplos interesses nas novas ações da Ferrovia do Sul da França. Agora, folheando atentamente

as contas publicadas, nós encontramos a Companhia em sua capacidade total ter subscrito não mais que 623 milhões de francos para estas mesmas ferrovias. Mas não somente os quinze diretores costumam dirigir as operações da Companhia com seus interesses privados; eles foram também capazes de orientar suas especulações privadas, em conformidade com a previsão dos grandes "coups de bourse"<sup>4</sup> que a companhia estava prestes a executar, e, finalmente, para ampliar seus próprios créditos em proporção às imensas somas que oficialmente passavam em suas mãos. Por isso o rápido e miraculoso enriquecimento destes diretores; por isso a curiosa ansiedade do público europeu com relação ao revés financeiro que ocorria entre eles; por isso também a última conexão entre suas fortunas privadas e o crédito público da Companhia, embora alguns dos primeiros estão convencidos de serem igualmente mandados assim como para sobreviver ao último.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Ver crítica na introdução aos economistas burgueses em relação a natureza das crises econômicas.

<sup>2</sup> Philip II, duque de Orleans.

<sup>3</sup> Peso em prata de cerca de 240g.

<sup>4</sup> Especulações na Bolsa de Valores.

## O CRÉDIT MOBILIER FRANCÊS<sup>1</sup>

### I

O *Times* de Londres, de 30 de maio está muito surpreso com a descoberta de que o socialismo na França nunca tenha desaparecido, mas, mais precisamente, tenha sido esquecido por alguns anos. Aproveita a ocasião, a respeito disso, para congratular a Inglaterra por não ter sido importunada com aquele infortúnio, e ao contrário, estar livre daquele antagonismo de classes em cujo solo a planta venenosa é produzida. Uma afirmação muito corajosa esta, vinda do principal jornal de um país, cujo principal economista, o Sr. Ricardo, começa seu célebre trabalho sobre os princípios da economia política<sup>2</sup> com o princípio de que as três classes fundamentais da sociedade, isto é, da sociedade inglesa, a saber: os proprietários de terra, os capitalistas e os trabalhadores assalariados, estão formando um antagonismo fatal e mortal: os aluguéis aumentando e diminuindo numa taxa inversa ao aumento e queda dos lucros industriais, e os salários aumentando e diminuindo em taxa inversa aos lucros. Se, de acordo com os advogados ingleses, o contrapeso dos três poderes em luta é a parte essencial da Constituição da Inglaterra, aquela oitava maravilha do mundo; de acordo com o Sr. Ricardo, quem presume-se saber algo mais sobre isso do que o *The Times*, o antagonismo mortal das três classes que representam os principais agentes de produção é a estrutura básica da sociedade inglesa.

Enquanto o *The Times* zomba desdenhosamente do socialismo revolucionário na França, ele não pode evitar dirigir um ávido relance ao socialismo imperial na França, e de bom grado mostraria como um exemplo a ser imitado por John Bull,<sup>3</sup> os principais agentes daquele socialismo, o *Crédit Mobilier*, que acabou de enviar ao *The Times* num anúncio de cerca de três colunas: o Relatório do Conselho de Administração na reunião ordinária dos acionistas, em 23 de abril de 1856, Sr. Péreire na presidência.<sup>4</sup>

O que segue é o balanço que angariou a admiração invejosa dos acionistas do *Times*, e fascinou o julgamento do editor do *Times*:

<b>Em 31 de dezembro de 1855</b>	<b>Francos</b>	<b>Centavos</b>
Capital da Sociedade	60.000.000	
O balanço de conta-corrente em 31 de dezembro de 1854, de um total de 64.924.379 para	103.179.308	64
Valor das contas a pagar aos credores e para diversos	864.414	81
Total da reserva	1.696.083	59
Total dos lucros obtidos em 1855, após a dedução da soma a ser transportada para a reserva	26.827.901	32
<b>Total</b>	<b>192.567.708</b>	<b>36</b>

### Ativo

<b>Disponível</b>	<b>Francos</b>	<b>Centavos</b>
1. Rendas	40.069.264	40
2. Debêntures	32.844.600	20
3. Estradas de ferro e outras ações	59.431.593	66
<b>Total</b>	<b>132.345.458</b>	<b>26</b>
Do qual deve ser deduzido por reclamações de pagamentos não realizados até 31 de dezembro último	31.166.718	62
<b>Balanço do Ativo</b>	<b>101.178.739</b>	<b>64</b>
Investimentos por um período fixado, em obrigações do tesouro, continuações, adiantamentos em ações etc.	84.325.390	09
Valor das propriedades e mobília	1.082.219	37
Balanço disponível em mãos do banco, e a soma dos dividendos a serem recebidos até 31 de dezembro último	5.981.359	26
<b>Total dos Ativos</b>	<b>192.567.708</b>	<b>36</b>
Valor total dos aluguéis, ações e debêntures em mãos em 31 de dezembro de 1854	57.460.092	94
Tem sido acrescidos por subscrições e compras feitas em 1855	265.820.907	03
<b>Total</b>	<b>323.280.999</b>	<b>97</b>
Valor de realização	217.002.431	34
Ao qual deve ser acrescido o valor de certificados de ações que permanecem disponíveis	132.345.458	26
<b>Estes resultados mostram um lucro de</b>	<b>26.066.889</b>	<b>63</b>

Um lucro de 26 milhões sobre um capital de 60 milhões – um lucro à taxa de 43 e 1/3%, estes são sem dúvida, números fascinantes. E o que não tem este *mobilier* ativo<sup>5</sup> efetuado com este formidável capital de algo como dois milhões e meio de libras esterlinas? Com 60 milhões de francos em mãos eles subscreveram os empréstimos franceses, primeiro 250 milhões e depois mais 375 milhões; eles adquiriram uma sociedade nas principais estradas de ferro da França – eles se encarregaram da emissão do empréstimo contraído pela *Austrian Association for the Railways of the State* – eles participaram na *Western and Central Railway of Switzerland* – tiveram parte numa operação considerável, admitindo para seu objetivo a canalização do Ebro, de Saragoça ao Mediterrâneo – tomaram parte na fusão dos ônibus em Paris, e na constituição da *General Maritime Company* – eles efetuaram pela sua intervenção e fusão de todas as velhas companhias de gás de Paris em uma empresa – eles presentearam, como eles dizem, 300.000 francos ao povo, ao lhe vender cereal abaixo do preço de mercado – através de seus empréstimos eles decidiram sobre a guerra e a paz, erigiram novas estradas de ferro e fortaleceram as antigas – iluminaram cidades, deram um impulso à criação de manufaturas e às especulações do comércio, e por fim, estenderam sua propaganda fraudulenta sobre<sup>6</sup> a França e espalharam as sementes fecundas de sua instituição sobre todo o continente da Europa.

O *Crédit Mobilier*, portanto, apresenta-se como um dos maiores fenômenos econômicos de nossa época desprovido de exame metucioso completo. Sem tal pesquisa é impossível tanto computar as chances do Império francês como entender os sintomas da convulsão geral da sociedade



que estão se manifestando através da Europa. Nós vamos investigar primeiro em que o conselho invoca seus princípios teóricos e então testar sua execução prática, a qual, possivelmente, como o relatório nos informa, tem sido até agora parcialmente realizada, e devota-se a um desenvolvimento tão maior no futuro.

Os princípios da sociedade estão demonstrados em seus estatutos, e nos diferentes relatórios feitos para os acionistas, mas principalmente no primeiro. De acordo com o preâmbulo dos estatutos, e

Considerando os importantes serviços que devem ser prestados pelo estabelecimento de uma sociedade tendo por objetivo favorecer o desenvolvimento da indústria de serviços públicos, e realizar a conversão dos diferentes títulos de várias empresas através de meios de consolidá-las num fundo comum, os fundadores do *Crédit Mobilier* resolveram pôr em prática tarefa tão benéfica, e conseqüentemente combinaram delinear as bases de uma sociedade anônima, sob o nome de Sociedade Geral do "*Crédit Mobilier*".<sup>7</sup>

Nossos leitores compreenderão pela palavra "sociedade anônima",<sup>8</sup> uma sociedade por ações com responsabilidade limitada dos acionistas, e que a formação de tal sociedade depende de um privilégio arbitrariamente concedida pelo governo.

O *Crédit Mobilier* então se propõe primeiramente "favorecer o desenvolvimento da indústria de serviços públicos", o que significa fazer a indústria de serviços públicos em geral dependente do favor do *Crédit Mobilier*, e portanto, do favor individual de Bonaparte, sob cuja respiração a existência da sociedade está suspensa. O Conselho não deixa de indicar através de que meios pretende realizar o seu patrocínio, e aquele do seu patrono<sup>9</sup> imperial, sobre toda a indústria francesa. As várias empresas industriais sustentadas pela companhia de sociedade por ações, são representadas por diferentes títulos, ações, obrigações, bônus, debêntures etc. Aqueles títulos diferentes são, naturalmente, taxados a preços diferentes no mercado monetário, de acordo com o capital que eles exploram, os lucros que eles produzem, a diferente capacidade de oferta e procura sobre eles, e outras condições econômicas. Agora o que pretende o *Crédit Mobilier*?

Substituir para todos esses títulos diferentes sustentados por diferentes companhias de sociedades por ações, um título comum emitido pelo próprio *Crédit Mobilier*. Mas como ele pode efetuar isso? Comprando com seus próprios títulos os títulos das várias companhias industriais. Comprando todos os bônus, ações, debêntures etc.: numa palavra, os títulos de uma companhia, estão comprando a própria companhia. Conseqüentemente, o *Crédit Mobilier* admite a intenção de fazer-se o proprietário, e Napoleão, o Pequeno,<sup>10</sup> o supremo diretor de toda a imensa indústria francesa. Isso é o que nós chamamos de Socialismo Imperial.

Para realizar esse programa, são necessárias, naturalmente, algumas operações financeiras, e M. Isaac Péreire ao traçar as operações do *Crédit Mobilier*, naturalmente sente-se em terreno delicado, é obrigado a colocar limites à sociedade considerada puramente acidental e destinada a desaparecer no seu desenvolvimento, e mais propriamente a sondar do que divulgar imediatamente seu último esquema para o mundo.<sup>11</sup>

O fundo social da sociedade foi fixado em 60 milhões de francos divididos em 120.000 ações de 500 francos cada uma, pagáveis ao portador.<sup>12</sup>

As operações da sociedade, tais como estão definidas nos estatutos, podem ser agrupadas sob três categorias. Primeiramente, operações para apoio à grande indústria, em segundo lugar, criação de um valor emitido pela sociedade para repor, ou fundir, os títulos das diferentes empresas industriais, em terceiro lugar, as operações habituais do negócio bancário, relacionadas aos fundos públicos, contas comerciais etc.

As operações da primeira categoria, destinadas a obter para a sociedade o patrocínio da indústria, estão enumeradas no artigo V dos estatutos que afirma:

Subscrever, ou adquirir fundos públicos, ações, ou obrigações nas diferentes empresas industriais ou comerciais, constituídas como sociedades anônimas, e especialmente aquelas de estradas de ferro, canais, minas, e outros serviços públicos já estabelecidos, ou prestes a serem estabelecidos. Contratar todos os empréstimos, transferi-los e realizá-los, bem como todas as empresas de serviços públicos.<sup>13</sup>

Nós vemos como este artigo vai além das pretensões do preâmbulo, ao propor fazer do *Crédit Mobilier* não apenas o proprietário da grande indústria, mas o escravo do Tesouro, e o déspota do crédito comercial.

As operações da segunda categoria, relativas à substituição dos títulos do *Crédit Mobilier* para os títulos de todas as outras empresas comerciais, compreendem o seguinte:

Emitir em quantias iguais para as somas empregadas nas subscrições de empréstimos e aquisições de títulos industriais, as próprias obrigações da sociedade.

Os artigos 7 e 8 indicam os limites e a natureza das obrigações que a sociedade tem poder para emitir. Essas obrigações ou bônus

São permitidas atingir uma soma igual a dez vezes o valor do capital. Elas devem sempre ser representadas pelo seu valor total para fundos públicos, ações e obrigações nas mãos da sociedade. Elas não podem se tornar pagáveis antes de 45 dias de notificação. O valor total das somas recebidas em conta-corrente e das obrigações criadas no período de menos de um ano não deve exceder o dobro do capital realizado.

Por último, a terceira categoria compreende as operações necessárias às trocas de valores comerciais. A sociedade "recebe dinheiro à vista". Ela está autorizada "a vender ou dar em pagamento para empréstimos todos os tipos de fundos, papéis, ações e obrigações seguradas por ela, e trocá-las por outros valores". Ela empresta "fundos públicos, depósitos de ações e obrigações, e abre contas-correntes em seus diferentes valores". Oferece às sociedades anônimas "todos os serviços ordinários prestados pelos bancos privados, tais como recebimento de todos os pagamentos em carteira das sociedades, pagando seus dividendos, juros etc." Ela mantém um depósito de todos os títulos daquelas empresas, mas nas operações relativas ao negócio em valores comerciais, faturas, fianças etc., "fica expressamente compreendido que a sociedade não deve fazer vendas nem compras clandestinas por causa do prêmio".

Escrito aproximadamente em 06 de junho de 1856.  
Publicado primeiramente no *The People's Paper*, nº 214,  
em 07 de junho de 1856, assinado K. M. e também no  
*New York Daily Tribune*, nº 4735, 21 de junho de  
1856, sem assinatura.

Reproduzido no *The People's Paper*.

---

#### Notas

<sup>1</sup> *Crédit Mobilier* é abreviação para *Société Générale du Crédit Mobilier – A French Joint-stock Bank* – fundado em 1852 pelos irmãos Péreire. O banco estava estreitamente ligado ao governo de Napoleão III e, protegido por ele, dedicou-se à especulação. Foi à falência em 1867 e em 1871 foi liquidado.

O primeiro artigo sobre o *Crédit Mobilier* foi publicado por Marx no *The People's Paper* sem nenhuma indicação de que seria "continuado". Os editores do *New York Daily Tribune* que publicaram os artigos subsequentes sobre o assunto, os imprimiram como uma série e os definiram por números ordinais.

Neste volume, os números dos artigos estão colocados entre colchetes, como subtítulos.

<sup>2</sup> D. Ricardo, *Princípios de economia política e tributação*, Ed.

<sup>3</sup> O principal personagem no livro *A história de John Bull*, de John Arbuthnot (século XVIII): o nome é freqüentemente empregado para personificar a Inglaterra e os ingleses. (N.T. – extraído do "Índice de nomes mitológicos e literários", vol. 15, p. 737)

<sup>4</sup> I. Péreire, *Rapport présenté par le conseil d'administration dans l'Assemblée générale ordinaire des actionnaires du 23 avril 1856*, "Moniteur universel", nº 117, 26 de abril de 1856. – Ed.

<sup>5</sup> No *New York Daily Tribune* consta "magnífico". – Ed.

<sup>6</sup> No *New York Daily Tribune* consta "influência além das fronteiras da França". – Ed.

<sup>7</sup> *Décret portant autorisation de la société anonyme formée à Paris sous la denomination de Société Générale de Crédit Mobilier. 18 novembre-11 décembre 1852* – Ed.

<sup>8</sup> No *New York Daily Tribune* consta "Nossos leitores terão em mente que os franceses entendem pela palavra..." – Ed.

<sup>9</sup> No *New York Daily Tribune* consta "criador". – Ed.

<sup>10</sup> Luís Bonaparte foi apelidado "o Pequeno" por Victor Hugo num discurso na Assembléia Legislativa em 1851; o apelido tornou-se popular após a publicação do panfleto *Napoléon le Petit*, de V. Hugo (1852).

<sup>11</sup> O final da sentença, a partir das palavras "e mais propriamente a sondar..." está omitido no *New York Daily Tribune*. – Ed.

<sup>12</sup> As palavras "pagáveis ao portador" estão omitidas no *New York Daily Tribune*. – Ed.

<sup>13</sup> *Décret portant autorisation de la société anonyme formée à Paris...* – Ed.

## O CRÉDIT MOBILIER FRANCÊS

### II

Deve ser lembrado que Bonaparte realizou se *coup d'état* com base em dois pretextos diametralmente opostos: De um lado, proclamando que era sua missão salvar a **burguesia** e a "ordem material" da anarquia Vermelha a ser permitida em maio de 1851;<sup>1</sup> e de outro lado, salvar o povo trabalhador do despotismo da classe média concentrada na Assembléia Nacional. Além disso, havia a necessidade pessoal de pagar seus próprios débitos e aqueles da respeitável ralé a Sociedade *Dix Décembre*,<sup>2</sup> e de se enriquecer e a eles, às custas conjuntamente da burguesia e dos trabalhadores. A missão do homem, deve ser admitido, foi cercada por dificuldades conflitantes; forçado como ele foi a aparecer simultaneamente como o ladrão e como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Ele não podia dar a uma classe sem tirar de outra, e ele não podia satisfazer seus próprios desejos e aqueles dos seus seguidores, sem roubar a ambos. No tempo do *Fronde*,<sup>3</sup> o Duque de Guise era tido como o homem mais obsequioso da França, porque ele havia transformado todas as suas propriedades em compromissos controlados pelos seus partidários. Deste modo, Bonaparte propôs também tornar-se o homem mais obsequioso da França, convertendo toda a propriedade e toda a indústria da França numa obrigação pessoal favorável a Luís Bonaparte. Roubar a França para comprar a França – este era o grande problema que o homem tinha que resolver –, e nessa transação de tomar a França o que tinha de ser devolvido à França, o lado não menos importante para ele era a porcentagem a ser escumada por ele mesmo e pela Sociedade Dez de Dezembro. Como podiam esses pretextos contraditórios ser reconciliados? Como podia ser resolvido este belo problema econômico? Como desembaraçar este ponto cheio de nós? Toda a diversa experiência passada de Bonaparte apontava para o grande recurso que o havia conduzido acima das situações econômicas mais difíceis – Crédito. E aconteceu estar na França a escola de Saint-Simon, que em seu início e em seu declínio iludiu-se com o sonho de que todo o antagonismo de classes deve desaparecer antes da criação da riqueza universal por algum plano moderno de crédito público. E o saint-simonismo nesta forma ainda não havia se apagado na época do *coup d'état*. Havia Michel Chevalier, o economista do *Journal des Débats*; havia Proudhon, que tentou disfarçar a pior porção da doutrina saint-simonista sob a aparência de originalidade excêntrica; e havia dois judeus portugueses, praticamente ligados à especulação na bolsa e Rothschild, que havia sentado aos pés de Père Enfantin, e quem com a sua experiência prática teve a coragem de suspeitar da especulação oculta sob o Socialismo. Esses

homens – Émile e Isaac Péreire – são os fundadores do *Crédit Mobilier*, e os iniciadores do Socialismo Bonapartista.

É um velho provérbio, *habent sua fata libelli*.<sup>4</sup> As doutrinas também têm o seu destino assim como os livros. Saint-Simon tornar-se o anjo protetor da Bolsa de Paris, o profeta de trapaça, o Messias do suborno e da corrupção geral! A História não exhibe exemplo de uma ironia mais cruel, salvo, talvez, St. Just concebido pelo *juste milieu*<sup>5</sup> de Guizot, e Napoleão por Luís Bonaparte.

Os fatos marcham mais rápido que a ponderação do homem. Enquanto nós, a partir de uma investigação dos seus princípios e condições econômicas, estamos apontando para o inevitável colapso prognosticado pela exata constituição do *Crédit Mobilier*, a história já está trabalhando, realizando nossas profecias. No final de maio, um dos diretores do *Crédit Mobilier*, M. Place, caiu pela quantia de dez milhões de francos, tendo sido apenas poucos dias antes “apresentado ao Imperador por M. de Morny” como um dos *dieux de la finance*. *La dieux s’en vont!*<sup>6</sup> Quase no mesmo dia, o *Moniteur* publicou nova lei sobre as *Sociétés em commandite*,<sup>7</sup> que, com o pretexto de colocar um obstáculo à febre especulativa, coloca essas sociedades à mercê do *Crédit Mobilier* ao fazer sua formação dependente da vontade do governo ou do *Crédit Mobilier*. E a imprensa inglesa, ignorante da existência mesmo de uma diferença, entre *Sociétés em commandite* e *Sociétés anonymes*,<sup>8</sup> para as quais, as últimas e as antigas são assim sacrificadas, entra em êxtase com este grande “ato prudencial” da sabedoria bonapartista, imaginando que os especuladores franceses serão em breve trazidos rapidamente ao circuito da solidez dos Sadleirs, Spaders e Palmers. Ao mesmo tempo, a lei de drenagem apenas passava pelo famoso *Corps Législatif*,<sup>9</sup> e que é uma infração direta de toda legislação anterior e o Código de Napoleão, sanciona a exploração do devedores hipotecários da terra, em favor do governo de Bonaparte, que através desta maquinaria propõe confiscar a terra, como pelo *Crédit Mobilier* ele está confiscando a indústria, e através do Banco da França, o comércio da França; e tudo isso para salvar a propriedade dos perigos do Socialismo!

Entretanto, não consideramos supérfluo continuar nosso exame do *Crédit Mobilier*, uma instituição a qual, pensamos, está destinada ainda a aprovar empreendimentos dos quais os acima são apenas pequenos começos.

Nós vimos que a primeira função do *Crédit Mobilier* consiste em fornecer capital para tais empresas industriais como são conduzidas pelas sociedade anônimas. Citamos do relatório de M. Isaac Péreire:

O *Crédit Mobilier* age, com relação aos valores que representam o capital industrial, uma parte análoga às funções desempenhadas pelos bancos de descontos com relação aos valores que representam o capital comercial. O primeiro dever desta sociedade é apoiar o desenvolvimento da indústria nacional, facilitar a formação de grandes empresas, as quais, entregues a elas mesmas, encontram grandes obstáculos. Sua missão a este respeito será mais facilmente preenchida, já que ela dispõe de vários meios de informação e pesquisa que escapa à compreensão do indivíduo privado para apreciar razoavelmente o valor real ou os pretendentes de empreendimentos que solicitam o seu auxílio. Nos tempos prósperos, nossa sociedade será um guia para o capital ansioso em encontrar aplicação lucrativa; nos movimentos difíceis está destinada a oferecer recursos preciosos para a manutenção do trabalho, e a moderação das crises que resultam da contração precipitada dos capitais. As dores que nossa sociedade tomará para investir o seu capital em todos os negócios apenas em tais proporções e para tais períodos limitados permitirão retiradas seguras, a possibilitarão multiplicar sua ação, frutificar num curto espaço de tempo um grande número de empresas, e diminuir os riscos de sua ocorrência pela multiplicidade de parciais *commandités* (investimentos em ações).<sup>10</sup>

Tendo visto de que maneira Isaac desenvolve as idéias de Bonaparte, torna-se importante também ver a maneira pela qual Bonaparte comenta sobre as idéias de Isaac, um comentário que pode ser encontrado no relatório endereçado a ele pelo Ministro do Interior<sup>11</sup> em 21 de junho de 1854, com relação aos princípios e à administração do *Crédit Mobilier*:

Entre todos os estabelecimentos de crédito que existem no mundo, o *Banque de France* é justamente considerado aquele que se orgulha da mais sólida consituição;

Tão sólida que o leve tumulto de fevereiro de 1848 a derrotou em um dia, não obstante o amparo dado a ela por Ledru-Rollin e cia.: pois não apenas o Governo Provisório suspendeu a obrigação do *Banque de France* de pagar suas notas de débito à vista e assim reduzir a maré de notas de débito e de obrigacionistas bloqueando suas avenidas, mas o autorizou a emitir notas de 50 francos, enquanto nunca tinha sido permitido sob Luís Felipe emitir notas de menos de 500 francos: e assim eles não apenas cobriram o *Banque* insolvente através de seu crédito, mas, em adição, eles empenharam as florestas do estado para o *Banque* pelo privilégio de obter crédito para o estado.

O *Banque de France* é ao mesmo tempo o suporte e o guia para o nosso comércio, e sua influência moral e material dá ao nosso mercado uma estabilidade muito preciosa.

Esta estabilidade é tal, que os franceses têm uma crise industrial regular cada vez que a América e a Inglaterra condescendem com apenas uma pequena quebra no seu comércio.

Pela reserva e prudência que dirigem todas as suas operações, esta instituição admirável preenche, portanto, a parte de um regulador: mas o gênio comercial, para gerar todas as maravilhas que ele carrega em seu ventre, quer, acima de todas as coisas, ser estimulado; e precisamente porque a especulação está contida na França dentro de limites muito estreitos, não existia inconveniência, mas ao contrário uma grande vantagem, em pôr ao lado do *Banque de France* um estabelecimento concebido numa ordem de idéias completamente diferente, e o qual deveria representar na esfera da indústria e do comércio o espírito de iniciativa.

O modelo para este estabelecimento felizmente já existia; ele é derivado de um país celebrado por sua severa lealdade, a prudência e solidez presidindo todas as suas operações comerciais. Ao colocar à disposição de todas as idéias razoáveis e empresas úteis seu capital, seu crédito, e sua autoridade moral, a *General Society of the Netherlands* têm multiplicado na Holanda, os canais, a drenagem, e milhares de outros melhoramentos que aumentam o valor da propriedade cem vezes mais. Por que não deveria a França igualmente lucrar através de uma instituição das vantagens das quais tem sido demonstradas por uma experiência tão fascinante? Este é o pensamento que determinou a criação do *Crédit Mobilier*, autorizado pelo decreto de 18 de novembro de 1852.

De acordo com os termos de seus estatutos esta Sociedade pode, entre outras operações, comprar e vender propriedades públicas ou ações industriais, emprestar ou apropriar-se delas como garantias, contratar empréstimos públicos, e numa palavra, emitir seu papel por prazos longos, por conta dos valores assim adquiridos.

Ela possui assim, em mãos, os meios para pôr em movimento e combinar a qualquer momento, sob condições vantajosas, riqueza considerável. A fertilidade da instituição reside no bom uso que ela possa fazer desses capitais. Na verdade, a Sociedade pode investir arbitrariamente na indústria (*commanditer*), interessar-se por empreendimentos, participar de operações a longo prazo, as quais a constituição do *Banque de France* e do *Discount Office* proibem esses estabelecimentos de fazer; em uma palavra, ela está livre em seus movimentos, e pode mudar sua ação exatamente quando as necessidades do crédito comercial o requerer. Se ela sabe como distinguir entre os empreendimentos que constantemente aparecem, o empreendimento lucrativo; se através da intervenção adequada dos imensos fundos que tem à disposição, ela possibilita que os trabalhos a serem realizados sejam altamente produtivos em si mesmos, embora absorvendo uma duração incomum, e por outro lado, lânguida; se sua concorrência for o indicador seguro de uma idéia útil ou um projeto bem concebido, a Sociedade do *Crédit Mobilier* merecerá e ganhará a aprovação pública: o capital circulante buscará seus canais e se dirigirá em massa para onde quer que o patrocínio da Sociedade indique a aplicação garantida. Assim, pelo poder do exemplo, e pela autoridade que se tornará vinculada ao seu apoio, mais ainda do que através de qualquer ajuda material, esta Sociedade será a colaboradora de todas as idéias de utilidade geral. Assim ela poderosamente encorajará os esforços da indústria, e estimulará, por toda a parte, o espírito de invenção.<sup>12</sup>

Numa breve oportunidade mostraremos como todas essas frases pretensiosas dissimulam embora debilmente, o plano evidente de arrastar toda a indústria da França ao redemoinho da Bolsa de Paris, e de fazê-la a bola de tênis dos cavalheiros do *Crédit*, e do seu benfeitor Bonaparte.

Escrito em aproximadamente 12 de junho de 1856.  
Publicado primeiramente no *New York Daily Tribune*,  
Nº 4737, 24 de junho de 1856.  
Reproduzido do jornal.

#### Notas

<sup>1</sup> Em maio de 1852, os poderes presidenciais de Luís Bonaparte estavam para expirar e de acordo com a Constituição da República Francesa de 1848, novas eleições deveriam se realizar no segundo domingo de maio. Em vista disso, os bonapartistas começaram a preparar um *coup d'état* na segunda metade de 1851. Eles lançaram uma campanha propagandística tentando intimidar o homem comum com a possível vitória de democratas e socialistas e com a anarquia que, segundo alegavam, começaria se "o espectro vermelho" fosse vitorioso.

<sup>2</sup> A Sociedade Dez de Dezembro – uma organização bonapartista secreta fundada em 1849 e que consistia principalmente de elementos desclassificados aventureiros políticos e militares. Para detalhes, ver *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx (presente edição, vol. 11, pp. 148-51).

<sup>3</sup> O *Fronde*, um movimento na França contra o regime absolutista de 1648 a 1653, envolveu vários segmentos sociais – desde o camponês radical e elementos plebeus e a burguesia em oposição aos oficiais de alta patente e aristocratas – os quais, em muitos casos, perseguiam objetivos opostos. A derrota da *Fronde* levou ao fortalecimento do absolutismo.

<sup>4</sup> Uma citação do *De litteris, syllabis et metris (Carmen heroicum, verso 258)* pelo gramático e poeta romano Terentianus Maurus. – Ed.

<sup>5</sup> Meio-termo, moderação. – Ed.

<sup>6</sup> Deuses da finança. Os deuses estão desaparecendo! (Cf. F. Chateaubriand, *Les martyrs ou Le triomphe de la religion chrétienne*). – Ed.

<sup>7</sup> Companhias de sociedade por ações com responsabilidade limitada: ver também "Project de loi sur les sociétés en commandite par actions", *Le Moniteur Universel*, nº 153, 01 de junho de 1856. – Ed.

<sup>8</sup> Companhias por ações. – Ed.

<sup>9</sup> O *Corps Législatif* foi estabelecido juntamente com o Conselho de Estado e o Senado, sob a Constituição de 14 de fevereiro de 1852, após o *coup d'état* bonapartista de 1851. Seus poderes se limitavam ao endosso de notas sacadas pelo Conselho de Estado. O *Corps Législatif* era uma corporação eleita. Entretanto, as eleições eram supervisionadas pelos oficiais de Estado e pela polícia, assim a maioria obediente ao governo estava assegurada. Na verdade, serviu como um anteparo aos poderes ilimitados de Napoleão III.

<sup>10</sup> I. Péreire, "Rapport présenté par le conseil d'administration dans l'assemblée générale ordinaire et extraordinaire des actionnaires du 29 avril 1854", *Le Moniteur Universel*, nº 121, 01 de maio de 1854. – Ed.

<sup>11</sup> F. Persigny. – Ed.

<sup>12</sup> F. Persigny, "Rapport à l'Empereur", *Le Moniteur universel*, nº 172, 21 de junho de 1854. – Ed.

## O CRÉDIT MOBILIER FRANCÊS

### III

O colapso da finança bonapartista que se avizinha, continua a se anunciar de diversas formas. Em 31 de maio, o Conde Montalembert, em oposição ao projeto de lei para aumentar a franquia postal em todos os papéis impressos, livros e similares, soou o sinal de alarme do seguinte modo:

“A supressão de toda vida política, pelo que ela tem sido substituída? Pelo turbilhão da especulação. A grande nação francesa não podia submeter-se ao descanso, à inatividade. A vida política foi substituída pela febre da especulação, pela sede de lucro, pela paixão louca pelo jogo. Por todos os lados, mesmo em nossas pequenas cidades, mesmo nas nossas vilas, os homens são arrebatados pela mania de fazer aquelas fortunas rápidas das quais há tantos exemplos – aquelas fortunas alcançadas sem problema, sem trabalho, e freqüentemente, sem honra. Eu não procuro outra prova que a nota de débito que acabou de ser exibida diante de vocês, contra as *sociétés en commandite*.<sup>1</sup> As cópias acabaram de ser distribuídas por nós; eu não tive tempo de examiná-las; entretanto, sinto-me inclinado a apoiá-las apesar das regras um tanto draconianas às quais julgo ter descoberto lá. Se o remédio é tão urgente e tão importante, o mal também o é. A origem real daquele mal é o torpor de todo o espírito político na França... E o mal que eu menciono não é o único que resulta da mesma origem. Enquanto as classes média e alta – aquelas classes políticas antigas – se dedicam à especulação, outra tarefa se apresenta entre as classes mais inferiores da sociedade, de onde emanaram todas as revoluções que a França sofreu. Ao vislumbre desta temível mania do jogo, a qual fez de quase toda a França uma vasta cabine de jogo, uma porção das massas, invadida pelos socialistas, tem sido mais corrompida que nunca, pela avidez do lucro. Por esta razão, um progresso inquestionável de sociedades secretas, um desenvolvimento maior e mais profundo daquelas paixões selvagens que quase caluniam o socialismo ao adotar seu nome, e que recentemente têm se mostrado cabalmente, em toda a sua intensidade, nos julgamentos de Paris, Angers e em outros lugares.”<sup>2</sup>

Assim fala Montalembert – ele próprio um dos acionistas originais no empreendimento bonapartista para salvar a ordem, a religião, a propriedade e a família!

Nós ouvimos, de Isaac Péreire, que um dos mistérios do *Crédit Mobilier* era o princípio de multiplicar sua ação e diminuir seus riscos ao embarcar numa maior variedade possível de empreendimentos, e afastar-se deles no prazo mais curto possível. Agora, o que isto significa quando despojado da linguagem florida do saint-simonismo? Subscrevendo ações numa escala maior, num número maior de especulações, realizando os prêmios, e livrando-se deles tão rápido quanto isso possa ser feito. Especulação, então deve ser a base do desenvolvimento industrial ou antes, todo empreendimento industrial deve tornar-se o mero pretexto da especulação. E, pelo auxílio de que instrumento este propósito do *Crédit Mobilier* deve ser atingido? Quais são os meios propostos para permiti-lo assim, “multiplicar sua ação” e “diminuir seus riscos”? Os mesmos meios utilizados pela lei. O *Crédit Mobilier* sendo uma companhia privilegiada, auxiliada pela influência do governo e dispondo de crédito e capital vastos, comparativamente falando, é certo que as ações de qualquer novo empreendimento começado por ele, na primeira emissão atingirão um prêmio no mercado. Ele, portanto, tem aprendido muito com a lei, a destinar aos seus próprios acionistas as novas ações em proporção ao número de ações que eles possuem na sociedade mãe. O lucro assim assegurado a eles age, em primeiro lugar, sobre o valor das ações do próprio *Crédit Mobilier*, enquanto seu elevado alcance, em segundo lugar, assegura um alto valor às novas ações a serem emitidas. Desta maneira, o *Crédit Mobilier* obtém comando sobre uma larga porção do capital que pode ser emprestado, destinado ao investimento em empreendimentos industriais.

Agora, ao lado do fato de que o prêmio é portanto o pivô real sobre o qual gira a atividade do *Crédit Mobilier*, seu propósito é aparentemente afetar o capital numa maneira que é exatamente o oposto da ação dos bancos comerciais. Um banco comercial, através dos seus descontos, empréstimos e emissão de notas libera capital fixo temporariamente, enquanto o *Crédit Mobilier* fixa verdadeiramente capital circulante. As ações de estradas de ferro, por exemplo, podem ser muito flutuantes, mas o capital que elas representam, i.e., o capital empregado na construção das estradas de ferro é fixo. Um proprietário de um moinho que investisse uma parte do seu capital em edifícios e maquinaria fora de proporção em relação à parte reservada para o pagamento de salários e para a compra de matéria-prima, muito em breve veria seu moinho paralisado. O mesmo é válido quando se trata de uma nação. Quase toda crise comercial nos tempos modernos tem estado conectada a um desarranjo da devida proporção entre o capital fixo e circulante. Qual, então, deve ser o resultado da atividade de uma instituição como o *Crédit Mobilier* cujo propósito direto é fixar o máximo possível do capital do país que pode ser emprestado, em estradas de ferro, canais, minas, docas, navios a vapor,

fornalhas e outros empreendimentos industriais, sem qualquer consideração com as capacidades produtivas do país?

De acordo com os seus estatutos, o *Crédit Mobilier* pode patrocinar apenas tais empresas industriais contanto que sejam exercidas por sociedades anônimas, ou sociedades anônimas com responsabilidade limitada. Consequentemente, deve surgir uma tendência para iniciar tantas dessas sociedades quanto forem possíveis e, além disso, trazer todos os empreendimentos industriais sob a forma dessas sociedades. Agora, não pode ser negado que a aplicação de sociedades anônimas à indústria, marca uma nova época na vida econômica das nações modernas. De um lado, isso revelou os poderes produtivos da associação, não suspeitados antes, e deu vida às criações industriais, numa escala inacessível pelos esforços dos capitalistas individuais; de outro lado, não pode ser esquecido, que nas sociedades anônimas não são os indivíduos que estão associados, mas seus capitais. Através deste dispositivo, os proprietários foram convertidos em acionistas, i.e., especuladores. A concentração de capital tem sido acelerada, e, como seu corolário natural, a ruína da pequena classe média. Uma espécie de reis industriais têm sido criados, cujo poder encontra-se em taxa inversa à sua responsabilidade – eles sendo responsáveis apenas pelo valor de suas ações, enquanto dispõem de todo o capital da sociedade – formando um corpo mais ou menos permanente, enquanto a massa dos acionistas está submetida a um constante processo de decomposição e renovação, e capacitada, pelo simples emprego conjunto da influência e riqueza da sociedade, a subornar seus membros rebeldes individuais. Abaixo deste Conselho de Diretores oligárquico, está colocado o corpo burocrático de gerentes práticos e agentes da sociedade, e abaixo deles, sem qualquer transição, uma massa enorme e que se expande diariamente, de meros trabalhadores assalariados – cuja dependência e desamparo aumentam com as dimensões do capital que os emprega, mas também, que se torna mais perigosa em proporção direta ao número decrescente de seus representantes. É mérito imoral de Fourier ter prognosticado esta forma da indústria moderna, sob o nome de **feudalismo industrial**.<sup>3</sup> Certamente nem o Sr. Isaac Péreire, nem o Sr. Émile Péreire, nem o Sr. Morny, nem o Sr. Bonaparte poderiam ter inventado isto. Existiam, também, antes de sua época, bancos emprestando seu crédito para sociedades anônimas industriais. O que eles inventaram foi um *joint-stock bank*, visando o monopólio da outrora dividida e multiforme ação dos emprestadores de dinheiro privados, e aqueles cujo princípio dominante devia ser a criação de um vasto número de companhias industriais, não com a perspectiva de investimentos produtivos, mas simplesmente para o propósito de lucros através da especulação. A nova idéia que eles iniciaram é tornar o feudalismo industrial tributário à especulação.

De acordo com os estatutos, o capital do *Crédit Mobilier* está fixado em 60 milhões de francos. Os mesmos estatutos o permite receber depósitos em contas-correntes pelo dobro daquele valor, i.e., por 120 milhões de francos. A soma à disposição da sociedade portanto, equivale, ao todo, a 180 milhões de francos. Medida pelo arrojado projeto de obter o patrocínio de toda a indústria da França, esta é certamente uma quantia muito pequena, Mas dois terços desta quantia dificilmente podem ser aplicados à compra de ações industriais, ou valores semelhantes uma vez que não comandam a certeza de realização imediata, precisamente porque são recebidos à vista. Por esta razão os estatutos abrem outro recurso para o *Crédit Mobilier*. Ele está autorizado a emitir debêntures totalizando dez vezes o seu capital original, i.e., até o valor de 600 milhões de francos; ou em outras palavras, a instituição destinada à acomodação do mundo todo está autorizada a entrar para o mercado como alguém que empresta uma soma dez vezes maior que seu próprio capital.

“Nossas debêntures”, diz M. Péreire, “serão de dois tipos. O primeiro, emitido para um período curto, deve corresponder aos nossos vários investimentos temporários.”<sup>4</sup>

Com este tipo de debêntures nós não temos nada a fazer aqui, uma vez que, pelo artigo VIII dos estatutos, elas são para ser emitidas apenas para compor o suposto balanço restrito de 120 milhões a ser recebido em conta-corrente, os quais foram inteiramente recebidos daquela maneira. Com relação à outra classe de debêntures,

“elas são emitidas com datas de pagamento remotas, reembolsáveis através de resgate, e corresponderão aos investimentos de natureza semelhante, os quais nós teremos feito tanto em fundos públicos como em ações e debêntures de companhias manufactureiras. De acordo com a economia do sistema que serve de base à nossa Associação, estas garantias não apenas serão seguradas por um valor correspondente de fundos comprados sob o controle do governo, e o total reunido do qual possibilitará, pela aplicação do princípio de mutualidade, as vantagens de uma compensação e divisão dos



riscos, mas elas terão, além disso, a garantia de um capital o qual, para esse propósito, nós aumentamos para uma quantia considerável.”

Agora, essas debêntures do *Crédit Mobilier* são simplesmente imitações de bônus de estradas de ferro – obrigações resgatáveis em certas épocas e sob certas condições, e possuindo juro fixo. Mas há uma diferença. Enquanto os bônus de estrada de ferro são freqüentemente segurados por uma hipoteca da própria estrada de ferro, qual é a garantia para as debêntures do *Crédit Mobilier*? As *rentes*,<sup>5</sup> ações, debêntures e equivalentes, das companhias industriais, as quais o *Crédit Mobilier* compra com suas próprias debêntures. Então, o que se ganha com sua emissão? A diferença entre o juro pagável sobre as debêntures do *Crédit Mobilier* e o juro a receber sobre as ações e equivalentes, nas quais ele investiu seu empréstimo. Para tornar esta operação suficientemente lucrativa, o *Crédit Mobilier* é obrigado a colocar o capital realizado pela emissão de suas debêntures em tais investimentos visto que prometem os retornos mais lucrativos, i.e., em ações sujeitas a grandes flutuações e alterações de preço. A principal garantia para suas debêntures, portanto, consistirá nas ações das próprias companhias industriais iniciadas pela própria Associação.

Dessa maneira, enquanto os bônus das estradas de ferro são seguradas por um capital de pelo menos o dobro em valor, essas debêntures do *Crédit Mobilier* são seguradas por um capital apenas nominalmente do mesmo valor, mas o qual deve baixar, com cada movimento de queda do mercado de capitais. Os proprietários dessas debêntures, portanto, tomam parte em todos os riscos dos acionistas, sem participar nos seus lucros.

“Mas”, afirma o último Relatório Anual, “os proprietários das debêntures têm não apenas a garantia dos investimentos nos quais ele (o *Crédit Mobilier*) colocou seus empréstimos, mas também a garantia do seu capital original.”<sup>6</sup>

O capital original, 60 milhões responsável pelos 120 milhões de depósitos, se oferece para servir como garantia para 600 milhões de debêntures, além das garantias que podem ser necessárias para suprir o número ilimitado de empreendimentos que o *Crédit Mobilier* está autorizado a iniciar. Se a Associação tivesse êxito na permuta das ações de todas as companhias industriais contra suas próprias debêntures, ela se tornaria de fato a diretora e a proprietária suprema de toda a indústria da França, enquanto a massa dos antigos proprietários se encontrariam pensionados com uma renda fixa igual ao juro sobre as debêntures. Mas, no caminho para este objetivo, a bancarrota que decorre das condições econômicas que ilustramos acima, deterá os aventureiros audaciosos. Este pequeno acidente, entretanto, não foi negligenciado; ao contrário, os fundadores reais do *Crédit Mobilier* o incluíram em seus cálculos. Quando chega aquele colapso, depois que uma imensidão de interesses franceses foram envolvidos, o governo de Bonaparte parecerá justificado em interferir no *Crédit Mobilier*, como o governo inglês fez em 1797 com o Banco da Inglaterra.<sup>7</sup> O Regente da França,<sup>8</sup> aquele respeitável antepassado de Luís Felipe, tentou se ver livre do débito público ao converter as obrigações do estado em obrigações do Law's Bank; Luís Bonaparte, o socialista imperial, tentará se apoderar da indústria francesa convertendo as debêntures do *Crédit Mobilier* em obrigações do estado. Ele se demonstrará mais solvente que o *Crédit Mobilier*? Esta é a questão.

Escrito em fins de junho de 1856.  
Publicado pela primeira vez no *New York Daily Tribune*, nº 4751, 11 de julho de 1856.  
Reproduzido do jornal.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Companhias de sociedade anônima com responsabilidade limitada. Ver também p. 15. – Ed.

<sup>2</sup> Discurso do Conde de Montalembert na reunião do *Corps Législatif* em 31 de maio de 1856, *The Times*, nº 22386, 5 de junho de 1856. – Ed.

<sup>3</sup> Cf. Ch. Fourier, *Théories des quatre mouvements et des destinées générales*. – Ed.

<sup>4</sup> Aqui e abaixo, ver I. Péreire, "Rapport présenté par le conseil d'administration dans l'assemblée générale ordinaire des actionnaires du 23 avril de 1856." *Le Moniteur universel*, nº 117, 26 de abril de 1856. – Ed.

<sup>5</sup> No texto: apólices do estado. – Ed.

<sup>6</sup> I. Péreire, "Rapport présenté par le conseil d'administration...", *Le Moniteur universel*, nº 117, 26 de abril de 1856. – Ed.

<sup>7</sup> Isto se refere ao um ato para remover dúvidas com relação às notas promissórias do Governador e Companhia do Banco da Inglaterra, para pagamento de somas de dinheiro abaixo de £5 de 3 de março de 1797 e um ato para continuar por um tempo limitado, a restrição contida na minuta do Conselho de 26 de fevereiro de 1797, sobre pagamento em dinheiro pelo banco, de 3 de maio de 1797 o qual estabeleceu uma taxa compulsória de notas promissórias e deu permissão temporária ao banco para parar a troca de notas promissórias por ouro. Em 1821 a troca foi retomada sob a lei de 1819.

<sup>8</sup> Felipe II, Duque de Orleans. – Ed.

### A CRISE FINANCEIRA NA EUROPA\*

A chegada ontem de manhã<sup>1</sup> do correio pelo Canadá e do Adriatic nos coloca de posse da história semanal da crise financeira europeia. Esta história pode ser resumida em poucas palavras. Hamburgo até esta data constitui o centro da convulsão que repercutiu mais ou menos seriamente sobre a Prússia e foi gradualmente reduzindo o mercado financeiro inglês a um estado instável do qual ele parecia estar se recuperando. Alguns ecos distantes da tempestade tinham reverberado da Espanha e Itália. A paralisia da atividade industrial e a conseqüente miséria das classes trabalhadoras estão rapidamente se propagando por toda Europa. Por outro lado, a relativa resistência com que a França até agora se opôs ao contágio, desconcertou os economistas políticos como um enigma mais difícil de ser resolvido do que a própria crise geral.

Pensou-se que a crise de Hamburgo tinha ultrapassado seu clímax após 21 de novembro quando da criação da Associação de Garantia de Descontos, cujo total se subscrições totalizavam 12 milhões de marcos líquidos, destinados a assegurar a circulação de tais letras de câmbio e notas que receberiam a estampa da Associação.

Ainda, alguns dias mais tarde, o retorno de algumas falências e fatos como o suicídio do corretor de câmbio Gowa, prenunciavam novos desastres. Em 26 de novembro, o pânico novamente estava em pleno andamento; e tal como a Associação de Desconto no seu início, agora o governo, ele próprio, deu um passo à frente para barrar o seu andamento. No dia 27, o Senado propôs e obteve a permissão dos deputados hereditários da cidade, de emitir títulos suscetíveis de portar juros, num total de 15 milhões de marks, com o objetivo de fazer adiantamentos sobre bens duráveis, ou sobre papéis do Estado – tais adiantamentos deveriam chegar de 50 a 66% do valor do respectivo valor das mercadorias penhoradas. Este segundo esforço de normalização do curso do comércio fracassou com o primeiro – ambos lembram o esforço em vão da miséria que precede ao naufrágio. A garantia da própria Associação de Descontos necessitava, por sua vez, de outra garantia, e os adiantamentos do Estado, limitados no seu valor, bem como na variedade de mercadorias, as quais eles se aplicavam, tornaram-se, além do mais, relativamente inúteis, precisamente em razão das condições sob as quais eles foram feitos, na mesma proporção em que os preços caíram.

Para manter os preços e, dessa forma, afastar a causa efetiva da miséria, o Estado deve pagar os preços que vigoravam antes da eclosão do pânico comercial e realizar o valor das letras de câmbio que haviam cessado de representar qualquer coisa do que a falência estrangeira. Em outras palavras, a riqueza de toda a comunidade que o governo representa deve compensar as perdas dos

\* Escrito em 04/12/1857. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5202, 22/12/1857.

capitalistas privados. Esta espécie de comunismo onde a reciprocidade está toda de um único lado, parece exercer um grande atrativo para os capitalistas europeus.

Em 29 de novembro, vinte grandes empresas comerciais de Hamburgo além de numerosas casas de Altona quebraram, os descontos de letras de câmbio cessaram, os preços das mercadorias e títulos se tornaram nominais e todos os negócios chegaram a um beco sem saída.<sup>2</sup> Da lista de falências parece que cinco delas ocorreram em operações bancárias com a Suécia e Noruega – as obrigações dos Srs. Ulberg e Cramer totalizavam 12 milhões de marks; cinco milhões no comércio de produtos coloniais, quatro no comércio de produtos do Báltico, dois na exportação de produtos manufaturados, dois nas sociedades de seguros, um na Bolsa, um no comércio da construção naval. A Suécia é tão inteiramente dependente de Hamburgo como seu exportador, corretor de câmbio, banqueiro, que a história do mercado de Hamburgo e a história do mercado de Estocolmo. Consequentemente, dois dias depois do colapso<sup>3</sup> anunciou que as falências em Hamburgo haviam conduzido a falências em Estocolmo, e que lá também o apoio do governo foi inútil. O que a este respeito se confirma para a Suécia é ainda mais verdadeiro para a Dinamarca cujo centro comercial, Altona, não é outra coisa que um subúrbio de Hamburgo. Em 1º de dezembro, ocorreram numerosas suspensões de pagamento, incluindo duas empresas muito antigas, a saber: Conrad Warneke, no mercado colonial, especialmente de açúcar, com capital de 2 milhões de marks líquidos e amplamente conectados com a Alemanha, Dinamarca e com a Suécia; e Lorent Am Ende & Cia. que comercializa com a Suécia e Noruega. Um armador e grande mercador cometeu suicídio em consequência de suas dificuldades.

Pode-se fazer uma idéia da extensão do comércio de Hamburgo diante do fato de que neste exato momento cerca de 500 milhões de marks líquidos em produtos de vários tipos estão nos armazéns e no porto sob responsabilidade de seus mercadores. A república está agora recorrendo ao único remédio contra a crise, o de aliviar os cidadãos da obrigação de pagar as suas dívidas. Uma lei concedendo uma moratória de um mês a todos os títulos vencidos está para ser aprovada. Quanto a Prússia, a miséria dos distritos manufatureiros do Reno de Westphalie, dificilmente é comentada em documentos públicos, uma vez que ela ainda não resultou em amplas falências, as quais tem sido limitadas aos exportadores de cereais em Stettin e Dantzig e a quarenta fabricantes em Berlim. O governo prussiano tem interferido autorizando o Banco de Berlim a adiantar empréstimos sobre mercadorias em estoque e suspendendo as leis sobre a usura.<sup>4</sup> A primeira medida se mostrará inútil tanto em Berlim quanto em Estocolmo e Hamburgo, e a segunda coloca a Prússia somente no mesmo nível dos outros países comerciais.

O colapso de Hamburgo é uma resposta conclusiva a aqueles empréstimos imaginativos que presumem que a crise atual se originou do aumento artificial dos preços pelo papel-moeda. No que diz respeito a circulação monetária, Hamburgo constitui o pólo oposto a este país.<sup>5</sup> Lá não existe outro dinheiro a não ser a prata. Lá não existe a circulação monetária de papel, mas, ao contrário, o meio de troca é o dinheiro puramente metálico. Ainda, o presente pânico não apenas devasta Hamburgo mais severamente – cuja descoberta não é tão velha quanto a dos cometas – tem sido a sua arena favorita. Por duas vezes durante o último terço do século XVIII, ele exibiu o mesmo espetáculo do presente; e se ele se distingue de todos os outros grandes centros comerciais do mundo por um traço característico é pela freqüência e violência das flutuações da taxa de juro.

Passando de Hamburgo para a Inglaterra, nós constataremos que a atmosfera do mercado monetário de Londres foi progressivamente melhorando de 27 de novembro a 1º de dezembro, quando novamente um movimento oposto ocorreu. E, 28 de novembro, o preço da prata tinha efetivamente caído, mas após 1º de dezembro ele novamente se recuperou e provavelmente se elevará, em razão da requisição de grandes quantidades por Hamburgo. Em outros termos, o ouro será novamente retirado de Londres para comprar prata continental, e esta drenagem de metal exigirá uma ação renovada e uma pressão do Banco da Inglaterra. Além da repentina demanda em Hamburgo, há a perspectiva num futuro não remoto, do empréstimo à Índia, que o governo, embora possa tentar se livrar do dia do infortúnio, deve necessariamente concedê-lo. A ocorrência de novas falências, tinham também contribuído depois do primeiro mês para dissipar a ilusão de que o mercado financeiro visto o pior. Como Lorde Overstone (o banqueiro Loyd) observou na sessão de abertura na Casa dos Lordes:

“A próxima ocasião de pressão sobre o Banco ocorrerá provavelmente antes que o intercâmbio seja retificado, e então a crise será maior que aquela que nós temos evitado na presente ocasião. Existem sérias e formidáveis dificuldades que pairam sobre este

país".<sup>6</sup>

A catástrofe em Hamburgo ainda não foi sentida em Londres. A maior facilidade do mercado de crédito afetou favoravelmente o mercado de produtos, mas, sem considerar a eventual nova retração do dinheiro, é evidente que a grande queda nos preços de Stettin, Dantzig e Hamburgo não podem fazer senão fazer as cotações de Londres caírem. O decreto francês que abole a proibição de cereal e farinha,<sup>7</sup> imediatamente compeliu os moleiros a reduzir as suas cotações em 3 shillings a cada 280 libras, a fim de impedir as importações de farinha francesa. Diversas falências no comércio de cereal tem sido relatadas, mas elas têm estado confinadas a pequenas casas e operadores de grãos com entrega a longo prazo.

Os distritos industriais ingleses não exibem novidade, exceto que os produtos de algodão adaptados à demanda da Índia, tais como tecidos, roupas etc., bem como os fios adequados para este mesmo mercado, pela primeira vez depois de 1847 alcançou preços favoráveis na Índia. Desde 1847, os lucros obtidos pelos fabricantes de Manchester neste comércio, tem se originado não do preço da venda de seus produtos na Índia Oriental, mas somente na venda na Inglaterra das mercadorias importadas da Índia Oriental. A quase total supressão da exportação da Índia desde junho de 1857, ocasionada pela revolta, permitiu ao mercado indiano absorver os excedentes de produtos ingleses, e até mesmo abrir-se para novos fornecimentos a preços mais elevados. Em condições de normalidade, um tal acontecimento teria produzido extraordinária animação ao comércio de Manchester. No presente, como somos informados por cartas particulares, isto dificilmente tem elevado os preços dos artigos privilegiados, enquanto que transformou tal quantidade de aplicação força produtiva para a manufatura destes artigos particulares que seriam suficientes para abarrotar três Índias no mais breve tempo.

Tal tem sido a ampliação geral das forças produtivas nos distritos manufatureiros britânicos durante os últimos dez anos, que até mesmo a redução do trabalho para menos do que dois terços de seu volume anterior pode ser somente sustentado pelos fabricantes que acumulam em seus armazéns um grande estoque excedente de tecidos.

A empresa Du Fay & Cia. relata no boletim mensal do comércio de Manchester que "houve uma pausa nos negócios durante o mês; poucas transações ocorreram e os preços no seu conjunto estiveram baixos (nominal). Nunca antes a soma total das transações em um mês foram tão pequenas como em novembro".

Talvez seja adequado aqui chamar a atenção para o fato de que no ano de 1858 a revogação das Leis Britânicas de Cereais<sup>8</sup> será pela primeira vez, submetida a uma séria prova. Tanto pela influência do ouro australiano e da prosperidade industrial, como pelos resultados naturais das más colheitas, o preço médio do trigo durante o período de 1847 a 1857 esteve mais elevado do que durante o período de 1826 a 1836. Uma viva concorrência da agricultura e dos produtos estrangeiros, terá agora que ser sustentada simultaneamente com um declínio na demanda íntima; e a crise agrícola que parecia ter sido enterrada nos anais da história britânica de 1815 a 1832, provavelmente aparecerá de novo. É verdade que a elevação do preço da farinha e do trigo francês que se seguiu aos decretos imperiais, mostrou ser temporária, e desvaneceu mesmo antes que qualquer exportação extensiva ocorresse para a Inglaterra. Mas com a nova pressão sobre o mercado financeiro da França, ela será forçada a lançar o seu cereal e sua farinha para a Inglaterra, que será ao mesmo tempo tomada de assalto pela venda forçada de produtos alemães. Então na primavera virão as cargas dos Estados Unidos e darão ao mercado de cereais britânicos o seu último golpe. Se como toda a história dos preços nos deixa supor, sucederam de várias boas colheitas, nós veremos plenamente realizadas as verdadeiras conseqüências de revogação das leis de cereais para os trabalhadores agrícolas em primeira instância, para os agricultores em segunda instância a, por último, para todo o sistema fundiário britânico.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Dezembro de 1857.

<sup>2</sup> Aqui e abaixo Marx usou os relatórios de Hamburgo de 30 de novembro e 1 de dezembro de 1857, ver *The Times*, nºs 22854 e 22855 de 3 e 4 de dezembro de 1857. (N. Ed.)

<sup>3</sup> Um telegrama de Hamburgo datado de 2/12, foi publicado no *The Times*, nº 22855, de 4/12/1857. (N. Ed.)

<sup>4</sup> Ver os relatórios de Berlim de 28/29 de novembro no *The Times*, nº 22855, de 2/12/1857. (N. Ed.)

<sup>5</sup> EUA. (N. Ed.)

<sup>6</sup> Discurso do S. Overstone na Casa dos Lordes, 3/12/1857, *The Times*, nº 22855, 4/12/1857. (N. Ed.)

<sup>7</sup> O decreto de Napoleão III de 10/11/1857, revogou as leis de 8/9/1856 e 22/9/1857 que proibiam a exportação de cereal, farinha e outros produtos alimentícios. (N. Ed.)

<sup>8</sup> As leis de cereal (introduzidas pela primeira vez no século XV) impuseram altas taxas de importação sobre os produtos agrícolas no interesse de proprietários de terra a fim de manter os preços elevados para estes produtos no mercado doméstico. O conflito entre a burguesia industrial e a aristocracia rural com relação a lei de cereais terminou em 1846 com a sua revogação.

### A CRISE NA EUROPA\*

A correspondência do Niágara chegou ontem, e um cuidadoso exame de nossos arquivos de nossos jornais britânicos apenas confirma as opiniões que nós ultimamente tivemos que expressar com relação ao curso provável da crise na Inglaterra. O mercado financeiro de Londres está decididamente melhorando, o que significa dizer que o ouro se acumula na caixa-forte do Banco da Inglaterra; a demanda por descontos no Banco decresce; e os títulos de primeira linha podem ser descontados no *Lombard Street*, de 9 1/2 a 9 3/4%; os fundos públicos São estáveis e o mercado de ações participa neste movimento em alguma medida. Este aspecto agradável das coisas é, entretanto, muito prejudicado pelas grandes falências que ocorrem a cada dois ou três dias em Londres; através de despachantes diários, tristes mensageiros dos desastres provincianos; e pelo alarido do *The London Times*, que fulmina mais do que nunca contra a corrupção geral e sem esperança das classes mercantis britânicas. De fato, a comparativa facilidade com a qual títulos irrepreensíveis são descontados, parecem ser mais do que compensados pela dificuldade crescente de encontrar títulos que podem passar como irrepreensíveis. Consequentemente, nos é dito nos artigos mais recentes de Londres sobre as questões financeiras, que na *Threadneedle Street*<sup>1</sup> as atividades são extremamente "limitadas" e que na *Lombard Street* somente pequenos negócios são feitos. Ainda, como a oferta da parte do Banco e das casas de descontos está aumentando o mercado financeiro pode-se afirmar é comparativamente tranqüilo – enquanto a pressão sobre eles, a demanda da parte de seus clientes está diminuindo. Contudo, os diretores do Banco da Inglaterra não têm ainda ousado reduzir a taxa de desconto, convencidos de que pareceria que o retorno da crise monetária não é uma questão de tempo, mas de percentagem e que, consequentemente, quando a taxa de desconto abaixo, é certo que a crise monetária surgirá novamente.

Enquanto o mercado monetário de Londres, de uma forma ou de outra, tornou-se assim mais tranqüilo, a escassez do mercado de produtos inglês está aumentando em intensidade, com uma contínua queda nos preços que não é capaz de superar a crescente reserva a compra. Mesmo artigos como o sebo, por exemplo, que anteriormente se constituiu como uma única exceção à regra geral, tem agora por meio de vendas forçadas. Comparando os preços correntes da semana que termina em 18 de dezembro com aquelas de novembro, nota-se que a extrema depressão nos preços que prevaleceu no último mês foi novamente alcançada; desta vez, entretanto, não numa forma de pânico, mas sob a forma metódica de uma escala móvel. Quanto aos mercados manufaturados, um sinal da crise industrial que nós já prevíamos<sup>2</sup> se manifesta agora em meia dúzia de falências de tecelões e fiandeiros de Lancashire, de três casas principais do comércio de lã em West Riduig, e uma firma importante de tapeçaria em Worcester.

Uma vez que o fenômeno desta dupla crise, no mercado de produtos e entre as classes

\* Título de acordo com o *New York Semi-Weekly Tribune*. Escrito em 18 de dezembro de 1857. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5213, em 5/1/1858. como artigo principal e reeditado no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1316, em 5/2/1858.

manufatureiras, mais tarde se tornará mais palpável, nós nos contentaremos, no momento, em citar a seguinte passagem de uma carta particular que foi endereçada ao nosso jornal:

"Da contínua pressão no mercado e de seus efeitos desastrosos, vocês dificilmente podem formar qualquer noção. Ninguém pode vender. Cada dia você ouve cotações mais baixas. As coisas chegaram a um ponto tal que pessoas respeitáveis preferem não oferecer, de modo algum, suas mercadorias. Fiandeiros e tecelões encontram-se em total desespero. Nenhum corretor vende fios aos tecelões, exceto à vista ou com uma dupla garantia. É impossível este estado de coisas prosseguir sem terminar num terrível colapso."<sup>3</sup>

É o exemplo mais clássico e regular de uma crise monetária que jamais existiu. Tudo, exceto a prata e o ouro, tornaram-se sem valor. As firmas antigas faliram porque foram incapazes de pagar em dinheiro um único título que tenha vencido, embora em seus caixas haja títulos de cem vezes mais o seu valor que, entretanto, no momento estão sem valor, não porque estejam desacreditados, mas porque eles não poderiam ser descontados. Assim, somos informados que a velha e rica Ch. M. Schöeder antes de sua bancarrota, havia recebido uma oferta de 2 milhões em prata de L. H. Schöeder, seu irmão de Londres que obteve a seguinte resposta telegráfica:

"Três milhões ou nada." Os três milhões não vieram e Ch. M. Schöeder faliu. Um outro exemplo é aquele de Ullberg & Cia., uma firma muito falada na imprensa européia, cujas obrigações totalizando 12 milhões de marks, incluindo 7 milhões em letras de câmbio, tinha, como agora aparece, um capital de apenas 300.000 marks, com base destas enormes transações.<sup>4</sup>

Na Suécia e notadamente na Dinamarca, a crise tem relativamente aumentado em violência. O retorno do mal, depois que ele parecia ter passado, se explica pelos prazos de vencimentos aos quais as grandes demandas de Hamburgo, Estocolmo e Copenhague estão submetidos. Durante dezembro, por exemplo, 9 milhões de títulos sacados pelas firmas de café do Rio de Janeiro contra Hamburgo venceram e foram todos protestados, e esta massa de protestos criou um novo pânico. Em janeiro, os títulos do frete de açúcar da Bahia e Pernambuco provavelmente terão a mesma sorte e causarão um semelhante retorno da crise.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Nome da rua onde se situa o Banco da Inglaterra.

<sup>2</sup> A crise de Hamburgo.

<sup>3</sup> Marx parafraseia a carta de Engels de 17/12/1857.

<sup>4</sup> Para a descrição das falências de Hamburgo, Marx utilizou os fatos citados por Engels em sua carta de 7/12/1857.

## A CRISE FRANCESA\*

A sucessiva redução da taxa de desconto do Banco da França de 10% em 12 de novembro, para 9% em 26 de novembro, 8% em 5 de dezembro e 6% em 17 de dezembro,<sup>1</sup> é naturalmente apontada pelos órgãos imperiais como prova irrefutável de que a agitação comercial entrou em seu

---

\* Escrito em 25/12/1857. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5219, em 12/1/1858, como artigo principal.

estágio decrescente, e de que "a França se submeterá a uma severa prova sem qualquer catástrofe". O sistema financeiro de Napoleão III é afirmado ter criado "esta evidente superioridade do estado comercial da França sobre o de todas as outras nações", e para assegurar o fato de que a França é e sempre será "menos ofendida num tempo de crise do que os países que competem com ela."<sup>2</sup> Agora, 6% é uma taxa de desconto bancário que, desde o começo do presente século, nunca ocorreu na França, salvo em fevereiro de 1800, alguns dias depois da fundação do Banco pelo tio<sup>3</sup> e, exceto no período crítico de 1855 e 1856, sob o sobrinho. Mas se o Banco da França continua a diminuir a sua taxa de juro, digamos para 4%, e então? A taxa de desconto foi reduzida para 4% em 27/12/1847, quando a crise geral ainda persistia e a crise francesa não havia atingido o seu clímax. Naquela época, como agora, o governo congratulou a França pelo seu privilégio de escapar à crise geral com apenas alguns arranhões superficiais. Dois meses depois, o terremoto financeiro tinha derrubado o trono e o homem esperto que o havia ocupado.<sup>4</sup>

Nós não contestamos certamente o fato de que até este ponto a crise tem tido menos influência sobre o comércio francês do que era esperado. A razão é simplesmente que nas transações com os EUA, Grã-Bretanha e as cidades Hanseáticas, o balanço comercial é e tem sido por longo tempo, favorável à França. Desta forma, a fim de que os desastres que ocorrem naqueles países deveriam repercutir diretamente sobre a França, grandes créditos devem ser dados a eles, ou mercadorias para exportação em uma escala especulativa.

Os eventos americanos, ingleses e hanseáticos não poderiam, conseqüentemente, produzir uma drenagem do ouro da França; e se o banco francês aumentou por algumas semanas a taxa de juros ao nível inglês, ele o fez somente por temer que o capital francês pudesse procurar um emprego mais vantajoso no exterior.

Mas não pode ser negado que a crise geral tem, mesmo na sua presente fase, se manifestado na França de uma correspondente as relações comerciais deste país com os EUA, Inglaterra e as cidades Hanseáticas, isto é, na forma crônica de depressão. Bonaparte – que em sua carta de 10 de novembro declarou "que o mal existe somente na imaginação"<sup>5</sup> –, a publicar um comunicado oficial com o propósito de que "malgrado a prudência do comércio francês e a vigilância do governo, a crise comercial obrigou muitos ramos da indústria, senão a suspender o trabalho, de qualquer forma, a diminuir o seu tempo ou ainda a reduzir seus salários", de sorte que "numerosos trabalhadores sofrem de inatividade forçada."<sup>6</sup> Ele conseqüentemente abriu um crédito de um milhão de francos para assistir os necessitados e criar possibilidades de trabalhos; ele solicitou medidas militares de prevenção a serem tomadas em Lyon; e através de seus jornais apelou à caridade privada. As retiradas das caixas econômicas começaram de longe a exceder os depósitos. Os pesados prejuízos das falências na América e Inglaterra têm sido assumidos por muitos industriais, a produção está a um grau desastrosa em Paris, Lyon, Mühlhauser, Robaix, Rouen, Lille, Nantes, St. Etienne e outros centros industriais, enquanto prevalecem sérios embaraços em Marseille, Havre e Bordeaux.

A estagnação geral do comércio é mais evidente a partir do último relatório mensal do Banco da França que mostra para o mês de dezembro uma redução na circulação de 40.000 francos comparada com outubro e de 48.955.900 francos quando comparada com novembro, enquanto o agregado de descontos caiu para cerca de 100 milhões de francos, se comparado com outubro, e 77.067.059 francos comparado com novembro.<sup>7</sup> No presente estado da empresa francesa, não é possível naturalmente determinar o estado exato das falências que ocorrem nas cidades provincianas, mas as bancarrotas de Paris, embora ainda não sérias, exibem uma tendência de crescimento, não apenas em quantidade, mas também na qualidade das empresas envolvidas. Na quinzena de 17 de novembro a 1º de dezembro, ocorreram trinta e quatro bancarrotas em Paris, das quais nada menos que vinte e quatro eram negociantes de roupas usadas, leiteiros, alfaiates, fabricantes de flores artificiais, marceneiros, rendeiros, dourador, vendedor de couro, joalheiros, vinagreiros, fazedores de bonés, fruteiros etc. De 1º a 8 de dezembro, as falências não foram menos do que trinta e uma, e de 9 a 15, o número totalizou trinta e quatro, incluindo algumas de maior importância tais como os banqueiros Bourdon, Dubuch & Cia.; a Companhia Geral de Carruagens de Aluguel, uma companhia de jacquard, uma companhia de óleo<sup>8</sup> etc... Por outro lado, a tentativa de Bonaparte de frear a queda danosa dos preços do trigo e da farinha através da anulação dos decretos de interdição, provou-se falida, porque os preços não deixaram de cair de 26 de novembro até 21 de dezembro e, apesar de uma margem de lucro considerável sobre as vendas em Londres, não mais que 3.000 sacas (de 110 Kg.) foram expedidas para a Inglaterra até 22 de dezembro.

Se, entretanto, a balança comercial com os Estados Unidos, Inglaterra e as cidades Hanseáticas é favorável à França, ela é negativa em relação a Rússia Meridional, Zollverein,<sup>9</sup> Holanda,

Bélgica, Oriente e Itália. Quanto a Suíça, sua balança comercial é depois de muito tempo passiva e a França está fortemente em dívida frente a ela – dado que a maior parte dos fabricantes alsacianos funcionam com capital suíço – de maneira que a Suíça pode sempre exercer uma forte pressão sobre o mercado financeiro francês em tempos de penúria monetária. Neste período, assim como em todos os períodos anteriores, não haverá em agravamento da crise francesa antes que as dificuldades comerciais naqueles países tenham atingido um certo ponto. Que a Holanda não possa suportar a presente tormenta, será entendido pela simples consideração de que o seu comércio, ainda amplo, está quase limitado a produtos que tem sofrido e estão sofrendo a mais fatal depreciação. Nos centros industriais de Zollverein, os primeiros sintomas da crise já são visíveis. Apreensões de uma queda no comércio do Mar Negro e do Oriente são anunciados nos jornais de Trieste e os seus sinais precursoros são suficientes para derrubar algumas das grandes casas em Marseille. Na Itália, finalmente, o pânico monetário começa a eclodir no exato momento em que ele parece diminuir no Norte da Europa, como veremos através do seguinte extrato do *Opinione* de Milão de 18 de dezembro:

“As dificuldades atuais são extremamente graves. As falências estão ocorrendo numa escala assustadora e após aquelas de Palliari, Ballabio & Cia., Cighera, Redaelli, Wechler e Mazzola, após o *contre-coup* das cidades estrangeiras, após a suspensão dos pagamentos pelas melhores casas de Verona, Veneza, Udine e Bérnago, nossas empresas mais fortes também começam a tremer e ajustar seus balanços. E os balanços são muito tristes. É suficiente observar que entre nossas grandes casas de seda, não há nenhuma que tenha em estoque uma quantidade menor que 50.000 libras de seda, o que permite calcular facilmente que aos preços atuais, cada uma deve perder de meio a dois milhões de francos – o estoque de algumas delas excedendo a 150.000 libras. A empresa dos irmãos Brambilla foi auxiliada por um empréstimo de um milhão e meio de francos; Bathista Gavazzi está liquidando, e outros estão fazendo o mesmo. Todo homem se pergunta o que pode ver adiante; tantas fortunas desaparecem, tantas reduzidas pela metade, tantas famílias, recentemente em circunstâncias confortáveis, agora no seu último recurso, tantos trabalhadores sem trabalho ou pão ou meios de subsistência de qualquer tipo.”<sup>10</sup>

Quando a crise francesa, em razão da pressão crescente destes países, chega a maturidade, ela terá que lutar com uma nação de especuladores, senão de aventureiros comerciais, e com um governo que tem desempenhado na França o mesmo papel que o comércio privado desempenhou neste país,<sup>11</sup> na Inglaterra e em Hamburgo. Ela atingirá duramente o mercado de ações, e colocará em perigo a segurança suprema daquele mercado – o próprio estado. O resultado natural da contração do comércio e da indústria franceses é colocar dinheiro à disposição da Bolsa, especialmente quando o Banco da França está obrigado a fazer adiantamento sobre os títulos de fundos e de ferrovias. Em vez de frear a especulação, a atual estagnação do comércio e da indústria franceses a tem favorecido. Assim, vemos através do último relatório mensal do Banco da França que seus empréstimos sobre as ações de ferrovias aumentaram simultaneamente com o decréscimo nos descontos e circulação. Assim, apesar de uma forte diminuição nas receitas da maioria das ferrovias francesas, suas quotasções estão subindo, por exemplo, as receitas da linha Orleans, tem diminuído a 22,5% no final de novembro, quando comparado com o mesmo período do último ano; assim, Orleans foi cotada em 22 de dezembro a 1,355, enquanto que em 22 de outubro alcançava somente 1,310.<sup>12</sup>

Quando a depressão do comércio inicia na França, algumas companhias ferroviárias foram imediatamente compelidas a interromper seus trabalhos, e um destino similar ameaçou quase todas elas. Para corrigir isto, o Imperador impôs ao Banco da França um acordo com as companhias, por meio do qual ele se tornou de fato um verdadeiro associado das ferrovias. Ele tem que emprestar o dinheiro sobre as novas obrigações que as companhias estão autorizadas a emitir pelo acordo de 30 de novembro de 1856 para o ano de 1858; e sobre aquela parte que está ainda para ser emitida em 1857; a emissão autorizada de obrigações para 1858 totaliza 42,5 milhões. O *Crédit Mobilier* parecia também destinado a sucumbir antes do primeiro impacto e teve que, em 3 de dezembro, vender com enorme sacrifício parte de sua imensa quantidade de títulos. Há, agora, um projeto circulando de sua fusão com o *Crédit Foucier* e o *Comptoire d'Escompte*<sup>13</sup>, a fim de que ele possa participar do privilégio concedido àquelas instituições de ter suas faturas descontadas e seus títulos recebidos pelo Banco da



França. Assim, o plano é evidentemente suportar a tempestade, tornando o Banco da França responsável por todas estas empresas – uma manobra que naturalmente expõe o próprio Banco ao naufrágio. Mas o que nem mesmo Napoleão III pode imaginar é como fazer o Banco da França financiar os pedidos de fundos dos acionistas privados das diferentes sociedades anônimas. Excluindo os pequenos negócios, os pedidos para saldar os compromissos até o final de dezembro eram: Companhia Industrial de Mercantil de Madrid (Srs. Rothschild), 30 dólares por ação; Cia. de Navegação Franco-Americana, 10 dólares por ação; Cia. Ferroviária Victor Emmanuel, 30 dólares por ação; Cia. Siderúrgica Herserange, 20 dólares por ação; Cia. Ferroviária Mediterrânea, 30 dólares por ação; a Ferrovia Austríaca, 15 dólares; Cia. de Saragoça, 10 dólares; a Ferrovia Franco-Suíça, 10 dólares; a Société Générale de Tanneries, 10 dólares; a Cia. de Carbonização de Hulha, 10 dólares; etc.

No começo do ano há um pagamento de 20 dólares por ação sobre a Ferrovia Cheinay e Manenburg, de 12,5 dólares sobre as Ferrovias de Lombardia e Veneza, e 20 dólares sobre as Cias. de Navegação Belgas e Sul-Americanas. De acordo com a convenção de 30 de novembro de 1856, só os pedidos para ferrovias francesas totalizarão em 1858, aproximadamente em 50 milhões de dólares. Há certamente um grande perigo de que a França, em 1858, possa ir a pique diante destes grandes compromissos, como ocorreu com a Inglaterra em 1946-47. Além disso, os capitalistas na Alemanha, Suíça e Países Baixos são importantes possuidores de valores franceses, grande parte dos quais, com o progresso da crise naqueles países será jogada sobre a Bolsa de Paris para ser convertida em dinheiro a qualquer preço.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Marsand, "Banque de France", *Le Moniteur Universel*, nº 352, 18/12/1857. (N. Ed.)

<sup>2</sup> idem.

<sup>3</sup> Napoleão I.

<sup>4</sup> Louis Philippe.

<sup>5</sup> Napoleão III, "Lettre à S. Exc. le ministre de finances...", *le Moniteur Universel*, nº 315, 11/11/1857. (N. Ed.)

<sup>6</sup> A. Billant, "Rapport à l'Europereur", *le Moniteur Universel*, nº 346, 12/12/1857. (N. Ed.)

<sup>7</sup> "Situation de la Banque de France et sus sucursales", *le Moniteur Universel*, nºs 282, 317 e 345, 9/10, 13/11 e 11/12/1857. (N. Ed.)

<sup>8</sup> *The Economist*, nº 747, 19/12/1857. (N. Ed.)

<sup>9</sup> *Zollverein*, uma união de estados alemães que estabeleceu uma fronteira de alfândega comum criada em 1834 sob a égide da Prússia. Surge através da necessidade de criar um mercado alemão. A União Alfandegária subsequentemente envolveu todos os estados alemães exceto a Áustria e uns poucos estados menores.

<sup>10</sup> Citado de acordo com o relatório de Turim de 19/12/1857, publicado no *The Times*, nº 22871, de 23/12/1857. (N. Ed.)

<sup>11</sup> Estados Unidos.

<sup>12</sup> "Bourse du Mardi 22 décembre, 1857", *le Moniteur Universel*, nº 357.

<sup>13</sup> Conferir nota p. 682.

### O ATENTADO À VIDA DE BONAPARTE\*

*Quos deus vult perdere prius dementat*,<sup>1</sup> parece o julgamento mais atraente e geral na Europa sobre o usurpador francês, quem, há algumas semanas atrás, incontáveis sicofantas de sucesso em todos os países, e de todas as línguas, concorrem para exaltar numa espécie de providência sublimar. Agora, todos simultaneamente, na primeira aproximação de um perigo real, supõe-se que o semideus

---

\* Escrito em 5/2/1858. Publicado inicialmente no *New York Daily Tribune*, nº 5254, em 22/2/1858, como artigo editorial.

tenha enlouquecido. Entretanto, para aqueles que não se deixam levar por primeiras impressões, nada parecerá mais evidente do que o herói Boulogne é hoje o que era ontem: simplesmente um jogador. Se ele aposta sua última carta e arrisca tudo, não é o homem que mudou, mas sim são as chances do jogo. Houve atentado contra a vida de Bonaparte anteriormente sem produzir nenhum efeito visível sobre a economia do Império. Por que o mercúrio que explodiu em 14 de janeiro<sup>2</sup> não apenas matou pessoas mas um estado de coisas? É com as granadas da Rue Lepelletier como foi com os cartuchos desferidos um Banackpore. Eles não metamorfosearam um império, mas somente arrancaram o véu que escondia uma metamorfose já alcançada.

O segredo da elevação de Bonaparte pode ser encontrado, de um lado, na mútua prostração dos partidos antagônicos e, por outro, na coincidência do seu *coup d'état* com a entrada do mundo comercial num período de prosperidade. A crise comercial, portanto, tem, necessariamente, solapado a base material do Império que nunca possuiu nenhuma base moral, salvo a temporária desmoralização de todas as classes e todos os partidos. As classes trabalhadoras reassumiram sua atitude hostil para com o governo existente, no exato momento em que elas foram jogadas fora do emprego. Uma grande parte das classes médias comerciais e industriais foram colocadas pela crise exatamente na mesma posição que estimulou Napoleão a acelerar seu *coup d'état*; sendo bem conhecido que o temor da prisão dos devedores em Clichy pôs um fim nas suas vacilações. O mesmo motivo impeliu a burguesia de Paris para as barricadas de 1848 e o fazia considerar uma convulsão política neste momento como uma dádiva de deus. Está agora perfeitamente compreendido que, no ápice do pânico, o Banco da França, sob a ordem do governo, renovou todos os títulos vencidos – uma acomodação que, a propósito, foi novamente enfrentada em 31 de janeiro; mas esta suspensão na liquidação das dívidas em vez de restaurar a atividade comercial, apenas conferiu um caráter crônico o pânico. Uma outra fração bastante grande das classes médias de Paris e também muito influentes – os *petit rentiers*, ou homens de pequenas rendas fixas – enfrentaram uma ruína em grande escala, em consequência das enormes flutuações da Bolsa, que enriqueceram e foram estimuladas pela dinastia Imperial e seus aventureiros partidários. De qualquer forma, esta fração das classes mais elevadas da França, que pretendem representar o que é chamado de civilização francesa, nunca aceitou o Império, a não ser como expediente necessário, nunca ocultou a sua profunda hostilidade ao “sobrinho do seu tio” e, ultimamente, se aferram a qualquer pretexto para mostrar sua hostilidade à tentativa de transformar um mero expediente, como assim o consideram, numa instituição duradoura. Tal era o estado do sentimento geral para o qual o atentado da Rue Lepelletier permitiu uma ocasião para manifestar-se. Esta manifestação, por um lado, despertou o pseudo Bonaparte para um sentimento de grande tormenta, e o compeliu a jogar sua última carta. Muito foi dito no *Moniteur* quanto aos gritos, apelos e o “entusiasmo público”<sup>3</sup> lançados sobre o partido Imperial na saída do Ópera. O valor deste entusiasmo de rua é demonstrado pela seguinte anedota emanada de um ator principal na cena e cuja autenticidade é comprovada por um jornal inglês altamente respeitável:

“Na noite do dia 14, uma pessoa importante na casa Imperial que não estava em serviço naquela noite, estava atravessando os bulevares, quando ouviu as explosões e viu as pessoas correndo em direção ao Ópera. Ele também correu para lá e presenciou toda a cena. Sendo devidamente reconhecido, uma das pessoas envolvidas mais de perto nos acontecimentos disse: ‘Oh, Senhor, pelo amor de deus, encontre alguém que pertença às Tuileries e nos mande novas carruagens. Se não encontrar ninguém, vá você mesmo.’ A pessoa assim avisada, pôs-se imediatamente ao trabalho de encontrar algum dos serviços, o que não era tarefa fácil – todos, dos mais importantes aos mais humildes, dos mordomos aos lacaios, tendo, com uma ou duas admiráveis exceções, fugido com inacreditável alarido. Entretanto, ao final de quinze minutos, ele agarrou um mensageiro e o enviou rapidamente ao palácio com as ordens necessárias. Após cerca de vinte minutos ou meia hora, quando ele retornou à Rue Lepelletier e com grande dificuldade devido a multidão, alcançou o peristilo do teatro. Os feridos estavam por todos os lados, e aparentemente a desordem reinava em toda parte. A uma pequena distância, o senhor divisou M. Pietri, o chefe da Polícia, e chamou-o a fim de atrair a sua atenção e evitar que fosse embora, antes que pudesse reunir-se com ele. Quando ele assim o fez, na mesma hora exclamou: ‘Deixe-me pedir-lhe para cercar a rua sem perda de tempo. As novas carruagens estarão aqui em breve e elas não podem chegar à porta. Além disso, veja que confusão aconteceu. Deixe-me lhe pedir para deixar as ruas liberadas.’ M. Pietri

olhou para ele com surpresa. 'A rua liberada!!', ele repetiu; 'Ora, a rua está liberada; ela foi liberada em cinco minutos!' Seu interlocutor surpreendeu-se. 'Mas então o que é toda esta multidão? O que é esta densa massa de homens que impedem a passagem?' 'Aqueles são os meus homens', foi a resposta de M. Pietri; 'Não há um estranho neste momento nesta parte da Rue Lepelletier; todos aqueles que você vê pertencem a mim!' "

Se tal era o segredo do entusiasmo de rua alardeado pelo *Moniteur*, seus parágrafos sobre as "iluminações espontâneas dos boulevares após o atentado", certamente não poderia iludir os parisienses que testemunharam aquela iluminação, que estava limitada às lojas dos comerciantes empregados pelo Imperador e pela Imperatriz. Até estes indivíduos não se acanhavam em dizer que meia hora após a explosão da "máquina infernal", os agentes policiais os visitaram, para sugerir a propriedade de imediata iluminação, a fim de demonstrar o quão encantados estavam com a [salvação] do Imperador.

Ainda mais o caráter dos discursos de congratulações e as manifestações públicas de devoção ao Imperador testemunham o seu completo isolamento. Não há um único homem que os tenha assinado, que de um forma ou de outra pertença à administração, aquele parasita onipresente que se alimenta do vital da França e posto em movimento como uma marionete ao toque do Ministro do Interior.<sup>4</sup> O *Moniteur* foi obrigado dia após dia, a registrar estas monótonas congratulações, endereçadas pelo Imperador ao Imperador, como inúmeras provas de amor ilimitado pelo *coup d'état*. Alguns esforços foram feitos, sem dúvida, para obter um ofício da população de Paris e, para este objetivo, um ofício foi levado pelos agentes policiais; mas quando se percebeu que o volume de assinaturas não seria suficientemente expressivo, o plano foi abandonado. Mesmo os lojistas de Paris se atreveram a declinar da assinatura do ofício, sob o pretexto de que a polícia não era a fonte própria da qual ele deveria emanar. A atitude da imprensa de Paris, até onde ela depende do público, e não do bolso público, correspondeu inteiramente a atitude do povo. Da mesma forma, como o infeliz *spectateur* murmurou algumas meias-palavras reprimidas sobre os direitos hereditários, ou, como o *Phare de la Loire* citou publicações semi-oficiais como fontes autorizadas para o entusiasmo relatado, ou como o *Journal des Débats*, manteve suas congratulações dentro dos limites rígidos da cortesia convencional, ou limitou-se a reproduzir os artigos do *Moniteur*. Em uma palavra, tornou-se evidente que se a França ainda não estava preparada para investir contra o Império, ela certamente estava resolvida a se livrar dele na primeira ocasião.

"De acordo com os meus informantes", escreve o correspondente de Viena do *The London Times*, "que recentemente chegara de Paris, a opinião geral nesta cidade é que a dinastia atual está acenando para sua queda."

O próprio Bonaparte até então o único homem na França que acreditava na vitória final do *coup d'état*, tornou-se imediatamente consciente da falsidade de suas ilusões. Enquanto todas as pessoas públicas e a imprensa juravam que o crime da Rue Lepelletier, perpetrado como foi exclusivamente por italianos, apenas serviu para pôr em relevo o amor da França por Luís Napoleão, o próprio Luís Napoleão pressionou o Corpo Legislativo,<sup>5</sup> a declarar que a conspiração era nacional e que a França conseqüentemente queria novas "leis repressivas" para reprimi-la.<sup>6</sup> Estas leis já propostas, em cujo cabeçalho figura a *lois de suspects*,<sup>7</sup> não são nada mais que a repetição de idênticas medidas empregadas nos primeiros dias do *coup d'état*. Naquele momento, elas foram anunciadas como expedientes temporários, enquanto que agora são proclamadas como leis orgânicas. Assim, é declarado pelo próprio Luís Napoleão que o Império pode ser perpetuado apenas pelas mesmas infâmias que o produziram; que todas as suas pretensões a formas mais ou menos respeitáveis de um governo regular devem ser abandonadas, e que o tempo da aquiescência a contragosto da nação sob domínio da sociedade do usurpador pérfido, tinha definitivamente acabado.

Pouco antes da realização do *coup d'état*, Luís Napoleão conseguiu coletar de todos os departamentos e, principalmente, de todos os distritos rurais, manifestações dirigidas à Assembléia Nacional, que expressavam uma confiança ilimitada no presidente. Esta fonte agora exaurida, apenas pode apelar para o exército. As manifestações militares, numa das quais o Zouaves<sup>8</sup> "quase lamentavam não ter tido uma oportunidade de manifestar de maneira efetiva sua devoção ao Imperador",<sup>9</sup> são simplesmente a proclamação indisfarçável do domínio pretoriano<sup>10</sup> na França. A divisão da França em cinco paxalatos militares, com cinco marechais à sua testa, sob o controle

supremo de Pelissier como marechal geral<sup>11</sup> é uma simples consequência desta premissa. Por outro lado, a instalação de um Conselho Privado, que deve ao mesmo tempo aqui como conselho durante uma eventual Regência de um Montijo, composto por confrades grotescos tais como Fould, Momy, Persigny, Baroche e que tais, mostra a França ao mesmo tempo que tipo de regime os homens de estado recentemente instalados reservam para ela. A instalação deste Conselho, junto com a reconciliação da família, denotou para o mundo atônito pela carta de Luís Napoleão no *Moniteur*, devido a qual Jerome, o ex-rei da Westphalie, foi nomeado presidente dos Conselhos de Estado na ausência do Imperador<sup>12</sup> – tudo isto como acabou de ser assinalado, “parece como peregrinos prontos para uma perigosa jornada”.<sup>13</sup>

Então, em que nova aventura o herói de Strasbourg<sup>14</sup> embarcará? Alguns dizem que ele pretendia ajudar a si mesmo como uma campanha na África; outros dizem que pretende invadir a Inglaterra. Quanto ao primeiro plano, faz lembrar uma de suas idéias de investida a Sebastopol;<sup>15</sup> mas agora, como naquele momento, sua prudência pode provar a melhor parte do seu valor.<sup>16</sup> Quanto a qualquer hostilidade contra a Inglaterra, poderia revelar para Bonaparte o seu isolamento na Europa, assim como o atentado da Rue Lepelletier revelou o seu isolamento na França. Já as ameaças dirigidas à Inglaterra nas manifestações da soldadesca colocaram um ponto final na aliança anglo-francesa, há muito (para não morrer) *articulo mortis*.<sup>17</sup> O decreto sobre os estrangeiros de Palmerston<sup>18</sup> apenas contribuiu para exasperar o orgulho já ferido de John Bull.

Qualquer passo que Bonaparte venha a dar – e ele deve tentar restaurar seu prestígio de uma forma ou de outra –, apenas precipitará a sua ruína. Ele se aproxima do fim de sua carreira estranha, perniciosa e perversa.

#### Notas

<sup>1</sup> “Aqueles a quem os deuses desejam destruir eles primeiro os deixam loucos” (Sófocles, Antígona).

<sup>2</sup> Em 14 de janeiro de 1858 o revolucionário italiano Felice Orsini atentou contra a vida de Napoleão III esperando desta forma provocar ações revolucionárias na Europa e uma luta intensa pela unificação da Itália. Sua tentativa falhou e Orsini foi executado em 13/3/1858.

<sup>3</sup> “Paris, le 14 janvier”, *le Moniteur Universel*, nº 15, 15/1/1858. (N. Ed.)

<sup>4</sup> Adolphe Billault.

<sup>5</sup> Os editores do *New York Daily Tribune* inseriram aqui o seguinte parágrafo: “Ou como um eminente americano agora na França escreve numa carta enviada da África: ‘Há um presságio assustador no âmago dos próprios franceses. Eu estava conversando outro dia com uma amiga, uma mulher muito devotada e lúcida e ela me disse *sotto voce* que não tinha conversado com ninguém que não sentisse um medo sufocante do que estava por vir, da chegada de um dia de vingança muito negro. Ela disse-me que as receitas de *mont-de-piété* estavam caindo tanto que tornava-se evidente que o povo não tinha nada mais a perder, e isto para ela e seus amigos era um sinal certo de que o colapso final estava próximo.’”

<sup>6</sup> Discurso de Napoleão III na abertura do Corpo Legislativo de 18/1/1858, publicado no *le Moniteur Universel*, nº 19 de 19/1/1858. (N. Ed.)

<sup>7</sup> Um referência a *loi relative à des mesures de sûreté générale* (lei sobre medidas de segurança pública) conhecida como *la lois de suspects* (lei dos suspeitos), adotada pelo Corpo Legislativo em 19/2 e promulgada em 28/2/1858. Ela deu ao Imperador e a seu governo poderes ilimitados para exilar as diferentes partes da França ou Argélia, ou para banir do território francês qualquer pessoa suspeita de hostilidade ao II Império.

<sup>8</sup> “Os croatas de Radetzky” – uma referência aos regimentos de fronteira croata estacionados na Área Militar de Fronteira, uma região especial militarmente organizada do Império Austríaco ao longo da fronteira com a Turquia. Eles eram usados pelo comando austríaco para suprimir os movimentos de libertação nacional nas províncias, particularmente no norte da Itália. Por “africanos de Bonaparte”, Marx quer dizer os Zouaves – tropas coloniais francesas formadas em 1830. Originalmente compostas por argelinos e colonos franceses e, posteriormente, de franceses somente enquanto que os argelinos consistiram regimentos especiais de carabineiros. Eles eram notórios pelas suas atrocidades durante as guerras coloniais na Argélia. Em novembro de 1848, as tropas comandadas por Wrangel participaram do golpe contra-revolucionário em Berlim e na dissolução da Assembléia Nacional Prussiana. As tropas incluíam muitos homens na Pomerânia, terra natal de Wrangel.

<sup>9</sup> “Le régiment de Zouaves de la garde imperiale”, *le Moniteur Universel*, nº 26, 26/1/1858. (N. Ed.)

<sup>10</sup> Na Roma Antiga, os pretorianos eram soldados privilegiados na guarda pessoal de um general ou imperador. Marx aqui está se referindo ao exército francês com o qual Napoleão III contava.

<sup>11</sup> Sob o decreto de Napoleão III de 17/1/1858 todo o território da França foi dividido em cinco distritos militares, com Paris, Nancy, Lion, Toulouse e Tours, como suas capitais e os marechais Magnan, Baraguay, d’Hilliers, Bosquet, Castellane e Canrobert como seus comandantes. Marx chama a estes distritos de *pachaliks* (uma comparação anteriormente utilizada pela imprensa republicana francesa), para enfatizar a semelhança dos poderes ilimitados dos marechais reacionários e o poder despótico dos paxás turcos. A indicação proposta de Péliissier como marechal geral em 1858 não foi realizada.

<sup>12</sup> Decreto de Napoleão III sobre a indicação do Príncipe Jerome como presidente do Conselho de Estado, 1/2/1858, *le Moniteur Universel*, nº 84, 3/2/1858.

<sup>13</sup> J. Bunyan, “O progresso do peregrinos”. (N. Ed.)

<sup>14</sup> Marx refere-se a Luís Bonaparte, que durante a Monarquia de Julho tentou encerrar um golpe de estado através de uma rebelião militar. Em 30/10/1836 ele obteve sucesso com a ajuda de vários oficiais bonapartistas em incitar dois segmentos de

artilharia da guarnição de Strasbourg à revolta, mas eles foram desarmados poucas horas depois. Luís Bonaparte foi preso e deportado para a América.

<sup>15</sup> Em março de 1855, Napoleão III planejou ir para a América com o objetivo de suprimir o descontentamento no exército e no país, revigorando as ações militares e acelerando a captura de Sebastopol. Sua viagem não aconteceu.

<sup>16</sup> Shakespeare, "O rei Henrique IV", parte 1, ato 5, cena IV. (N. Ed.)

<sup>17</sup> Citação em latim.

<sup>18</sup> Depois do atentado de Orsini à vida de Napoleão III, o conde Walewski, ministro dos assuntos estrangeiros da França, enviou um despacho para o governo britânico em 20/1/1858, expressando insatisfação ao fato da Inglaterra estar dando asilo aos refugiados políticos franceses. O despacho serviu como pretexto para Palmerston propor um novo decreto referente aos estrangeiros (também chamado de decreto de conspiração de assassinato) em 8/2/1858, ele estipulava que qualquer inglês ou estrangeiro vivendo no Reino Unido que tivesse participado de uma conspiração para assassinar uma pessoa na Inglaterra ou em qualquer outro país deveria ser julgado pela Corte Inglesa e severamente punido. Durante a segunda leitura do novo decreto sobre estrangeiros em 18/2/1858 os radicais Milner Gibson e John Bright propuseram uma emenda censurando o governo Palmerston por não dar uma resposta adequada ao despacho de Walewski. Por maioria de votos, a Casa dos Comuns adotou a emenda e rejeitou o decreto. O governo Palmerston foi compelido a renunciar.

## A DOMINAÇÃO DOS PRETORIANOS\*

Paris, 22 de fevereiro de 1858

"Quando Gérard, o matador de leões será nomeado Ministro da Instrução Pública?" Tal é a frase hipócrita corrente nos subúrbios de Paris desde a indicação do General Espinasse, de que nos recorda a memória de Dobsudja<sup>1</sup>, como ministro do Interior e Segurança Pública. Na Rússia, como é bem sabido, um general de cavalaria preside o *Holy Synod* (Sínodo Sagrado). Por que não Espinasse presidir o Ministério do Interior Francês, uma vez que a França tornou-se a casa exclusivamente dos Pretorianos?<sup>3</sup> Através de tais aparentes incompetências, a dominação da espada desembainhada é proclamada em termos evidentes, e Bonaparte quer que a França entenda claramente que o domínio imperial não depende da sua vontade, mas de 600.000 baionetas. Consequentemente, as manifestações pretorianas tramadas pelos coronéis de diferentes segmentos após um padrão fornecido pelas Tuileries – manifestações nas quais a mais leve alusão à assim chamada "vontade do povo" é cuidadosamente evitada; por isso, o loteamento da França em cinco paxalatos; por isso a transformação do Ministério do Interior num apêndice do Exército. A mudança não pára por aqui. Fala-se que cerca de 60 prefeitos caíram em desagrado e estão para serem substituídos, na sua maioria, por homens do Exército. A administração da prefeitura está para ser transferida aos coronéis reformados e aos tenentes-coronéis. O antagonismo entre o Exército e a população está para ser organizado como a garantia da "Segurança Pública", isto é, a segurança do herói de Satory<sup>4</sup> e sua dinastia.

Um grande historiador moderno nos tem dito que, por mais que se disfarce o fato, a França, desde os dias da Grande Revolução, tem sido sempre deposta pelo exército. Diferentes classes têm certamente dominado sob o Império, a Restauração, Luís Felipe e a República de 1848. Sob a primeira, o campesinato, fruto da revolução de 1789, predominou; sob a segunda, os grandes proprietários de terra; sob a terceira, a *bougeoisie*; e, a última, não na intenção de seus fundadores, mas de fato, experimentarem uma tentativa abortada de dividir a dominação em partes iguais entre os homens da monarquia legítima e os homens da monarquia de julho. Contudo, todos estes regimes dependeram do exército. Até mesmo a Constituição da República de 1848, não foi elaborada e proclamada sob um estado de sítio – isto é, o domínio da baioneta? Não foi aquela república personificada pelo General Cavaignac? Não foi salvo pelo exército em junho de 1848, e novamente salva em junho de 1849, para ser finalmente deposta pelo mesmo exército em dezembro de 1851? Então, o que se constitui em novidade o regime agora abertamente inaugurado por Luís Bonaparte? Que ele domina por meio do exército? Assim o fizeram todos os seus predecessores desde os dias do Thermidor.<sup>5</sup> No entanto, se em todas as épocas passadas a classe dominante, cuja ascensão correspondeu a um desenvolvimento específico da sociedade francesa, estabeleceu sua *ultima ratio* contra seus adversários com o exército, contudo, era um interesse social específico que predominou. Sob o Segundo Império o interesse do próprio exército é que predomina. O exército não mais mantém o domínio de uma parte da nação sobre outra parte (povo). O exército mantém seu próprio domínio, personificado por sua própria dinastia, sobre o povo francês em geral.

\* Escrito em 22/2/1858. Primeira publicação sem assinatura no *New York Daily Tribune*, nº 5270, de 12/3/1858.

Ele representa o Estado em antagonismo com a sociedade. Não se deve imaginar que Bonaparte não está consciente do caráter perigoso de seu experimento. Ao proclamar-se chefe dos Pretorianos, ele declara que cada chefe Pretoriano é um seu competidor. Seus próprios partidários, com o General Vaillant à testa, objetaram contra a divisão do Exército Francês em cinco macharelatos, dizendo que se era bom para a causa da ordem, isto não o era para o Império, e um dia terminaria em guerra civil. As deslealdades dos marechais de Napoleão, com Berthier à sua testa, foram exploradas pelo *Palais Royal*,<sup>6</sup> que sentem-se extremamente irritados com o novo rumo da política imperial.

A conduta futura dos cinco marechais, que se odeiam cordialmente, numa conjuntura crítica, pode ser melhor julgada por seu passado. Magnan traiu Luís Felipe; Baraguay d'Hilliers traiu Napoleão; Bosquet traiu a República, a qual devia sua promoção, e os princípios aos quais ( ? ). Castellane nem mesmo esperou uma catástrofe real para trair o próprio Napoleão. Durante a Guerra Russa recebeu um despacho telegráfico nos seguintes termos: "O Imperador está morto." Imediatamente compôs uma proclamação em favor de Henrique V e mandou imprimi-la. O prefeito de Lion tinha recebido o despacho verdadeiro que dizia: "O Imperador da Rússia está morto".<sup>7</sup> A proclamação foi silenciada, mas a história foi adiante. Quanto a Camobert, pode ser um imperialista, mas ele é apenas uma fração, e acima de tudo, não tem a capacidade de ser um número inteiro. Os próprios cinco marechais, sentindo a tarefa árdua para a qual foram convocados a assumir, hesitaram tanto em aceitar os seus respectivos comandos, que nada poderia ser estabelecido com seus consentimentos; o próprio Bonaparte escreveu os nomes das suas respectivas destinações, de a nota ao Sr. Fould para ser executada e enviada ao *Moniteur* e assim eles foram todos finalmente nomeados, independente de estarem de acordo ou não. Bonaparte, por outro lado, não se atreveu em completar o seu plano com a nomeação de Pélissier como marechal-general. De sua pentarquia de marechais, podemos dizer o que o Príncipe Jerome Napoleão respondeu a Fould, enviado por Bonaparte, seu tio, para presenteá-lo com sua nomeação para o primeiro lugar para o Conselho da Regência. Após ter declinado da oferta nos termos mais indelicados, o ex-rei da Westphalia, como a Paris dos mexericos o considera, saudou o Sr. Fould com as palavras "*du reste*",<sup>8</sup> o seu Conselho de Regência está tão organizado para todos vocês terem somente um objetivo; a saber, o de prender uns aos outros a mais prontamente possível."

Repetimos que é impossível supor que Luís Bonaparte ignorava os perigos com que seu novo sistema estava carregado. Mas ele não tem outra escolha. ele sabe de sua própria situação e a impaciência da sociedade francesa para se livrar dele e de suas *momices* imperiais. Ele sabe que os diferentes partidos se recuperaram de suas paralisias, e que a base material de seu regime de especulação foi explodido pelo terremoto comercial. Consequentemente, ele não está apenas preparando para guerrear contra a sociedade francesa, mas rumorosamente proclama o fato. Isto corresponde com sua resolução de assumir uma atitude belicosa contra a França que, com a qual, ele confunde os partidos mais heterogêneos. Assim, quando Cassagnac denunciou no *Constitutionnel* o Sr. Villemain como um "provocador do ódio" ao Império e acusou o *Journal des Débats* de "cumplicidade" no *attentat* "pelo seu silêncio", isto foi considerado inicialmente ser um ato de zelo tolo da parte do homem a que Guizot descreveu como o *roi des drôles*.<sup>9</sup> Entretanto, logo tornou-se público que o artigo havia sido imposto ao *Constitutionnel* pelo Sr. Rouland, o ministro da Instrução Pública, que revisou pessoalmente as provas do artigo. Esta explanação, mais tarde, foi dada ao Sr. De Sacy do *Débats* pelo Sr. Mirès, proprietário do *Constitutionnel*, que não assumiu a responsabilidade do artigo. A denúncia de todos os partidos como seus inimigos pessoas entra, portanto, no jogo de Bonaparte. Isto faz parte do seu sistema. Ele diz a eles, em muitas palavras, que ele não alimenta nenhuma ilusão quanto a aversão geral a que sua denominação está sujeita, mas que está pronto a enfrentá-la com *grape* e tiros de mosquetes.

#### Notas

<sup>6</sup> Em julho de 1854, durante a Guerra da Criméia (1853-56) o Marechal Saint Arnaud decidiu organizar uma expedição sob o comando do General Espinasse contra as tropas russas em Dobsudja. Entretanto, como não realizou ações militares (exceto

conflitos menores com os cossacos em retirada). Tendo perdido mais da metade de suas corporações expedicionárias devido a epidemias de cólera e malária entre os soldados, Espinasse retornou a Varna.

<sup>2</sup> A. P. Tolstoi.

<sup>3</sup> Na Roma Antiga, os pretorianos eram soldados privilegiados na guarda pessoal de um general ou imperador. Marx aqui está se referindo ao exército francês com o qual Napoleão III contava.

<sup>4</sup> Em 10/10/1850, Luís Bonaparte, então presidente da República Francesa, revistou as tropas na planície de Satory (perto de Versalhes). Durante esta revista, Bonaparte, que estava preparando um golpe de estado, ofereceu aos soldados e oficiais linguiças a fim de ganhar seu apoio.

<sup>5</sup> Um golpe de estado contra-revolucionário de 27-28 de julho de 1794 derrubou o Governo Jacobino e estabeleceu o domínio da grande burguesia.

<sup>6</sup> Aqui Marx alude às relações tensas entre Jerome e Luís Bonaparte.

<sup>7</sup> Nicolau I.

<sup>8</sup> Entretanto, de qualquer modo.

<sup>9</sup> Rei dos tolos.

## A MISSÃO DE PÉLISSIER NA INGLATERRA

Paris, 27 de março de 1858

De todos os postos governamentais, o mais difícil é aquele de um civil à testa de um estado militar despótico. No Oriente, a dificuldade é mais ou menos satisfeita pela transformação do déspota em um deus, os atributos teocráticos não permitem o dominador ser reduzido a uma medida comum diante de si mesmo e de seus soldados. Na Roma Imperial, a deificação dos imperadores, enquanto não propiciava a mesma defesa, brotou da ( ? ) a mesma necessidade. Agora, Bonaparte é um civil, embora ele fosse o editor de uma história do canhão, mas ele não pode adotar o expediente de Roma. Daí as perplexidades derivadas de seu posto. Na mesma medida que cresce a impaciência na França pela opressão do exército, este se torna mais audacioso em seu objetivo de oprimir Bonaparte. Após 10 de dezembro, Bonaparte podia se lisonjear do fato de ter sido o eleito do campesinato, isto é, a massa da nação francesa. Desde o atentado de 14 de janeiro,<sup>1</sup> ele sabe que está à mercê do exército. Tendo sido compelido a reconhecer que domina através do exército, é completamente natural que este último devesse procurar dominar através dele.

A divisão da França em cinco paxalatos, apenas precedeu a instalação de Espinasse como ministro do Interior. O passo seguinte foi a transferência da polícia de Paris para M. Bortelle que era um oficial não comissionado em 1830, servindo com M. de Persigny no mesmo regimento em La Fere e tentando, quando a revolução de julho irrompeu, fazer seus camaradas gritarem " *Vive Napoléon II*". A glorificação de Bortelle é endossada pela nomeação de Pélissier duque de Malakoff, como representante de sua Majestade Imperial na Corte de St. James. Esta indicação significa lisonja para o exército e ameaça para a Inglaterra. É verdade que o *Moniteur* pretende transformá-la numa cortesia para John Bull,<sup>2</sup> mas Venillot do *Univers* que é conhecido por ter suas *petites e grandes entrées*<sup>3</sup> nas Tuileries, prognosticou o fato num artigo violento contendo esta frase significativa:

"O orgulho da Inglaterra está ferido. É uma velha ferida. A ferida foi infligida na Criméia, em Alma, em Turkemann, em Malakoff, em todo lugar onde os franceses foram os primeiros em campo e penetraram mais profundamente nas fileiras do inimigo. St. Arnaud, Bosquet, Canrobert, Pélissier, McMahon – estes são os homens que feriram o orgulho da Inglaterra."<sup>4</sup>

Numa palavra, Napoleão III enviou o seu Menchikoff para Londres, de quem, a propósito, ele está muito feliz de se livrar por algum tempo, uma vez que Pélissier assumiu a atitude de um *Frondeur* a partir do momento que sua indicação de Comandante em Chefe dos cinco paxalatos foi anulada. A Bolsa de Paris, assim que as notícias foram conhecidas, caiu imediatamente.

Pélissier tem mais do que uma aversão por desferrar-se da Inglaterra. Em 1841, diante de seus eleitores em Tiverton, Palmerston publicamente o estigmatizou como um monstro,<sup>5</sup> e deu o sinal para sua utilização pela imprensa de Londres. Após a campanha da Criméia, o Gal. de Lacy Evans, na Casa dos Comuns, mais do que insinuou ser Pélissier a causa principal da desgraça que abateu o exército inglês diante de Sebastopol. Ele foi também asperamente manipulado pela imprensa britânica, detalhando as insinuações do Gal. Evans. Finalmente, num banquete oferecido aos generais

da Criméia, Pélissier se apropriou de toda glória da guerra, tal como ele é, para as insígnias da França, nem mesmo condescendendo ponderar sobre a cooperação de John Bull. Novamente a imprensa de Londres, a título de represália, dissecou Pélissier. Além do mais, seu temperamento é sabido.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Napoleão-Luís Bonaparte, *Histoire du caanon dans les armée modernas.*

<sup>2</sup> "Voici em quels termes les principaux organes...", *le Moniteur Universal*, nº 86, 27/3/1858. (N. Ed.)

<sup>3</sup> O direito de entrada informal e oficial. (N. Ed.)

<sup>4</sup> "Le journal la Patrie publie...", *L'Indépendance Belge*, nº 86, 27/3/1858. (N. Ed.)

<sup>5</sup> Discurso de Palmerston para os eleitores em Tiverton em 28/6/1841, *The Times*, nº 1773, 3/7/1841. (N. Ed.)

### A CRISE ECONÔMICA NA FRANÇA\*

Não é necessário recorrer a nenhum argumento para provar a precariedade do poder pelo qual Luis Napoleão se intitula de Imperador da França, deve ser seriamente afetado pelo auge, na França, da crise comercial que já gastou sua fúria em outras partes do mundo. Os sintomas deste ápice são agora principalmente encontrados na condição do Banco da França e dos mercados franceses de produtos agrícolas. Os retornos do Banco para a segunda semana de fevereiro, comparando-se com aqueles da última semana de janeiro, exibem as seguintes características:<sup>1</sup>

Queda/decrécimo da circulação	8.766.400 francos
Queda/decrécimo nos depósitos	29.018.824 francos
Queda/decrécimo de descontos no Banco	47.746.641 francos
Queda/decrécimo de descontos nas agências	23.264.271 francos
Total de queda nos descontos	71.010.912 francos
Aumento nas contas vencidas	2.761.435 francos
Aumento em metal	31.508.278 francos
Aumento nos prêmios sobre compra de ouro e prata	3.284.691 francos

Em todo o mundo comercial a reserva metálica dos bancos tem aumentado enquanto a atividade do comércio tem diminuído. Na mesma proporção que a vida industrial se enfraquece, a posição dos bancos tem geralmente se fortalecido; e até agora, o metal aumenta na caixa-forte do Banco da França parecendo uma mera instância do fenômeno observado aqui em Nova Iorque, bem como em Londres e Hamburgo. Há, ainda, uma característica distinta do movimento do metal na França, isto é, o aumento para a quantia de 3.284.691 francos do prêmio sobre as compras de ouro e prata, enquanto que a soma total gasta desta forma pelo Banco da França para o mês de fevereiro atinge o montante de 4.438.549 francos. A gravidade deste fato se torna evidente a partir da seguinte comparação:

#### Prêmios pagos pelo Banco da França sobre as contas de ouro e prata

Fevereiro-1858	4.438.549 francos
Janeiro-1858	1.153.858 francos
Dezembro-1857	1.276.029 francos
Novembro-1857	1.327.443 francos
Outubro-1857	949.656 francos
1º de janeiro a 30 de junho de 1856	3.100.000 francos
1º de julho a 11 de dezembro de 1856	3.250.000 francos
1º de julho a 31 de dezembro de 1855	4.000.000 francos

---

\* Escrito em 12/2/1858. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5270, de 12/3/1858, como editorial.



Assim, vemos que o prêmio pago em fevereiro para obter um aumento artificial temporário na reserva de metal do Banco importa numa soma quase igual àquela gasta para o mesmo propósito durante os quatro meses de outubro de 1857 a janeiro de 1858, e excede a massa dos prêmios semestralmente pagos durante os anos de 1856 e 1855; enquanto que a quantia total de prêmios pagos de outubro de 1857 a fevereiro de 1858 atingindo a soma de 9.045.535 francos excede em quase metade do prêmio pago durante todo o ano de 1856. A despeito desta aparente plethora, a reserva metálica do Banco está, conseqüentemente, mais fraca do que nos últimos três anos. Até agora, o fato do Banco está encarregado ( ? ), o afluxo é apenas artificialmente elevado ao seu nível necessário. Este simples fato prova imediatamente, que na França a crise comercial ainda não entrou na fase já ocorrida nos Estados Unidos, Inglaterra e Norte da Europa. Na França, uma depressão geral do comércio existe, como é mostrado de decréscimo simultâneo na circulação e nos descontos; mas a quebra ainda está pendente, como é mostrado pelo decréscimo nos depósitos simultaneamente com o aumento do prêmio sobre o metal comprado e das contas vencidas.

O Banco também tem sido forçado a anunciar que a grande parte de suas novas ações, cujas prestações não têm sido devidamente pagas, serão vendidas. Ele também tem sido convertido pelo governo no contrato geral das ferrovias da França e compelido a fazer, dentro de períodos fixos, largos adiantamentos às companhias ferroviárias – adiantamentos que sozinhos importaram em janeiro e fevereiro, na quantia de 50 milhões de francos. É verdade que em retorno por estes adiantamentos ele tem recebido títulos das companhias que ele pode vender quando quiser. O momento atual, contudo, é peculiarmente desfavorável a esta venda, e as restituições semanais das ferrovias, testemunhando uma constante queda nas receitas estão longe de garantir quaisquer expectativas otimistas nesta direção. Para o mês de janeiro, por exemplo, o Orleans apresentou um declínio de 21%, Eastern de 18%, o Lyons de cerca de 11%, e o Western de 14%, comparado com as receitas correspondentes em 1857.<sup>2</sup>

É um fato bem conhecido que a resistência, tanto do vendedor como do comprador, contra uma mudança de preços baixos para elevados, e ainda mais de preços elevados para baixos, é sempre muito considerável; e que freqüentemente ocorrem intervalos, de duração maior ou menor, durante os quais as vendas são intensas e os preços nominais, até que, por fim, a tendência do mercado se declara de uma forma ou de outra com força irresistível. Tal conflito transitório entre possuidores e compradores de mercadorias não é nada extraordinário; mas esta contenda prolongada, que dura desde o começo de novembro até hoje, entre os mercadores e consumidores franceses, é talvez sem paralelo na história dos preços. Enquanto a indústria francesa está estagnada, grande número de trabalhadores desempregados, e os recursos de todos restringidos, os preços que declinaram em toda parte a uma média de 30 a 40%, são ainda mantidos na França numa faixa especulativa ( ? ) do período que antecede à crise geral. Se nós formos perguntados através de que meios este milagre econômico tem funcionado, a resposta é simplesmente que o Banco da França, sob pressão do governo, foi por duas vezes obrigado a renovar as contas e os empréstimos que estavam vencidos, e que desta forma, mais ou menos diretamente, os recursos do povo francês, acumulado nas caixas-fortes do Banco, tem sido empregados para manter os preços inflados contra o próprio povo. O governo parece imaginar que através deste processo excessivamente simples de distribuição de notas bancárias onde quer que elas sejam procuradas, a catástrofe pode ser definitivamente afastada. Até agora, o resultado real deste dispositivo tem sido, de um lado, um agravamento da pobreza da parte dos consumidores, cujos recursos reduzidos não corresponderam à diminuição dos preços; de outro lado, uma enorme acumulação de mercadorias nos entrepostos alfandegários que, quando finalmente, como devem ser, forem forçados pelo mercado, entraram em colapso por seu próprio peso. O seguinte relatório extraído de um jornal francês oficial das quantidades comparativas de mercadorias armazenadas nos entrepostos alfandegários franceses no final de dezembro de 1857, 1856 e 1855, não deixará dúvidas quanto ao violento auto-ajuste de preços que ainda se apresentará no futuro para a França.<sup>3</sup>

	<b>1857</b>	<b>1856</b>	<b>1855</b>
Cacau.....	19,419	17,799	10,188
Café.....	210,741	100,758	57,644
Algodão.....	156,006	76,322	28,766
Cobre.....	15,377	1,253	3,197
Estanho.....	4,053	1,853	1,811
		488	

Ferro fundido.....	132,924	102,202	76,337
Sementes oleaginosas.....	253,596	198,982	74,537
Gordura (?) Sebo.....	25,299	15,292	11,276
Índigo.....	5,253	2,411	3,783
Lã.....	72,150	31,560	38,146
Pimenta.....	23,448	18,442	10,682
Açúcar (colonial).....	170,334	56,735	55,387
Açúcar (estrangeiro).....	89,607	89,807	71,913

Obs.: Unidades de peso igual a 100 Kg.

No comércio de grãos, contudo, a contenda já terminou com conseqüências desastrosas para os possuidores. Ainda, suas perdas são de menor importância que o estado geral da população agrícola de França no presente momento. No encontro recente de agricultores franceses, foi afirmado que o preço médio do trigo para toda França era de 31 francos e 94 centavos o hectolitro (cerca de 2 3/4 alqueire<sup>4</sup>) no final de janeiro de 1854; 27 francos e 9 centavos no mesmo período em 1855; 32 francos e 46 centavos em janeiro de 1856; 27 francos e 9 centavos em janeiro de 1857 e 17 francos e 38 centavos em janeiro de 1858. A conclusão unânime a que chegou-se foi:

“Este esta do preços deverá ser desastroso para a agricultura francesa e que ao preço médio atual de 17 francos e 38 centavos, os produtores em algumas partes da França têm uma margem de lucro extremamente estreita, enquanto que em outras partes sofrem um sério prejuízo”.<sup>5</sup>

Poderia se pensar que num país como a França, onde a maior parte do solo pertence aos próprios cultivadores, e somente uma porção relativamente pequena do produto total, encontra seu caminho para o mercado, uma superabundância de grãos deve ser considerada uma benção e não uma praga. Ainda, como Luís XVIII nos disse num discurso em 30 de novembro de 1821: “Nenhuma lei pode evitar a desgraça que resulta de uma colheita superabundante.”<sup>6</sup> O fato é que a ampla maioria do campesinato francês é apenas proprietário nominal – os credores hipotecários e o governo são os proprietários reais. Se o camponês for capaz de satisfazer os pesados compromissos que recaem sobre a sua estreita faixa de terra, dependerá não da quantidade, mas do preço de seu produto.

A ruína agrícola, considerada junto com a depressão do comércio, a estagnação da indústria e a catástrofe comercial ainda em suspenso, tende a trazer o povo francês àquele estado de espírito ao qual eles estão acostumados a embarcar em novas aventuras políticas. Com o desaparecimento da propriedade material e de seu complemento costumeiro de indiferença política, todo o pretexto para o prolongamento para o II Império também desaparece.

#### Notas

<sup>1</sup> Aqui e a seguir ver “Situation de la Banque de França et sus sucursales”, *le Moniteur Universel*, nºs 15 e 43, 15/1 e 12/2/1858.

<sup>2</sup> *The Economist*, nº 754, 6/2/1858.

<sup>3</sup> idem (o correspondente de Paris disse que a informação foi obtida por ele “num jornal oficial”).

<sup>4</sup> Medida de cereal etc., correspondente a 36,361 ( ? )

<sup>5</sup> *The Economist*, nº 755, 13/2/1858.

<sup>6</sup> Discurso de Luis XVIII na Câmara dos Deputados em 1821, *le Moniteur Universel*, nº 335, 1/12/1821.

## A POSIÇÃO FRANCESA DE LUÍS NAPOLEÃO\*

Paris, 26 de janeiro de 1859

Vocês certamente já foram informados da conexão entre a política italiana de Luis Bonaparte e seu medo inveterado de assassinos italianos. Há alguns dias atrás, vocês poderiam ter a possibilidade de ter lido no *France Centrale*, um jornal provinciano que infelizmente nunca atravessa o Atlântico, a seguinte história:

"Nós aludimos para o projétil da última segunda-feira nas Tuileries. Cartas de Paris nos informam sobre o incidente que não causou pequeno distúrbio naquele festival. A multidão era grande; uma senhora desmaiou ou coisa semelhante ocorreu, nós assim acreditamos, e a confusão se seguiu; e os 3.000 ou 4.000 convidados presentes imaginaram que um acidente tinha ocorrido. O tumulto aconteceu, várias pessoas correram em direção ao trono e o Imperador, a fim de acalmar a agitação, caminhou pelos *salons*".

Agora, havia na ocasião aludida, cerca de 200 ou 300 pessoas presentes na *Salle du Trône* testemunhando uma cena muito diferente daquela que foi descrita pelo *France Centrale*. De uma forma ou de outra, havia de fato acontecido uma rápida corrida dos convidados pelos diferentes salões, e a multidão pressionou contra a *Salle du Trône*, quando Luis Bonaparte e Eugénie voaram imediatamente do trono e abriram caminho tão precipitadamente quanto possível através do salão, a Imperatriz levantou sua saia com suas mãos o melhor que pôde e estava tão pálida que suas melhores amigas disseram "era como olhar a morte". Estas cruéis aflições, que o usurpador e seus amigos sofreram desde o atentado de Orsini, quase fazem lembrar uma das passagens famosas da *República* de Platão:<sup>1</sup>

"Nem mesmo seu fim de ser um soberano é alcançado pelo tirano. O que quer que seja que ele pareça ser, o tirano é um escravo. Seu coração estará sempre pleno de medos, sempre torturado pelo terror e dores. Dia após dia se tornará mais e mais o que era desde o começo, invejado e detestado, desconfiado, sem amigos, injusto, um inimigo de tudo o que é divino, e um protetor e fomentador de tudo o que é infame. Assim, ele próprio é o mais infeliz dos homens."

A atitude hostil de Bonaparte contra a Áustria – enquanto ele certamente pretendia dar esperanças ao exército insatisfeito de algum emprego ativo além do atual serviço policial –, e visa fundamentalmente desarmar a adaga italiana, e dar aos patriotas italianos uma garantia da adesão do Imperador ao seu velho juramento *larbori*. O casamento do Príncipe Napoleão – ou General Plon-Plon como os parisienses o chamam – com a Princesa Clotilde da Sardenha era para, irreparavelmente, identificar aos olhos do mundo, França com Itália, dessa forma pagando a primeira parcela – como as pessoas das Tuileries gostam de pensar –, das dívidas vencidas dos Bonapartes aos italianos. Mas vocês conhecem o herói de Satory. Obstinado como ele sempre se mostrou na busca de um objetivo uma vez fixado, os seus caminhos são tortuosos, seus avanços são feitos através de contínuos recuos e supremas perplexidades parecem paralizá-lo sempre que enfrenta uma crise.

---

\* Escrito em 28/1/1859. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5563, 18/12/1859.

Em tais momentos, como em Bolonha, Strasbourg e durante a noite de 1º de dezembro de 1851, e sempre por algum bandido, atrevido, sangüinário, impetuoso, atrás de si, que a ele não é mais permitido adiar a execução de seus planos de há muito traçados e está forçosamente mergulhado no Rubicão. Uma vez tendo superado isto de forma segura, ele novamente começa a se enredar em seu caminho com sua própria maneira artilosa, astuta, conspiradora, irresoluta e linfática. A verdadeira falsidade de sua mente o seduz a jogar duplamente com seus próprios planos. Este casamento sardenho, por exemplo, foi projetado oito meses atrás, sob o pretexto de uma cruzada italiana, a ser liderada pela França.

Após algumas tentativas frustradas para introduzir nas famílias reais, não seria um belo golpe de política agarrar numa armadilha, sob falsos pretextos, a filha da mais velha dinastia européia e trazê-la para a rede bonapartista?

Mas Luís Napoleão mais razões urgentes para recorrer a uma *reculade*,<sup>2</sup> e tentar um método mais suave após ter soado a trombeta da guerra. Nunca, durante todo o seu reinado, as classes médias tinha mostrado sinais de mau humor tão claros, de um mero rumor quando a guerra explodiu em tremendas comoções na Bolsa, nos mercados de produtos e em centenas de indústrias. Os magnatas financeiros protestaram. O Conde de Germiny, o governador do Banco da França, pessoalmente informou o Imperador sobre os desastres comerciais difundidos que a persistência na linha perigosa da política perseguida estava ocasionando.

Os prefeitos de Marselha, Bordeaux e outras grandes cidades comerciais, enquanto relatavam sobre o pânico sem precedentes corrente entre várias classes mercantis, davam tanto estranhos sinais como marcas de insatisfação da parte daqueles "amigos da propriedade e da ordem". O Sr. Thiers pensou que era a oportunidade de quebrar o seu longo silêncio e abertamente atacar nos salões, entremeado com espíões do governo, a "política insana" das Tuileries. Entrando no assunto com uma elaborada análise política e estratégica das chances da guerra, ele mostrou como era impossível a França escapar de uma derrota, a menos que ela pudesse começar a luta com 400.000 soldados, ao dos que ela teria que manter na Argélia e reter em casa. O próprio governo *Constitutionnel*, com tons afetados de indignação, não poderia admitir que o espírito da França tinha acabado, e que, como um covarde, ele permanecia horrorizada na mera noção de uma guerra séria.

Por outro lado, os espíões de escala inferior relatavam os escárnios corrente entre o povo ao lado dos mais irreverentes versos cantados em honra ao casamento de Sardenha, diante da mera idéia do déspota da França fazer o papel de libertador da Itália. Um destes versos começa com as seguintes palavras:

"Então desta vez, é Plon-Plon quem está para ser o marido de Maria Luisa".<sup>3</sup>

A despeito destes relatos suavizados e enviados a todos os prefeitos, e estas negações estritamente oficiais de qualquer perigo ameaçando o *status quo*, o pânico geral está longe de já ter aquietado. Numa primeira instância, é sabido que o semideus da Tuileries foi empurrado para mais longe do que pretendia ir. Há indícios que a Princesa Clotilde, a despeito de sua juventude, está muito firme em aceitar a oferta de Plon-Plon com as palavras: "Eu caso com você para assegurar o apoio da França a papai. Se não fosse por este apoio, eu não me casaria com você." Ela recusou em concordar com o noivado até que "garantias reais" fossem dadas a seu pai de uma assistência efetiva da França. Assim, Luís Napoleão tinha que assinar uma defensiva e ofensiva aliança<sup>4</sup> com Vitor Emanuel, um fato que os agentes de Plon-Plon tiveram o cuidado de imediatamente comunicarem a toda Europa, através das colunas do *Independance Belge*. Este Plon-Plon, na verdade, e sua comitiva, fingia fazer o mesmo papel neste momento que Persigny tinha feito durante a expedição de Bolonha, Morny, Fleury e St. Arnaud na noite de 1º de dezembro, isto é, aquele de mergulhar Luís Bonaparte no Rubicão. Plon-Plon, vocês sabem, não é renomado por suas proezas militares. ele teve um papel muito pobre na campanha da Criméia e, até mesmo faltando a coragem necessária para um simples andarilho, não sabe nem mesmo como manter seu próprio balanço sobre o cavalo. Mesmo assim, ele é agora o grande Marte da dinastia Bonaparte.

Tornar-se vice-rei da Lombardia, ele considera o seu próximo passo em direção ao trono da França. Tão indiscretos se tornaram seus amigos que o seu chefe, M. Émile de Girardin, ousou pronunciar diante de cerca de vinte pessoas, discutindo as intenções do Imperador: "A qual Imperador você se refere?" "Aquele no Palais Royal é o único Imperador verdadeiro." Enquanto os jornais do governo aparentam pregar a paz, o *Moniteur* de Plon-Plon, o *Presse*, anuncia dia a dia, da maneira mais fria, os preparativos para a guerra. Enquanto Luís Bonaparte ostensivamente adverte

Vitor Emanuel a moderar os mazzinistas, Plon-Plon está pressionando o rei “a provocá-los”.

Enquanto Bonaparte tinha composto a sua comitiva com os homens mais conservadores, tais como o General Niel, para seguir o seu sobrinho à Turim, Plon-Plon recusou a se pôr em marcha, exceto na condição de que o Sr. Bixio, o ex-ministro da República Francesa de 1848, o acompanhasse para encher a sua *entourage* com um perfume revolucionário. Agora, o que o povo diz disto: “A menos que Napoleão esteja preparado para ir até o fim, nada pode ser mais perigoso que os ares assumidos por Plon-Plon, e os artigos publicados por seus amigos.” Por esta razão, as apreensões ainda prevalecem. Por outro lado, é geralmente entendido que Luis Napoleão cometeria suicídio se, intimidado pelo grito da classe média francesa, e pela desaprovação das dinastias européias, ele deveria agora se retirar, após Vitor Emanuel ter se comprometido, e as esperanças do exército francês se ergueram ao máximo. Para dar a este último um *quid pro quo*, ele pretende, como dizem os rumores, despachá-los em uma expedição transmarina contra o Marrocos, Madagascar ou outro lugar não conhecido pelo Tratado de Viena.<sup>5</sup> Ainda qualquer evento imprevisto pode ocasionar uma guerra contra a Áustria a despeito do peleguismo imperial.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Platão, *A República*, livro VIII.

<sup>2</sup> Retirada militar.

<sup>3</sup> Napoleão I casou-se com Maria Luisa, filha do Imperador da Áustria, por razões políticas.

<sup>4</sup> Em 21/7/1858, em Plombières, um tratado secreto era alcançado entre Luis Napoleão e o Primeiro Ministro piemontese Cavour que visualizava a liquidação da dominação austríaca na Lombardia e Veneza, a criação de um estado no norte da Itália encabeçado pela dinastia de Savóia e a cessão de Nice à França. Em janeiro de 1859, o acordo era formalizado por um tratado franco-sardo concluído em Turim.

<sup>5</sup> Tratado e acordo concluído no Congresso de Viena pelos monarcas europeus e seus ministros em 1814-15. Eles estabeleciam fronteiras e *status* dos estados europeus depois da derrota da França Napoleônica e sancionava contrário aos interesses nacionais e populares, uma política mapa e restaurava as dinastias derrubadas pela França revolucionária e pelas Guerras Napoleônicas. O Tratado de Viena confirmou o território francês sem as fronteiras de 1790 e restaurou os Bourbons na França.

## PAZ OU GUERRA\*

Nós imprimimos em outro lugar o recente artigo do *Moniteur*,<sup>1</sup> oralmente negando por parte de seu mestre e inspirador, Luis Napoleão, qualquer propósito de mergulhar a Europa em guerra – um artigo que pareceria ter inflamado a Bolsa de Valores e dispersar metade das apreensões do Velho Mundo. Mesmo assim, quem quer que leia cuidadosamente aquele artigo encontrava nele uma pequena justificativa para as esperanças que provoca. Além da única asserção que a aliança do Imperador ao rei da Sardenha estende não mais do que a certeza da defesa contra a agressão austríaca – certeza que Vitor Emanuel não precisaria ter necessitado, de qualquer forma, desde que suas tropas fossem despachadas para reforçar aquelas da França e Inglaterra antes de Sebastopol – nós não vemos nada mais neste manifesto do que um mero insulto ao entendimento público. Ele

---

\* Escrito em 8/3/1859. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5593 como editorial e no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1443, em 25/3/1859. Este artigo e o próximo, “Um sinal das Tuileries” foram escritos por Marx e publicados pelo *Tribune* como dois editoriais independentes e em duas edições. A primeira frase traz sinais de interferência do editor.

virtualmente pede ao mundo para esquecer, no interesse do usurpador francês, que foi ele e não os jornais que alarmaram e convulsionaram a Europa por uma ameaça gratuita e ostensiva, dirigida à Áustria através de seu Embaixador,<sup>2</sup> no primeiro dia deste ano – que seus jornais, seus panfletários, seu primo,<sup>3</sup> seus armamentos e compras de material, estimularam e difundiram o pânico da guerra que sua própria linguagem premeditada provocou – e que este artigo não contém uma linha, uma frase, que sugere a redução de suas pretensões ou suas intrigas na Itália ou Moldo-Wallachia. Ele poderia ter decidido recuar diante da opinião pública da Europa (exceto Itália, a França **não** excluída); mas poderia também ter decidido estimular a linguagem da paz e da moderação para cobrir as gigantescas especulações de ações ou iludir aqueles que estão para lançar numa falsa e fatal segurança. Do princípio ao fim, este novo manifesto nem mesmo sugere qualquer ameaça à insígnia da Áustria, qualquer clarão no céu da diplomacia tinha impelido e justificado esta mudança mais de tom do que de atitude. E a impossibilidade que alguém que esteja para lançar raios ostentaria tais profissões pacíficas, nós devemos lembrar que este é o mesmo Luís Napoleão que, do assassinato da República Francesa, queixou-se a um republicano do cinismo que o supunha capaz de pensar em tal baixeza. Nós consideramos, portanto, este manifesto napoleônico “uma conclusão pela qual nada é concluído”.<sup>4</sup> É somente um amontoado ambíguo, que poderia ser algo inocente ou não, que apenas o tempo pode determinar.

Os comentários do *London Times* são até mais significantes no que eles sugerem por uma forçada paciência do que eles abertamente afirmam. Luís Napoleão nunca mais pode ser o semideus da Bolsa e da burguesia. Ele governa daqui por diante pela espada somente.

---

#### Notas

<sup>1</sup> *le Moniteur Universel*, nº 64, 5/3/1859. (N. Ed.)

<sup>2</sup> Alexander Hübner.

<sup>3</sup> Joseph Charles Paul Bonaparte.

<sup>4</sup> *The Times*, nº 23247, 7/3/1859 – Editorial.

### O DESARMAMENTO FRANCÊS\*

O anúncio de Napoleão III, no seu *Moniteur*, de que ele está para reduzir suas forças de terra e mar, numa demonstração de paz, poderia parecer de pequeno valor como o fato diante de nós que, o mesmo potentado, no mesmo *Moniteur*, no início da guerra, declarou solenemente que, desde 1856, suas forças de terra e mar nunca tinham se colocado em posição de guerra. O seu propósito, por parágrafo esperto de seu órgão oficial, para abruptamente desviar as forças terrestres e navais da Inglaterra é também muito transparente para ser questionado.

Entretanto, seria um grande erro considerar o anúncio no *Moniteur* como um simples truque. Sua sinceridade é um assunto de compulsão; ele simplesmente faz o que não evitar de fazer.

Depois da conclusão do Tratado de Villafranca, foi indispensável a Luís Napoleão reduzir as suas forças terrestres e marítimas a dimensões condizentes com um orçamento de paz. A aventura

---

\* Escrito em julho de 1859. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5711, 12/8/1859, como editorial. Republicado no *New York Semi-Weekly Tribune*, nº 1484, 16/8/1859.

italiana custou à França cerca de 200 milhões de francos e 60.000 homens da grande *élite* de seu exército, sem ganhar para ela qualquer coisa além de alguma glória militar de um caráter um tanto duvidoso. Para apoiar o desapontamento de uma paz impopular com a continuação de impostos de guerra, poderia ser um experimento muito perigoso. Investir periodicamente para além das fronteiras da França, para dispersar a insatisfação civil pelo incitamento de explorações bíblicas, é uma das condições vitais do Império restaurado. Assumir a atitude do salvador da pátria a partir da luta geral européia, depois de tê-la carregado até os seus limites máximos, é uma outra condição de vida para o Homem de Dezembro. Depois da interrupção forçada pela guerra dos empreendimentos industrial e comercial, a paz, quaisquer que sejam os termos, aparece não somente como uma benção, mas tem também um charme de novidade. O tédio que devolve a paz penosa sob o monótono governo de Zouave e o espião é transformado por vivas sensações de prazer depois que a cena foi modificada pela guerra. O sentimento intenso de humilhação que deveria pesar sobre o espírito francês, sempre que ele pondera sobre a apreensão de um povo por um aventureiro sem caráter, embora não sem malícia, foi por um tempo abrandada pelo espetáculo de nação e potentados estrangeiros submetendo, se não de fato, pelo menos em aparência, a mesma força superior. A produção foi violentamente cortada agora, pela lei da elasticidade, recebe um novo impulso: transações de negócio de repente quebradas, são retomadas com ardor redobrado; especulação, abruptamente paralisada, alcança um ponto mais alto do que antes. Assim, uma paz seguindo o rastro de uma guerra napoleônica, novamente assegura à dinastia um prolongamento de vida para o qual a violação da paz foi anteriormente indispensável. É claro, depois de um certo intervalo de tempo, os velhos dissolventes tenderam novamente a produzir uma guerra. O antagonismo essencial entre sociedade civil e o *coup d'état* reviverão; e, depois o conflito interno alcançará um certo degrau de intensidade, um novo interlúdio bélico tornará a acontecer como a única válvula de segurança praticável. É evidente que os termos no qual o "salvador da sociedade" tem para se salvar, deve gradualmente tornar-se mais e mais perigoso. A aventura da Itália foi muito mais perigosa do que aquela da Criméia. Comparada com a aventura do Reno, ou a ainda mais remota aventura, a invasão da Inglaterra, ambas indubitavelmente alimentadas na mente de Napoleão III e as paixões dos mais imprudentes de seus súditos, esta guerra na Itália pode aparecer como um mero jogo de crianças. Entretanto, levará algum tempo antes que estes novos empreendimentos sejam postos em marcha. Entre a Criméia e a guerra italiana houve uma pausa de quatro anos; mas não é provável que uma paz tão longa possa novamente ocorrer, enquanto Luís Napoleão vive e domina. A necessidade fatal sob a qual ele exerce o seu poder, o atingirá em períodos cada vez mais e mais curtos.

O apetite do exército, e a degradação que ele impõe sobre o povo, o obrigarão a dar o próximo passo com mais velocidade do que o último. A guerra é a condição na qual ele mantém o trono, embora, como ele é afinal de contas um falso Bonaparte, é sempre provável que seja sempre uma guerra falsificada, travada sobre pretextos falsos, cheia de sangue e tesouros, e estéril em benefícios a seus objetivos. Tal foi a Guerra da Criméia, tal como é agora concluído. Sob tais termos, somente a França pode apreciar a vantagem de ser apropriada por este homem. Ela deve, como foi feito, para sempre restabelecer os dias de dezembro; somente a cena da destruição é deslocada dos *boulevards* de Paris para as planícies de Lombardia, ou a península da Criméia e os duendes, descendentes da grande revolução, ao invés de assassinar os seus próprios conterrâneos, estão ocupados em matar as pessoas de línguas estrangeiras.

## A INVASÃO DO PÂNICO NA INGLATERRA\*

Karl Marx

Londres, 25 de Novembro de 1859

Pânicos aparentam ter se tornado nestes últimos dias como acidentes regulares da vida política inglesa, assim como desde há muito tempo, formando o sistema industrial inglês. Pânicos, se devidamente administrados, serviram de um grande recurso para os governos nos assim chamados países livres. Quando as pessoas estão assustadas, fora dos seus sentidos, as suas mentes são facilmente desviadas para incidentes perigosos. Tome, por exemplo, a questão da Reforma na Inglaterra. Bem no tempo quando a Inglaterra estava considerando se ela renunciaria para sempre o controle da América do Norte, Lorde Grey propôs uma impactante Reforma que pretendia abolir com a influência tradicional dos Lordes na Câmara Baixa. Em 1780 o Duque Richmond trouxe a Reforma na qual indiscutivelmente foi a fundo em exigir os Parlamentos anuais e o sufrágio universal. Pitt ele mesmo, cujo aniversário centenário passou sem ser percebido por seus compatriotas, então ocupados em celebrar o aniversário secular da morte de Handel – este mesmo Pitt tinha originalmente escrito em suas bandeiras as seguintes palavras: "Reforma Parlamentar". Como então passou este movimento de reforma do séc. XVIII, tendo recrutado mais intelectuais das classes governantes, tendo até desaparecido sem deixar nenhum rastro atrás? Ele foi varrido pelo pânico da Revolução Francesa no trem no qual se seguiu a guerra Anti-Jacobina, o monstro da Dívida Pública e o ignominioso "Gagging Acts". Alguns anos atrás, o pânico russo eliminou duas reformas e atualmente o pânico de invasão francesa provavelmente faz o mesmo serviço. Nós pode-mos, portanto, estimar em seus verdadeiros valores as apreensões obscuras dos radicais ingleses sob a liderança de Mr. Bright, que professa considerar os oligarcas e os seus órgãos na imprensa pública como negociantes interessados no pânico, empenhados em derrotar a Reforma e perpetuando o desgoverno pelo espectro de uma invasão francesa. Existem, realmente, sob a face da coisa alguns aspectos feios e que levantam suspeita. A imprensa palmerstoniana é o veículo principal do pânico da invasão, enquanto Palmerston é aparentemente o amigo mais íntimo de Luis Bonaparte. O mesmo homem que foi demitido de um gabinete porque ele reconheceu o golpe de estado, sem a sanção dos seus colegas, e que foi desviado de um outro gabinete porque introduziu a notícia da conspiração francesa, ele seria a personagem mais próprio para opor aos esquemas bonapartistas? Ao mesmo tempo que a imprensa de Palmerston adverte os ingleses contra a traição, ele os chama a embarcar com o mesmo homem numa nova expedição chinesa.

Apesar disso não pode ser negado que o presente pânico de guerra na Inglaterra, embora possa se desviar para o lucro da política do partido aristocrata, ele não está despojado de razões racionais. Toda vez que Bonaparte ajusta uma nova paz, a Inglaterra se pergunta instintivamente se a sua vez para suportar o golpe da guerra chegou finalmente. Assim uma guerra entre a França e a Inglaterra parece uma questão de tempo somente. Por medo da revolução, a Europa oficial aceitou o regime de Luis Bonaparte, mas uma renovação periódica da guerra é uma das condições vitais daquele regime. Isto somente liberta os gabinetes do medo da revolução às pressas, entendendo que eles se permitem ser sucessivamente conquistados. Ele mal tinha sentado dois anos no seu trono quando a guerra russa tinha se tornado necessária para o prolongamento de sua gestão de poder. Dois anos não tinham ainda se passado até que a conclusão da paz russa quando a aventura italiana poderia salvá-lo de uma catástrofe vergonhosa. As suas dificuldades certamente não diminuíram por uma sucessão de guerras resultando em nada, mas desilusões de um lado e em débitos públicos, e a insolência crescente de uma guarda Pretoriana por outro, sem se falar da oposição do clero,

---

\* Artigo escrito em 25/11/1859. Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5813, em 09/12/1859.



adicionado a outros elementos de insegurança internos já existentes. Depois da guerra russa, algum tempo passou antes que a desafeição Orleanista ousasse pronunciar os seus sarcasmos, e o desespero revolucionário lançasse as suas granadas. A evidência do desapontamento que caracterizou a última guerra mostra mais claramente o malogro do comércio francês, a falha também completa da Anistia Imperial, a recrudescência de severidade contra a imprensa e a renovação das esperanças orleanistas. Enquanto a massa do povo francês murmura em descontentamento sobre uma guerra infrutífera que lhes custa as economias de paz, a massa do exército desaprova uma paz, que no seu julgamento, os tirou dos produtos da guerra. Alguns meses mais se passarão até um ponto máximo em que as dificuldades que Luis Bonaparte enfrenta, e das quais há somente uma saída – a de uma nova guerra. As guerras sucessivas, entretanto, que sua posição o obriga entrar, crescem gradualmente mais perigosamente para ele mesmo e para a Europa, do qual o representante mais poderoso pode ser considerado a Inglaterra. A guerra da Criméia mal tinha sido conduzida em solo europeu. A guerra na Itália poderia ser somente localizada pelo seu término abrupto. Uma guerra no Reno e ainda mais uma invasão da Inglaterra, seria o equivalente ao início de uma guerra européia geral. Mas isto é somente entre a Prússia e a Inglaterra, porquanto os respectivos objetos de seus próximos ataques Luis Bonaparte tem que escolher. Em ambos os casos a Inglaterra tomará um partido, de um lado como principal, no outro como subsidiário. A última eventualidade é a mais provável, mas é impossível prever que os conflitos diretos entre a França e a Inglaterra podem surgir de uma guerra entre a França e a Prússia. Numa outra ocasião propomos revisar as preparações militares que a Inglaterra está fazendo com vistas no conflito eminente.

*NOTES TO THE PEOPLE*

A Constituição da República Francesa  
aprovada em 4 de Novembro de 1848<sup>1</sup>

Karl Marx

*Notes to the People*<sup>2</sup>

n.7 de 14 de junho de 1851

A Constituição se inicia por um preâmbulo retórico, do qual merecem atenção os seguintes pontos:

1. A França se proclama uma república. 2. A República francesa é *democrática*, una e indivisível. 3. Seus princípios, são a liberdade, a igualdade, a fraternidade, e suas bases são a família, o trabalho, a propriedade e a ordem pública. 5. Ela respeita a independência das outras nações, assim como saberá fazer respeitar a própria. Não fará nenhuma guerra de agressão e não empregará nunca as suas forças armadas contra a liberdade de qualquer outro povo. (*Roma!*)<sup>3</sup>

Antes da Insurreição de Junho a Assembléia Nacional elaborou uma Constituição<sup>4</sup> que, dentre os vários reconhecimentos dos direitos e deveres do homem, continha os seguintes artigos:

Art. 6: O direito à educação é o direito de todos os cidadãos à possibilidade de um completo desenvolvimento das suas capacidades físicas, morais e intelectuais por meio da educação *gratuita* fornecida pelo Estado.

<sup>1</sup> Artigo publicado "A Constituição da República Francesa", publicado no nº 7 de 14 de junho de 1851 do *Notes to the People*, órgão da ala revolucionária do partido cartista, deveria ser o primeiro de uma série dedicada à análise das constituições dos Estados europeus. O chefe de redação do jornal, Ernest Jones, desejava Ter como redatores os principais dirigentes do movimento operário e democrático da Europa. Tanto a carta de Jones a Marx de 23, 25 e 30 de maio de 1851, como a comparação deste artigo com o *Dezeto Brumário de Luís Bonaparte* confirmam que este artigo foi escrito por Karl Marx. Dessa série de artigos do *Notes to the People*, só apareceu mais um que não era da autoria de Marx, "A Constituição Prussiana".

<sup>2</sup> Tradução do italiano de Paulo Douglas Barsotti. *Opere Complete*, Volume X, 1849-1851. Revisão do alemão: Ania Cavalcante. MARX, Karl/ENGELS, Friedrich. *Werke*. Band 7, Berlin, Dietz Verlag, 1960, pp. 494-506.

<sup>3</sup> *Roma!* - Marx recorda-se da intervenção empreendida pelo governo francês no ano de 1849, apesar da Constituição contra a República de Roma. Por isso, Marx fala de um preâmbulo *retórico*.

<sup>4</sup> O *projeto constitucional* foi elaborado por uma Comissão e a 19 de junho de 1848, apresentado por Armand Marrast à Assembléia Nacional. Ele foi publicado no *Moniteur universel* nº 172 de 20 de junho de 1848. A *Nova Gazeta Renana* nº 24 de 24 de junho de 1848 publicou uma tradução alemã desse projeto constitucional.

Art. 7: O direito ao trabalho é o direito de cada membro da sociedade de poder viver do trabalho. A sociedade tem, por isso, a obrigação de propiciar trabalho a todas as pessoas que não possam obtê-lo de outra forma.

Art. 9 O direito à proteção é o direito dos órfãos, dos inabilitados para o trabalho e dos idosos, de receberem do Estado os meios de sustento.

Encorajada pela vitória de junho de 1848, a burguesia eliminou estes três artigos da

## CONSTITUIÇÃO

que agora se apresenta desta forma<sup>5</sup>:

### CAP. I. [DA SOBERANIA]

"§ 1. A soberania tem fundamento na totalidade dos cidadãos franceses. Ela é inalienável e imprescritível. Nem um indivíduo e nem uma parte do povo pode apropriar-se do uso de tal soberania."

### Cap. II. DIREITOS QUE SÃO GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO

"§ 2. Ninguém pode ser detido ou encarcerado se não conforme é prescrito pela lei."

"§ 3. O domicílio de quem quer que resida em solo francês é inviolável; não é consentido o seu acesso a não ser nas formas prescrita pela lei."

Observa-se aqui e em todo o texto, que se observa como a Constituição Francesa garante a liberdade, mas sempre com a reserva das *exceções previstas pela lei* ou que a lei ainda deverá estabelecer! - e todas estas exceções, estabelecidas pelo imperador Napoleão, pela Restauração e por Luís Felipe, não apenas foram mantidas como também, após a Revolução de Junho, foram enormemente ampliadas. Assim, por exemplo, a lei de 9 de agosto de 1849 sobre o estado de sítio, segundo a qual o estado de sítio pode ser proclamado ou pela Assembléia Nacional ou, quando esta suspende as suas sessões, pelo presidente; esta lei confere à autoridades militares o direito de entregar ao tribunal de guerra quem quer que seja encarado culpado de delitos políticos. Além disso, dá o poder de invadir qualquer casa, de dia ou de noite, e de fazer uma busca, de confiscar todas as

---

<sup>5</sup> O texto da Constituição foi publicado nas línguas francesa e alemã com o duplo título "Constitution de la République Française" - "Konstitution der Französischen Republik", Stuttgart, 1848.

armas e de expulsar quem quer que não tenha residência na zona submetida ao estado de sítio.

No que se refere aos *estrangeiros*, o único "direito" que gozam no solo francês é aquele de serem encarcerados e expulsos toda vez que as autoridades policiais julgarem justo.

No que se refere aos *franceses*, qualquer cidadão francês pode ser encarcerado apenas com a ordem de um *único funcionário*!

"§ 4. Cada um deve ser julgado exclusivamente pelos seus juizes naturais. Não se devem formar tribunais especiais por nenhuma designação ou por nenhum pretexto."

Temos visto exatamente agora que, durante o "estado de sítio", o tribunal de guerra suplantou qualquer outro tribunal. Além do mais, a Assembléia Nacional de 1848 introduziu um "tribunal especial", denominado "*Haute Cour*" para uma parte daqueles que cometeram delitos políticos e, após a Insurreição de Junho, deportou-se 15.000 insurrectos sem nenhum processo!

"§ 5. A pena de morte por delitos políticos é abolida."

Mas fazem deportações para países malários, onde os condenados são executados com maior lentidão e sofrimento.

"§ 8. Os cidadãos possuem o direito de se associarem, de reunirem-se pacificamente e sem armas, de enviarem petições e de manifestarem a própria opinião por meio da imprensa ou por outros meios. O exercício de tal direito é limitado unicamente pelos direitos de outrem e pela segurança pública."

Que a limitação por razões de "segurança pública" elimine o exercício deste direito é demonstrado pelos fatos que se seguem:

1. *A liberdade de imprensa*. Com as leis de 11 de agosto de 1848 e de 27 de julho de 1849 não somente foram exigidas novas garantias para os jornais, como também todas as limitações impostas pelo imperador Napoleão e que continuaram permanecendo em vigor e desde então foram renovadas e agravadas.

A lei de 16 de julho de 1850 aumenta as fianças e estende a todos semanários, periódicos, revistas etc...<sup>6</sup> Além disso, exige que cada artigo leve a assinatura do autor e reintroduz o *selo/imposto* para os jornais. Como se não bastasse, exige o selo até mesmo para os folhetins e para as publicações puramente literárias, e torna tudo isso obrigatório através da ameaça de elevadas multas em dinheiro! Depois da aprovação desta lei, a imprensa revolucionária desapareceu totalmente. Ela havia combatido longamente a perseguição: semana após semana, de jornal em jornal e de publicação em publicação eram processados, multados e suprimidos. A burguesia sentava-se no banco dos jurados e aniquilava a imprensa operária.

Este sistema chegou ao ápice com a lei de 30 de julho de 1.850, que restaurou a censura ao drama. Com isso, teve seu último recurso literário eliminado.

2. *O direito de associação e de reunião pública.* Com os decretos de 28 de julho a 2 de agosto de 1848, os clubes são submetidos a uma série de medidas policiais que os privam de qualquer liberdade. Assim, por exemplo, eles não podem tomar nenhuma deliberação em forma legislativa etc... Com esta lei, todos os círculos *apolíticos* e todas as reuniões *privadas* são submetidas completamente ao controle e aos caprichos da polícia.

Com a lei 19-22 de junho de 1849 o governo foi autorizado, pela duração de um ano, a proibir todos os clubes e reuniões que não sejam do seu agrado. Com a lei de 6-12 de junho de 1850, o governo irá prolongar esta autorização por mais um ano e praticamente estendê-la a essas reuniões e encontros que estão ligados às eleições dos representantes do povo, e que portanto poderiam desagradar ao governo! O resultado é que, progressivamente, de 1848 em diante todos os clubes e reuniões públicas, com exceção feita aos *cercles*<sup>7</sup> dos realistas e bonapartistas, foram suspensas.

Com a lei de 29 de novembro de 1849 aplica-se uma pena de detenção de até três meses e uma multa em dinheiro de até 3.000 francos a todos os operários que se reúnem para obter um aumento de salário. E com a mesma lei, estes operários, uma vez descontada a pena, serão submetidos por cinco anos à vigilância policial (o que significa mendicância, ruína e perseguição).

---

<sup>6</sup> O dever constitucional depositado em uma fiança pelo registro de um órgão de imprensa era uma das formas da burguesia oprimir o trabalho democrático e específico da imprensa. Depois da lei de francesa imprensa de 9 de junho de 1819, o preço da fiança era diverso; ele dependia da forma e do local de publicação. O mais alto preço era fixado para as publicações, que apareciam mais que três vezes por semana e que eram impressos tanto em Paris como nos três "Departements" limítrofes. A lei de 16 de junho de 1850 também estendia esses altos preços para as publicações que apareciam em Lyon e nos "Departements" vizinhos de Rhône.

Isso é tudo sobre o direito de associação e de reunião pública.

"§ 9. O ensino é livre. A liberdade de ensino é exercitada conforme as condições estabelecidas pela lei e sob controle do Estado."

Aqui se repete a velha piada. "O ensino é livre", mas "sob as condições estabelecidas pela lei", e estas são justamente as condições que eliminam totalmente a liberdade.

Com a lei de 15 de março de 1850, todo o sistema educacional é confiado ao controle do clero.

No comando deste departamento governamental existe um *conseil superieur de l'instruction publique*<sup>8</sup>, presidido por quatro arcebispos franceses. Ele coloca sob o poder dos *recteur* ou párocos, todos os mestres das províncias, embora estes sejam escolhidos pelos conselhos comunais ou pelos conselhos eclesiásticos. Os mestres encontram-se assim na mesma situação que os párocos, prefeitos e curas, em relação à subordinação e disciplina militar, e a liberdade de ensino se justifica de acordo com a referida lei, segundo a qual ninguém tem o direito de ensinar sem a permissão das autoridades civis e eclesiásticas.

"§ 11. A propriedade é inviolável."

"§ 14. A dívida pública é garantida."

"§ 15. Os impostos só serão cobrados em nome do interesse comum. Cada cidadão contribui segundo seus próprios meios e possibilidades."

### CAP. III. DOS PODERES DO ESTADO

Neste capítulo se afirma que:

1. "Todos os poderes do Estado emanam do povo e não podem ser transmitidos hereditariamente."

2. "A separação dos poderes é a primeira condição para um governo livre."

Aqui encontramos os velhos absurdos constitucionais. A premissa para um "governo livre" não é a *separação*, mas a unidade dos poderes. O mecanismo

<sup>7</sup> Clubes.

<sup>8</sup> Conselho Superior para o ensino público.

governamental não pode ser simplesmente auto-suficiente. É sempre a arte dos tolos, torná-lo complicado e misterioso.

#### CAP. VI. DO PODER LEGISLATIVO

O poder legislativo é conferido a uma única assembléia de 750 representantes, incluídos os representantes da Argélia e das colônias. Cada assembléia, que deve ser convocada para rever a constituição, deve contar com 900 membros. O sistema eleitoral é baseado no número dos habitantes.

Agora seguem quatro parágrafos que têm de ser reproduzidos integralmente:

"§ 24. O direito eleitoral é direto e universal, o voto é secreto."

"§ 25. Os eleitores são todos franceses que tenham completado os 21 anos e gozam dos direitos civis e políticos, excluindo qualquer forma de censo eleitoral."

"§ 26. Todos os eleitores que completaram os 25 anos podem ser eleitos representantes, sem limitação de residência."

"§ 27. A lei eleitoral estabelecerá os motivos pelos quais um cidadão francês pode ser privado do direito de eleger e de ser eleito."

Estes artigos são concebidos no mesmo espírito do conjunto da Constituição. "Todos os franceses que gozam dos direitos políticos têm direito ao voto" - mas cabe à "lei eleitoral" estabelecer quais franceses *não* devam gozar dos direitos políticos!

A lei eleitoral de 15 março de 1849 inclui nesta categoria todos os criminosos, mas não aqueles que tenham cometido delitos políticos. A lei eleitoral de 31 de maio de 1850 não apenas acrescenta também estes últimos - todos aqueles que foram condenados por "delitos contra as idéias tradicionais" e contra as leis de imprensa -, como introduz na prática limitações de residência, pelas quais dois terços da população francesa foram privados do direito de voto!

Isto é o que se entende na França por "direito eleitoral direto e universal".

"§ 28. O exercício de todo cargo público remunerado é incompatível com o mandato de representante do povo. Nenhum representante do povo pode, durante a duração da sessão, aceitar cargos públicos que dependam do executivo."

Estas duas deliberações foram limitadas com disposições sucessivas e em seguida quase integralmente suprimidas.



"§ 30. A votação realiza-se por departamentos, na região da circunscrição e com cédulas eleitorais."

"§ 31. A Assembléia Nacional é eleita por três anos ao término dos quais terá lugar uma nova eleição."

"§ 32. Ela é permanente, pode mesmo assim adiar-se e nesse caso deve nomear uma comissão que a represente, composta de 25 deputados e por membros do bureau da Assembléia. Esta comissão tem a faculdade de convocar a Assembléia em caso de emergência."

"§§ 33-38. Os representantes são reelegíveis. Não são vinculados a nenhuma norma precisa, gozam de imunidade e não podem ser perseguidos ou julgados pelas opiniões manifestadas no interior da Assembléia. Recebem uma ajuda de custo a qual *não podem renunciar*.

No que diz respeito à "imunidade do representante" e seu "direito à liberdade de expressão", após o 13 de junho a maioria aprovou um novo regulamento que autoriza o presidente a aplicar a *censura* a um deputado, a infringir-lhe uma multa em dinheiro, privá-lo da ajuda de custo e a *expulsá-lo* a título provisório - com o que a "liberdade de pensamento" é completamente abolida. Em 1850 a Assembléia aprovou uma lei segundo a qual os representantes podem ser detidos por dívida até mesmo durante uma sessão da Câmara, e quando não pagarem dentro de um prazo, perdem os seus mandatos de representantes.

Na França, portanto, não existe nem o direito à liberdade de expressão, nem a imunidade dos representantes - mas meramente a imunidade dos credores.

§§ 39-42. As sessões da Assembléia são públicas. Não obstante a Assembléia pode, sob pedido de um número adequado de representantes, constituir-se em um comitê secreto. Para que uma lei tenha validade jurídica ela deve ser aprovada pela metade mais um de todos os representantes. Exceto em casos urgentes, uma lei só pode ser aprovada após três leituras, com um intervalo de cinco dias.

Esta disposição, inspirada na "Constituição" inglesa, nunca foi respeitada na França nas ocasiões importantes - justamente quando seria mais necessária observá-la. Por exemplo, a lei eleitoral de 31 de maio foi aprovada depois de apenas uma leitura.

## CAP. V. DO PODER EXECUTIVO

§§ 43-44. O poder executivo é conferido a um presidente. O presidente deve ser francês de nascimento, com idade mínima de 30 anos e não deve nunca ter perdido o a cidadania francesa.

O primeiro presidente da república francesa, L.N. Bonaparte, não só havia perdido a cidadania francesa, não só era condestável especial inglês, como era também um suíço naturalizado.

§§ 45-70. O presidente da república é eleito por quatro anos e é reelegível quatro anos depois do término de seu mandato. As mesmas limitações valem para seus parentes compreendido até o sexto grau. A eleição deve se realizar no segundo domingo de maio. Caso o presidente for eleito em outro período, os seus plenos poderes terminariam no segundo domingo de maio do quarto ano sucessivo à sua eleição. Será eleito com votação secreta e com maioria *absoluta*. No caso de nenhum dos candidatos obter mais do que a metade dos votos, mas obtenha no mínimo dois milhões, a Assembléia Nacional elege o presidente, dentre os cinco candidatos, aquele que tenha recebido o maior número de votos.

O presidente deve jurar fidelidade à Constituição: possui o direito de apresentar, por meio de seus ministros projetos de lei à Assembléia Nacional; pode dispor das forças armadas sem estar pessoalmente no comando; não pode ceder nenhuma parte do território francês, não pode nem dissolver e nem adiar a Assembléia Nacional nem abolir a Constituição. Ele assina e ratifica todos os tratados, que porém são válidos somente se aprovados pela Assembléia Nacional. Não pode empreender guerras sem o consentimento da Assembléia Nacional; pode exercer o direito de perdão mas não pode decretar anistias. Aquele que for condenado pela *Haute Cour*, só pode ser perdoado pela Assembléia Nacional. O presidente pode adiar a publicação de uma lei e solicitar que a Assembléia delibere a propósito mais uma vez. Porém, tal deliberação passa a ser definitiva. Ele nomeia embaixadores e ministros e tem o direito de suspender por três meses os prefeitos, os conselheiros departamentais, as guardas nacionais etc.. eleitos pelos cidadãos. Todos os seus decretos devem ser assinados pelos ministros, exceção feita para a destituição dos próprios ministros. O presidente, os ministros e os funcionários são, cada um por suas competências, responsáveis por todos os atos do governo. Cada ato do presidente que influencie, retarde ou impeça o exercício ordinário da atividade da Assembléia, é um ato de alta traição. Por um ato de tal gênero, considera-se o presidente

destituído imediatamente do posto - torna-se obrigatório para cada cidadão recusar obediência às suas ordens; a autoridade de seu cargo se transmite automaticamente para a Assembléia Nacional; os juizes da *Haute Cour de Justice* se reúnem imediatamente e convocam o tribunal no local por eles estabelecidos para julgar o presidente e seus cúmplices.

O presidente dispõe de uma residência oficial e de um apanágio de 600.000 francos ou 24.000 libras esterlinas (ele recebe atualmente 2.160.000 francos ou 86.400 esterlinas). Os ministros possuem ex officio assento na Assembléia Nacional e podem tomar a palavra quantas vezes quiserem. A Assembléia Nacional elege um vice-presidente da república entre os três candidatos escolhidos pelo presidente até o mês sucessivo à sua eleição. O vice-presidente presta o mesmo juramento do presidente; não pode ser seu parente; ele substitui o presidente no caso de impedimento deste; possui funções de presidente do conselho de Estado. Quando o cargo presidencial torna-se vago por morte ou por outros motivos, deve haver novas eleições no prazo de um mês.

#### CAP. VI. DO CONSELHO DE ESTADO

§§ 71-75. O conselho de Estado é um órgão com funções unicamente consultivas para o exame de projetos de leis do governo e daqueles projetos que lhes são submetidos pela Assembléia.

#### CAP. VII. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Este capítulo trata dos funcionários, dos altos funcionários, dos conselheiros comunais e distritais. O único artigo de uma certa importância e que vem sendo aplicado mais freqüentemente é o seguinte:

"§ 80. Os conselhos gerais, distritais e comunais podem ser dissolvidos pelo presidente com o consentimento do conselho de Estado."

#### CAP. VIII DO PODER JUDICIÁRIO

Se bem analisado, este capítulo não faz mais do que repetir os decretos do imperador Napoleão. São, porém, dignos de observações:

"§ 81. Em nome do povo francês a justiça é exercida gratuitamente."

O que é tão pouco exato, que não se consegue ser decapitado em vão!

Os parágrafos 91-100 tratam da *Haute Cour de Justice*, a única autorizada a julgar o presidente e a única que pode colocar sob acusação os ministros e todos aqueles que a Assembléia Nacional considerar pertinentes submeter a julgamento por crimes políticos.

Esta "alta corte" é composta de cinco juizes, escolhidos pela corte de cassação (o supremo tribunal da França) entre seus membros, e de trinta e seis jurados provenientes dos conselhos gerais dos departamentos, uma corporação totalmente aristocrática. As únicas pessoas até o momento julgadas por esta corte de justiça são os acusados de 15 de maio de 1848 ( aqui aparecem os nomes de Barbés, Blanqui e outros em juízo!) e deputados que se comprometeram em 13 de junho de 1849.

Com a lei de 7 de agosto de 1.848, todos aqueles que não sabem ler e nem escrever são cancelados da lista de jurados, e assim se desqualificam dois terços da população adulta!

## CAP. IX. DO PODER MILITAR

A velha lei militar permanece completamente em vigor. Os tribunais civis são incompetentes para julgar os crimes cometidos pelos soldados. O parágrafo que se segue exprime bem o espírito desta Constituição:

"§ 102. Todo francês tem a obrigação de prestar serviço no exército e na guarda nacional, exceção feita para os casos estabelecidos pela lei."

Quem tiver dinheiro pode livrar-se da obrigação do serviço militar.

Com a lei atualmente em discussão, que justamente agora é submetida a uma segunda leitura, as classes trabalhadoras são totalmente excluídas da guarda nacional! Além disso, o presidente possui o direito de suspender por um ano a guarda nacional de qualquer município - e de fato, a guarda nacional de meia França foi dissolvida.

## CAP. X. DAS DISPOSIÇÕES PARTICULARES

"§ 11. A Assembléia Nacional confia à Constituição a vigilância e o patriotismo de todo o povo"

- e confia aos "vigilantes" e "patriotas" a misericórdia da *Haute Court* - 13 de junho!

## CAP. XI. DA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

"§ 111. Caso a Assembléia Nacional, ao término da sessão, exprima o desejo de alteração total ou parcial da Constituição, a revisão deverá ser feita do seguinte modo: o desejo expresso pela Assembléia Nacional só pode se tornar vigente como lei depois de três debates sucessivos, separados por pelo menos um mês, e com uma maioria de três quartos dos votos depositados, e o total de votantes deve ser no mínimo de 500. A Assembléia expressamente convocada para a revisão é eleita por apenas três meses e não deve ocupar-se de nenhuma outra questão, a não ser em caso de extrema urgência."

---

Assim se apresenta a "Constituição da República Francesa", e também o modo como se faz uso dela. O leitor percebe imediatamente que ela é, do começo ao fim, um conjunto de belas palavras que escondem uma intenção extremamente falaciosa. Já pela própria forma em que é elaborada, infringi-la é *impossível*, pois cada norma que estabelece, contém em si a sua própria antítese, se anula a si mesma por completo. Por exemplo: "O direito de voto é direto e universal" - "*excluídos* os casos que a *lei* estabelecerá".

Daí, não se pode dizer que a lei de 31 de maio de 1850 (que priva do direito de voto dois terços da população) fere a Constituição.

A Constituição continua a repetir sempre a fórmula que a regulamentação e a limitação dos direitos e a liberdade do povo (como o direito de reunião, o direito de voto, a liberdade de imprensa, de ensino etc...) devam ser fixadas por uma **lei orgânica** sucessiva - e estas "leis orgânicas" "determinam" a liberdade prometida, nas quais elas se aniquilam. Esse truque de prometer a plena liberdade, de estabelecer os mais belos princípios e de confiar a sua aplicação, os seus *detalhes*, a decisão de leis sucessivas, foi

tomada como modelo dos franceses pela burguesia austríaca e prussiana, pois o mesmo foi na Constituição de 1830 e nas que a precederam.

Povo! Antes de alcançar o poder, cuida tanto dos detalhes como dos princípios. Justamente sobre este ponto se combateu na Convenção Inglesa!<sup>9</sup>

As únicas cláusulas precisas e definitivas de toda a Constituição são aquelas relativas à eleição do presidente (§ 45) e à revisão da Constituição (§ 111). São as únicas normas que podem ser infringidas, pois são as únicas que não se contradizem.

Elas foram concebidas diretamente contra Bonaparte pela Assembléia Constituinte de 1848, cujas intrigas para obter a presidência haviam alarmado os deputados.

As eternas contradições deste disparate de uma Constituição mostram com suficiente clareza que a burguesia pode ser democrática em *palavras*, mas não nas suas ações; ela poderá certamente reconhecer a verdade de um princípio, mas nunca o colocará em prática - e a verdadeira "Constituição" da França não está na Carta da qual temos referido, mas nas leis orgânicas emanadas sob esta base, que nós brevemente resumimos para o leitor. Os *princípios* existiam, os *detalhes* foram entregues ao futuro, e com estes detalhes a vergonhosa tirania foi novamente elevada à lei!

O excesso de despotismo atingido na França torna-se evidente através destas normas para os trabalhadores:

Todo trabalhador recebe da polícia um livro, que traz na primeira página o seu nome, idade, local de nascimento, ofício ou profissão e uma descrição física da sua pessoa. O trabalhador é obrigado a indicar o nome do patrão para quem trabalha, e também os motivos quando deixa de trabalhar. Mas isto não é tudo: o livro é passado para o patrão que, após ter escrito as notas características do trabalhador, o deposita no departamento de polícia. Quando um trabalhador deixa o emprego, ele deve ir para o departamento policial e retirar o livro; ele não pode obter nenhum outro emprego sem apresentar o livro. Assim, o pão do trabalhador está completamente nas mãos da polícia. Mais isto ainda não é tudo: este livro tem a função de passaporte. Quando um trabalhador se torna inoportuno, a polícia anota "*bon pour retourner chez lui*", e ele deve retornar ao seu país! A revelação desta assustadora realidade não necessita de comentários! Deixamos ao leitor a imaginar os efeitos e avaliar as verdadeiras conseqüências. Nem mesmo nos tempos feudais da servidão da gleba ou na condição de pária indiano se

---

<sup>9</sup> Na agitação dos cartistas ingleses, eles entendiam como *detalhes* os pontos 2 e 6 da Carta do Povo.

encontra um paralelo. Surpreende-nos então, que o povo francês espere a hora da insurreição! Surpreende-nos, quando a sua indignação desata uma tempestade! Mostrou-se clemente em 1830, mostrou-se clemente em 1848; mas desde então a sua liberdade foi vencida e o seu sangue converteu-se em rios; cada prisão na França é atolada de condenados em vida, mais de 15.000 pessoas foram deportadas de uma só vez, e agora pesa sobre o povo o terrível despotismo que temos descrito. Surpreende-nos então, quando a burguesia teme o povo e consome as suas últimas forças para adiar a hora do acerto de contas. Todavia, ela mesma é dividida. Ela possui aspirações demasiado contraditórias, e a primeira que está no programa é:

### O JOGO DE NAPOLEÃO

A questão agora é se se deve prolongar o cargo de presidente e revidar a Constituição. Napoleão não pode ser reeleito sem infringir abertamente a Constituição, em primeiro lugar, porque não pode se reeleger antes que sejam transcorridos quatro anos do término de seu mandato e, em segundo lugar, porque só se pode modificar a Constituição com a maioria de dois terços. Uma tal maioria não existe, neste caso, e portanto uma reeleição constitucional não é possível.

Por isso só existe uma única alternativa para Bonaparte: desafiar a Constituição, recorrer às armas e liquidar o assunto, ou então entregar o cargo no momento prescrito, segundo a lei. Neste último caso, Cavaignac tornar-se-ia presidente, e a república da burguesia chegaria ao fim. No primeiro caso as conseqüências são mais complexas.

Por isso o jogo de Napoleão visa agora fomentar o descontentamento do povo. A burguesia é o inimigo de Napoleão - o povo sabe disso, e entre eles existe um laço de simpatia. Napoleão, no entanto, tem em comum com a burguesia a marca da opressão: se ele conseguir tirá-la completamente de seus ombros teria removido um grande obstáculo.

Que ele tenha isso em mira, o demonstra o seu último discurso em Dijon, onde dizia:

"A Assembléia Nacional colocou em vigor todas as más leis, e recusou ou deformou todas as boas leis propostas por mim. Fizeram malograr todas as minhas tentativas de melhorar as vossas condições, colocando obstáculos antes inexistentes."

Desse modo ele tenta desviar a questão central da Assembléia. Além do mais o exército toma mais o seu partido que o da Assembléia - e a miséria do povo é tal, que aos olhos da grande massa uma modificação só pode significar uma melhoria, enquanto que as pessoas que compreendem a situação são apenas minoria.

Por isso, no caso da burguesia se atrever a lutar perante a determinação de Napoleão contra Cavaignac, o povo certamente lutaria contra a burguesia - e Napoleão combateria ao lado do povo. Unidos, eles se mostrariam fortes demais para a Assembléia. Mas então se chegaria a um ponto crítico, na medida em que a Assembléia perceberia que o povo estaria por vencer, e entre ambos os males escolheria o menor. A uma república social e democrática, preferiria um império ou uma ditadura de Napoleão, e por isso chegaria a um acordo com o presidente. Como este último teme o poder democrático tanto quanto a Assembléia, aceitaria o seu apoio. O exército, ou pelo menos parte dele, seria induzido pela hesitação, pelo perigo e pela "glória" da luta a voltar-se para Napoleão ainda mais, e a disputa poderia assumir um aspecto novo - o exército e a burguesia contra o povo. O resultado depende da coragem, da inteligência e da unidade do povo. O jogo de Napoleão consiste em, primeiro, servir-se do povo contra a burguesia, depois da burguesia contra o povo, e utilizar-se do exército contra ambos.

O futuro está cheio de grandes acontecimentos, e a França de hoje é um dos mais interessantes objetos de estudos que a história oferece.



## **ÍNDICE ONOMÁSTICO REMISSIVO**

## ÍNDICE ONOMÁSTICO-REMISSIVO

- ALTHUSSER, Louis (1918-1990) – 128
- ANNEKE, Friedrich (1818-1872) – 255 – 266 – 268 – 271
- ANNENKOV, Paul (1812-1887) – 191 – 194 – 197
- ARAGO, François (1786-1853) – 286
- ARISTÓTELES (384-322 a.C.) – 27 – 56 – 74
- BABEUF, François Noël Gracco (1760-1797) – 85 – 190 – 207 – 233
- BAKUNIN, Mikhail Alendrovictt (1814-1876) – 45 – 70 – 109 – 122 – 125 – 140 – 253 – 272 – 341 – 364 – 365
- BARBÈS, Armand (1809-1870) – 220 – 289
- BARROT, Odilon (1781-1873) – 285 – 300 – 301 – 303
- BAUER, Bruno (1809-1882) – 36 – 37 – 39 – 69 – 100 – 102 – 108 – 115 – 147 – 164 e ss – 207 – 231 – 241
- BAUER, Edgard (1820-1886) – 69
- BEBEL, August (1840-1913) – 365 – 347
- BECKER, Johann Philipp (1809-1886) – 271
- BERNSTEIN, Eduard – (Edward?) (1850-1932) – 174
- BISMARCK, Otto Von (1815-1898) – 22 – 344 – 346 – 349
- BLANC, Louis (1811-1882) – 111 – 126 – 276 – 286 – 289
- BLANQUI, Louis Auguste (1805-1881) – 135 – 155 – 159 – 207 – 220 – 239 – 277 – 289 – 341 – 358
- BOISGUILLEBERT, Pierre de (1646-1714) – 126
- BORNSTEDT, Adalbert von (1808-1851) – 253
- BUONARROTI, Felippo Michele (1761-1837) – 85
- BURKE, Edmund (1729-1797) – 74

CABET, Etienne (1788-1856) – 99 – 135 – 208 – 280

CAMPANELLA, TOMMASO (1568-1639) – 56

CAMPHAUSEN, Ludolf (1803-1890) – 45 – 258

CARLIER, Pierre (1799-1858) – 306

CARLYLE, Thomas (1795-1881) – 122

CARNOT, Lazare Nicolas Marguérite (1753-1823) – 329

CAVAIGNAC, Eugene Louis (1802-1857) – 289 – 290 – 293 – 330

CHANGARNIER, Nicolas Anne Théodule (1793-1877) – 297 – 301 – 307

CHEVALIER, Michel (1806-1879) – 334

CIESZKÓWSKI, August von (1814-1894) – 128

CRÉMIEUX, Isaac (1796-1880) – 286

DANA, Charles Anderson (1819-1897) – 322 – 325

DANTON, Georges Jacques (1759-1794) – 238

DESMOULINS, Camille (1760-1794) – 238

ECCARIUS, Johan George (alfaiate) (1818-1889) – 207

EICHHORN, Johann Albrecht (1779-1856) – 37

FALOUX, Frederic P. (1811-1886) – 300 – 301 – 303

FAUCHER, León (1803-1854) – 201 – 301

FEUERBACH, Ludwig Andreas (1804-1872) – 27 – 31 – 39 – 40 – 70 – 81 – 98 – 108 – 111 – 130 – 136 – 165 – 177 – 192

FICHTE, Johann Gottlieb (1762-1814) – 34 – 42 – 56

FLOCON, Ferdinand (1800-1866) – 220 – 252 – 254 – 286

FOULD, Achille (1800-1867) – 304

FOURIER, Charles (1772-1837) – 99 – 202 – 322

GANZ, Eduard (1798-1839) – 32 – 33

GARIBALDI, Giuseppe (1807-1882) – 338  
GRAMSCI, Antonio (1891-1937) – 23  
GROCIO, Hugo (1583-1645) – 56  
GRUN, Karl (1817-1887) – 30 – 214  
GUIZOT, François-Pierre-Guillaume (1787-1874) – 140 – 212 – 252 – 285  
HANSERMANN, David (1790-1864) – 45 – 253 – 258 – 266  
HAUSSMANN, J. E. (1809-1891) – 336  
HEINE, Heinrich (1797-1856) – 122 – 140  
HEIZEN, Karl (1809-1880) – 220 – 240 – 293  
HERWEGH, Georg (1817-1875) – 67 – 70 – 140 – 168 – 253  
HESS, Moses (1812-1875) – 45 – 108 – 210  
HOBBS, Thomas (1588-1679) – 18 – 56  
HUGO, Gustav (1764-1844) – 49 – 56  
Karl Leske (de Darmstadt)  
KAUTSKY, Karl (1854-1938) – 16  
KUGELMANN Ludwig (1830-1902) – 351 – 353 – 364  
LAMARTINE, Alfonso (1790-1869) – 111 – 285  
LASSALE, Ferdinand (1825-1864) – 365  
LEDRU-ROLIN, Alexandre (1807-1874) – 220 – 273 – 301 – 306  
LENIN, Vladimir Ilich (1870-1924) – 23 – 174 – 227  
LICHTHEIM, George  
LIEBKNECHT, Karl (1871-1919); Liebknecht, Wilhelm (1826-1900)  
LUXEMBURG, Rosa (1871-1919) – 139 – 286  
MAQUIAVEL, Nicolau (1469-1527) – 56 – 69 – 70  
MARIE, Thomas (1795-1870) – 286 – 289

MAZZINI, Giuseppe (1805-1872) – 273 – 337

METTERNICH, Klemens Lothar Wenzel (1773-1859) – 41 – 250

MONTESQUIEU, Charles de Secondat (1689-1755) – 69 – 356

LOUDON, Nicolas Charles Victor (1791-1863) – 274 – 301

PROUDHON, Pierre-Joseph (1809-1865) – 99 – 109 – 156 – 167 – 189 e ss

ROBESPIERRE, Maximilien (1758-1794) – 155 – 235 e ss

RUGE, Arnold (1802-1880) – 39 e ss – 97 e ss – 140 e ss

RUTENBERG, Adolf (1808-1869) – 45

SAINT-JUST, Louis Antoine (1767-1794) – 235

SAINT-SIMON, Claude Henri de (1760-1825) – 18 – 52 – 85 – 332

SAND, George (1804-1876) – 111

STIRNER, Max (1806-1856) – 45 – 69 – 186

THIERS, Louis Adolphe (1797-1877) – 349 e ss

TOCQUEVILLE, Alexis (1805-1859) – 69 – 250

VOGT, Karl (1817-1895) – 208

WEBER, Max (1864-1920) – 88 – 177

WEITLING, Wilhelm (1808-1871) 156 – 189 – 190 e ss

WEYDEMEYER, Joseph (1818-1866) – 212 – 226 e ss